

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MARCOS WILLIAN CAMPOS DE OLIVEIRA

**MINHA CASA, MINHA LUTA:
o MTST frente a ofensiva neoliberal**

**UBERLÂNDIA - MG
2018**

MARCOS WILLIAN CAMPOS DE OLIVEIRA

**MINHA CASA, MINHA LUTA:
o MTST frente a ofensiva neoliberal**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Uberlândia (MG), como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Política, Cultura, Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Patrícia Vieira Trópia

UBERLÂNDIA - MG

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

O48m Oliveira, Marcos Willian Campos de, 1991-
2018 Minha casa, minha luta: o MTST frente a ofensiva neoliberal /
Marcos Willian Campos de Oliveira. - 2018.
193 f. : il.

Orientadora: Patrícia Vieira Trópia.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.1320>
Inclui bibliografia.

1. Ciências sociais - Teses. 2. Movimento dos Trabalhadores Sem
Teto (Brasil) - Teses. 3. Neoliberalismo - Teses. 4. Capitalismo - Teses.
5. Partidos de esquerda - Brasil - Teses. I. Trópia, Patrícia Vieira, 1963-.
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais. III. Título.

CDU: 316

**MINHA CASA, MINHA LUTA:
o MTST frente a ofensiva neoliberal**

Dissertação aprovada para a obtenção do Título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Uberlândia (MG), pela banca examinadora formada por:

Uberlândia, 13 de abril de 2018.

Profa. Dra. Patrícia Vieira Trópia (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFU

Profa. Dr. Edilson José Graciolli (Examinador Titular Interno)
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFU

Profa. Dra. Andréia Galvão (Examinador Titular Externo)
UNICAMP - SP

**UBERLÂNDIA - MG
2018**

AGRADECIMENTOS

Concluir um trabalho acadêmico é sempre um processo muito difícil. E apesar de ser apresentado como produto de um único autor, trata-se sempre de um trabalho escrito por muitas mãos, mesmo que de forma indireta. Jamais teria concluído esse trabalho se não fosse pela ajuda de inúmeras pessoas, que não só me deram todo o suporte para que realizasse a escrita dessa dissertação, mas também me apoiaram em muitos momentos difíceis da minha vida.

Não poderia deixar de agradecer primeiramente a minha família. Eles foram não só responsáveis pelo meu crescimento enquanto indivíduo, mas também responsáveis por me dar sustentação em diversos momentos de profunda dificuldade pelos quais passei. Poder contar sempre com um refúgio, um ponto de apoio, que não irá te julgar e que irá te ajudar a sempre se reerguer é fundamental para seguirmos adiante. Eu não tenho dúvidas que foi fundamental para ter chegado até esse ponto da minha vida acadêmica. Agradeço profundamente a minha mãe Solange e ao meu pai Reginaldo, a meu irmão Pablo e a todos os demais membros da minha família que sempre foram esse porto seguro. Espero em algum momento retribuir tudo isso a cada um de vocês.

Ao alcançar esta etapa da minha vida acadêmica são necessários os devidos agradecimentos também à instituição pela qual me formei. Agradeço à Universidade Federal de Uberlândia por toda estrutura oferecida e oportunidades de aprendizado, principalmente a cada trabalhador e trabalhadora que constroem essa instituição. Agradeço especialmente aos trabalhadores do Instituto de Ciências Sociais, seja os técnico-administrativos, seja cada professor e professora que compartilhou comigo uma série de conhecimentos. Em especial agradeço a minha orientadora Patrícia Trópia, que foi como uma segunda mãe para mim, possuidora de uma paciência enorme, de um grande coração aberto, combinando docura com o necessário rigor que o trabalho acadêmico pede. Com certeza, sem a ajuda dela não seria possível concluir esse trabalho. Agradeço à CAPES/CNPQ pelo fornecimento de bolsa de estudos que foi fundamental não só para custear meus estudos como também me sustentar financeiramente em Uberlândia. Agradeço também a Paulo Henrique que me ajudou a aplicar os questionários no meu trabalho de Campo e a Gabriela Castro Alves que me ajudou com a tabulação de dados. Sem vocês também, esse trabalho não seria possível.

Agradeço a cada amigo e amiga que de diversas formas contribuíram no meu processo de crescimento. São tantos e a consideração e amor por todos eles é tão grande

que fica difícil listar. João Pedro, Hiron, Vilmar, Ana Carolina, Tiago, Pacato, Roberto, Raissa, Yuji, Cecilia, Angelo, Vidal, Thiaguim, Manu, Gabriela, Cainã, Lucas, Mateus, Fernando, Gabi, Raquel, Rafael, Vandin, entre tantos outros. Vocês são tão especiais e importantes para mim, é um pena que a loucura da vida, inclusive da vida acadêmica, muitas vezes acabe nos sugando e esmagando e afastando a gente. Mas saibam que no meu coração vocês nunca estarão distantes, e cada pedacinho desse trabalho tem um pouco de vocês.

Agradeço a todos os meus companheiros e companheiras de militância. Foram muitos, desde a época do movimento estudantil até a militância com os movimentos populares. Tive a honra de aprender com tantas pessoas diferentes. Mas é em especial a partir da minha militância junto a Comissão Pastoral da Terra que um corte radical separou minha vida. Ter a oportunidade de atuar junto aos companheiros da CPT e conhecer e militar nos movimentos de trabalhadores sem-teto mudou completamente minha vida. E, com certeza, esse é um dos grandes motivos da escolha do objeto de estudo dessa dissertação. Frei Rodrigo, Igino, Igor, Julie, Carmen, Eduardo, Zé de Oliveira, Italo, vocês são o coletivo mais maluco e mais fraterno que já conheci. Obrigado por me ensinarem tanto e me apoiarem quando mais precisei.

A todos companheiros e companheiras dos movimento sem-teto que conheci um grande obrigado. Paulo, Mineia, Celso, Weslei, Dona Euripa, Vera, Rogerio, Marron, Marcao, Erivan, Chicao, Barba e tantos outros, vocês são a fonte principal desse trabalho, a inspiração e principalmente a tentativa de retribuir algo à dura luta que vocês enfrentam cotidianamente. Em especial um grande agradecimento a todos os companheiros e companheiras do MTST. Vocês me acolheram como uma família e por essa família estou disposto a lutar até o fim. É com esse projeto que me identifico e acredito e ele é o combustível utópico-concreto que me move todo “santo dia”. Agradeço também aos companheiros da ocupação Fidel Castro, Catia, Hulk, André, Angelita, Alex, Máximo, Coelho, Sandra, Pastor Manoel, Evaldo, Debora, Sr. Catito, Gianechini, vocês são minha segunda família e a ocupação minha segunda casa. Que bom é conviver com vocês.

E por último meu agradecimento a minha amada companheira Lídia. De todos que citei até aqui e que foram importantes na transformação da minha vida, nenhum se compara ao que você fez por mim. É difícil expressar tanta gratidão, tanto amor por uma pessoa que sinto tanto orgulho de estar ao lado. Esse trabalho só foi possível graças a você. Graças a cada ensinamento que você me oferece com pequenas atitudes, a cada

oportunidade que você me dá em ser uma pessoa melhor, a cada momento em que olho para você e vejo a bondade que transborda e me nutre de esperanças e me faz seguir sempre firme, sabendo que, com você ao meu lado, qualquer percalço nem se compara à satisfação de viver contigo. Obrigado meu amor. A você dedico esse trabalho. Que os nossos filhos, Livia e Augusto, possam se inspirar em cada pequena construção que a gente tecer pela vida.

RESUMO

No processo de acumulação capitalista existe uma lei fundamental: acumulação de riqueza de um lado nas mãos de poucos proprietários, e do outro lado, a condição de miséria para um enorme número de trabalhadores. Os trabalhadores mais precarizados, mais marginalizados nesse processo, constituem uma fração específica da classe trabalhadora, um enorme exército de reserva pronto para ser absorvido pelo capital quando esse necessitar de mais trabalhadores. Na América Latina e em seus países de economia dependente, esse exército se constitui não enquanto uma força de trabalho a ser chamada nos momentos de expansão do capital, mas na verdade compõe boa parte da classe trabalhadora, fazendo da marginalidade e precariedade uma regra e condição crônica dos trabalhadores nesses países. Estudar a classe trabalhadora no Brasil, perpassa por analisar esse segmento, em especial notar em que medida as políticas neoliberais engrossaram as fileiras do exército de reserva brasileiro. Com a ascensão de Luis Inácio Lula da Silva a presidência da Republica, e com as políticas neodesenvolvimentistas que se deram principalmente a partir do seu segundo mandato, essa fração de classe também foi fortemente impactada. O debate sobre qual seria o papel de tal fração no cenário político brasileiro aparece mais uma vez, com alguns autores apontando para a sua incapacidade de organização e relação populista com os governos petistas, enquanto outros autores enxergam nela novas formas de luta da classe trabalhadora. É nesse sentido que o estudo sobre um dos movimentos sociais mais importantes da atual conjuntura brasileira, o MTST, visa contribuir, buscando revelar quais são as características socioeconômicas dessa fração, como ela foi afetada pela vigência do período neoliberal no Brasil, em especial como as políticas habitacionais dialogam com sua condição e como um movimento social pode dar resposta diante de tal cenário.

Palavras-chave: MTST; neoliberalismo, exército de reserva; governos petistas

ABSTRACT

In the process of capitalist accumulation there is a fundamental law: accumulation of wealth on the one hand in the hands of few owners, and on the other hand, the condition of misery for an enormous number of workers. The most precarious workers, most marginalized in this process, constitute a specific fraction of the working class, a huge reserve army ready to be absorbed by capital when it needs more workers. In Latin America and its dependent economy countries, this army is constituted not as a labor force to be called in the moments of capital expansion, but in fact makes up a large part of the working class, making marginality and precarity a rule and condition of workers in these countries. Studying the working class in Brazil, it goes through analyzing this segment, in particular to note to what extent neoliberal policies have thickened the ranks of the Brazilian reserve army. With the rise of Luis Inácio Lula da Silva as the presidency of the Republic, and with the neodevelopmentalist policies that came mainly from his second term, this fraction of class was also strongly impacted. The discussion about the role of such a fraction in the Brazilian political scenario appears again, with some authors pointing to its incapacity to organize and populist relationship with the PT governments, while other authors see in it new forms of struggle of the working class. It is in this sense that the study on one of the most important social movements of the current Brazilian conjuncture, the MTST, aims to contribute, seeking to reveal the socioeconomic characteristics of this fraction, as it was affected by the neoliberal period in Brazil, especially as housing policies dialogue with their condition and how a social movement can respond to such a scenario.

Keywords: MTST; neoliberalism, army of reseva; PT governments

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCA - Área de Livre Comércio das Américas

APA - Associação Periferia Ativa

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNI - Confederação Nacional da Indústria

CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz

CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários

CUT - Central Única dos Trabalhadores

Dieese - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FAR - Fundo de Arrendamento Residencial

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FII - Fundos de Investimento Imobiliário

FMI - Fundo Monetário Internacional

FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

MMC - Movimento de Moradia do Centro

MPL - Movimento Passe Livre

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MSTC - Movimento dos Sem-Teto do Centro

MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAR - Programa de Arrendamento Residencial

PBQP - Programa Brasileiro de qualidade e Produtividade Habitacional

PCV - Pesquisa de Custo de Vida

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PEA - População Economicamente Ativa

PFL - Partido da Frente Liberal

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNH - Política Nacional de Habitação

PP - Partido Progressista

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSH - Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT - Partido dos Trabalhadores

RMSP - Região Metropolitana de São Paulo

SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

SEPURB - Secretaria de Política Urbana

SFH - Sistema Financeiro de Habitação

SFI - Sistema Financeiro Imobiliário

SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Como moravam antes de ingressar no movimento	26
GRÁFICO 2 - Situação de emprego (excluídos aposentados e estudantes)	28
GRÁFICO 3 - Idade	53
GRÁFICO 4 - Sexo	55
GRÁFICO 5 - Cor da Pele	58
GRÁFICO 6 - Em que votou no primeiro turno das eleições de 2010.....	118
GRÁFICO 7 - Em quem votou no primeiro turno das eleições de 2014	118

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
METODOLOGIA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
CAPÍTULO I	
AFINAL, QUEM SÃO OS SEM-TETO? A POLISSEMIA EM TORNO DO EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA NO CAPITALISMO BRASILEIRO	23
INTRODUÇÃO	23
I.1 O QUE É SEM-TETO?.....	24
I.2 A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E O EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA.	29
I.3 ALTERNATIVAS AO CONCEITO DE EXÉRCITO DE RESERVA: SUBPROLETARIADO, MASSA MARGINAL OU PRECARIADO.....	39
I.3.1 SUBPROLETARIADO.....	39
I.3.2. MASSA MARGINAL	44
I.3.3 PRECARIADO	49
1.3.4 OUTROS RECORTES ALÉM DE CLASSE.....	54
CAPÍTULO II	
AS POLÍTICAS HABITACIONAIS NOS ANOS DE 1990 E O SURGIMENTO DO MTST	61
II.1 AS POLÍTICAS HABITACIONAIS NOS GOVERNOS FHC	61
II.2 O DEBATE EM TORNO DA ORIGEM DO MTST	67
II.2.1 A OCUPAÇÃO PARQUE OZIEL.....	72
II.2.2 TENTATIVAS DE ORGANIZAÇÃO EM OUTROS ESTADOS.....	79
II.3 O MTST NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: CONSOLIDAÇÃO E DIFICULDADES	81
II.3. 1 A OCUPAÇÃO ANITA GARIBALDI	86
II.3.2 A OCUPAÇÃO CARLOS LAMARCA	90
CAPÍTULO III	
A ATUAÇÃO DO MTST SOB A CONJUNTURA DOS GOVERNOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES	94
III.1 - O CENÁRIO ANTERIOR A VITÓRIA DE 2002	96
III.2 - OS GOVERNOS DE LULA DA SILVA	101
III.3 - O PRIMEIRO GOVERNO DE DILMA (2011-2014)	122
III.3.1. - AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013	125
III.3.2. - A CRISE DO GOVERNO DILMA	131
III.4 AS POLÍTICAS HABITACIONAIS NOS GOVERNOS PETISTAS	134

III. 5 O PROGRAMA <i>MINHA CASA MINHA VIDA</i> E A FINANCIERIZAÇÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL	139
III. 6 A ATUAÇÃO DO MTST DURANTE OS GOVERNOS PETISTAS	144
<u>IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	157
<u>V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	161
<u>ANEXO I - QUESTIONÁRIO PESQUISA DE CAMPO</u>	169
<u>ANEXO II - RESULTADOS DA PESQUISA " PERFIL DOS MORADORES DAS OCUPAÇÕES DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO" - 2017.</u>	177

INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) se constitui hoje como um dos mais importantes movimentos sociais no cenário político brasileiro. Desde 2013, e principalmente durante o período de manifestações sociais que criticaram a Copa do Mundo em 2014, esse movimento vem ganhando notoriedade na cena política do país. No cenário mais recente o movimento foi um dos protagonistas na resistência contra o impeachment da presidente Dilma Rousseff, as reformas propostas pelo governo de Michel Temer e também na defesa do direito do ex-presidente Lula poder ser candidato. Protagoniza também a luta contra a escalada crescente de violência e intolerância social. O movimento ganhou esse destaque por sua capacidade de organização mas sobretudo porque o problema da habitação e da questão urbana em geral continua sendo uma das principais mazelas sociais do país.

Ainda em 2015 o déficit habitacional brasileiro somava cerca de 6,355 milhões de domicílios, enquanto o número de imóveis vagos chegava ao número de 7,906 milhões (Fundação João Pinheiro, 2015). Mesmo com o elevado número de casas construídas através de programas habitacionais, como o do governo federal Minha Casa Minha Vida, o déficit não se reduziu. A possível explicação para esse fenômeno é que, mesmo tendo criado um importante programa social na questão habitacional, a regulação estatal sobre a utilização do solo urbano continuou precária e o próprio Minha Casa Minha Vida injetou uma enorme quantidade de recursos nas incorporadoras e construtoras. Isso permitiu o crescimento das empresas desse setor, que adquiriram cada vez mais terras, dominando assim o uso do espaço urbano nas grandes e médias cidades. O resultado não poderia ser outro: de uma lado uma grande quantidade de casas populares construídas, de outro, valorização no preço da terra, consequentemente valorização no preço dos aluguéis. O crescimento das incorporadoras e construtoras somado à falta de regulamentação sobre o uso do solo produziu uma grande quantidade de novos sem tetos.

A conjuntura das manifestações de junho de 2013 (ao menos em seu começo) e das manifestações contra a Copa do Mundo estavam atreladas à questão urbana. Em 2013 um dos aspectos centrais era a questão da mobilidade urbana, ou a falta dela. O transporte público encontrava-se cada vez mais precarizado, enquanto as malhas viárias

das metrópoles são infestadas por automóveis. Isso gera um cenário de grandes engarrafamentos, trabalhadores que passam várias horas do seu dia somente no deslocamento de suas casas para o trabalho e vice-versa e a ausência ao acesso pleno a cidade, pois somente as classes mais ricas tem condições de acessar todos aparelhos públicos (como de cultura e lazer) que a cidade tem a oferecer. Já no caso de um megaevento como a Copa do Mundo, grandes obras são executadas no espaço urbano. Essas obras elevam o valor do solo, expulsando assim indiretamente os moradores mais pobres das regiões afetadas pelo aumento dos aluguéis. Em alguns casos, essas remoções ocorrem de maneira direta, com o governo utilizando da força policial para remover famílias que se encontram em regiões destinadas a construção de grandes empreendimentos. O resultado de tudo isso é a exclusão dos trabalhadores mais pobres para regiões cada vez mais periféricas das cidades.

O MTST soube organizar a insatisfação dessa parcela de trabalhadores, aumentando o número de ocupações no estado de São Paulo, principal estado onde o movimento se organiza. Mas o MTST também começou a se organizar em vários outros estados do país, através da incorporação de outros movimentos de moradia nesses estados ou da auto organização. Acontece que, em todo Brasil existe uma ampla gama de movimentos de moradia, sendo assim, porque justamente o MTST ganhou tamanho destaque? Essa questão se constitui como uma das perguntas chaves que norteará nosso trabalho.

Entender esse fenômeno perpassa por investigar a história do movimento, o desenvolver de suas formas de organização, sua postura ideológica e política e como o foi se posicionando diante do cenário político brasileiro, tendo como pano de fundo as políticas dos governos federais que geriram o país no período analisado. Sendo assim, analisaremos como a vigência do período neoliberal, seja em seu momento de ascensão nos governos da década de 1990, em seu recuo parcial na década de 2000 e ao seu retorno com a crise do governo de Dilma Rousseff, dialogam com a trajetória do MTST.

O MTST surge no auge da implementação das políticas neoliberais no Brasil, mas especificamente no final do segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Durante seu governo, houve um processo de desregulamentação e flexibilização da legislação trabalhista, com retirada de vários direitos dos trabalhadores. Tudo isso impactou no movimento sindical, uma vez que os sindicatos perderam muitos filiados em suas bases, seja porque caíram na informalidade, seja porque, com o processo de terceirização (algo muito apoiado pelas políticas

neoliberais), as bases dos sindicatos sofreram grande fragmentação, impactando sobre a ação sindical. Ademais, o desemprego cumpria a função de constrar a luta sindical posto que, em um cenário de baixo crescimento, informalidade e reestruturação das empresas, parte dos trabalhadores optava por perdas trabalhistas em defesa do emprego.

Nesse cenário de recuo da luta sindical no Brasil e de crescimento de uma parcela da classe trabalhadora informal, ganha destaque um movimento social combativo que organizava justamente os setores mais precarizados e marginalizados da classe trabalhadora, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

O MST foi um dos maiores opositores dos governos FHC, denunciando o impacto que as políticas neoliberais tinham para a classe trabalhadora. O movimento conseguiu grande repercussão realizando manifestações, como a Marcha Nacional Pela Reforma Agrária, levando milhares de trabalhadores, que não eram só sem-terra, para protestar em Brasília. Nesse mesmo cenário o movimento percebia como as políticas neoliberais afetavam a classe trabalhadora no espaço urbano e identificava cada vez mais a necessidade de ter um braço organizativo nas cidades. O MTST surge em parte fruto dessa percepção, aliado à parcela de trabalhadores que não conseguiam pagar um item básico para a reprodução da sua força de trabalho, a moradia, e realizavam ocupações em grandes latifúndios urbanos. Ou seja, a precarização da classe trabalhadora, as políticas neoliberais, o recuo do movimento sindical, a força do MST, todos esses fatores culminaram com o surgimento do MTST.

Todo esse cenário contribuiu então para ampliar aquilo que Marx (2013) denominou de exército de reserva. No caso brasileiro a literatura sobre o tema elaborou novos termos, como subproletariado, massa marginal e precariado para pensar a especificidade dessa fração de classe no contexto do país.

Neste sentido, outra questão central deste trabalho é discutir se essa parte da classe trabalhadora, num contexto de capitalismo dependente, como no caso do Brasil, chega a constituir uma fração de classe e qual é sua capacidade de organização e intervenção na luta de classes. A terminologia em relação a essa fração de classe varia, pois, como demonstraremos, as análises partem de conceitos e abordagens teóricas diversas. Fato é que, segundo nossa hipótese, ela também constitui a base social do MTST.

Com as políticas neoliberais, essa fração de classe teria crescido significativamente na sociedade brasileira, que, por sua vez, sempre foi marcada por altos índices de informalidade na esfera do trabalho. E, apesar de a maioria desses

trabalhadores não estarem organizados nos sindicatos, eles possuem uma característica em comum: o território. Pela condição precarizada e como a moradia se torna cada vez mais cara para a reprodução da força de trabalho nas regiões centrais urbanas, estes trabalhadores são impelidos a morar nas regiões periféricas das cidades.

Essas características foram analisadas pelo MTST em seu processo de organização, influindo assim também em suas formas de ação. O movimento se organizou principalmente na Região Metropolitana de São Paulo e depois se expandiu para outras regiões do estado, até alcançar o nível de uma organização nacional, hoje atuante em 14 estados do país.

Esse crescimento do movimento começa a se efetivar justamente nos governos petistas. Durante os dois mandatos de Lula da Silva, e durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff, novos empregos foram gerados, ainda que seja necessário refletir sobre o caráter desses empregos criados. A maioria dos postos de trabalho foi marcada pela precarização e baixa remuneração (POCHMANN, 2006). São empregos com um alto grau de instabilidade, localizados principalmente no setor de serviços e na construção civil.

As políticas estatais, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa “Minha Casa, Minha Vida”, ao mesmo tempo que geraram renda e emprego, fortaleceram a fração do capital ligada ao setor da habitação. Grandes empreiteiras nacionais se internacionalizaram com o apoio do governo e passaram também a atuar em outros setores capitalistas.

A Camargo Correa, na época, passou a controlar a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e conta com o apoio ativo da Previ e da Petros (fundos de pensão com controle estatal) para assumir a liderança nacional no ramo da transmissão de energia elétrica. A Andrade Gutierrez passou a ter uma atuação expressiva no ramo da telefonia, tendo força acionária na BrOi, empresa que resultou de fusão estimulada pelo governo. A Odebrecht não ficou para trás: é hoje controladora da Brasken que, com o apoio decisivo da Petrobrás, assumiu a liderança da indústria petroquímica nacional (BOULOS, 2014).

O próprio Programa “Minha Casa, Minha Vida” significou uma transferência de R\$34 bilhões para o capital imobiliário. Com isso a especulação imobiliária cresceu nos mesmos patamares do fortalecimento dessa fração do capital. Em São Paulo, entre janeiro de 2008 a dezembro de 2013, o crescimento do aluguel foi de 93,3%; no Rio de Janeiro foi de 131,1% (BOULOS, 2014).

Apesar da fração da classe trabalhadora mais pauperizada ter um maior acesso a empregos formais (ainda que precarizados) e real valorização do salário mínimo, em contrapartida encontra dificuldades de reproduzir sua força de trabalho vivendo nos grandes e médios centros urbanos, pois significativa parte do seu salário é consumida pelo aluguel. Acaba sendo, portanto, cada vez mais expulsa para a periferia das periferias das cidades, ou opta por outro caminho: a ocupação. Neste sentido, as políticas do governos petistas teriam engrossado as fileiras da base social que é organizada pelo MTST.

O estudo do MTST pode revelar, então, uma importante dimensão sobre a organização política dessa fração de classe. Será importante também investigar a relação do movimento com os governos petistas. Em que medida o movimento foi crítico a tais governos ou compôs sua base de apoio? E as diferenças de posicionamento entre suas lideranças e sua base social? Por que a nacionalização do movimento coincide com o primeiro mandato de Dilma Rousseff?

Neste sentido, o objetivo geral deste trabalho foi analisar a atuação do MTST diante dos governos que, de algum modo, contribuíram para a implementação das políticas de caráter neoliberal no país, bem como no período que o neoliberalismo recuou no cenário nacional até a sua retomada no período recente.

Buscamos em nossa pesquisa identificar as orientações, posições e a atuação deste movimento diante das políticas (macroeconômica, sociais, de moradia etc.) implementadas durante esse período.

Especificamente buscamos analisar:

- 1) de que maneira o MTST se organizou e reagiu durante os governos neoliberais (segundo mandato de FHC), bem como nos governos petistas (do primeiro mandato de Lula até o primeiro mandato de Dilma);
- 2) as motivações que levaram ao crescimento desse movimento durante o período estudado;
- 3) a base social desse movimento, pesquisando qual é o perfil da classe trabalhadora que a compõe.

Metodologia

Existem importantes pesquisas acadêmicas sobre o MTST. Uma parte parte da bibliografia existente analisa as consequências do neoliberalismo sobre os trabalhadores

que compõem a base social do movimento. Busca-se também analisar como as políticas dos governos petistas afetaram essa base social.

Porém o recorte temporal dessas pesquisas abrange até o período do final do segundo mandato de Lula. Neste sentido, uma novidade de nossa pesquisa é buscar compreender também como o primeiro mandato de Dilma e o seu desenrolar influenciaram e impactaram o MTST, bem com o movimento reagiu diante de tal cenário.

Aspecto importante é que nesse período do primeiro mandato de Dilma, o MTST ganhou notoriedade no cenário político nacional. Neste sentido, estudar a história do MTST, desde o seu surgimento até o período recente contribui para pensar em parte o cenário da luta de classes no Brasil.

Busca-se também analisar a bibliografia que tem como tema central a natureza dos governos petistas, dando ênfase ao debate sobre a fração de classe estudada e sua relação com esses governos. Ao sistematizar o debate teórico estabelecido entre a bibliografia que analisa dos governos petistas, buscamos identificar de que maneira eles debateram essa fração de classe e examinamos a pertinência destas análises para pensar a base social do MTST.

Além da sistematização do debate teórico sobre essa fração de classe, procuramos contribuir com a produção do conhecimento sobre o MTST a partir de pesquisa empírica.

Em geral as pesquisas sobre a base social do MTST são de natureza qualitativa, mais do que quantitativa. Tivemos a oportunidade de realizar um *survey* durante o III Encontro Nacional do movimento e com os dados levantados tecemos algumas hipóteses sobre a temática que estamos estudando. Com isso espera-se contribuir e incentivar novas pesquisas, afinal concebemos que a partir do nosso trabalho uma série de outras questões investigativas se abrem para serem melhor exploradas no futuro.

Para realizarmos esse trabalho, partimos do materialismo histórico dialético, método filosófico-científico cunhado por Karl Marx. Para Marx é importante a separação entre o momento da pesquisa e o da exposição do material apreendido.

Sem dúvida, deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria [Stoff] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexo interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a

impressão de se encontrar diante de uma construção a priori. (MARX, 2013, p. 90)

Interessa-nos aqui o destaque feito em relação à pesquisa. Trata-se então de um trabalho de apropriação do nosso objeto de pesquisa. E como o próprio Marx afirma o ponto de partida da pesquisa deve ser a própria realidade concreta. Neste sentido, buscamos em nosso trabalho realizar tanto uma pesquisa empírica como também nos apropriar da bibliografia produzida em relação ao tema estudado.

A pesquisa constou de:

- análise documental e bibliográfica sobre o MTST e sobre os governos federais do período analisado (final do primeiro mandato de FHC até o primeiro mandato de Dilma Rousseff)
- análise de fontes primárias produzidas pelo MTST. Buscamos levantar informações produzidas em: resoluções de congressos, boletins produzidos pelo movimento, revistas, site oficial, páginas em redes sociais, material publicado por militantes do movimento em outros órgãos e demais documentos produzidos durante o período analisado.

Fizemos também um levantamento de fontes secundárias, constituídas de artigos, monografias, dissertações, teses e livros sobre o tema. Também utilizamos de material produzido pela grande mídia acerca do tema.

Realizamos um *survey*, cujo modelo de questionário segue em anexo (1), que foi aplicado durante o III Encontro Nacional do MTST. O objetivo do *survey* foi levantar o perfil socioeconômico dos militantes do MTST que participavam daquele Encontro, bem como testar algumas hipóteses visando subsidiar o debate com a bibliografia analisada. Tratava-se de um Encontro que contou com militantes de 14 estados, a maioria na condição de coordenadores do MTST. Ao todo foram respondidos 241 questionários de um universo de 350 militantes presentes no encontro. Os resultados do *survey* também se encontram em anexo (2). Analisamos também um *survey* realizado pelo Dieese, que analisou a composição de uma das maiores ocupações na atualidade do movimento, a ocupação Povo Sem Medo em São Bernardo do Campo. Foi possível então cotejar os resultados das duas pesquisas identificando semelhanças e diferenças nos resultados coletados, o que contribuiu para a análise do objeto de estudo¹.

¹ É bom ressaltar que o pesquisador já na construção do projeto de pesquisa estabelecia uma relação próxima com os movimentos de trabalhadores sem teto na cidade de Uberlândia/MG, militando ao lado desses. E à medida que a pesquisa foi se desenvolvendo essa militância foi se intensificando ao ponto que

A estrutura de nossa dissertação é composta por três capítulos.

O primeiro capítulo tem como tema a discussão bibliográfica sobre a fração de classe que compõe a base social do MTST, comparando os diferentes conceitos cunhados pela bibliografia ao conceito de exército industrial de reserva, formulado por Marx. Buscou-se discutir o conceito de exército industrial de reserva em um contexto de capitalismo periférico e dependente como no caso do Brasil, pensando de que maneira esses conceitos servem para pensar a base social do MTST. Identificamos também outros recortes analíticos que podem ser utilizados para pensar essa base para além do recorte de classe.

Nesse capítulo inserimos diversos dados coletados em nossa pesquisa, corroborando algumas teorias existentes sobre essa fração, assim como questionando algumas outras e tecendo novas hipóteses sobre o tema.

O segundo capítulo traz o contexto de origem do MTST. Analisamos, inicialmente, as políticas habitacionais dos governos FHC, que, tal como sempre aconteceu na política brasileira, se voltaram muito mais para as classes médias do que para os setores populares. Nesse período também inicia-se o processo de financeirização da questão habitacional, principalmente com empresas do setor imobiliário que começam a se fundir com incorporadoras estrangeiras e investir capital na bolsa de valores. Tudo isso impactou a classe trabalhadora mais precarizada e marginalizada compondo o contexto de surgimento de um novo movimento social no país, o MTST. Com forte influência de outro movimento social, o MST, discutimos nesse capítulo as teses sobre a gênese do MTST. Por último, analisamos os primeiros desafios enfrentados por esse movimento no período em questão, que deixaram marcas profundas em todo o seu processo de organização futuro.

No terceiro capítulo seguimos fazendo a análise sobre o desenvolvimento do movimento tento como pano de fundo as políticas dos governos petistas. A análise desse capítulo está divida em três partes. Para isso analisamos a bibliografia existente debatendo os seguintes temas:

os movimentos de Uberlândia se aproximaram com o MTST a nível nacional, tornando o pesquisador também militante do MTST. Isso gerou um complicador para a pesquisa. Esse grau de aproximação, ao mesmo tempo abriu portas para o acesso a informações que somente a inserção no mundo acadêmico já mais permitiria. Esse é um trabalho que se constrói numa linha tênue de um pesquisador/militante mas que tem a noção de que é necessário fazer certas separações para que a pesquisa não seja totalmente contaminada somente pelos sentimentos políticos de quem a constrói. Queremos mais contribuir para o debate intelectual, mesmo que isso signifique tecer duras críticas ao movimento, do que fazer um mero ensaio panfletário e propagandístico. Na nossa opinião o debate intelectual honesto e sincero tende a fazer a crescer mais o movimento do que se opinássemos por esconder as críticas necessárias.

Primeiramente abordamos a origem do PT, demonstrando como o partido, assim como sua corrente hegemônica, foram mudando de postura no decorrer dos anos, até chegar na vitória das eleições presidenciais de 2002. A segunda parte analisa os dois governos liderados pelo presidente Lula, demonstrando como foi construída uma hegemonia no poder através desses governos, com a combinação de aquecimento do mercado interno e políticas sociais, porém sem romper com o núcleo duro das políticas neoliberais. E por último analisamos o primeiro governo Dilma, nos aspectos de avanços aos governos anteriores como também os fatores que contribuíram para a crise desse governo e o fim da hegemonia construída. Tudo isso serve para estruturar nossa análise final, sobre as políticas habitacionais construídas durante esses governos e como foi a resposta do MTST diante desse cenário. O movimento, ao menos a partir de sua direção, se posicionou crítico aos governos petistas, pele ineficácia das políticas de moradia desenvolvidas no período. Ao mesmo tempo soube aproveitar as consequências geradas por tais políticas para se expandir e ter uma maior incidência no cenário nacional. As políticas dos governos petistas tiveram também aspectos positivos na base social do MTST, o que por vezes pode gerar contradições entre os sentidos apontados pela direção do movimento e as preferências políticas de sua base.

Trabalhamos também neste capítulo com a hipótese segundo a qual esta base social, diferentemente do modo como parte da bibliografia interpreta, possui capacidade de mobilização e organização e não nutre necessariamente uma relação populista com o Estado, considerando também que suas reivindicações têm um de caráter progressista e podem se expressar em movimentos sociais como o MTST.

CAPÍTULO I

AFINAL, QUEM SÃO OS SEM-TETO? A POLISSEMIA EM TORNO DO EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA NO CAPITALISMO BRASILEIRO

Introdução

O objetivo deste capítulo é analisar a composição social da fração de classe da base do MTST. Buscaremos primeiramente identificar quais são as características do perfil social e econômico desses trabalhadores e em segundo lugar analisar teoricamente a constituição daquela fração.

Tomando como base a teoria marxista, identificamos que a fração que compõe a base do MTST é constituída no seio do processo de acumulação capitalista, ou seja, é inerente a ele, porém possui características diferentes do proletariado por estar nas camadas mais pauperizadas e marginalizadas do processo produtivo. Um aspecto que ganha destaque nas análises de Marx (2013) ao desvendar a acumulação capitalista é a moradia. Marx afirma: "Quanto mais rapidamente se acumula o capital numa cidade industrial ou comercial, tanto mais rápido é o afluxo do material humano explorável e tanto mais miseráveis são as moradias improvisadas dos trabalhadores" (Marx, p. 735, 2013)

Neste sentido, o processo de acumulação produz dois aspectos que estão estreitamente ligados ao nosso objeto de estudo: por um lado uma parcela da classe trabalhadora é extremamente precarizada, vivendo em condições abaixo do nível normal de subsistência, e por outro essa mesma parcela, por viver em tais condições, não consegue suprir um item básico da reprodução da sua força de trabalho, a saber, a moradia.

Tais características já se encontravam desvendadas nas obras de Marx, no entanto os autores latino-americanos buscaram compreender de que forma essa fração de classe se reproduzia em países periféricos e de economias dependentes como os da América Latina. O que caracterizaria esses trabalhadores em tal cenário? As teorias que foram elaboradas seguiram caminhos diferentes, mas em vários momentos suas conclusões se entrecruzam.

Tais teorias assumem especial importância em nossa pesquisa pois balizaram tanto os estudos sobre os movimentos sem-teto, especialmente a análise sobre a base social, quanto sobre os governos petistas. Alguns autores de alguma forma chamaram a atenção para a importância desta fração para explicar a configuração de tais governos.

Nossa pretensão é contribuir para o debate sobre as classes trabalhadoras no Brasil, buscando construir um arcabouço explicativo sobre uma fração específica que, no caso brasileiro, constitui parte significativa desta classe.

Nosso objetivo, ao estudar um movimento social como o Movimento dos Trabalhadores sem Teto a partir deste prisma - entender quem são os trabalhadores que compõem a base social desse movimento e quais são as possibilidades de organização política do mesmo -, visa dar alguma contribuição neste debate. Faremos este investimento analítico buscando sistematizar o debate teórico já produzido sobre tema, mas também apresentando os dados coletados durante pesquisa de natureza quantitativa realizada com parte da base social, mas principalmente de lideranças do MTST, pesquisa, até então, inédita na bibliografia disponível sobre o movimento².

I.1 O que é sem-teto?

Nossa primeira pergunta consiste em pensar quem são os sem-teto e a qual parte da classe trabalhadora eles pertencem. Existe um grande estigma social sobre o sem-teto, muitas vezes criminalizando esses sujeitos, acusando-os de serem "vagabundos", "fura-fila" dos programas governamentais e que deveriam trabalhar para conquistar sua moradia. Trata-se de uma opinião do senso comum que oculta interesses de classe, principalmente dos grandes proprietários de terra urbana, que veem nas ocupações realizadas pelos sem-teto uma grande ameaça.

O primeiro passo para pensarmos quem são os sem-teto é refletir sobre o conceito de déficit habitacional.

"Déficit Habitacional" é o nome que se dá para a quantidade de casas que faltam para atender a todos aqueles que precisam de um teto. Existem dois modos de definir este déficit: o quantitativo (número de famílias que não têm casa) e o qualitativo (número de famílias que

² A pesquisa foi realizada durante o III Encontro Nacional do MTST, em dezembro de 2017. Contou com a participação de militantes de 14 Estados. Ao todo participaram do encontro 350 militantes. Deste universo, alcançamos o montante de 241 respondentes (68,85%), o que revela a amplitude de nossa pesquisa e a ampla adesão que a mesma obteve entre os militantes do movimento. É bom destacar que tal pesquisa é datada de 2017, e como foi realizada principalmente com coordenadores do movimento, pode ser o retrato do perfil de toda base do movimento, como também merecer ser comparada com dados levantados em outros momentos da história do MTST.

moram em situação extremamente inadequada). (BOULOS, p. 31, 2015)

Ainda de acordo com a Fundação João Pinheiro o déficit habitacional é calculado seguindo quatro critérios:

(a) domicílios precários; (b) coabitação familiar; (c) ônus excessivo com aluguel urbano; e (d) adensamento excessivo de domicílios alugados. Os componentes são calculados de forma sequencial, em que a verificação de um critério está condicionada à não ocorrência dos critérios anteriores. (Fundação João Pinheiro, p. 10, 2017)

Cada um desses critérios possui uma especificidade e subclassificações.

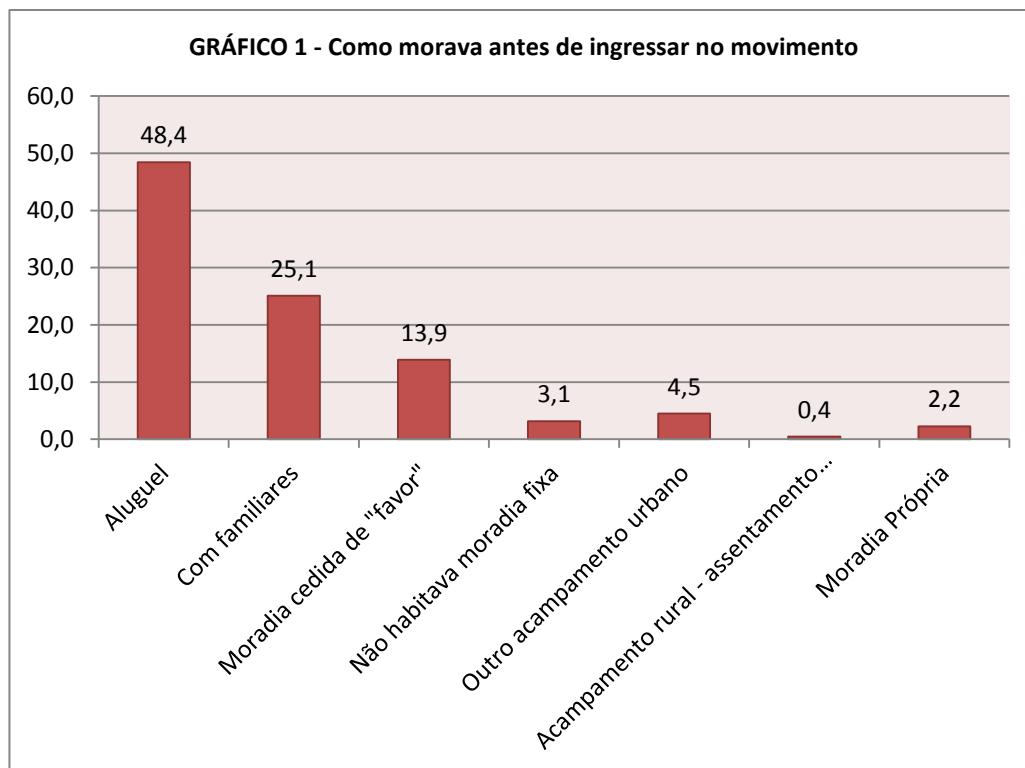
Os domicílios precários estão subdivididos em dois tipos: 1) domicílios com insalubridade, que pode causar doenças nos moradores e 2) domicílios que não foram originalmente pensados como moradia, como morar em baixo da ponte.

A coabitação familiar também está dividida em duas modalidades: 1) por cômodos, que parece ser uma unidade habitacional autônoma mas muitas vezes acaba não sendo, como em cortiços, e 2) famílias secundárias que desejam procurar um novo lugar para morar.

O terceiro critério constitui um dos pontos chaves para nossa discussão. Ele diz respeito às famílias que ganham até três salários mínimos e gastam mais de 30% da sua renda com aluguel. E, por último, o quarto critério que diz respeito a domicílios alugados que possuem mais de três pessoas morando por cômodo (Fundação João Pinheiro, p. 10 e 11, 2017).

Em 2015 o déficit habitacional era de 6.186.503 milhões de domicílios, representando 9,3% da população do país. Entre as regiões com o maior déficit habitacional absoluto destacam-se o Sudeste e o Nordeste com, respectivamente, 2,430 e 1,924 milhões de moradias em 2015. Entre as Unidades da Federação com maior déficit absoluto em 2015, destacam-se: São Paulo (1,306 milhão), Minas Gerais (552 mil), Bahia (451 mil), Rio de Janeiro (468 mil) e Maranhão (388 mil). No que diz respeito à composição do déficit habitacional brasileiro, em 2015, o ônus excessivo com aluguel é o item de maior peso, respondendo por 3,189 milhões de unidades ou 51,5% do déficit (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, p. 14, 2017).

Em nossa pesquisa realizada durante o III Encontro Nacional do MTST, em 2017, , identificamos também quais eram as condições de moradia dessas pessoas antes delas ingressarem em uma ocupação do movimento.



Fonte: Pesquisa “Perfil dos moradores das ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto” (CAMPOS, 2017).

Verifica-se que quase metade dos entrevistados, ou seja, 48,4%, morava de aluguel antes de ingressar no MTST. Não levantamos em nossa pesquisa o quanto da renda os trabalhadores sem teto gastavam com aluguel mas em pesquisa realizada pelo Dieese (2017) com os moradores da ocupação Povo Sem Medo em São Bernardo do Campo, 47,6% gastavam entre 30% a 50% da sua renda com aluguel.

Os trabalhadores sem teto enquadram-se no perfil de público característico de déficit habitacional tal como descrito pela Fundação João Pinheiro.

Os dados levantados durante a pesquisa refletem aspectos socioeconômicos típicos realidade brasileira, em que o ônus com aluguel é o de maior peso na composição do déficit habitacional, como afirmado pela Fundação João Pinheiro.

A existência de grande déficit habitacional no Brasil constitui, segundo nossa hipótese, um dos fatores explicativos da afluência de significativo contingente de famílias aos acampamentos de movimentos sem-teto, como é o caso do MTST. Não se trata de correlação mecânica na medida em que nem todas as famílias carentes de moradia ingressam em movimentos de luta por moradia.

Nossa pesquisa revela que a situação de moradia anterior ao ingresso no MTST é marcada pela instabilidade posto que, além do aluguel, outras situações eram

recorrentes, tais como "morar com familiares" (25,1%) e "moradia cedida de favor" (13,9%), de tal modo que 39% dos pesquisados não eram nem proprietários nem locatários diretos nas moradias em que viviam.

Os dados que levantamos são corroborados também pela pesquisa do Dieese et al. (2017) na *Ocupação Povo Sem Medo* de São Bernardo do Campo. A pesquisa aponta que 69,3% dos entrevistados moravam em casas alugadas e outros 21,5% moravam em casas cedidas antes de ingressarem na ocupação. Neste sentido para o Dieese et al. (2017) esse seria um dos principais motivos para as famílias ingressarem em uma ocupação (59,4% afirmaram terem ingressado por causa do aluguel).

De acordo com Dieese chama atenção também, a falta de penetração das políticas públicas de moradia nessa base de trabalhadores. Do total, 67,9% declararam nunca terem acessado programas habitacionais e outras 13% das famílias realizaram cadastro mas nunca foram chamadas.

Em nossa pesquisa de campo, por sua vez, levantamos dado semelhante posto que 56% dos entrevistados não possuem cadastro em programas habitacionais, o que pode indicar que, devido à ineficácia deles, muitos pesquisados inclusive desistem de ser inscrever em tais programas e preferem buscar outras formas de conquista da moradia, como a luta por meio dos movimentos sociais. Em nossa análise, tal “descrença” estaria diretamente atrelada à maneira como os governos federais tratam a questão da moradia, que no período neoliberal voltou-se ainda mais para a lógica do mercado, como veremos nos próximos capítulos. Neste sentido, a própria ineficácia do governo engrossa as fileiras dos movimentos sem-teto.

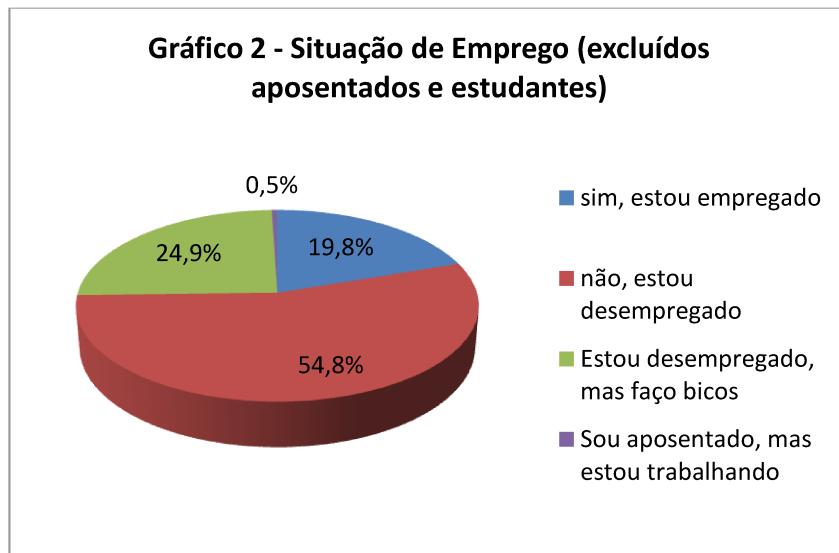
Uma breve menção aos dados sobre o perfil socioeconômico dos sem-teto também mostra que um primeiro mito a ser quebrado é que sem-teto são aqueles que moram na rua. Trata-se de condições diferentes. Parte desses sem-teto trabalha, mesmo que em empregos precarizados e informais. Não obstante, os dados revelam uma situação comum a parte da classe trabalhadora brasileira, que sofre com o drama da ausência de moradia e condições precárias de habitação.

Boulos (2015) apresenta um levantamento feito em 2007, em uma das ocupações organizados pelo MTST, com 5.200 famílias. Nesse levantamento pode-se conhecer alguns dados sobre o perfil dos trabalhadores que compõem a base social dos movimentos de trabalhadores sem-teto e com isso tecer uma comparação com os dados levantados em nossa pesquisa, realizada 10 anos depois.

A situação de emprego dessas famílias era a seguinte: 26% eram trabalhadores formais, com registro em carteira; outros 27% eram trabalhadores informais, sem registro; e 47% estavam desempregados, sobrevivendo de bicos que apareciam de vez em quando. A renda mensal dessas famílias trabalhadoras era a seguinte: 65% sobreviviam com até um salário mínimo; 32% recebiam entre um e dois salários mínimos; 2% recebiam entre dois e três salários mínimos; e apenas 1% mais do que três salários mínimos (BOULOS, p. 90, 2015).

Os dados levantados sobre renda e situação de trabalho dos integrantes do MTST em nossa pesquisa de campo indicam também o predomínio de trabalhadores precários, informais e desempregados.

Do total de entrevistados, 41% possuem renda de até um salário mínimo, 12% possuem renda entre um salário mínimo e meio e 37% afirmaram que não tem renda.



Fonte: Pesquisa “Perfil dos moradores das ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto” (CAMPOS, 2017).

Nota-se que apenas 19,8% dos entrevistados afirmaram estar empregados. Se somarmos os desempregados aos que afirmaram estar desempregados mas fazem bicos, chegamos ao total de 79,7%.

Dentre aqueles que afirmaram estar empregados, além da baixa remuneração, 59,7% estão empregados no setor de serviços, setor marcado por baixos salários, precarização do trabalho e alta rotatividade. Significativo percentual dos que afirmaram estar trabalhando se classificaram com autônomos (45%), o que também pode revelar a

falta de proteção por parte da legislação trabalhista, por trabalharem por conta própria e não terem carteira assinada.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, os dados da pesquisa do Dieese et al. (2017) apontam características diferentes. Embora os dados relativos à renda sejam semelhantes, posto que, segundo o Dieese, do total dos entrevistados 45,9% possuem renda entre um salário mínimo e um salário mínimo e meio, a inserção no mercado trabalho seria distinta da levantada por nós.

Apesar da taxa de desemprego chegar a 41,8% dos entrevistados, o percentual de participantes da População Economicamente Ativa (PEA) é de 73,1% e o assalariamento é de 60,4%, sendo que o número de trabalhadores formais chega a 61,5%. O Dieese et al. (2017) ressaltou este dado afirmando: "quando o trabalho formal é sinônimo da pobreza".

Braga (2012) afirma que o período dos governos petistas foi marcado por uma alta criação de empregos e crescimento da formalização do trabalho, porém boa parte dos novos postos de trabalho seriam marcados pela precarização, com baixa remuneração e alta rotatividade e sendo postos de baixa qualificação da força de trabalho. De fato, estudos recentes sobre evolução do mercado de trabalho nos anos 2000 mostram que as vagas criadas, concentradas sobretudo no setor de serviços, atingem no máximo dois salários mínimos (REMY et al, 2016). Aprofundaremos melhor esse debate nos capítulos seguintes que tratam os governos petistas.

Esses dados indicam que os sem-teto situam-se nas parcelas mais pauperizadas da classe trabalhadora. E esse processo de pauperização está diretamente atrelado à lógica de acumulação do sistema capitalista. Neste sentido, para entendermos melhor porque esses trabalhadores se encontram nessa condição, discutiremos a seguir o processo de acumulação capitalista e suas implicações para as condições da classe trabalhadora brasileira.

I.2 A lei geral da acumulação capitalista e o exército industrial de reserva

Quando Marx (2013) trata da lei geral da acumulação capitalista, explica que, quanto mais cresce o capital, mais aumenta sua demanda por força de trabalho, consequentemente por mais trabalhadores. Porém, chega-se a um ponto que a demanda sobrepuja a oferta, elevando assim os salários dos trabalhadores. Mesmo com melhores salários, a relação de dependência dos trabalhadores aos capitalistas continua a mesma,

a saber, a garantia de produção de mais-valor como resultado final do seu trabalho. O aumento dos salários significaria apenas a diminuição de parte desse mais-valor mas não a sua extinção. Porém se os salários começam a crescer demais ao ponto de ameaçar o lucro, a acumulação de capital decresce, para assim decrescer o preço do trabalho também. Marx expressa esta lei na seguinte fórmula: "a grandeza da acumulação é a variável independente, a grandeza do salário a variável dependente, e não o contrário" (MARX, p.696, 2013).

Porém existe outro aspecto importante a ser considerado. À medida que a acumulação de capital cresce, aumentam também as capacidades produtivas do trabalho. Isso permite que uma quantidade menor de trabalho produza uma quantidade maior de produtos. Uma das consequências é o maior emprego da massa de meios produção no processo de trabalho, que aumenta mais do que a massa de trabalho que a emprega.

Se de um dado capital, por exemplo, calculando-se percentualmente, investia-se originalmente 50% em meios de produção e 50% em força de trabalho, posteriormente, com o desenvolvimento do grau de produtividade do trabalho, investem-se 80% em meios de produção e 20% em força de trabalho etc. (MARX, p. 699, 2013)

Porém se aumenta o volume dos meios de produção empregados, o valor deles diminui em comparação com o seu volume. E, mesmo que o processo de acumulação diminua a grandeza relativa do capital variável, ele não reduz o aumento da grandeza absoluta desse capital variável.

Suponha que o valor de um capital se decomponha, inicialmente, em 50% de capital constante e 50% de variável, e, posteriormente, em 80% de capital constante e 20% de variável. Se, nesse ínterim, o capital original, digamos 6 mil libras, aumentou para 18 mil libras, seu componente variável também terá aumentado um quinto. de suas 3 mil libras anteriores ela chega, agora, a 3.600 libras. Mas se antes teria bastado um crescimento de 20% de capital para aumentar a demanda de trabalho em 20%, agora isso requer a triplicação do capital original (MARX, p. 700, 2013)

O crescimento da acumulação gera a concentração dos meios de produção nas mãos de capitalistas individuais, ao mesmo tempo, gera um maior número de capitalistas e consequentemente uma maior concorrência entre eles. Se existe essa tendência de concorrência, existe também a tendência de concentração de capitais, convertendo muitos capitais menores em poucos capitais maiores. Ou seja, a quantidade de capital continua a mesma, não estando diretamente relacionado ao processo de acumulação. Trata-se de centralização e não acumulação e concentração. Vence a

concorrência quem consegue baratear o preço das mercadorias, o que está atrelado à produtividade do trabalho, consequentemente à produção em larga escala. Os capitais maiores “engolem” então os menores.

Podemos dizer que, com a produção capitalista, constitui-se uma potência inteiramente nova: o sistema de crédito, que em seus primórdios insinua-se sorrateiramente como modesto auxílio da acumulação e, por meio de fios invisíveis, conduz as mãos de capitalistas individuais e associados recursos monetários que se encontram dispersos pela superfície da sociedade em massas maiores ou menores, mas logo se converte numa arma nova e temível na luta concorrencial e, por fim, num gigantesco mecanismo social para a centralização dos capitais. (MARX, p. 702, 2013)

Na medida em que se desenvolvem a produção e o crédito, se ampliam também a concorrência e o crédito. A centralização reforça e acelera a concentração da acumulação de capital e desenvolve por meio de revoluções a composição técnica do capital, aumentando sua parte constante e diminuindo a variável, ou seja, a demanda por trabalho. Ao aumentar o capital global cresce seu componente variável, porém numa proporção cada vez menor e, como já dito, diminuindo a demanda por trabalho.

O que a acumulação do capital gera é um aumento da população trabalhadora maior do que o aumento do componente variável do capital, surgindo, assim, uma população trabalhadora excedente.

Em todas as esferas, o crescimento da parte variável do capital e, portanto, do número de trabalhadores ocupados, vincula-se sempre a violentas flutuações e à produção transitória de uma superpopulação, que esta adote agora a forma mais notória da repulsão de trabalhadores já ocupados anteriormente, quer a forma menos evidente, mas não menos eficaz, de uma absorção mais difícil da população trabalhadora suplementar mediante canais habituais.(MARX, p. 705 e 706, 2013)

Ao mesmo tempo que essa população excedente é fruto da acumulação capitalista ela também se torna uma alavanca dessa acumulação e até mesmo uma condição de existência do modo de produção capitalista, segundo Marx.

Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional.(MARX, p. 707, 2013)

Em casos de ampliação repentina da produção capitalista ou abertura de novos ramos, o exército industrial de reserva é quem vai oferecer os trabalhadores necessários,

sem ser preciso deslocar trabalhadores de outros ramos. O capital se expande e se contrai, ora solicitando a superpopulação relativa ora depositando mais trabalhadores nas fileiras dela. "Toda a forma de movimento da indústria moderna deriva, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em mão de obra desempregada ou semiempregada (MARX, p. 708, 2013)."

O avanço da acumulação capitalista possui dois movimentos: 1) que pode gerar um capital variável maior, que põe mais trabalho em movimento, mas devido ao aumento da produtividade não necessita recrutar mais trabalhadores, e 2) em que o capital variável é do mesmo tamanho e põe mais trabalho em movimento, substituindo um número menor de forças de trabalho superiores por um maior de forças de trabalho inferiores (trabalhadores menos qualificados, jovens, mulheres etc.), mantendo, não obstante, o mesmo volume da massa de força de trabalho.

À medida que cresce a produtividade do trabalho, o capital eleva mais a sua oferta de trabalho (sobrecarga de trabalho) do que a necessidade por um número maior de trabalhadores. E à medida que essa produtividade cresce com o desenvolvimento tecnológico (mais capital constante), a superpopulação relativa aumenta numa proporção ainda maior.

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. (MARX, p. 711, 2013)

Esta tendência influencia diretamente sobre o preço dos salários:

Grosso modo, os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que se regem, por sua vez, pela alternância periódica do ciclo industrial. Não se determinam, portanto, pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo aumento ou redução do tamanho relativo da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada. (MARX, p. 712 e 713, 2013)

Marx afirma que, nos períodos de estagnação, o exército industrial de reserva serve para pressionar a classe trabalhadora empregada, mas nos períodos de superprodução barra suas pretensões. Poderia esse fenômeno influenciar para que o exército de reserva tivesse um caráter conservador? Discutiremos essa questão mais

adiante quando formos tratar o desenvolvimento histórico do MTST e as formas de organização e mobilização desse setor da classe trabalhadora.

No desenvolvimento capitalista, a acumulação de capital por um lado aumenta a demanda de trabalho, por outro lado joga mais trabalhadores nas fileiras do exército de reserva, aumentando assim a oferta de trabalhadores. Porém a pressão que os desempregados exercem sobre os empregados, faz com que esses últimos aumentem sua produtividade, não precisando assim o capital contratar mais trabalhadores. Isso faz em certa medida a oferta de trabalho ser independente da oferta de trabalhadores. Marx destaca que, à medida que os trabalhadores descobrem esse movimento, eles se organizam coletivamente - tanto empregados como desempregados - por meio de sindicatos, procurando eliminar ou amenizar os efeitos dessa lei de acumulação. O capital então passa a utilizar, inclusive, de meios coercitivos para constranger a organização e a luta dos trabalhadores.

A superpopulação possui três formas: flutuante, latente e estagnada. Nos centros da indústria moderna, onde ocorre o movimento ora de atração ora de repulsa dos trabalhadores, o número de trabalhadores aumenta porém sempre em proporção decrescente à escala de produção; trata-se da superpopulação flutuante. O movimento de acumulação do capital necessita sempre de massas maiores de trabalhadores juvenis e de massas menores de trabalhadores masculinos adultos. Na grande indústria, os trabalhadores são desgastados rapidamente, por isso a necessidade de mais trabalhadores jovens (implicando inclusive a necessidade de casamentos precoces).

A segunda camada da superpopulação, a latente, seria fruto do desenvolvimento capitalista na agricultura, expulsando assim uma quantidade de trabalhadores do meio rural para o meio urbano. Aqui não existe a oscilação entre atração e repulsão como na grande indústria, somente a repulsão. O trabalhador rural aguarda o momento para se transformar em proletariado urbano, estando à espreita de circunstâncias favoráveis para isso. Existe então uma enorme superpopulação latente no campo esperando esse momento, cujo volume só se evidencia quando as condições de migração para a cidade se tornam efetivas (como o desenvolvimento da indústria). Com isso o trabalhador do campo fica em condições precárias beirando o pauperismo.

"A terceira categoria da superpopulação relativa, a estagnada, forma uma parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação totalmente irregular. Desse modo, ela proporciona ao capital um depósito inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora, e é precisamente isso que a torna uma base ampla para certos ramos de

exploração do capital. Suas características são o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário. Já nos deparamos com sua configuração principal sob a rubrica do trabalho domiciliar. (MARX, p. 718, 2013)."

Essa parcela da superpopulação cresce à medida que aumenta a acumulação de capital, gerando assim mais trabalhadores supranumerários. Quanto mais cresce o número de trabalhadores menores são os seus salários. Marx, porém, parece acrescentar uma quarta camada no exército de reserva, a qual estaria inserida na esfera do pauperismo. Esta camada não se confunde, todavia, com o lupemproletariado ("criminosos"). Essa categoria do pauperismo se divide em três: os aptos ao trabalho, os órfãos e filhos de indigentes e os incapacitados para o trabalho. O pauperismo é o peso morto para o exército de reserva.

O exército de reserva é uma condição para a produção capitalista e a produção de sua riqueza e ao mesmo uma consequência desta. Quanto maior a riqueza e o desenvolvimento capitalista maior será o exército de reserva.

A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quando maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. *Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.* Como todas as outras leis, ela é modificada, em sua aplicação, por múltiplas circunstâncias. (MARX, p. 719 e 720, 2013)

A análise e a descrição de Marx sobre algumas camadas do exército de reserva nos ajudam a pensar o perfil da base social dos sem-teto tal como descrita por Boulos (2015) e também se assemelha aos dados levantados em nossa pesquisa de campo. Parte significativa dos sem-teto, segundo Boulos, estaria desempregada, vivendo de "bicos" ou estaria trabalhando, porém, na informalidade e sobrevivendo com baixíssima remuneração. Esta descrição nos permitiria enquadrar a base social dos sem-teto no exército de reserva, na camada flutuante e sobretudo na camada estagnada. Ademais, a análise de Marx nos permite pensar como a problemática da moradia está diretamente atrelada ao desenvolvimento do capitalismo.

Exemplificando a lei geral de acumulação capitalista, através da análise da cidade de Londres em sua época, Marx demonstra que a acumulação capitalista de um lado concentra riqueza cada vez mais nas mãos de poucos capitalistas e de outro lança

um número cada vez maior de trabalhadores na miséria. Marx assim desenha a constituição das cidades. Se os trabalhadores são lançados na condição de miséria, dois itens na reprodução de sua força de trabalho são fundamentais: a alimentação e a moradia. O caso da moradia é perceptível ao observador que mire as cidades modernas.

Qualquer observador imparcial pode perceber que, quanto mais massiva a concentração dos meios de produção, tanto maior é a consequente aglomeração de trabalhadores no mesmo espaço; que, portanto, quanto mais rápida a acumulação capitalista, tanto mais miseráveis são para os trabalhadores as condições habitacionais. (Marx, p. 732, 2013)

A descrição feita por Marx sobre a configuração das cidades já em sua época evidencia a existência de uma lógica imobiliária especulativa, hoje recorrente nas cidades brasileiras. O autor afirma que as melhorias promovidas pelo capital no espaço urbano, tais como a "demolição de bairros mal construídos", "ampliação de avenidas para o tráfego" e "introdução de bondes urbanos", na verdade expulsa os trabalhadores mais pobres para lugares cada vez mais precários e mais superlotados. Basta observar nas cidades atuais as chamadas obras de "revitalização" ou "modernização" dos centros urbanos que, na realidade, removem comunidades à força de seus locais de moradia tradicionais e também encarecem o preço da terra urbana, elevando os aluguéis e obrigando essas famílias a se mudarem para bairros mais periféricos. Nas análises de Marx sobre a questão urbana, "[...] qualquer um sabe que o alto preço das moradias está na razão inversa de sua qualidade e que as minas da miséria são exploradas por especuladores imobiliários com lucros maiores e custos menores do que jamais o foram as de Potosí." (MARX, p. 732, 2013)

Consequentemente a expulsão dos trabalhadores para lugares mais afastados e principalmente o processo de superlotação levava muitos deles ao adoecimento devido às péssimas condições de higiene. Ou seja, os elementos do déficit habitacional, no caso a superlotação e lugares que não possuem condições de serem habitados, já são características clássicas das moradias dos trabalhadores produzidas pelo modo de acumulação capitalista. Por sua vez, o aumento dos aluguéis devido à elevação da renda fundiária urbana já era um traço marcante desse modo de acumulação. Desde os tempos clássicos do capitalismo já existia uma enorme quantidade de sem-tetos a transitar pelo espaço urbano, de acordo com os fluxos da acumulação capitalista. E nesses tempos os elementos centrais da especulação imobiliária, que ainda é fortemente realizada nos dias atuais, já estavam traçados:

O preço do solo em Londres é sempre altíssimo em comparação com o rendimento anual que ele gera, pois todo comprador especula com a possibilidade de, mais cedo ou mais tarde, desfazer-se da propriedade por um *jury price* (taxa fixada por juramentados, em caso de expropriação), ou de obter um aumento extraordinário de valor graças à proximidade de algum grande empreendimento. (Marx, p. 734, 2013)

Outro aspecto que chama atenção nos relatórios oficiais analisados por Marx e que também constitui um dos principais elementos da crise urbana atual é a questão do deslocamento dos trabalhadores para o seu local de trabalhado. Marx aponta que os trabalhadores sempre buscam morar perto do seu local de trabalho, mas que em função da expulsão causada pela acumulação capitalista, eles tinham que percorrer uma distância muito maior para chegar ao local de trabalho³.

Marx afirma que os proprietários eram beneficiados, inclusive pelas políticas governamentais, enquanto os trabalhadores seriam sempre afetados, prejudicados e coagidos pela violência policial.

O proprietário fundiário, o dono de casas, o homem de negócios, quando expropriados em razão de "*improvements*", como ferrovias, aberturas de ruas etc., recebem não apenas indenização total, mas, por sua "renúncia" forçada, tem de ser consolados, por Deus e pela Justiça, com um lucro considerável. O trabalhador é jogado na rua com sua mulher, filhos e haveres, e caso acorra em massa para bairros onde a municipalidade zela pela decência, é perseguido pela polícia sanitária! (Marx, p. 735, 2013)

Na história do MTST, como analisaremos a seguir, o movimento, ao chegar em certos municípios onde as gestões governamentais zelavam pela "decência", passa a ser alvo de perseguição da polícia militar.

Marx afirmara que as condições de moradia das cidades variam de acordo com o fluxo e refluxo do capital e do trabalho. Se hoje tais condições estão boas, amanhã podem piorar repentinamente devido a chegada de expressivo contingente de trabalhadores atraídos pelo desenvolvimento capitalista. Neste sentido, afirma "Quanto mais rapidamente, se acumula o capital numa cidade industrial ou comercial, tanto mais rápido é o afluxo do material humano explorável e tanto mais miseráveis são as moradias improvisadas dos trabalhadores (Marx, p. 735, 2013)."

³ Uma das demandas que fez parte da crise ocasionada no primeiro mandato de Dilma Rousseff foi justamente o transporte público, tema que será discutido no último capítulo desta dissertação.

Segundo Benoit (2000) o capitalismo nunca irá resolver a questão da moradia popular. Trata-se de um problema estrutural. Mesmo que a luta por moradia seja uma luta atrelada a uma necessidade mínima e básica - um movimento de urgência - para a reprodução da força de trabalho, essas necessidades mínimas não serão atendidas pelo capitalismo. Benoit afirma então que a luta por moradia possui um duplo caráter

Nesse sentido, a luta pela moradia (junto com aquelas do direito ao trabalho e da defesa do salário) ao mesmo tempo que é uma luta imediata e mínima da classe trabalhadora, é também uma reivindicação transitória para além do capitalismo, pois jamais será satisfeita nem mesmo parcialmente pelo modo de produção capitalista. (Benoit, p. 159, 2000)

A compreensão deste limite da luta por moradia é um aspecto importante para entendermos a constituição e a forma de atuação do MTST, que, como veremos adiante, difere das características de outros movimentos que lutam apenas pela moradia em si e não questionam a reprodução do sistema capitalista. Esse tipo de postura já era criticada também por Engels (2015). Debatendo e polemizando com os prudhonistas, Engels assinala que a solução proposta por estes, de que todos os trabalhadores deveriam ter a casa própria, teria um caráter reacionário, utópico e ilusório, na medida em que a questão da moradia só poderia ser solucionada com a superação do próprio capitalismo.

Engels, naqueles artigos do *Volksstaat*, procura justamente mostrar que o desenvolvimento capitalista, tanto nas cidades como no campo, entra em contradição frontal com esse projeto de transformar os trabalhadores em proprietários. Neste sentido, para Engels, a solução do problema da moradia da classe trabalhadora seria inseparável da luta pela revolução social. (Benoit, p. 159, 2000)

Segundo essa mesma linha argumentativa, Oliveira (2010) demonstra como as políticas de Estado estão atreladas a essa lógica. A autora afirma que as políticas habitacionais e as demandas dos movimentos sem-teto serão atendidas, desde que não interfiram nos interesses das classes dominantes e dos capitalistas ligados ao setor imobiliário. Citando o trabalho de Lojkine (1981), a autora argumenta que para o capital as despesas relacionadas à reprodução da força de trabalho merecem uma atenção muito menor por não estarem associadas diretamente à acumulação de capital, o que explicaria o baixo investimento em habitação nas grandes cidades capitalistas.

[...] do ponto de vista do capital, as despesas de consumo são despesas sem retorno que não permitem nem uma redução do tempo de circulação do capital. Neste sentido, elas permanecem sempre para o capital como despesas supérfluas que devem ser comprimidas ao máximo. Além disso, seu valor de uso específico (coletivo,

indivisível, imóvel, durável...) onera sua rentabilidade capitalista, do ponto de vista dos agentes que as produzem: imobilização do capital, inadaptação aos critérios mercantis (Lojkine, p. 161, 1981 apud Oliveira, p. 254, 2010).

Segundo Lojkine (1981) as cidades constituem um elemento central no desenvolvimento do capitalismo, sendo, então, as políticas urbanas moldadas por tal desenvolvimento. Essas políticas serviriam para atenuar os efeitos causados pelo próprio processo de acumulação capitalista, não chegando jamais a enfrentar as contradições fundamentais do capitalismo, ou seja, entre capital e trabalho. Por essas razões, de acordo com Oliveira (2010), haveria um limite estrutural por parte do Estado na resolução da questão urbana.

Se a lei geral de acumulação capitalista gera por um lado o exército industrial de reserva e por outro a problemática habitacional, é preciso pensar como se dá a aplicação de tal lei nos países periféricos, como no caso do Brasil.

Ao mencionar o trabalho de Castells (1975), Oliveira afirma que enquanto nos países de centro o processo de industrialização e o de urbanização estão intimamente ligados, no caso dos países periféricos o mesmo não acontece. Para a autora a urbanização dos países dependentes possui as seguintes características:

- o crescimento acelerado dos aglomerados se deve fundamentalmente ao aumento das taxas de crescimento natural, tanto urbano quanto rural, e a migração rural-urbana. Em relação a este tipo de imigração, Castells afirma que existe muito mais um push rural do que um pull urbano, ou seja, tal fenômeno não corresponde a uma demanda de mão de obra na cidade, mas sim a tentativa de encontrar uma saída vital num meio diversificado;
- a urbanização dependente provoca uma superconcentração nos aglomerados (primate cities) enquanto deixa muitas faixas do país em total distância. Sendo que a primeira massa urbana desses aglomerados é uma massa crescente de uma população que não possui emprego e também não tem uma função precisa na sociedade urbana. Tal massa está na cidade porque rompeu seu elo com a sociedade rural;
- as formações sociais existentes na América Latina antes da penetração colonialista ibérica, foram praticamente destruídas, foram desintegradas socialmente durante a conquista. É, portanto, no interior da situação de dependência que se constituíram novas sociedades, sem quase apresentar particularidades relativas à estrutura social pré-existentes. As características internas e suas possíveis diversidades dentro do território latino americano se devem às diferentes articulações regionais da metrópole, assim como à reorganização de força dos países dominantes: substituição da dominação ibérica pela inglesa, e depois pela norte-americana. (Oliveira, p. 256, 2010)

. Ainda segundo Oliveira, a síntese do processo urbanização nos países dependentes foi definida por Castells, nos seguintes termos:

A urbanização latino-americana se caracteriza então pelos traços seguintes: população urbana sem medida comum com o nível produtivo do sistema; ausência de relação direta entre emprego industrial e crescimento urbano; grande desequilíbrio na rede urbana em benefício de um aglomerado preponderante; aceleração crescente do processo de urbanização; falta de empregos e de serviços para as novas massas urbanas e, consequentemente, reforço da segregação ecológica das classes sociais e polarização do sistema de estratificação no que diz respeito ao consumo. (Apud Oliveira, 2010, p. 256 e 257)

Se o processo de urbanização nos países periféricos possui essa caracterização, veremos adiante, como alguns autores que estudam os movimentos que organizam trabalhadores sem-teto, inclusive o MTST, apontam para características da base social desses movimentos que segundo nossa hipótese poderiam situá-los também no exército de reserva, tal como descrito por Marx, mas contextualizado no cenário de dependência.

I.3 Alternativas ao conceito de exército de reserva: subproletariado, massa marginal ou precariado

I.3.1 Subproletariado

Goulart (2012) afirma que os movimentos de moradia organizam uma parte da classe trabalhadora que estaria ligada ao setor informal. A autora analisou especificamente a base social do MTST, identificando os trabalhadores que compõem tal base social como pertencentes ao subproletariado, ainda que tenha buscado resignificar esse conceito, discutindo com a bibliografia já existente. "Tratamos então de dois elementos fundamentais na constituição desta base social: a condição de sem-teto e sua inserção nas relações de produção capitalista (Goulart, p. 161, 2012)".

Goulart também concebe os sem-teto como fruto do déficit habitacional, como já mencionamos. Entretanto eles só se constituem como sujeitos políticos quando se organizam em movimentos sociais como o MTST. Esse é um aspecto importante para pensar os movimentos sociais em relação ao recorte de classe. Na definição marxista, se por um lado, devemos pensar as classes sociais ou suas frações enquanto sua inserção no processo produtivo, somente esse aspecto não basta. Podemos ver isso na análise que Marx (2011) faz dos camponeses em o 18 de Brumário de Luís Bonaparte:

Os camponeses parcelares constituem uma gigantesca massa, cujos membros vivem na mesma situação, mas não estabelecem relações diversificadas entre si. O seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de levá-los a um intercambio recíproco. O isolamento é favorecido pelos péssimos meios de comunicação franceses e pela pobreza dos camponeses. A sua unidade de produção, a parcela, não permite nenhuma divisão de trabalho no seu cultivo, nenhuma aplicação da ciência, portanto, nenhuma multiplicidade no seu desenvolvimento, nenhuma diversidade de talentos, nenhuma profusão de condições sociais. Cada família camponesa é praticamente autossuficiente, produzindo diretamente a maior parte do que consome e obtendo, assim, os seus meios de subsistência mais da troca com a natureza do que do intercambio com a sociedade. Há a parcela, o camponês e a família; mais adiante, outra parcela, outro camponês e outra família. Sessenta conjuntos desse tipo constituem um povoado; e sessenta povoados, um departamento. Assim, a grande massa da nação francesa se compõe por simples adição de grandezas homônimas, como batatas dentro de um saco constituem um saco de batatas. Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parcelares, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma. (Marx, p. 142 e 143, 2011)

Não se trata de simplesmente transpor essa análise feita sobre o camponês francês de 1848 para a atualidade e para outros setores da classe trabalhadora. Porém nessa análise importantes afirmações são feitas por Marx e que na nossa hipótese ajudam a pensar o debate que estamos traçando.

O camponês analisado por Marx era do ponto vista econômico uma classe, mas não era do ponto de vista político e ideológico. Diante disso, deduz-se que e a estrutura econômica capitalista gera potencialmente as condições de existência de uma classe. Porém a formação efetiva dessa classe só será concretizada quando essa se organizar politicamente e lutar por seus interesses de classe. É justamente o caso do MTST, ao contrário do campesinato francês. Ou seja, o MTST seria a expressão da efetivação dessa fração enquanto classe, através da luta política. Isso serve também para que eles se efetivem na condição de "trabalhadores sem-teto". Todavia, é importante compreender como a base social do MTST se constitui como classe.

Um dos dados levantados no *survey* que chamou nossa atenção foi o de que o MTST foi a primeira experiência de organização política desses trabalhadores.

Do total de entrevistados, 66,7% não tiveram experiência política anterior ao MTST e 81% nunca foram filiados a algum partido político. Neste sentido, a maioria nunca se organizou no movimento sindical e/ou em partidos e isso se explicaria justamente por fazerem parte do exército de reserva. Não obstante, isso não significa que eles constituam uma fração de classe sem capacidade de organização política. A despeito da ausência de experiência política anterior, condições materiais concretas propiciaram o surgimento do MTST e parte desses trabalhadores a se organizar e atuar na luta de classes.

Goulart (2012), ao discutir uma pesquisa realizada em 2003 no acampamento Carlos Lamarca, também traça algumas características do perfil da base social do MTST, corroborando com os dados que já foram apresentados até aqui.

Verificamos que há elementos convergentes que merecem destaque: a presença do migrante, a renda intermitente e muito baixa, a presença de famílias com filhos em maior número, figura da mulher como chefe de domicílio com filhos, a escolaridade como um fator secundário na obtenção de renda. (GOULART, p. 162, 2012)

As características apontadas pela autora poderiam ser pensadas a partir do conceito de exército industrial de reserva. As pesquisas qualitativas realizadas sobre a base social do MTST revelam que esses trabalhadores, em sua grande maioria, estão no setor informal. Para Goulart o crescimento da informalidade na sociedade brasileira está diretamente ligada às políticas neoliberais implementadas no país e a reestruturação produtiva, que tiram trabalhadores do ramo industrial, jogando-os nas fileiras do subproletariado, principalmente no setor de serviços, com baixa remuneração e alta precarização. Ademais, há um aumento da demanda por mais trabalho feminino e outros perfis antes não incluídos, complexificando assim a composição da classe trabalhadora. Neste sentido, é importante ressaltar, estes movimentos aqui descritos não são fruto do neoliberalismo e da reestruturação produtiva; são, na verdade, intensificados por esses processos. Para Goulart a população estagnada do exército de reserva, seria justamente o que hoje é chamado de "trabalhadores informais". Porém o conceito de informalidade não seria o mais apropriado para definir essa fração da classe trabalhadora, uma vez que tal informalidade seria traço constante do processo de acumulação capitalista, sendo melhor utilizar outra nomeclatura, no caso subproletariado.

Ela revela que esse conceito já recebeu várias significações na bibliografia.

A autora cita os conceitos forjados por Singer (1981) e Machado (2009), cujo recorte é a questão da renda e ocupacional. Ambos afirmam que essa fração de classe

seria incapaz de se organizar politicamente, não participando da luta sindical e muito menos da luta de classes. Antunes (1995), por sua vez, caracteriza o subproletariado como desprovido de direitos mínimos de trabalho, neste sentido precarizado, trabalhando em tempo parcial, terceirizado, subcontratado etc. O subproletariado seria também desprovido de proteção sindical e tenderia à individualização da relação salarial. Para Goulart o conceito de Antunes seria mais completo do que dos autores anteriores, por conceber o subproletariado como fruto também da reestruturação produtiva. Porém essa é uma noção incompleta para a autora. É necessário pensar o subproletariado como fruto da lei geral de acumulação, ou seja, inserido no processo produtivo.

Devido à condição precária do subproletariado, Goulart conclui que ele pode ser levado a praticar atos ilícitos com o objetivo de complementar sua renda, mas não como atividade principal de trabalho. Neste sentido, ele não estaria na condição de lupemproletariado.

Outro autor que utiliza o conceito de subproletariado é André Singer (2012). Na tentativa de justificar porque debater essa fração de classe para pensar o debate político brasileiro contemporâneo, o autor desenvolve uma análise teórica interessante. Retoma Caio Prado Júnior para pensar a questão da massa de miseráveis no Brasil:

[...] a herança colonial brasileira ainda faz sentir, no essencial, todos ou pelo menos seus principais efeitos. Constituímos ainda, numa perspectiva ampla e geral [...], um aglomerado humano heterogêneo e inorgânico, sem estruturação econômica adequada, e em que as atividades produtivas de grande significação e expressão não se acham devidamente entrosadas com as necessidades próprias da massa da população. E como consequência desse estado de coisas [...] vai a economia brasileira incidir no círculo vicioso a que já nos referimos: os baixos padrões e nível de vida da grande massa da população brasileira não dão margem para atividades produtivas em proporções suficientes para absorverem a força de trabalho disponível, e assegurarem com isso ocupação e recursos adequados àquela população. (Apud SINGER, p. 17, 2012)

Existiria um círculo vicioso que impediria o desenvolvimento do país. E esse círculo seria marcado justamente pela existência de uma enorme massa de miseráveis que, por um lado, constituiria um amplo mercado interno em potencial, porém, por outro lado, devido ao seu nível de consumo muito baixo, não permitiria o desenvolvimento industrial, afinal não haveria mercado interno para absorver a produção. Para Furtado (Apud SINGER, p. 17, 2012), o desenvolvimentismo iniciado na era Vargas talvez pudesse romper com esse círculo vicioso, porém o mesmo foi

interrompido pelo golpe militar. Singer emprega então o termo "sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente" referindo-se a essa massa de marginais, , adaptando também o termo da própria obra de Marx.

Seguindo a esteira do debate, Singer discute a "sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente" também no regime militar. Afinal como foi possível a contínua reprodução desse segmento da classe trabalhadora dado o desenvolvimento gerado pelo assim chamado "milagre econômico"? Houve naquele período um desenvolvimento econômico combinado com o crescimento da desigualdade, refletido na piora da distribuição de renda. Mesmo com aquecimento do mercado interno a desigualdade entre ricos e pobres aumentou (SINGER, p. 18, 2012).

A resposta para esse enigma seria dada por Francisco de Oliveira (Apud SINGER, p. 19, 2012):

Francisco de Oliveira sugeriu que, por trás da aparente dualidade entre um sistema dinâmico e outro atrasado, na realidade haveria uma integração de ambos, em detrimento dos pobres. O aumento da exploração, refletido na menor renda dos pobres, canalizaria riqueza para o alto, permitindo aumentar o suficiente o consumo dos ricos para sustentar a expansão do mercado interno, sem precisar diminuir a pobreza e a desigualdade. A grande massa empobrecida estaria sendo absorvida pelo setor de serviços informal. (SINGER, p. 19, 2012)

Ao analisar esse contexto do regime militar Paul Singer (1981) cunha o conceito de subproletariado, pois identifica que a "sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente" constituiria uma fração de classe devido à grande dimensão que possuía na sociedade brasileira. Analisando dados de 1976, identificou que ela ocupava 48% da população economicamente ativa (PEA) enquanto os proletários ocupavam somente 28%. É por isso que para André Singer todo debate sobre as classes sociais no Brasil deve passar pela questão do subproletariado. Para André Singer o conceito de subproletariado seria o seguinte:

Subproletários são aqueles que "oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais". Estão nessa categoria "empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos das condições mínimas de participação da luta de classes". Para encontrar uma maneira de quantificá-los, [Paul] Singer usou informações sobre a ocupação e renda fornecidas pelo Pnad de 1976, concluindo que seria razoável considerar subproletários os que tinham renda de até um salário mínimo per capita. (SINGER, p. 77, 2012)

André Singer (2012) indica também que a estagnação econômica e as reformas neoliberais iniciadas na década de 1990 no país chamam ainda mais atenção para o debate sobre o subproletariado, posto que o cenário de arrocho salarial, desemprego, flexibilização dos direitos trabalhistas, assim como a reestruturação produtiva, pode ter engrossado ainda mais as camadas do subproletariado. Outro aspecto importante é que boa parte dessa fração de classe se encontra na região Norte e principalmente Nordeste do país, o que exige que, pensar qualquer disputa política no país, se considere aquela região.

A caracterização histórica feita por Singer para pensar o subproletariado como fração de classe nos parece de extrema relevância para a reflexão acerca da luta de classes brasileira, seja pelo tamanho dessa fração na classe trabalhadora brasileira, seja por se constituir em um importante aspecto para pensar o desenvolvimento econômico do país. Porém, quando o autor classifica essa fração de classe apenas pelo recorte da renda, tal como apontado Goulart, reduz seu efeito explicativo.

É necessário pensar o lugar e o papel que essa fração de classe ocupa no processo produtivo capitalista tal como Marx fez ao discutir o exército de reserva. Neste sentido, classificá-la também como uma camada social sem condições de participação organizada na luta de classes constituiu, , outro equívoco.

O estudo sobre movimentos sociais, como o MTST, mostra um caminho diverso, revelando parte das formas de organização dessa fração de classe. É muito provável que André Singer tenha seguido tal caracterização pois, quando analisa a relação dessa fração de classe com os governos petistas, a falta de organização do subproletariado constitui um elemento central em suas teses – com as quais, como veremos mais adiante, temos algumas discordâncias.

I.3.2. Massa marginal

Oliveira (2011) também concorda que os sem-teto devem ser entendidos para além da sua condição objetiva de não ter uma moradia e uma condição socioeconômica desfavorável. Os sem-teto devem ser compreendidos enquanto agentes políticos. Apesar das diferenças existentes nas bases sociais desses movimentos, , através de uma necessidade concreta, a moradia e a luta política para suprir tal necessidade, eles se unem numa condição comum.

Oliveira (2011) também entende que para pensar os sem-teto enquanto classe é necessário enxergar que posição eles ocupam na estrutura produtiva do sistema

capitalista. Eles pertenceriam à classe trabalhadora, porém no processo produtivo não se enquadram como "operários padrão" do espaço fabril. A autora identifica, e concordamos com ela, que o recurso analítico de fração de classe, é um útil para pensarmos a complexidade atual da classe trabalhadora. Neste sentido, para Oliveira (2011) os sem-teto estariam inseridos na fração de classe denominada "massa marginal". O conceito de marginalidade seria em relação aos trabalhadores que estão à "margem" do processo e não à margem da esfera de consumo.

De acordo com Filho e Oliveira (2012) o conceito de marginalidade foi amplamente debatido nas décadas de 1960 e 1970 à luz do debate do capitalismo dependente na América Latina. Três autores foram os principais analistas desse tema, o argentino José Nun (1972 e 1978), o brasileiro Lúcio Kowarick (1975) e o peruano Aníbal Quijano (1978). Eles basearam suas teorias também nos escritos de Marx, identificando que a questão da marginalidade está principalmente nos textos dos *Gundrisse* e no capítulo XXIII do *Capital*, sobre a lei geral da acumulação.

A marginalidade seria então decorrência do processo de acumulação do sistema capitalista. Refere-se, pois, à questão da inserção nas estruturas de produção e não na questão da inserção no consumo. Ela está inserida na contradição entre acumulação e superpopulação relativa. Ou seja, trata-se de caracterizar essa superpopulação relativa e discutir seus efeitos (FILHO e OLIVEIRA, 2012).

Para Nun a categoria do exército industrial de reserva não dá conta de explicar a superpopulação relativa no capitalismo monopolista.

O capitalismo competitivo apresenta ciclos decenais nas suas indústrias (períodos de animação média, produção a todo vapor, crise e estagnação), além do lançamento do capital em novas áreas. Sendo assim, a superpopulação no capitalismo competitivo possui aqui a função de disponibilizar mão de obra para cada momento da produção, atuando como exército industrial de reserva. (FILHO e OLIVEIRA, p. 2, 2012)

Já no capitalismo monopolista o desenvolvimento dos meios de produção é constante e maior a especialização da força de trabalho, o que dificulta a transferência de trabalhadores de um ramo para o outro, consequentemente a incorporação da superpopulação relativa. Diante desse cenário, Nun propõe a criação do conceito de massa marginal. Existiria uma marginalidade funcional, a do exército industrial de reserva, e uma marginalidade não funcional, a da massa marginal. "De acordo com Nun, os trabalhadores que estão inseridos na massa marginal são os desocupados e também

os que não se encontram no setor das grandes corporações monopolistas (fora do tipo dominante de organização produtiva)." (FILHO e OLIVEIRA, p. 3, 2012)

A respeito dos tipos básicos de implicação marginal no processo produtivo, Nun destaca tanto os trabalhadores rurais quanto os urbanos que não são assalariados e, portanto, trabalham "por conta própria", como os minifundiários de subsistência, pequenos mineiros, trabalhadores "vinculados" por métodos coercitivos mais ou menos manifestos, e pequenos artesões pré-capitalistas. Inserem-se ainda na marginalidade os trabalhadores que não possuem uma situação estável no mercado de trabalho, como os que não recebem salário em dinheiro (principalmente os inseridos no serviço doméstico), o desempregado aberto, o trabalhador ocasional ou por temporada. (FILHO e OLIVEIRA, p. 3, 2012)

A massa marginal também pode compreender os assalariados em setores menos modernos, onde as condições são bem precárias e a remuneração mal dá para manter o nível de subsistência.

Já para Kowarick tanto o capital autônomo como o dependente possuem a mesma lógica nesse processo. Quando se investe em máquinas e tecnologia diminui a quantidade de empregos. Quando acumula capital de um lado cria-se população excedente do outro. Porém na situação de dependência as contradições são mais latentes. Uma das questões está nas diferenças do processo de industrialização.

Enquanto na Europa houve crescimento populacional reduzido, emigração que diminuiu o montante de desocupados e a industrialização do século XIX que absorveu grande parte dos trabalhadores excedentes; na América Latina, tivemos um alto crescimento populacional, alta taxa de natalidade, imigração, grande intensidade na migração do campo para a cidade e um grande número de pessoas que não conseguiram se inserir no sistema produtivo dominante. (FILHO e OLIVEIRA, p. 4, 2012)

A população excedente é funcional ao capital pois representa barateamento da força de trabalho. Os trabalhadores assalariados sofrem uma exploração intensiva e os da massa marginal sofrem uma extensiva: baixa remuneração, divisão de tarefas e tecnologia rudimentar. A maioria dos trabalhadores da massa marginal está no mercado informal.

Os grupos marginais seriam os desempregados, trabalhador intermitente e trabalhador de setores produtivos estagnados ou decadentes (produção artesanal, indústria a domicílio), empregados domésticos, trabalhador autônomo do comércio de mercadorias (ambulantes) e prestação de serviços. Os trabalhadores marginais não possuem uma posição estável, ora estão desempregados, ora fazem "bicos", ora são subcontratados. (FILHO e OLIVEIRA, p. 4, 2012)

Quijano, por sua vez, vai chamar esses trabalhadores de "polo marginal", cujas características "principais envolvem ocupações ou atividades com baixa produtividade, utilizando "recursos residuais da produção", distanciamento das relações hegemônicas de produção, rendimentos frágeis e instáveis." (FILHO e OLIVEIRA, p. 5, 2012)

Esse polo marginal manteria uma relação com a estrutura geral da sociedade de exploração e ao mesmo tempo de compensação, no sentido de que o próprio Estado seria o responsável por garantir uma estrutura de sobrevivência para esses setores marginais para que eles sejam explorados.

O autor cita como exemplos de marginalidade os setores do artesanato, dos pequenos serviços, do pequeno comércio, que seriam como uma "pequena burguesia"; e os desempregados, os trabalhadores temporários, os recém ingressos no mercado de trabalho, os provenientes da agricultura, que seriam os "assalariados marginais". (FILHO e OLIVEIRA, p. 5, 2012)

No Brasil esse debate também ganhou destaque nas décadas de 1960 e 1970, revelando os limites do capitalismo dependente em absorver a força de trabalho.

Na década de 1990 com a implementação das políticas neoliberais, cresceu o desemprego, a precarização do trabalho e das condições de vida e o emprego informal, instável e/ou temporário. Nos países dependentes o avanço do neoliberalismo foi ainda mais agressivo, o que fez crescer as demandas sociais ao Estado.

O desemprego cresceu muito durante a década de 1990, diminuindo durante os governos do PT, porém as formas precárias de emprego ainda permaneceram. Isso porque, na nova divisão internacional do trabalho, coube aos países periféricos voltar a sua economia para a produção e exportação de *commodities*, enfraquecendo a indústria interna e tendo uma grande explosão no setor de serviços, gerando assim empregos precários e com baixos salários. Consequentemente a quantidade de trabalhadores excedentes nos países dependentes ultrapassa a taxa normal de trabalhadores que oscilam entre o desemprego e o emprego, o que faz crescer a pobreza e as políticas compensatórias.

Em geral os autores atribuem um papel passivo de dominadas às massas marginais no processo político. Influenciadas pela mídia e pelas políticas sociais compensatórias acabariam facilmente aderindo à ideologia dominante. Porém é possível que essas massas marginais tenham papel ativo e progressista através da organização de movimentos populares.

Para Mouriax (2002) as lutas de urgência seriam aquelas em que as pessoas lutam para garantir sua sobrevivência. Devido à deterioração

da situação econômica de algumas das classes trabalhadoras, essas se veem obrigadas a se organizar e lutar por coisas elementares: comida, moradia, terra e emprego. Os movimentos de urgência seriam, portanto, aqueles que lutam por condições básicas e urgentes que garantam minimamente a existência física de seus membros. (FILHO e OLIVEIRA, p. 7, 2012)

A composição desses movimentos coincide com as características da massa marginal. Suas características dificultam que eles se organizem no movimento sindical. E o próprio fato da base desses movimentos serem os trabalhadores da massa marginal pode influenciar no projeto político-ideológico desses movimentos. A participação nesses movimentos significa uma estratégia de sobrevivência familiar, ainda que, além das pautas principais, como moradia e terra, os movimentos tenham outras reivindicações secundárias, como acesso a escola, questões de gênero etc.

Os grupos marginalizados seriam, portanto, os desempregados, trabalhadores intermitentes e os de setores produtivos estagnados ou decadentes empregados domésticos, trabalhadores autônomos do comércio de mercadorias e prestação de serviços. Nota-se que são praticamente as mesmas profissões apontadas por aqueles autores que utilizam a categoria de subproletariado.

No levantamento feito em suas entrevistas e também nas matérias pesquisadas na imprensa, Oliveira (2011) constatou que as profissões dos sem-teto se enquadram perfeitamente nas categorias que estão dentro da massa marginal. A autora listou as seguintes profissões:

pedreiro, ajudante/servente de pedreiro, auxiliar de entregas, cobrador de lotação, caminhoneiro, garçom, lavador de carros, camelô, ambulante, comerciante, ajudante geral, auxiliar de serviços gerais, mecânico, pintor de paredes, soldador, doméstica, diarista, cozinheira, garçonete, auxiliar de enfermagem, aposentada, costureira, ex-lavradora e dona de casa. (Oliveira, p. 90, 2011)

Para Oliveira (2011) o MTST seria um dos movimentos que possui também uma identificação política e ideológica em relação a essa condição de classe e de pertencimento a massa marginal, diferente de outros movimentos sem-teto como o MSTC e do MMC.

De acordo com Oliveira (2011) o MTST defenderia uma identidade coletiva de classe, identificando-se sempre como pertencente à classe trabalhadora, razão pela qual o movimento incluiu o termo *trabalhadores* em seu nome. Além disso o MTST identifica os desempregados também como trabalhadores que somente estão na

condição de desempregados e devem ser organizados pelo movimento. Neste sentido, a própria condição de sem-teto é fruto do modo de acumulação capitalista e por isso o movimento se coloca enquanto um movimento anticapitalista (o que precisa ser analisado, para saber se tal nomenclatura realmente condiz com a realidade).

I.3.3 Precariado

Outro autor que irá estudar e debater sobre a fração de classe que compõe a base social do MTST é Ruy Braga (2012). Para alguns autores como Standing (2011) e Castel (2004) essa fração da classe trabalhadora estaria relacionada com a crise do fordismo e das boas condições de trabalho do salarido. Isso colocaria o precariado como crise desse paradigma e não como condição estruturante do capitalismo. Para tais autores essa fração de classe teria uma postura conservadora por surgir da crise do bem estar social, aderindo a projetos autoritários e nacionalistas.

Braga (2012) discorda desses autores e concebe o precariado como uma condição do desenvolvimento capitalista e constitutiva da relação salarial. Só poderia existir um salarido bem remunerado e mais qualificado se em outra parte existisse um precariado que fosse mais explorado.

Na realidade, ele é a própria condição de existência do salarido: tanto na Europa ocidental quanto nos Estados Unidos, o compromisso fordista mostrou-se bastante eficiente em proteger a fração profissional, branca, masculina, adulta, nacional e sindicalizada da classe trabalhadora, à custa da reprodução da fração proletária não qualificada ou semiqualificada, feminina, negra, jovem e migrante. (BRAGA, p. 17, 2012)

Braga (2012) resgata o conceito desenvolvido por Marx de superpopulação relativa ou exército industrial de reserva. Quanto mais o capitalismo se desenvolve mais ele tende a jogar setores da classe trabalhadora para a marginalidade. O exército de reserva estaria divido em quatro estágios: a população flutuante, latente, estagnada e pauperizada. Exceto a parcela da população pauperizada e do que Marx chamou de lupemproletariado, Braga (2012) classifica as outras parcelas como o precariado. Em seu livro Braga (2012) reconhece o pioneirismo do trabalho de José Nun sobre a dinâmica da população pauperizada na América Latina e a teoria da marginalidade desenvolvida por ele que já relatamos aqui.

Enquanto a precariedade parece estar se transformando em algo regular nos países do centro do capitalismo, nos países periféricos ela sempre foi a regra. Isso significaria uma "brasilianização" dos países do centro? Na verdade, não. De acordo com Braga

(2012) esse desenvolvimento pode ser explicado pelo desenvolvimento desigual e combinado do sistema capitalista, que se desenvolve através de uma multiplicidade de ritmos diferentes em distintos países. Ou seja, não se trata simplesmente de uma linha linear de evolução, em que os países mais atrasados chegarão um dia ao nível de desenvolvimento dos países mais avançados. Para Braga (2012) as análises sobre a precariedade sempre estiveram presentes nas pesquisas da sociologia do trabalho brasileira. Essas pesquisas se estendem desde o período do chamado "fordismo periférico" até os impactos das políticas neoliberais nos dias atuais.

Compreendemos que o "fordismo periférico" teria inicio no período do segundo pós-guerra superando o "taylorismo primitivo". O taylorismo primitivo seria caracterizado por indústrias de baixa produtividade e orientadas para a exportação de bens de consumo não duráveis. O fordismo periférico seria marcado pela mecanização da produção, pela produção de bens de consumo duráveis e pela intensa acumulação de capitais. Esse período durou no Brasil entre a década de 1950 até a década de 1990 com o surgimento do neoliberalismo e da reestruturação produtiva no país (BRAGA, p. 20 e 21, 2012).

O processo de desenvolvimento dessas formas de acumulação se daria de uma maneira relacional entre o desenvolvimento dos países periféricos e dos países do centro.

Aqui, trata-se de considerar a existência de um sistema social articulado de relações de produção capitalistas, semicapitalistas e pré-capitalistas, dominadas pelo mercado mundial. Em poucas palavras, o mercado mundial estrutura-se por meio da combinação de economias e nações capitalisticamente desenvolvidas e capitalisticamente subdesenvolvidas em um sistema multilateral autocondicionante. Nesse sistema social dominado pela mundialização das trocas mercantis, a formação do fordismo periférico representou uma das principais mediações históricas entre os países capitalistas avançados e os países capitalistas subdesenvolvidos. (Braga, p. 21, 2012)

Os níveis mais qualificados da produção, como os setores de engenharia, se encontravam nos países do centro. No caso dos países periféricos o desenvolvimento das economias dos mesmos não significa o aumento da capacidade de consumo das classes trabalhadores mais pobres, mas sim das classes médias e ricas. Ao contrário, o desenvolvimento das economias periféricas significou um degradação salarial para as classes trabalhadoras e uma piora nas condições de vida. O fordismo periférico reforçou também a dependência em relação aos países centrais, por intensificar a importação de bens desses países.

Braga (2012) também utiliza os recursos analíticos de modo de regulação, regime de acumulação e modelo de desenvolvimento⁴. No Brasil haveria uma industrialização dependente e despótica que foi regulada depois da década de 40 por um modelo populista, que entrou em crise com a acumulação de experiência do proletariado precarizado e foi substituído por um modo de regulação autoritário em 1964. Esse modo de regulação autoritário entrou em crise no final de década de 1980 e, no inicio dos anos 1990, foi substituído pelo modelo neoliberal que resultou no pós-fordismo financeirizado, existente até os dias atuais.

Braga problematiza, então, o conceito de subproletariado utilizado por André Singer (2012) e Paul Singer (1983). Segundo Braga, Paul Singer enfatizou a dimensão sociocupacional do conceito de Marx de "superpopulação relativa". Porém Paul Singer se equivocou na atribuição política conferida ao subproletariado, mais precisamente ao indicar sua incapacidade de participar da luta de classes, uma vez que o próprio Marx aponta para o sentido contrário, quando afirma que à medida que o pauperismo cresce decorrente da acumulação de capital os trabalhadores tomam consciência desse processo e buscam se organizar.

Neste sentido, para Braga a noção de precariado difere da de subproletariado por duas questões: primeiro no que diz respeito à dimensão sociocupacional pois o precariado não incluiria aquilo que Marx denominou de população pauperizada pertencente ao exército de reserva. Ademais, no precariado não estaria incluso o lumpemproletariado. Em segundo lugar, em relação à capacidade de organização política dessa fração. Para Braga, as camadas menos qualificadas e mais mal pagas entre os trabalhadores possuem capacidade de organização política, tese com a qual

⁴ "Vale observar que, por modo de regulação, entendemos o complexo social formado pelas instituições com responsabilidade direta pela reprodução mais ou menos coerente dos conflitos inerentes às relações sociais de produção capitalistas. Usualmente, essas instituições organizam-se em torno da normalização global das relações capital-trabalho (legislação trabalhista, previdência pública), do controle dos sindicatos e dos mercados (interno e externo) de trabalho. A eficácia de um modo de regulação (sua hegemonia) pode ser medida por sua capacidade de reproduzir os conflitos trabalhistas por meio da construção do consentimento entre as classes sociais subalternas, isto é, sem a necessidade do uso da força repressiva do aparato estatal. Por regime de acumulação, compreendemos as instituições sociais com responsabilidade direta pela reprodução do processo de valorização do valor (produção e apropriação privada do excedente econômico) em um contexto histórico dado. Usualmente, o regime identifica-se com os sistemas empresariais derivados do cruzamento dos diferentes modelos organizacionais de controle de trabalho, das formas de contratualização de força de trabalho e da base tecnológica das empresas. Finalmente, por modelo de desenvolvimento, entendemos a combinação histórica mais ou menos coerente de um determinado modo de regulação com um regime de acumulação dado." (Braga, p. 22, 2012)

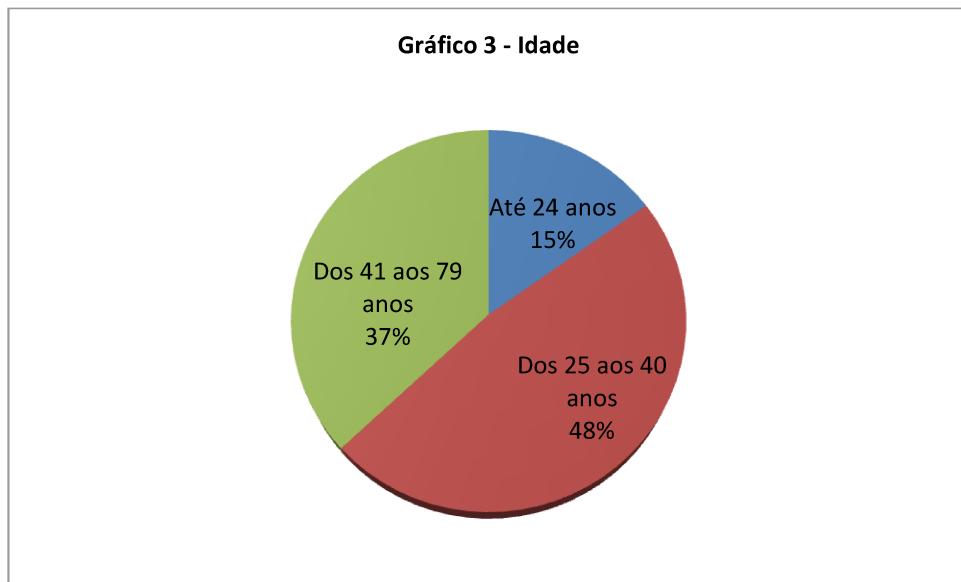
concordamos e que nos parece relevante no estudo do MTST. Para Braga (2012) a definição de subproletariado utilizada por André Singer (2012) compreenderia a noção de "uma fração produzida pelo amálgama da população estagnada com a população pauperizada" (Braga, p. 26, 2012)

Quadro 1. Diferenças entre subproletariado e precariado para Ruy Braga

Grupos/Características	Subproletariado	Precariado
População flutuante		X
População latente	X	X
População estagnada	X	X
Pauperismo	X	
Lumpemproletariado	X	
Capacidade de mobilização coletiva		X
Renda entre 1 e 2 SM	X	X

Fonte: BRAGA (2012). Elaboração nossa.

Essa comparação feita por Braga sobre os dois conceitos nos parece pertinente e útil pois permite situar melhor nosso debate. Todavia, se Braga conceitua de forma adequada o que é o precariado, sendo algo derivado do conceito de exército de reserva de Marx, no contexto de um país de capitalismo dependente como o Brasil, em outras análises, o autor modifica tal conceituação. É o caso dos operadores de telemarketing como uma representação generalizada do que seria essa fração de classe, sendo uma força de trabalho jovem, precarizada e com escolaridade mais elevada. A composição da base social do MTST, que na nossa hipótese estaria dentro do conceito de precariado, difere do perfil dos operadores de telemarketing. Se ambos possuem em sua composição uma maioria de força de trabalho feminina e também negra, o mesmo não acontece em relação a escolaridade e a idade.



Fonte: Pesquisa “Perfil dos moradores das ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto” (CAMPOS, 2017).

Em nossa pesquisa constatamos um pequeno número de jovens participando do III Encontro Nacional do MTST.

Em relação à escolaridade, a diferença com o perfil dos operadores de telemarketing é ainda maior. Apenas 17% teriam ensino superior, incluindo superior incompleto, enquanto 78% cursaram até o ensino médio, sendo que 28,1% teriam o fundamental incompleto, 7,5% fundamental completo, 18,4% ensino médio incompleto e 23,7% ensino médio completo. Ademais, 5% afirmaram que nunca frequentaram a escola.

A pesquisa do Dieese et al. (2017) sobre os moradores da Ocupação de São Bernardo do Campo aponta no mesmo sentido: apenas 2,7% teriam ensino superior, incluindo superior incompleto, enquanto a taxa de Fundamental II incompleto seria de 16,1% por exemplo. Em nossa pesquisa 85% afirmaram não estar estudando atualmente e a pesquisa do Dieese et al. (2017) revelou que apenas 35,5% estavam frequentando a escola.

Neste sentido, a tese de Braga (2012) de que o precariado seria uma força de trabalho juvenil e que teve acesso ao ensino superior privado através de programas do governo federal nas gestões petistas merece ser questionada. De fato isso ocorreu com parte da classe trabalhadora, que mesmo tendo nível superior de escolaridade encontrou apenas postos de trabalho precarizados e com baixa remuneração, mesmo que com carteira assinada.

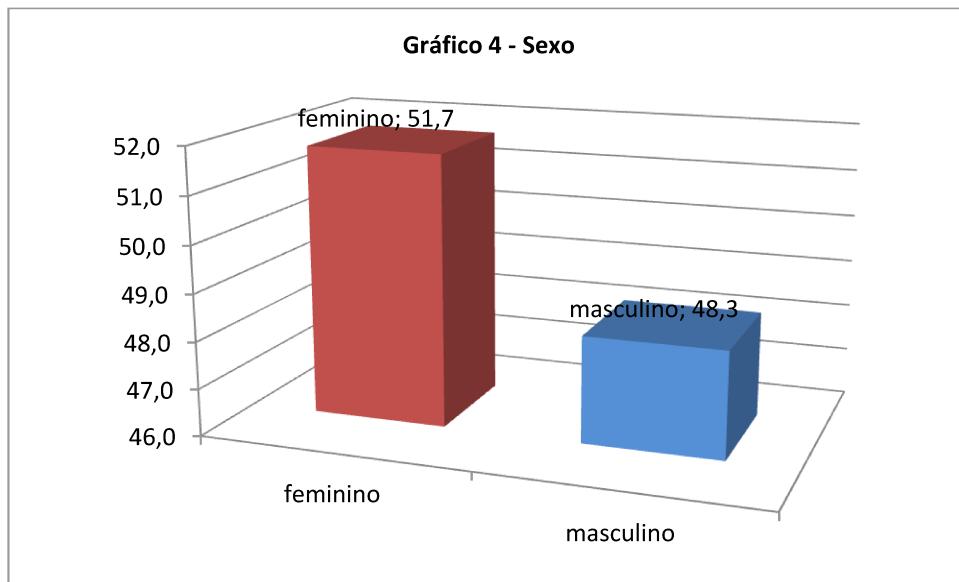
Todavia defendemos a tese segundo a qual essa parcela da classe trabalhadora se enquadra no perfil da baixa classe média ao invés do perfil do precariado. Entendemos que mais pesquisas precisam ser feitas sobre o tema para desvendar melhor o perfil desses trabalhadores. Todavia, enquanto Braga é convincente na conceituação teórica do precariado, equivoca-se ao utilizar o exemplo dos operadores de telemarketing como expressão do precariado atual brasileiro. Retomaremos esse debate ao analisar o governo Dilma, as manifestações de junho de 2013 e a relação de ambos com o MTST.

1.3.4 Outros recortes além de classe

O trabalho de Oliveira (2011) nos leva a pensar os movimento sem-teto para além do recorte de classe. A autora destaca a diversidade na composição das famílias sem-teto. Se o elemento de ser sem-teto une as pessoas por uma condição, ao mesmo tempo, existe uma diversidade no que diz respeito ao gênero, etnia e geração (Oliveira, p. 82, 2011). Convivem nas ocupações de sem-teto homens e mulheres, brancos e negros, idosos e jovens.

Um primeiro aspecto analisado é sobre a participação das mulheres nas ocupações. De acordo com a autora, existem ocupações em que o número de mulheres chega a 70% ou 80%. Elas compõem também parte da coordenação dos movimentos e se tornam grandes lideranças.

Tal como Oliveira, identificamos este “protagonismo” de gênero em nossa pesquisa de campo. Apesar de contar com militantes da base, boa parte dos militantes que compunham o III Encontro Nacional do MTST integrava a coordenação dos coletivos estaduais ou a coordenação de alguma ocupação do movimento. E constatamos que a maioria dessas militantes eram mulheres.



Fonte: Pesquisa “Perfil dos moradores das ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto” (CAMPOS, 2017).

Nota-se, ademais, que apesar das mulheres serem maioria no Encontro, há um certo equilíbrio na participação de ambos os sexos.

Em outra pesquisa do Dieese et al. (2017) realizada na Ocupação Povo Sem Medo em São Bernardo do Campo, identificou-se o mesmo perfil dentre os acampados de base daquela ocupação em relação à variável sexo: 53,4% do sexo feminino e 46,6% masculino. Com isso levantamos a hipótese segundo a qual o MTST organiza sua coordenação, ao menos em termos de composição de gênero, seguindo o perfil da composição de sua própria base, o que não significa necessariamente uma igualdade de gênero, que na nossa hipótese como veremos no debate a seguir ainda não foi alcançada. Essa é uma questão que ainda demanda mais pesquisas sobre o tema e aqui faremos apenas alguns apontamentos iniciais.

Neste sentido, é necessário pensar que a classe trabalhadora possui dois sexos pois para além dos conflitos com o capital que toda classe trabalhadora possui, há também uma segregação ocupacional de acordo com o sexo. Marx (2013), de certa maneira, já apontara para isso ao relatar a composição de parte de exército de reserva, no caso a camada estagnada, a mais precarizada, que seria composta principalmente pelo trabalho feminino e juvenil.

Oliveira (2011) aponta que a divisão sexual do trabalho também encontra reflexo na organização dos movimentos analisados por ela. Tarefas como fazer a segurança da ocupação ou cuidar da infraestrutura geralmente ficam a cargo dos homens, enquanto tarefas como limpeza e cuidar da cozinha comunitária, como é o caso do MTST, ficam

por conta das mulheres. Oliveira (2012) afirma que as mulheres exercem uma dupla jornada de trabalho: o trabalho realizado no emprego fora de casa e também o trabalho doméstico realizado em casa. No caso das mulheres que são militantes dos movimentos sem-teto, essas realizam uma "terceira" jornada de trabalho, que seria a dedicação para as atividades de militância do movimento.

A condição de mulheres trabalhadoras precárias, com necessidades materiais e concretas tais como creche, habitação e saúde, leva essas mulheres a participarem da luta dos movimentos sem-teto. Muitas mulheres que são chefes de família vão para as ocupações na tentativa de dar uma vida melhor para seus filhos. A questão da violência doméstica também seria um motivo para essas mulheres ingressarem nos movimentos sem-teto. Elas buscariam fugir da opressão e violência causadas por seus companheiros e se mudam para as ocupações.

Outro dado que nos chamou atenção em nossa pesquisa, é que boa parte das mulheres participantes no Encontro são solteiras. Ao todo 61,5% das mulheres entrevistadas se declaram solteiras, 9,4% se disseram viúvas e apenas 24,8% afirmaram ser casadas. Os números são parecidos para os homens também, revelando uma hipótese de que os trabalhadores que participam da coordenação do movimento em geral são solteiros. Muito provavelmente o aspecto da militância traz dificuldades para o casamento, seja pelo tempo que a militância exige ou por outras questões. Mas no caso das mulheres podemos levantar outras hipóteses. Como Oliveira (2012) afirmou, na maioria dos casos de separação são as mulheres que ficam com os filhos, o que sobrecarrega e precariza ainda mais a vida e o cotidiano delas. Ademais, parte dessas mulheres são solteiras e coordenadoras do movimento porque a militância ajudou a romperem com ciclos de opressão vividos no espaço familiar (OLIVEIRA, 2012). Por sua vez, embora a maioria dos militantes seja de solteiros, 71% têm filhos, reforçando nossa hipótese em relação à condição para o trabalho militante das mulheres.

É importante destacar que as mulheres, que mantém suas famílias, são priorizadas na aquisição de moradia por programas habitacionais como o Minha Casa Minha Vida. Os homens só tem prioridade em conquistar a casa quando conseguem comprovar que eles têm a guarda dos filhos (OLIVEIRA, p. 151, 2012).

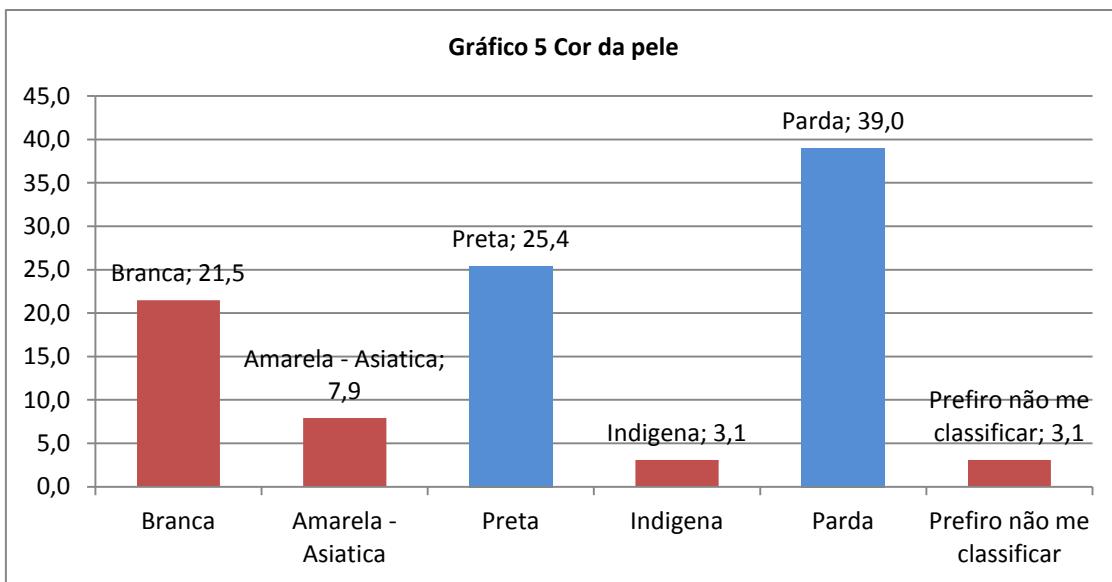
Ao mesmo tempo se algumas motivações negativas levam as mulheres a ingressarem nas fileiras dos movimento sem-teto, a participação pode levar a um caráter de emancipação dessas mesmas opressões sofridas.

De acordo com Macedo Filho; Regino (2007) as mulheres quando participam dos movimentos sociais podem romper com as relações de poder construídas no âmbito familiar modificando assim o seu cotidiano e os padrões morais. Assim, a participação das mulheres é quase sempre acompanhada de resistência por parte dos pais, maridos e filhos. Os autores destacam ainda que, quando as mulheres se engajam nos movimentos dos sem-teto e saem do privado para o público, elas se envolvem em novos saberes e novas relações. (Oliveira, p. 153 e 154, 2012)

Ou seja, se os movimento sem-teto tem como bandeira confrontar a exploração dos trabalhadores, a participação dessas mulheres nas coordenações e na militância pode leva-las a questionarem também as outras formas de exploração pelas quais elas passam. Elas passam a ter mais segurança em falar em público e a lidar com autoridades oficiais. Ao mesmo tempo a experiência pode fazê-las repensar as relações de opressão que acontecem no interior do espaço familiar. "No mesmo sentido, a mulher sem-teto, inserida no movimento de moradia, pode vir a refleti sobre a relação de dominação masculina em que vive e perceber sua capacidade de atuar nos espaços públicos." (Oliveira, p. 155, 2012)

Mas a autora destaca que essa questão da emancipação e tomada de consciência é um processo que tem avanços e recuos e que as pesquisas ainda precisam ser aprofundadas sobre o tema, sendo essas formas de emancipação constatadas enquanto uma "potencialidade". Afinal existe um aspecto contraditório que por um lado permite que as mulheres sem-teto identifiquem as relações de explorações às quais estão submetidas, mas ao mesmo tempo muitas ainda são impossibilitadas de participar das atividades coletivas do movimento por imposição de seus maridos e companheiros. Ou seja, ainda existem muitas relações desiguais de sexo dentro desse movimento.

Outro aspecto destacado por Oliveira (2011) é a forte presença dos negros nas ocupações. Também confirmamos esse dado em nossa pesquisa de campo. Segundo os dados coletados, somando-se pretos e pardos o número de negros corresponde a 64,4% dos entrevistados. O mesmo se confirma na pesquisa feita pelo Dieese et al. (2017) em que o número de negros e pardos chegou 61,6% dos entrevistados.



Fonte: Pesquisa “Perfil dos moradores das ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto” (CAMPOS, 2017).

Oliviera (2012) porém afirma que tal questão não aparece muito no discurso dos movimentos pesquisados por ela. Pode ser que na época da pesquisa de Oliveira (2011) o MTST de fato não fizesse esse discurso, mas hoje a questão racial está presente no movimento. Exemplo da emergência da temática racial é o tradicional ato que o movimento realiza no Rio de Janeiro, no dia da Consciência Negra, marcado pela ocupação das praias da zona sul frequentada por setores de classe média e mais ricos. Em 2017 o ato "Leblon vai virar Palmares" chegou à quarta edição.

Nesta domingo (19), a Praia do Leblon, na zona sul do Rio de Janeiro, foi deles: dos sem-tetos e moradores de comunidade. O ato “O Leblon vai virar Palmares” marca a véspera do Dia da Consciência Negra, que rememora a luta de Zumbi dos Palmares e de todos os negros e negras que sofrem até os dias de hoje os efeitos da escravidão. O local escolhido para o ato, organizado pelo MTST, foi estratégico: uma das praias mais “nobres” do país e a região com o metro quadrado mais caro do Rio de Janeiro. Música, resistência e diversão marcaram o ato dos marginalizados em uma região historicamente ocupada pelas elites. (“O dia em que o Leblon virou Palmares...”, 2017)

Para Oliveira (2011) a presença de negros seja nas bases dos movimentos ou na coordenação se explica pois no Brasil a questão racial está diretamente atrelada com a questão da desigualdade social. A formação social histórica do país passou por um período longo de escravidão. Ainda no período que coincide com o final do tráfico negreiro houve a promulgação da Lei de Terras de 1850. Essa lei dificultou para que os negros viessem a adquirir terras, pois as chamadas “terras devolutas”, que não tinham dono e não estavam sob os cuidados do Estado, poderiam ser obtidas somente por meio

da compra junto ao governo, através de elevados valores. Neste sentido, escravizou-se a terra, antes de se libertar os escravos negros. Ou seja, para eles só restou a opção de vender a sua força de trabalho nas cidades brasileiras.

Outro recorte a ser analisado nas ocupações é o geracional. O número de crianças e adolescentes é grande nas ocupações. As crianças que estão na condição de sem-teto enfrentam algumas dificuldades, tais como de matrícula em escolas por falta de um comprovante de endereço e o preconceito por serem sem-teto, chegarem nas escolas com as marcas do acampamento, como por exemplo a sujeira de um sapato. Há também idosos sem-teto, que trabalharam a vida toda mas mesmo assim ainda continuam numa situação precária. De acordo com Oliveira (2011) uma das dificuldades enfrentadas por esses idosos é que se eles são sozinhos, não sendo prioridade na hora da conquista das moradias, que priorizam famílias constituídas.

Outro recorte da composição social do movimento levantamento por Oliveira (2011) é a questão dos migrantes, principalmente da região Nordeste para a região Sudeste, com destaque para o estado de São Paulo. No debate acerca do conceito de subproletariado, Singer (2012) afirma que parte do subproletariado se encontra justamente na região Nordeste. Ou seja, mais uma vez vemos a imbricação entre a base social dos movimentos sem-teto com a questão do exército de reserva.

Marx (2013) já apontava que uma das camadas do exército de reserva, no caso a latente, era composta por trabalhadores do campo a espera de oportunidades de migrar para conseguir vender sua força de trabalho nas cidades. Todavia, quando esses migrantes chegam nas cidades mais "desenvolvidas" se deparam com a lógica da urbanização excludente já relatada aqui. Muitos desses migrantes ainda se deparam com o preconceito cultural que sofrem devido a serem de outra região do país.

Um último recorte levantado por Oliveira (2011) é a questão dos homossexuais. Por afirmarem que lutam contra todas as desigualdades os movimentos sem-teto também apoiam a causa denominada LGBTT. Oliveira (2011), entretanto, aponta que apesar de existir diversos homossexuais nos movimentos sem-teto esses sofrem preconceito, afinal os trabalhadores reproduzem os preconceitos difundidos na sociedade brasileira. Outra dificuldade enfrentada por eles é que para a conquista da moradia as políticas habitacionais priorizam o modelo de família "tradicional" composta pelo casamento somente entre homens e mulheres.

No III Encontro Nacional de MTST, quando realizamos nossa pesquisa de campo, presenciamos a realização de um espaço específico para discutir políticas para

os LGBTs do movimento. Como se tratava de um Encontro de coordenadores dos diferentes estados onde o movimento atua, constatamos também que alguns coordenadores eram LGBTs, apesar de ser um número pouco expressivo, o que talvez indique que essa discussão está avançando dentro do movimento mas ainda num estágio muito inicial.

CAPÍTULO II

AS POLÍTICAS HABITACIONAIS NOS ANOS DE 1990 E O SURGIMENTO DO MTST

II.1 As políticas habitacionais nos governos FHC

Buscaremos aqui, analisar as políticas habitacionais durante a década de 1990, nos governos FHC, período de consolidação do neoliberalismo no país. Demonstraremos que tais políticas não romperam com o histórico impasse do sistema habitacional brasileiro, voltado mais para as classes médias, enquanto nos setores populares da classe trabalhadora se concentra o déficit habitacional. Os programas habitacionais por parte do governo federal nesse período foram insuficientes e iniciou-se um processo de financeirização do sistema habitacional. Este processo foi proporcionado em parte pelas políticas do governo federal, mas também pela reestruturação das empresas do setor imobiliário, que se abriram para o mercado estrangeiro e passaram a ser geridas por agentes do setor financeiro.

O cenário de recessão econômica gerado pelas políticas neoliberais, como o forte desemprego, dificultou ainda mais o acesso dos trabalhadores a um dos bens componentes da reprodução da sua força de trabalho, a moradia. Porém é nesse cenário que surge o MTST, movimento que duas décadas mais tarde iria se tornar um dos mais importantes movimentos sociais do país.

A década de 1980 foi marcada pela estagnação econômica e também pela retração da atividade imobiliária e do financiamento habitacional. Somente na década de 1990 e com o surgimento do neoliberalismo no país é que esse cenário começou a mudar. Ocorreram reformas no modelo de regulação do crédito habitacional e também na estrutura das empresas envolvidas no mercado imobiliário (ROLNIK, 2015, p. 286). Tais reformas visavam adequar o mercado imobiliário ao modelo neoliberal que estava sendo implementado no país.

Em 1994 foi lançado o Plano Real, que teve entre seus elaboradores o ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (FHC). Entre os objetivos do plano estava o controle da inflação, por meio da introdução de uma nova moeda, e a realização de uma reforma no sistema financeiro, abrindo assim o mercado nacional

para bancos estrangeiros. Essas medidas estavam presentes nos acordos firmados com instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Buscou-se atrair um maior fluxo de capitais internacionais para o país, o que gerou a privatização de alguns bancos estaduais e fusões de outros. A abertura do setor acabou aumentando a presença dos bancos estrangeiros no país, mas não significou a total supressão do sistema bancário nacional, onde passaram a conviver dois tipos de banco (ROLNIK, 2015, p. 286).

As reformas liberalizantes foram introduzidas na mesma época também no setor imobiliário. Neste sentido, o capital financeiro passou a ter maior controle desse setor e seus agentes se articularam no país para a criação de um Sistema Financeiro Imobiliário (SFI). Esse sistema criou novo produtos financeiros e vinculou o mercado de títulos ao mercado imobiliário (ROLNIK, 2015).

Uma das primeiras medidas do governo FHC foi a extinção do Ministério do Bem estar social e a criação da Secretaria de Política Urbana (SEPURB). Essa Secretaria estava alocada no Ministério do Planejamento e Orçamento. Na avaliação de Oliveira (2010) a criação da Secretaria tinha um aspecto positivo, pois não tratava a questão da moradia como uma questão meramente de assistência social, como era no governo Collor, mas também como uma questão que demandava um aporte do orçamento (OLIVEIRA, 2010).

A SEPURB elaborou o documento *Política Nacional de Habitação* (PNH) que definia, entre outras, a meta de universalizar o acesso à moradia. Porém passava-se para a sociedade civil parte da responsabilidade pela sua consecução. O resultado foi que a meta de acesso à moradia ficou longe de ser alcançada durante os governos FHC (OLIVEIRA, 2010).

Segundo Rolnik (2015) as principais novidades advindas do Sistema Financeiro Imobiliário foram a criação 1) de certificados de recebíveis imobiliários (CRI); 2) de fundos de investimento imobiliário (FII); 3) de regras para o estabelecimento de companhias securitizadoras de créditos imobiliários; e 4) do regime de alienação fiduciária.

A introdução de operações de securitização foi recomendada pelos entusiastas dessas reformas regulatórias como meio de captar recursos para a produção financeira imobiliária no longo prazo. Ela também foi apresentada como passo importante para a redução dos custos de crédito e para o desenvolvimento do mercado de capitais no país, em um sentido mais amplo, foi propagandeada como uma espécie de passaporte para a modernização financeira. Os defensores do modelo

sugeriram sua implementação como se o crescimento da oferta de moradia para a baixa renda e uma diminuição de seus custos fossem o resultado automático da abertura para o crédito de longo prazo - supostamente uma barreira crônica enfrentada por países em desenvolvimento, que poderia ser superada com essas reformas. Para eles, a melhor política de habitação social que se poderia fazer era desenhar um marco regulatório confiável para o setor imobiliário, com o objetivo de atrair investidores em potencial e fomentar a oferta habitacional através de relações de mercado. (ROLNIK, 2015, p. 287)

Ao mesmo tempo que era necessário atrair investimentos urgia garantir o retorno desses investimentos. Esse foi o objetivo do regime de alienação fiduciária. Se até então a legislação brasileira não permitia que as famílias penhorassem suas casas para pagar dívidas, caso o imóvel fosse o único bem da família, agora com o regime de alienação fiduciária, as famílias adquiriam a unidade habitacional e só teriam a propriedade da mesma quando quitassem toda a dívida. Caso não quitassem a dívida perderiam o imóvel. Esta mudança foi uma estratégia importante para o mercado financeiro que agora podia utilizar os imóveis como garantias de operações financeiras. (Rolnik, p. 288, 2015)

Oliveira (2010) apresenta todos os programas habitacionais (que na verdade se tratava, muito mais de linhas de crédito) criados nos governos de FHC:

Durante os dois governos de FHC tivemos a elaboração de distintos programas. Durante o primeiro governo, os programas criados foram: Habitar Brasil, Pró-Moradia e Carta de Crédito. Já no segundo governo tivemos: Habitar Brasil/BID, Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), Programa de Arrendamento Residencial (PAR). (OLIVEIRA, 2010, p. 263)

Santos (Apud OLIVEIRA, 2010) classifica esses programas dos governos FHC em três grupos diferentes.

O primeiro grupo era formado por programas de financiamento a governos estaduais e municipais, destinados a famílias de baixa e média renda, de até 3 salários mínimos. Estavam inclusos nessa classificação o Pro-Moradia e o Habitar-Brasil. Esses programas contavam com poucos recursos, tendo assim grandes limitações. O Habitar-Brasil era financiado com recursos do Orçamento Geral da União, enquanto o Pro-Moradia era financiado por recursos do FGTS.

O segundo grupo era composto por programas com financiamento direto para as famílias, visando a compra, construção e melhorias das moradias. Esses programas atendiam famílias de alta renda, de até 12 salários mínimos. Nessa classificação estão

inclusos os programas Carta de Crédito e oPAR. Todos esses programas foram financiados com recursos do FGTS. Para ter acesso as famílias tinham que comprovar renda, excluindo assim um enorme contingente de trabalhadores desses programas, devido ao enorme desemprego da época e também ao grande número de trabalhadores informais.

[...] entre 1995 e 1998, as cartas de crédito individuais - o financiamento direto ao mutuário final de uma unidade pronta, destinado as classes medias - absorveriam 76% dos recursos do FGTS no âmbito do SFH. Com isso, o paradigma mudava "de um modelo centrado no financiamento à produção de habitações novas, e baseado em uma rede de prestadoras publicas, para um modelo centrado no financiamento ao mutuário final". (ROLNIK, p. 289, 2015)

Para Oliveira (2010) o principal programa da era FHC foi o Carta de Crédito. Ele tinha um diferencial pois oferecia crédito direto tanto para indivíduos como para associações e não somente construtoras. As pessoas tinham, por sua vez, mais liberdade de escolher o que fazer com o dinheiro, comprar um imóvel ou adquirir materiais de construção. Porém o programa atendeu mais famílias na faixa de renda de 5 salários mínimos ou renda superior.

O PAR visava restaurar habitações nos grandes centros urbanos, com arrendamento residencial e opção de compra futura. O PAR seria positivo para as famílias de mais baixa renda, pois permitiria que os trabalhadores mais pobres morassem no centro. Todavia, em função da grande burocracia e dificuldade de acessar o financiamento, essas famílias não conseguiam alcançar o Programa, ficando muitas vezes os recursos parados, sem serem utilizados. (Oliveira, p. 265, 2010)

Rolnik (2015) também descreve algumas características do PAR. O empreendedor privado era responsável por todas as etapas da operação, ficando a cargo dos governos municipais selecionar a demanda e o governo federal dava financiamento direto ao mutuário através da Caixa Econômica Federal. No Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) o governo leiloava subsídios por região. Os bancos de segunda linha podiam adquirir tais subsídios e construir casas em parcerias com os municípios. (ROLNIK, 2015).

O terceiro grupo de programas e medidas em relação as políticas habitacionais do governo FCH tinha como foco a melhoria do mercado habitacional. O governo federal agiu no âmbito institucional, modificando a legislação para beneficiar o setor habitacional. Estava incluso nessas medidas, a criação do o *Programa Brasileiro de*

qualidade e Produtividade Habitacional (PBQP), cujo objetivo era diminuir os custos da construção. Bem como a modificação dos sistemas de financiamento. Sendo a criação do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) e flexibilização do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) as principais novidades. E também a alteração na legislação sobre uso do solo e sobre questões ambientais, completava o pacote de medidas. (Oliveira, p. 265 e 266, 2010)

O financiamento do governo federal para o setor habitacional ocorreu por meio do SFH. Esse sistema foi criado na década de 1970 e sofreu pequenas alterações, permanecendo sua estrutura quase intacta. Suas fontes de recurso permanecem as mesmas desde sua criação: o Tesouro Nacional, cadernetas de poupança e o FGTS (OLIVEIRA, 2010).

Na época dos governos FHC, o Tesouro Nacional foi a fonte que menos contribuiu para o financiamento habitacional. Na medida em que era a principal fonte de financiamento para as famílias de baixa renda, colocou as mesmas numa situação muito desfavorável. Do montante total do financiamento das políticas habitacionais, o FGTS era a principal fonte, seguido pelas Cadernetas de Poupança. (OLIVEIRA, 2010).

Uma das medidas do ajuste fiscal implementado pelos governos FHC era que a Caixa Econômica Federal estabelecesse critérios mais rígidos para o acesso ao crédito através do FGTS, que começava a apresentar um desequilíbrio em suas contas. Acordos estabelecidos com o FMI dificultavam também o uso dos recursos do FGTS para as políticas de habitação, uma vez que os empréstimos do fundo eram vistos como parte do déficit público. Em relação aos recursos do Orçamento Geral da União, Oliveira (2010) ressalta que passavam mais pelo crivo político em sua distribuição do que pelas diretrizes políticas de governo, uma vez que estavam voltados mais para as emendas parlamentares. Como os municípios não tinham capacidade de endividamento e pagamento não conseguiam recursos com a Caixa Econômica Federal e acabavam reféns das emendas parlamentares, dependentes pois do clientelismo político.

As políticas habitacionais do governo FHC acabaram por gerar mais assimetria. Enquanto o financiamento para as faixas de renda mais alta produzia habitações de maior qualidade, porém em menor número de unidades, para as classes mais baixas o financiamento produzia mais unidades habitacionais porém de menor qualidade. Como afirma Oliveira (2010), a maior parte do financiamento ia para as faixas de renda mais alta. A principal consequência destas políticas foi o crescimento do déficit habitacional durante os governos FHC:

De acordo com Bonduki (2008) o déficit habitacional brasileiro teve um crescimento de 19,9% entre os anos de 1999 e 2000. No entanto, foram as famílias de baixa renda que mais tiveram o seu déficit habitacional aumentado: nas faixas de renda inferior a 2 salários mínimos houve um crescimento de 40,9% do déficit. Enquanto isso, houve uma redução de 26,5% no déficit habitacional das famílias que se encontram nas faixas de renda de mais de 5 salários mínimos. (Oliveira, p. 271, 2010)

Segundo Bonduki, outros dois aspectos contribuíram também para o crescimento do déficit habitacional na década de 1990: o despovoamento de prédios nas regiões centrais - o que afasta as classes mais baixas de zonas com boa infraestrutura - e o alto valor do solo urbano obrigando assim as parcelas mais pobres a viverem em zonas mais afastadas e loteamentos irregulares (Apud OLIVEIRA, 2010).

Mesmo diante dessas políticas dos governos FHC, Rolnik (2015) argumenta que no que diz respeito ao Governo Federal não houve uma total financeirização da política imobiliária. "Não se trata portanto, de um processo de financeirização, na medida em que nem a formação de um mercado secundário de hipotecas, nem a participação mais intensa de fundos e veículos financeiros ocorreram." (Rolnik, p. 290, 2015). Com todo rigor, esse processo se daria no âmbito de reestruturação das empresas envolvidas no setor.

Na década de 1970 as construtoras e incorporadoras montavam seu próprio serviço de crédito através do autofinanciamento e do crédito cooperativo, arrecadando capital excedente de famílias mais ricas e usavam esse excedente para investir no setor imobiliário em tempos de hiperinflação. Com isso as construtoras criaram suas próprias companhias subsidiárias de crédito e foram diversificando suas formas de gestão (Rolnik, 2015).

Na década de 1990 grandes mudanças começam a ocorrer nesse setor. Empresas nacionais ligadas a famílias tradicionais passam a se associar com grandes empresas internacionais que já traziam todo um *know how* em relação ao modelo de gestão financeirizado.

O movimento realizado por fundos de investimento em mercados da América Latina se intensificou após a crise asiática de 1997 e com a retomada do crescimento da região da América Latina. As incorporadoras brasileiras tiveram parte do seu capital comprado por fundos de investimentos estrangeiros. Essas incorporadoras também se lançaram na bolsa de valores, alcançando grandes lucros vendendo parte de suas ações. O mesmo acontece com os fundos de investimento quando esses saem das empresas

nacionais e vendem suas ações num valor muito maior do que o investimento inicial que havia sido feito.

Em todas essas companhias, o mesmo movimento de compra de parte da empresa por um ou mais fundos de investimentos, compra de companhias concorrentes e lançamento em bolsa revelam o processo de tomada da incorporação residencial pelo setor financeiro nos primeiros anos da década de 2000. (ROLNIK, 2015, p. 292)

Neste sentido, as administrações das empresas começaram a ser geridas por integrantes dos fundos de investimento, traçando as estratégias das empresas a partir dos interesses dos fundos. Os investimentos desses fundos foram transformados em reservas fundiárias, para se ter um retorno a longo prazo. "Em 2014, 22 empresas estavam listadas na Bovespa. Entre elas, 9 concentravam 100 bilhões de reais (37 bilhões de dólares) em terra, o que representa quase 620 mil quilômetros quadrados de solo urbano, em várias cidades do país." (ROLNIK, 2015, p. 292). Essa inversão acarretou um grande aumento do valor da terra, consequentemente um aumento do valor dos alugueis.

Neste cenário várias famílias passaram à condição de sem-teto por terem grande parte da sua renda consumida pelo aluguel ou por não conseguirem mais pagar por ele e serem despejadas.

II.2 O debate em torno da origem do MTST

O MTST tem sua origem no ano de 1997, quando ocorre a ocupação Parque Oziel, em Campinas, e surge com um forte elo com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Essa origem é reconhecida pelo próprio movimento, mas a literatura produzida chama a atenção para a complexidade do contexto em que o MTST surge. Neste sentido, resgatar as origens de um movimento social é necessário na medida em que não existem muitos registros documentados.

Isso porque geralmente o processo formativo de um movimento se desenvolve em um ambiente de conflitos, embates, construções, redefinições e reorientações e não de modo unívoco, contínuo e linear quanto as sistematizações podem fazer com que pareça. (Giaquinto, p. 11, 2016)

O único documento produzido pelo MTST que faz menção a essa origem é a *Cartilha do Militante* de 2005. De uma maneira não muito precisa aponta a criação do movimento como uma iniciativa do MST, tendo referência a Marcha Nacional por

Reforma Agrária⁵, quando o MST teria destacado alguns militantes para organizar o movimento urbano.

Foi assim que, na marcha nacional que o MST realiza todos os anos, no ano de 1997 este movimento resolveu liberar militantes comprometidos com a transformação da sociedade para criar um movimento urbano. Estes militantes começaram a estudar os problemas que os trabalhadores viviam com mais dificuldade e perceberam que, naquele momento, dois eram os mais preocupantes: Moradia e Trabalho. (CARTILHA DO MILITANTE, 2005 apud GOULART, 2011)

Como a *Cartilha do Militante* é o único documento escrito sobre a origem do movimento, estudiosos do tema buscaram, não sem dificuldades, reconstruir esse percurso a partir de depoimentos orais de militantes sobre suas experiência vividas na construção do movimento (GIAQUINTO, 2016). Segundo Lima,

A história da gênese do Movimento é contada de diversas maneiras. Nestes distintos relatos, manifestam-se múltiplas experiências e interpretações tecidas por sujeitos que vivenciam (ou vivenciaram) diferentes formas de inserção no processo de construção do Movimento. (Apud GIAQUINTO, 2016, p. 11)

Vários depoimentos coletados por Goulart (2011) afirmam que muitos militantes do MTST vieram das fileiras do MST e que a forma de organização do movimento dos sem-teto derivava dos sem-terra. Porém, Goulart lembra que as informações coletadas nos depoimentos são desencontradas e por isso não é possível estabelecer uma cronologia precisa entre MST/MTST, as ocupações ocorridas no período e a Marcha Nacional por Reforma Agrária.

Goulart (2011) e Lima (2004) apontam que existiriam duas linhas explicativas sobre a origem do movimento. A primeira estabelece uma relação direta entre o MTST e o MST. O movimento dos sem-teto seria fruto de um projeto interno dos sem-terra que viam naquele momento a necessidade de expandir sua atuação para as cidades (GIAQUINTO, 2016). Para Lima (2004) esse tipo de ação seria consequência de um processo de estrangulamento do MST no Pontal no Paranapanema, na medida em que, diante da força dos latifundiários, o movimento não tinha mais para onde se expandir. O

⁵ "A Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça ocorreu em 1997 para denunciar a impunidade dos policiais que empregaram a violência, no fato que ficou conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 1996. Nessa ação para desobstrução da rodovia, foram assassinados 19 trabalhadores rurais. Outro objetivo da Marcha era dar visibilidade à oposição do movimento ao governo federal de Fernando Henrique Cardoso. A Marcha saiu de três localidades: São Paulo (SP), com agricultores vindos do sul e sudeste; Rondonópolis (MT) e Governador Valadares (MG), rumo à Brasília (DF), e durou 60 dias, com a participação de cerca de 1300 pessoas." (GOULART, 2011)

Movimento Sem Terra teria, então, optado por organizar os trabalhadores urbanos como forma de acumular forças e ajudar a pressionar o governo inclusive para obter vitórias no campo. Segundo Cassab (2004)

De um lado, muita gente sem terra e que dependia da terra, de outro lado, uma burguesia latifundiária armada. [...] O governo Mario Covas era um governo mais negociador e fez um acordo com o MST, cedendo 40% das terras no Pontal. [...] É um acordo que se constitui como uma faca de dois gumes: ele pode ficar com a propriedade de 40% das terras, mas não pode avançar mais nos 50% das terras, que eram as dos latifundiários" (Apud GOULART, 2011, p. 16).

Essa decisão também seria um desdobramento da própria análise que o MST fez sobre as modificações ocorridas em sua base social. Haveria na base um número crescente de trabalhadores urbanos que queriam se organizar para lutar mas não desejavam abandonar o espaço das cidades. Esses trabalhadores ingressavam na luta devido à degradação crescente das suas condições de vida. Por não se adaptarem mais à vida no campo, o MST enxergou a necessidade de liberar militantes para organizar o movimento no espaço urbano.

A novidade desse contexto não estaria na presença de pessoas da cidade na base social do MST, nem na atuação desse movimento no espaço urbano. Isso já era feito em momentos anteriores (GIAQUINTO, 2016). A novidade residia no grande aumento do número de trabalhadores urbanos nas bases do MST, o que levou sua direção a refletir sobre as condições sociais do país naquele momento e optar pela organização dos trabalhadores urbanos, seja auxiliando movimentos urbanos já existentes ou buscando criar iniciativas próprias como o MTST. Tratava-se então de organizar os trabalhadores da cidade a partir de questões próprias da cidade, sendo a Marcha de 1997 um importante momento aglutinador para tanto.

A segunda linha explicativa sobre a origem do MTST teria também como ponto central a Marcha de 1997. Porém, a Marcha não seria a continuidade de um processo anterior, fruto de uma deliberação interna, mas sim o momento inicial de aproximação dos militantes do Movimento Sem Terra com os movimentos sociais urbanos já existentes. A partir desta aproximação surge uma formação social híbrida, fruto desse encontro que aglutinaria interesses múltiplos tanto de questões rurais como urbanas. A liberação de militantes do MST para organizar um braço urbano seria o resultado da própria Marcha e não uma decisão prévia.

Giaquinto (2016) ressalta que, para além da cronologia dos fatos e da precisão dos mesmos - que nesse caso é impossível de ser atingida - é importante entender o contexto social e econômico do país em que a Marcha aconteceu.

A autora faz um importante resgate histórico da relação entre a questão agrária e urbana no Brasil. A partir de 1930 no período Vargas, o processo de industrialização do país começou a se dar com maior intensidade, porém esse foi fortemente ancorado na questão agrária. Para obter recursos para a construção do parque industrial nacional, o governo precisou das verbas vindas das taxações dos produtores da agricultura que eram exportados. Esta política significou uma negociação com o próprio setor agropecuário, posto que o governo não tocou na estrutura fundiária do país e nem na estrutura do trabalho rural. Consequentemente, o espaço urbano foi se formando em torno da industrialização.

Outro importante aspecto foi a promulgação de uma legislação trabalhista restrita, pois foi fruto da pressão do movimento operário. Esta legislação acabou produzindo um cenário de crescente degradação do trabalhador do campo e de promessa de cidadania e melhores condições de vida para o trabalhador assalariado urbano. Em busca dessa promessa de cidadania, o êxodo de trabalhadores do campo para as cidades foi enorme. Aquela promessa ficou longe de ser realizada em sua plenitude, com a construção das cidades reproduzindo as desigualdades oriundas do modo de produção capitalista.

O cenário mudou com a crise financeira estabelecida no país a partir da década de 1980 e principalmente a partir da década de 1990. A estagnação econômica da década de 80 e a implementação e consolidação das políticas neoliberais durante a década de 90 colocaram o trabalho urbano em condições tão degradantes e precárias que o que agora se via era um movimento inverso, trabalhadores buscando voltar para o campo.

Nesta mesma época, o MST percebia que a reforma agrária não se efetivaria senão com enfrentamento às políticas neoliberais. Seria necessário uma luta mais ampla para poder efetivar a reforma agrária. Para alcançar esta luta ampliada, era necessário conseguir apoio de outros setores da sociedade que não tivessem circunscritos somente ao campo. Por esta razão o movimento decidira mostrar que a reforma agrária era uma luta de todos e é nesse contexto que estava inserida a estratégia de realização da Marcha Nacional. A ideia era mostrar que as reformas neoliberais afetavam todos os setores da classe trabalhadora, seja do campo ou da cidade.

O objetivo era trabalhar em âmbito nacional a ideia de que a questão da terra, sob a qual se organizam os trabalhadores rurais, não se trata de um problema exclusivo do campo. Durante a realização da Marcha, buscava-se romper com o imaginário de há um afastamento entre a realidade do campo e a da cidade, demonstrando como a construção de ambas aparece de forma imbricada. E de como, portanto, o problema da reforma agrária, da violência e do desemprego que atingem as populações rurais, não são questões a serem tratadas de modo exclusivo pela população campesina (GIAQUINTO, p. 16, 2016).

Diversos outros setores participaram da Marcha, episódio de maior destaque no enfrentamento do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Segundo Coletti (2005)

A “marcha” colocou os sem-terra e suas demandas em todos os noticiários da televisão e nas capas dos principais jornais do país, converteu-se na primeira grande manifestação popular realizada contra o governo Fernando Henrique Cardoso e sua política neoliberal e levou, segundo o MST, cerca de 100 mil manifestantes a Brasília. Desses manifestantes, a esmagadora maioria não era sem-terra, mas estudantes, funcionários públicos, sindicalistas, trabalhadores urbanos, etc., que engrossaram a manifestação para prestar solidariedade ao MST e manifestar insatisfação com os rumos do governo. (Apud GIAQUINTO, 2016, p.16)

Neste cenário teria surgido o MTST. Se a Marcha é um importante episódio sobre o surgimento e a autonomização do MTST, existem evidências, apontadas por Goulart (2011), de que esse movimento já atuava em Campinas e que haveria uma estreita relação nesse período com o MST.

Para sustentarmos nossa hipótese, destacamos a presença do MTST na região de Campinas desde o ano de 1996, quando militantes do MST auxiliaram na organização de ocupações de terrenos realizadas de maneira espontânea. É o caso da Vila San Martin, que chegou a agregar 3.500 famílias. (GOULART, p. 18, 2011)

Poderíamos concluir disso uma dupla interpretação: 1) o MTST já existia independente do MST, mas mantinha um forte vínculo com o mesmo e 2) o movimento ainda não existia, mas militantes do MST vinham acompanhando movimentos urbanos já existentes com o intuito de criar no futuro um novo movimento urbano.

Outro aspecto importante que parece reforçar essa interpretação sobre a existência de um vínculo orgânico original entre MTST e MST é levantado por Oliveira (2010). Segundo a autora, devido a essa origem, o MTST possui características diferentes na sua forma de organização dos demais movimentos de moradia existentes em São Paulo. Por ser fruto de uma estratégia maior, ele não nasce necessariamente a

partir da demanda por moradia, mas sim tendo uma plataforma reivindicativa mais ampliada. Mesmo que a questão da habitação esteja no centro da estratégia do movimento, ele não é somente um movimento de moradia, mas que se organiza a partir da questão da moradia, para dar formação política aos seus militantes visando uma transformação social mais ampla. Essa característica será um traço marcante do movimento em toda sua história até os dias atuais. Ainda que a questão originária da relação entre o movimento e o MST esteja ainda em aberto, é evidente que tal relação deixou marcas que perduraram na organização do MTST.

II.2.1 A ocupação Parque Oziel

Voltando ao cenário de Campinas, foi no contexto aqui apresentado que aconteceu a ocupação Parque Oziel⁶. Se as informações sobre a relação da origem do movimento com o MST não são totalmente precisas, sobre o Parque Oziel há também divergências.

De acordo com Ghilardi (2012), a ocupação ocorreu devido a um papel central que uma liderança local desempenhou. Gentil Ribeiro, mais conhecido como o "Paraíba", junto com outros companheiros e companheiras, teria feito um reconhecimento prévio do terreno, identificado se a área era propícia para ocupação, constatando que possuía dívidas com o fisco há muitos anos. Segundo Ghilardi, Paraíba tinha articulações com outros grupos políticos da cidade, que rejeitaram a ideia da ocupação. Paraíba e seus companheiros, todavia, realizaram a ocupação, atraindo pessoas desempregadas que não tinham onde morar e não tinham como pagar aluguel. É interessante notar que no trabalho de Ghilardi (2012), o MST e o MTST são poucas vezes mencionados. O autor afirma que esses movimentos, na verdade, foram apoiadores importantes da ocupação, mas não necessariamente organizavam o local. Porém quando menciona a escolha do nome da ocupação, Ghilardi cita que este foi escolhido por três companheiros de Paraíba que estavam presentes no Massacre de Eldorado dos Carajás. Supõe-se que, com isso, essas pessoas eram militantes do MST e que talvez Paraíba também fosse ou que tivesse alguma ligação com esse movimento social. "Segundo o documento de referência, o nome foi sugerido por três moradores da

⁶ Oziel Alves foi um jovem integrante do MST, morto no Massacre de Eldorado dos Carajás promovido pela Polícia Militar do Pará, em abril de 1996.

ocupação, ligados ao grupo de Gentil Ribeiro, que participaram dos referidos acontecimentos de Eldorado dos Carajás." (GHILARDI, 2012, p. 31)

Sobre o papel do MTST e do MST, o autor ressalta que a ocupação ocorreu de uma forma espontânea e que as lideranças locais chamaram outros líderes desses movimentos para apoiá-la. Esse apoio, segundo o autor, seria importante para organizar a ocupação do Parque Oziel, diferentemente de outras ocupações espontâneas que aconteciam na cidade de Campinas até então.

O caráter de "ação organizada" do Parque Oziel, Jardim Monte Cristo e Gleba B deve parte da sua procedência ao apoio que obteve de movimentos populares - em realidade do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST e sua vertente urbana, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST. (GHILARDI, p. 34, 2012)

Ghilardi cita também o depoimento de Camila Alves, militante do MTST, segundo a qual a liberação de militantes ocorreu quando a Marcha Nacional passou pela cidade de Campinas.

Muitos companheiros e companheiras do MTST vieram do MST e se juntaram a nós porque têm o perfil urbano. Ao passarmos por Campinas, algumas lideranças locais pediram ajuda para tentar uma ocupação espontânea feita por 800 famílias , que acabou batizada, Parque Oziel, em homenagem a um jovem assassinado no campo.

A ocupação começou com 800 famílias, e de repente, a coisa se adensou e chegou a 12 mil famílias. Consideramos esse assentamento como uma primeira experiência para refletir sobre uma metodologia de trabalho, mas não significa que nós a organizamos. Ela aconteceria de qualquer maneira, assim como acontecem várias ocupações espontâneas, várias favelas vão se adensando, crescendo. (Revista Democracia Viva nº18, 2003)

Goulart (2011) também chama atenção para a dupla militância que algumas lideranças faziam, participando tanto do MST como do MTST. Todavia, como aponta Goulart, havia na época uma confusão de instâncias entre os dois movimentos. Mas, mesmo que o Parque Oziel não tenha sido organizado inicialmente pelo MTST, a sua experiência serviu para dar uma caráter mais independente do MTST em relação ao MST.

OS militantes que buscavam organizar o movimento de uma maneira mais independente viram na cidade de Campinas condições muito propícias para isso. Era uma cidade com enorme déficit habitacional. De acordo com os dados divulgados pelo jornal Folha de S. Paulo, "Segundo dados da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Campinas, 15% da população estava em condição de moradia precária, habitando

ocupações ou favelas, o que somava 150 mil pessoas." (Apud GOULART, p. 19, 2011). Por sua vez, vinha ocorrendo um número significativo de ocupações espontâneas: "Dados da Defesa Civil de Campinas mostravam que o número de ocupações na cidade em 1997 tinha crescido 33% em relação ao primeiro trimestre do ano anterior." (Apud GOULART, 2011, p. 19). De acordo Goulart apenas no ano da ocupação do Parque Oziel já existiriam 86 ocupações na cidade. Atrelado a isso, soma-se o cenário de recessão existente no país causado pelas reformas neoliberais do governo FHC que gerou desemprego e arrocho salarial, dificultando assim as famílias pagaram aluguel.

A ocupação iniciou-se em fevereiro de 1997 numa enorme área abandonada e bem localizada na cidade, denominada Fazenda Taubaté, que estava dividida em 1.135 lotes de supostamente 144 proprietários.

Figura 1 - Vazio da Região do Parque Oziel, antes da ocupação.



Fonte: Elaboração Demacamp. Apud Ghilardi (2011, p. 26).

A propriedade onde se localiza a ocupação, segundo Ghilardi (2012), constitui uma área situada entre as rodovias Santos Dumont e Anhanguera. A história dessa área

estaria justamente ligada ao loteamento que foi feito da antiga Fazenda Taubaté na década de 1950. Através da constituição de uma sociedade civil o objetivo era vender lotes urbanizados oriundos do desmembramento da fazenda. Devido à implantação das rodovias, de acordo com Ribeiro (Apud Ghilardi, 2012), a fazenda foi dividida em quatro glebas, resultando em três loteamentos: Jardim do Lago I, Jardim do Lago Continuação e Jardim do Lago II e a Gleba B que continuou como zona rural. Até o final da década de 1960, os três loteamentos já estavam aprovados. Somente o Jardim do Lago I recebeu infraestrutura urbana, sendo rapidamente ocupado. Os outros dois loteamentos receberam uma infraestrutura precária, ficando um grande vazio sem ocupação, que somado com a Gleba B constitui a área vazia acima retratada.

A ocupação cresceu rapidamente em pouco tempo. Goulart (2011) aponta que em menos de quatro meses a ocupação já contava com 4.500 famílias. E com o rápido crescimento da ocupação foram surgindo problemas. O local não tinha água, luz, esgoto nem coleta de lixo e quanto mais famílias chegavam mais a carência de infraestrutura ficava evidente. A falta de infraestrutura fez com que os moradores se mobilizassem para conseguir melhorias para a ocupação e para sua condição de vida. Foram várias manifestações organizadas pelos moradores da ocupação em defesa desses direitos. As crianças que não tinham escolas eram atendidas por professores voluntários em barracões improvisados. As famílias buscavam também formas de criar sua própria subsistência através do cultivo de pequenas lavouras na ocupação.

As lideranças da ocupação buscavam quebrar com o individualismo dos moradores, fazendo com que os mesmos também fossem responsáveis pelo processo de melhorias na ocupação, seja na questão de infraestrutura, seja na organização política⁷ (GOULART, 2011, p. 23). Com o passar do tempo, esse princípio foi se atrelando à conquista da moradia. Tarefas organizativas na ocupação eram avaliadas positivamente pelo movimento na hora de decidir as famílias que seriam beneficiadas pela conquista das moradias adquiridas junto ao poder público através da luta.

Porém as dificuldades pelas quais a ocupação passava não diziam respeito somente à infraestrutura. Logo no início da ocupação pedidos de reintegração de posse foram impetrados, tornando iminente o risco do despejo. O movimento conseguiu recorrer e travar o processo na justiça, ganhando com isso tempo para consolidar a

⁷ O princípio organizativo segundo o qual os moradores são impelidos a se responsabilizar pelas melhorias na ocupação, foi algo mantido no método organizativo do MTST.

ocupação. Contudo, o maior problema enfrentado pela ocupação foi o da violência, seja pela polícia ou pelo crime organizado.

Nesse contexto a militância foi diretamente atingida, e culminou com o assassinato de quatro líderes em menos de quatro meses: Gentil Ribeiro, em quatro de abril; Expedito Souza Silva, em primeiro de julho e Mauro Filho Garcia e sua esposa Sonia Nunes Garcia, apenas 18 dias depois. (GOULART, p. 23, 2011)

Em abril de 1999 a área foi decretada como de interesse público pela gestão da Prefeitura Municipal. Porém a Prefeitura não estava disposta a desapropriar a área naquela época devido ao alto valor do terreno, avaliado em 12 milhões de reais. Mas também não estava disposta a usar da força para o despejo, devido ao grande desgaste político que isso poderia gerar. Ademais outras duas ocupações ocorreram em áreas ao lado do Parque Oziel, o Jardim Monte Cristo e a Gleba B, formando um "complexo" de moradias construídas pelos próprios ocupantes, totalizando mais de 10 mil famílias. A disputa judicial se arrastava com o tempo, muito embora episódios de violência tenham marcado a história da ocupação, como o assassinado de duas importantes lideranças: Clovis Ferreira e Adir Rodrigues. A ocupação se consolida e aos poucos sua infraestrutura melhora, passando a ter abastecimento de água, energia elétrica e escolas. A partir de 2007, os moradores tiveram concedida por decreto a permissão de uso da área pela Prefeitura. Todavia, o MTST já não fazia mais parte das negociações com o poder público pois o movimento optou por recuar devido aos episódios de violência que vinham ocorrendo e porque havia perdido espaço para outros setores e forças sociais.

O MTST percebeu que não se tratava de simplesmente aplicar o método advindo do MST na zona urbana. Era necessário compreender mais profundamente as condições do espaço urbano e com isso desenvolver um método próprio para as ocupações e forma de atuação. Giaquinto (2016) ressalta esse processo vivido pelo movimento e menciona as principais dificuldades enfrentadas por ele naquele momento.

Tratava-se aqui de identificar que a tentativa de transposição da estrutura organizativa do campo para a cidade não se sustentava. Isso porque, apesar de considerar dimensões fulcrais à construção da ocupação, ela não admitia na sua constituição algumas das problemáticas centrais que atravessam as dinâmicas sociais em meio urbano. Dentre elas destacam-se: a especulação imobiliária, a precariedade de infraestrutura, a expansão do “mundo do crime” e a repressão policial. (GIAQUINTO, 2016, p. 65)

Duas questões apareciam naquele momento como novidade não só para o movimento como também para a própria dinâmica do espaço urbano: a ampliação do

"mundo do crime" e a intensificação da repressão policial. Esses dois fenômenos estariam diretamente ligados às consequências das políticas neoliberais implementadas no país. Como afirmamos anteriormente, a partir da década de 1990 a migração do campo para a cidade diminui. As periferias urbanas são formadas tanto pela geração de migrantes como também de seus filhos. Esses jovens que nascem no contexto urbano nos anos de 1990 enfrentam grande dificuldade de ingresso no mercado de trabalho formal. Ao mesmo tempo a ideologia do individualismo e do empreendedorismo se difunde. A ascensão social seria, então, resultado apenas e tão somente da iniciativa individual. É nesse contexto que o "mundo do crime" ganha amplitude nas periferias (apesar de já existir anteriormente) e se apresentar como uma alternativa de representação para esses jovens e de autorrealização diante da conjuntura aqui mencionada.

Esse "mundo do crime", entretanto, não *domina* os territórios ou as populações tiranicamente. A posse de armas e a disposição para utilizá-las é, evidentemente, a fonte última da legitimidade e autoridade do "mundo do crime" e dos "irmãos" nas periferias da cidade. Entretanto, cotidianamente esses grupos manejam componentes muito mais sutis de disputa pelas normas de convivência, como a reivindicação de justeza dos comportamentos, amparados na "atitude", "disposição" e "proceder", e na oferta de "justiça" a quem dela necessita; a ajuda para solução de problemas de moradia; o amparo para pagamento de advogados; subsídio para a visita de parentes presos etc. Se não se trata de um jugo ou de uma dominação autoritária, tampouco trata-se de um movimento democrático: a questão é que "o crime" emerge noutra chave de compreensão, como resultante de trocas sociais complexas travadas entre instâncias reconhecidas e legítimas nos territórios, obtendo dessas trocas consentimentos ativos e legitimidade para ali se estabelecer. Assim, o "mundo do crime" aparece como uma entre outras instâncias de geração de renda, de acesso a justiça ou proteção, de ordenamento social, de apoio em caso de necessidade, de pertencimento e identificação. Não se afirma aqui, portanto, que "o crime" se espalha indistintamente pelo tecido social das periferias, manchando o tecido social, nem que os jovens dali sejam ou estejam se tornando "bandidos"; a questão é outra: trata-se de um universo de relações em disputa pela legitimização social, pelos critérios de subjetivação social e política, que trava relações tensas (e intensas) com uma série de outras instâncias sociais mais tradicionais. (FELTRAN, 2009, p.14)

Ao mesmo tempo a ação policial também se baseava na individualização e responsabilização sobre a ascensão social. Ou seja, a culpa pela pobreza passa a ser vista do ponto de vista individual, daquele sujeito que não se esforça para crescer na vida. Esse discurso foi muito difundido, e ainda é, para reprimir as ocupações. A polícia

taxa os sujeitos que vivem nas ocupações como "vagabundos" que não querem trabalhar, o que justificaria a forte repressão perante a sociedade. Ao mesmo tempo relacionam esses sujeitos com a criminalidade o que justifica ainda mais a repressão violenta. Qualquer um que fosse assassinado estava envolvido com o tráfico de drogas e não se trataria mais da morte de um cidadão, mas de um "bandido". Esse discurso foi recorrente no caso do Parque Oziel em relação aos assassinatos de militantes que ocorreram na ocupação. Essa maneira de agir da polícia somada a outras dificuldades fizeram o movimento recuar e reavaliar suas estratégias.

Neste sentido, mesmo que o Parque Oziel tenha sido uma grande vitória, pois se transformou num bairro consolidado, possibilitando a várias famílias a conquista de suas moradias, diante das dificuldades apontadas, o movimento avaliou a necessidade de se organizar em outros territórios.

Figura 2 - "Complexo" - Parque Oziel, Jardim Monte Cristo e Gleba B em 2007.



FONTE: Elaboração Demacamp. Apud Ghilardi, 2011, p. 26

II.2.2 Tentativas de organização em outros estados

Concomitante à ocupação em Campinas, ocorreram experiências de organização do movimento também em outros estados. Essas experiências eram fruto também da liberação de militantes do MST para organizar um movimento urbano nesses estados. Este processo não ocorreu em todo Brasil mas apenas nos estados onde esses militantes eram liberados. Ademais não necessariamente estavam vinculados à experiência de Campinas, no estado de São Paulo. Em alguns casos essas experiências não deram certo e o movimento acabou. Em outros, todavia, continuaram como experiências autônomas sem vinculação com o movimento a nível nacional.

Embora tenhamos de maneira sistematizada apenas duas pesquisas sobre a presença do MTST em outros estados, a de Rodrigues (2002), sobre Pernambuco, e Lima (2004), sobre o Rio de Janeiro, há documentos do movimento que citam a relação da militância de São Paulo com movimentos análogos em Sergipe, Rio Grande do Norte e Minas Gerais. (GOULART, 2011, p. 27)

Em Pernambuco o movimento teria surgido por volta de 1997. Todavia em 1999 sofreu uma ruptura após uma ocupação em um prédio do INSS. O movimento teria se dividido em duas vertentes: o MTST, coletivo que teria forte vinculação com políticos do PT em Pernambuco e o MUST, um grupo ligado ao PSTU.

Sobre a experiência de Pernambuco ao que tudo indica o movimento prosseguiu mas depois se tornou autônomo. Hoje existe novamente um coletivo ligado ao movimento a nível nacional. Não sabemos se o coletivo autônomo se encerrou, transformou-se em outro movimento ou integrou-se a esse novo coletivo que atualmente faz parte da coordenação nacional.

No Rio de Janeiro, a primeira tentativa de organização começou a ser formada por militantes que saíram do Parque Oziel. Neste estado, o movimento enfrentou dificuldades ao ocupar uma área, ser despejado, reocupá-la e novamente ser expulso. Em 1998 o movimento realizou a ocupação Che Guevara, que também foi despejada e, mesmo com manifestações, não conseguiu uma negociação com as autoridades públicas. Apenas no ano seguinte o movimento consegue obter uma grande vitória, assentando cerca de 2.000 famílias nas regiões de Sepetiba, Nova Iguaçu e Bangu. Porém, ainda que tenha sido vitorioso, não conseguiu se consolidar, na medida em que parte de sua base foi cooptada pelo governo e seus militantes passaram a sofrer ameaças de morte.

A construção do conjunto Nova Sepetiba, planejado para 10 mil casas, começou a receber os novos moradores em 2001. Localizado na zona oeste do Rio de Janeiro, há três horas de ônibus do centro da cidade, o projeto habitacional, de casas de 32 m², passou a ser o novo bairro de acampados das ocupações Paulo Freire, em Sepetiba, Nova Canudos, em Nova Iguaçu, e Araguaia e Che Guevara, na zona oeste, todas organizadas pelo MTST. (GOULART, p. 28, 2016)

Posteriormente identificamos uma nova tentativa frustrada de organização de um coletivo no Rio de Janeiro, no final da primeira década dos anos 2000. Recentemente o coletivo no estado foi organizado novamente e compõe a coordenação nacional do movimento⁸.

As experiências de organização no Amazonas e em Minas Gerais são pouco mencionadas, mas identificamos alguns relatos de que elas existiram. No Amazonas a hipótese é que o movimento se encerrou devido a uma divergência do MTST com o PSTU, cujo resultado foi a retirada de militantes para atuar no partido. A mesma estratégia por parte do PSTU teria sido utilizada em Minas Gerais, mas também neste Estado não teria obtido sucesso. Na carta de retirada do movimento da CSP-Conlutas em 2012 é possível encontrar a seguinte referência:

No entanto, nas últimas semanas, ocorreram atitudes que saíram do âmbito do debate legítimo e da lealdade política. Companheiros do PSTU atuaram de forma divisionista em bases do MTST de vários estados, afetando, inclusive, coordenadores do Movimento. Organizaram reuniões no Amazonas e em Minas Gerais, com o intuito de convencer militantes a saírem do MTST e ingressarem no movimento que este partido busca impulsionar atualmente. No caso do Amazonas, embora apenas nele, obtiveram sucesso e desarticularam o coletivo do MTST por lá. Vale registrar que não se tratou de uma iniciativa isolada. (“Carta do MTST de saída da CSP-Conlutas”, 2012)

A história do desfecho do movimento em Minas Gerais é também pouco conhecida. Apenas recentemente, ao se aproximar da Comissão Pastoral da Terra na cidade de Uberlândia, o movimento voltou a se organizar nesse estado, realizando uma ocupação em uma cidade fora da capital do estado.

A nacionalização do movimento ocorrida no final dos anos 2000 e início da próxima década é o que analisaremos a seguir.

⁸ As experiências em outros estados do norte e nordeste como Pará, Sergipe e Rio Grande do Norte são pouco conhecidas. Parece que o movimento não perdurou nessas localidades. Hoje em dia o movimento passa por um processo de forte expansão em toda região nordeste, não havendo necessariamente uma ligação com essas experiências mais antigas.

II.3 O MTST na Região Metropolitana de São Paulo: consolidação e dificuldades

A reorganização do MTST ocorreu na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), pelas condições sociais ali existentes. Que razões levaram à reorganização do movimento na RMSP?

Primeiramente, vale destacar a existência de outros movimentos sociais de luta por moradia na região, que tinham uma amplitude municipal. Esses movimentos possuíam características diferentes do MTST. Eram movimentos que tinham uma forte inserção institucional, com estreita ligação com políticos locais. Esta característica, por um lado, trazia algumas facilidades ao processo de negociação e conquista. Por outro, colocava os movimentos dentro de um espectro político de barganha, cooptação de lideranças e despolitização de suas bases sociais. O MTST optou por lutar fora da via institucional, fazendo pressão direta sobre os governos e focando na organização e politização de sua base social (GOULART, 2011).

Um característica importante de diferenciação do MTST relativamente a outros movimentos de moradia em São Paulo é o local de suas ocupações. Enquanto a maioria dos movimentos ocupam prédios no centro de São Paulo, o MTST optou por organizar-se nas regiões periféricas, atuando sobre grandes latifúndios urbanos vazios.

A Região Metropolitana de São Paulo passou por um processo de especulação imobiliária durante a década de 1990, ocorrendo um movimento de valorização do centros urbanos, movido por articulações de grupos empresariais, expulsando assim um enorme contingente de trabalhadores para as franjas do espaço urbano. Parte dos trabalhadores mais precarizados se encontram nessas regiões - o que propicia ao movimento a realização de ocupações de caráter massivo, característica provavelmente herdada do MST. Segundo Alex, militante do MTST no Acampamento Anita Garibaldi,

Vemos o MST como uma forma de organização que preserva principalmente a independência. Não desenvolve a constituição do movimento pela questão legal, mas sim é uma organização de base, do povo, independente da política institucional que vemos hoje por aí. Sempre criou uma política para a base e por essa formação nós, do MTST, nos assemelhamos um pouco. Hoje, o camarada que vê o nosso acampamento vê um padrão bem parecido aos acampamentos do MST, não porque acreditamos que tem de ser assim, mas porque acreditamos que essa metodologia que o MST possui para constituir um acampamento e um grande aprendizado da luta popular. E nós vimos que dentro do MST há uma fonte inesgotável de ensinamentos, que podemos aprender, tira isto e aquilo que se adapta ao MTST. (BENOIT, 2002, p.141)

Outra estratégia de ocupação desses terrenos na periferia de São Paulo diz respeito à consolidação da ocupação. Se nos primeiros dias o movimento e seus ocupantes não forem removidos, supostamente só poderão sair de lá mediante ação judicial de reintegração de posse e uma batalha se inicia no judiciário. Quanto mais tempo esse batalha dura, mais tempo o número de barracos aumenta e a ocupação se consolida, o que dificulta o despejo, mais do que nos prédios ocupados no centro. Trata-se todavia de uma estratégia mais eficaz mas nem por isso ações violentas de despejo deixam de acontecer sem respeito ao tempo dos ritos jurídicos. É o que veremos um pouco mais adiante. Por sua vez, a própria ausência de trabalho de grupos do campo da esquerda nas periferias teria levado o movimento a tomar a decisão de atuar nessa região (OLIVEIRA, 2010).

De acordo com Oliveira (2010) nessa forma de organização estaria embutida uma crítica à atuação do Partido dos Trabalhadores (PT). Desde a década de 1990 o PT começou a mudar sua orientação concentrando suas forças para a disputa eleitoral, deixando de lado o trabalho de base que tinha nas periferias. Por consequência, abriu-se uma lacuna nessas regiões em termos de organização popular.

A crítica que se faz aqui é que a partir da década de 90 o Partido dos Trabalhadores (PT), partido que tem sua origem e história imbricada com a dos movimentos sociais, centra suas forças muito mais na luta eleitoral e acaba por abandonar a sua base e principalmente o importante trabalho que realizava nas regiões periféricas das cidades através dos núcleos de base, enfraquecendo-os. Daí a ideia de abandono da periferia por parte dos partidos políticos e a necessidade de se rearticular a luta entre a população mais desacolhida e desassistida, população que cresce paulatinamente. (OLIVEIRA, 2010, p. 47-48)

Segundo o depoimento de um militante do movimento, havia divergências do movimento com o PT naquela época:

O PT é um partido que tem diversas correntes, mas, com o setor majoritário do PT, digamos com a corrente hegemônica do PT, temos profundas divergências. Nós somos efetivamente contra o Alca, contra os transgênicos, a favor dos subsídios a agricultura e outros pontos que esse setor do PT não leva a serio... Nós vemos com preocupação essa eleição presidencial que se avizinha, nós vemos como grave a ofensiva imperialista que tenta descer goela abaixo da América Latina o Alca, nós vemos que depois dessa demonstração de arrogância e prepotência dada pelo imperialismo norte-americano condenando o povo humilde do Afeganistão, como consequência de um desvairado, como o Bin Laden - cria dos EUA - nós vemos com preocupação uma campanha eleitoral que vise apenas a conquista do governo. Lula pode até conquistar o governo, mas se ele não tiver o povo do seu lado, ele não vai conquistar o poder, e esta disputa pelo poder está na disputa

do Alca, há quem seja a favor do Alca e quem seja contra. Nós do MTST, evidentemente, nós somos um movimento de moradia, por melhores condições de vida, por emprego, mas temos uma visão política, tanto que aspiramos a uma ruptura com o imperialismo norte-americano. Nós acreditamos que seja preciso conquistar um governo dos trabalhadores e não um cedido pelo imperialismo, concedido por ele. Então vemos com preocupação essa ansiedade do PT, que não aceita um debate interno para escolher quem é o candidato. Quer por o Lula a qualquer custo, é uma ansiedade de tornar o Lula o candidato a presidente da República. Mas Lula e sua corrente tem um projeto que diz que o FMI vai continuar, que a dívida externa vai ser paga, em suma, um projeto de conciliação de classe. O Brasil não suporta mais um governo assim, veja o que aconteceu na Argentina. [...] (Apud BENOIT, 2002, p. 143)

A escolha da Região Metropolitana de São Paulo relaciona-se também com o mercado de trabalho. Desde a década de 1990, a RMSP sofreu mais intensamente o impacto do processo de desindustrialização, em função da chamada “guerra fiscal” e da migração de indústrias para outras cidades com carga tributária mais atrativa. Consequentemente aumentou a precarização da força de trabalho e o desemprego, além da precariedade das próprias moradias dos trabalhadores na Região Metropolitana. Segundo Lima, a Pesquisa de Custo de Vida (PCV) da Fundação Seade mostra que

o número de ocupações na RMSP, entre 1994 e 1998, cresceu 40%, o déficit habitacional estava em 3,6% e concentrava 2174 milhões de moradias inadequadas, das 2927 milhões de todo o estado de São Paulo (Apud GOULART, 2011, p. 30).

Nesse processo de reorganização o MTST fez uma ocupação na cidade de Guarulhos em 2001 que resultou no Acampamento Anita Garibaldi. O movimento ocupou uma área de 250.000 m² chegando a um grande número de famílias acampadas rapidamente, somando cerca de 12.000 pessoas (SILVA, 2014).

De acordo com depoimento de Alex, militante do MTST à época do Anita Garibaldi, desde a ocupação do Parque Oziel houve um processo de transição que culmina com a organização do movimento na cidade de Guarulhos

No inicio de 98 esse militantes que viveram aquela experiência passaram por um refluxo, vamos dizer assim; voltaram para a base de onde vieram, no intuito de estar tentando se aprofundar na ideia de como ajudar a formar essa ferramenta para a organização urbana. Então, no meio de 98, alguns militantes vieram para algumas outras regiões, como Guarulhos, região da Grande Osasco, mais especificamente Itapevi e para o centro de São Paulo, com o intuito de tentar fazer uma análise de três regiões diferentes fora Campinas. Para traçar uma linha, uma padrão das forças que atuam na cidade. Foi então que os companheiros participaram aqui em Guarulhos da constituição desse movimento, do MTST, junto com o povo daqui. Eu,

por exemplo, era morador daqui, morava no bairro dos Pimentas, e já vinha há algum tempo trabalhando no movimento urbano, em um movimento regional. Este movimento do qual eu participava tinha um certo contato com as favelas daqui de Guarulhos, era um movimento que tentava mediar com a Prefeitura e com o Poder Público formas de legalização de áreas, de criar novas respostas para áreas daqui que são de risco, tentar criar formas e meios de solucionar esses problemas mais imediatos. Foi então que eu e uns companheiros daqui fomos conhecendo a proposta do MTST e aí tentamos contribuir no pensamento de estar se construindo esse movimento. Depois de 98, fomos nós que entramos em refluxo. Com a intenção de estar construindo essa alternativa, muitos companheiros saíram das suas casas e foram para o campo; não como uma fuga, mas como uma forma de se ter um espaço que proporcionasse um estudo mais aprofundado. Os companheiros que tinham o compromisso desse projeto foram para o campo para ter mais espaço onde pudessem se aperfeiçoar no campo das ideias, para que pudessem sintetizar as ideias. Depois disso, em 2000, foi se pensando o retorno do movimento. A maioria da militância que tinha se constituído em outras regiões foi deslocada do campo e voltou para a cidade para a aplicação dessa primeira, vamos dizer assim, de uma dessas primeiras experiências, que seria o Anita Garibaldi, este assentamento aqui existente. (Apud BENOIT, 2002, p. 136)

A partir deste depoimento é possível supor que a formação realizada por militantes no campo seria em espaços oferecidos pelo MST, revelando a influência deste sobre o MTST ainda no período da ocupação.

Goulart (2011) também afirma que nesse momento havia integrantes do MST na coordenação do movimento. Segundo Lorena (2012), todavia, a experiência desse acampamento produziria uma inflexão na relação entre MTST e MST posto que a partir dali os sem teto começam a se afastar dos sem terra. A experiência acumulada no Anita Garibaldi mostraria às lideranças do MTST quão diferentes seriam as estratégias e as formas de organização existentes no espaço urbano e o espaço rural.

[...] o Anita Garibaldi resultou desse processo de reflexão, de reconhecimento de que o Movimento tinha de ser autônomo, ter uma direção própria, de que os militantes não iam mais usar a ajuda de custo do MST, e a ajuda de custo é um vínculo, é um vínculo econômico, e isto para nós era muito importante romper, porque, senão, mantinha relação e a nossa relação tinha que ser, sobretudo, política, discussão de estratégia, isso todo mundo concorda até hoje, manter o MST como um movimento aliado. Nós não precisamos ser um cordão umbilical do MST para sermos aliados do MST. (JOTA, 2010 apud LORENA, p. 122, 2012).

Segundo nossa hipótese, o afastamento orgânico entre MTST e MST não aconteceu necessariamente nesse momento. Este afastamento pode ter se iniciado

naquele momento mas se concretizou quando o MTST passou por mais um momento de reorganização após sofrer vários despejos⁹. Nessa época existia não só uma relação orgânica entre o MTST e o MST como também com outros movimentos que compunham o campo estratégico do movimento. É o caso do Movimento de Moradia do Centro (MMC). Segundo Guilherme, militante do movimento:

Concretamente, nós temos uma relação com o MMC (Movimento pela Moradia no Centro) muito mais fraterna, solidária, muito mais, as vezes, coordenada, muito mais "chegada" do que com outros movimentos. Há alguns outros movimentos de sem-teto que não conhecemos muito bem, mas que nos dão indícios de estarem muito comprometidos com uma prática política institucional, que não é o nosso forte, o nosso forte é não cair na malha da cooptação de dirigentes, que tem sido moeda corrente. Nós tentamos manter uma independência dessa via institucional, partidária, governamental. [...] (Apud Benoit, 2002)

Todos esses movimentos se organizariam no campo estratégico da Consulta Popular, naquele momento crítica ao neoliberalismo, mas também crítica a corrente hegemônica dentro do PT. Ainda segundo Guilherme:

Não, de fato, este não é o programa do MTST, este é o programa da Consulta Popular, é um projeto para Brasil, é um projeto popular para o Brasil, mas é também um pouco o nosso projeto, porque nós nos identificamos com ele. Não só nos identificamos, como fazemos parte da Consulta Popular, do setor de lutas urbanas da Consulta, dentro desse caminho. É um projeto que define a nação brasileira enquanto pátria soberana. Nós temos certeza, com os companheiros que lá encontramos na Consulta, companheiros do MST, de outras organizações populares do país, do MTD (Movimento dos Trabalhadores desempregados), do MMC, lá nos encontramos com esses companheiros na busca de um caminho popular para o Brasil. [...] (Apud Benoit, 2002)

Hoje o MTST não compõe mais a Consulta Popular. Não encontramos na bibliografia o motivo desse afastamento. Mas levantamos a hipótese de que no decorrer dos governos federais liderados pelo PT (mais especificamente os de Lula da Silva), houve uma aproximação da Consulta com o PT, enquanto o MTST dele se distanciou. Fato que revela isso é o movimento estar presente nos debates de organização da Conlutas, setor dissidente da CUT, e depois compor a organização dessa organização. De acordo com nossa hipótese durante esses governos o movimento teria se aproximado mais de partidos como PSTU e PSOL, principalmente deste último. De acordo com

⁹ Veremos isso ao tratar das próximas ocupações.

Oliveira (2010) houve também um afastamento do MMC, este também tendo se aproximado mais dos governos petistas. E como ocorreu a ocupação Anita Garibaldi?

II.3. 1 A ocupação Anita Garibaldi

O movimento utilizou como tática a articulação prévia, inclusive com outros grupos, para que assim fosse possível massificar a ocupação rapidamente (GOULART, 2011). Simões et al. (2017) também afirmam que é nesse momento de articulação prévia à ocupação que o movimento define uma estratégia importante. Trata-se da escolha da localização da ocupação. A ocupação Anita Garibaldi foi feita próxima ao Aeroporto Internacional de Guarulhos e à rodovia Presidente Dutra. Com isso o movimento chamava atenção para suas reivindicações através do bloqueio dessas vias, impedindo assim a circulação de mercadorias e força de trabalho, afetando diretamente a reprodução do capital. Essa foi uma das formas de luta do movimento que permaneceu em suas outras ocupações.

A ocupação Anita Garibaldi resultou da articulação entre o movimento e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), alguns movimentos sociais da região e a população pobre ali residente. O contato com esses grupos políticos teve o objetivo de buscar apoio social e material (ajuda de custo) para arcar com a infraestrutura da ocupação, enquanto o contato com a população pobre dos bairros da região visava informar sobre o funcionamento do movimento e chamar as pessoas a participarem da ocupação (GOULART, 2011). Esta estratégia acabou dando certo, devido ao grande número de moradores que a ocupação atingiu rapidamente.

O movimento realizou atos públicos para conseguir a negociação junto à prefeitura e ao proprietário. Em junho de 2001 obtiveram a suspensão da reintegração de posse - o que deu forças para o movimento avançar em projetos de urbanização bem como lutar pela regularização da área (GOULART, 2011).

Paralelamente foi elaborado um projeto de organização espacial em conjunto com estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. É interessante que num primeiro momento não houve consenso entre o movimento e os estudantes. Os estudantes compreendiam que a reorganização da ocupação deveria ser feita em um processo de grande participação dos acampados através da autoconstrução. O movimento argumentava que não havia material para isso e que não era possível esperar para reorganizar a ocupação até que esse material chegasse.

Acabou prevalecendo um acordo que definia um plano arquitetônico em que os barracos, antes distribuídos de forma desorganizada, seriam ordenados pelo espaço do terreno, abrindo-se ruas e deixando um ampla área de espaço comunitário. Todo esse processo contou com a participação dos acampados na escolha de cada etapa. Tudo isso ajudou no processo de consolidação da área, junto com outras melhorias em infraestrutura como água e luz, coleta de lixo e abertura de vias, o que consequentemente fortaleceu o movimento na disputa jurídica. Mesmo com apoio da Secretaria de Habitação, que realizou o cadastro das famílias em 2002, o projeto habitacional demorou a se concretizar.

A ocupação Anita Garibaldi foi essencial para a consolidação do movimento na RMSP (GOULART, 2011), pois foi realizado em extensa área, tendo um grande número de famílias, contando com forte apoio político e principalmente pelo fato das famílias não terem sido despejadas. De acordo com Lima (2004) três razões podem explicar essa consolidação. Inicialmente, o grande crescimento populacional ocorrido em Guarulhos durante a década de 1990, que consequentemente elevou a demanda por moradia na região. Em segundo lugar, o elevado número de loteamentos irregulares na região, realizados desde a década de 1980 e que tinham o apoio de Elio Pietá (PT), prefeito da cidade na época da ocupação Anita Garibaldi, o que teria facilitado o processo de negociação. E, por último, o interesse do proprietário em vender o terreno, receoso da desvalorização devido ao grande número de ocupações que existiam na região, o que acabou facilitando a disputa jurídica.

Por sua vez, tratou-se também de mais uma etapa de consolidação e aprimoramento do método organizativo do movimento, segundo depoimento de Alex

É como aqui dentro do acampamento, cada morador, partindo desse exemplo mais concreto, cada companheiro que mora aqui dentro faz parte de um coletivo, dentro de um setor, dentro de um núcleo, de uma brigada e sempre está dentro de um coletivo; dentro dos trabalhos que são realizados internamente, as pessoas despontam. Despontam em que sentido? Em estar contribuindo dentro das atividades. Mas, de repente, a partir dessa aprendizagem, um companheiro sente a necessidade de não só contribuir, mas também de entender o porque das coisas, e aí você começa a aglutinar as pessoas em torno das discussões e das ideias. Não só uma resposta, para um problema imediato, mas também como planejar o futuro. Assim se fez a formação de muitos militantes, eu mesmo fui por esse caminho. (Apud BENOIT, 2002)

Guilherme, outro militante do movimento na época da ocupação Anita Garibaldi, destaca como era a hierarquização do movimento e suas diferentes instâncias de organização e deliberação

[...] Veja, temos alguns quadros, temos militantes e temos o povo organizado. Então seria necessário falar em aglutinação fazendo essa diferenciação: quadros, militantes e o povo organizado, em brigadas, grupos de famílias. E como se aglutinam? Temos instâncias para os diversos níveis para a diversidade de consciência. Temos quadros, o que é que é? É um companheiro que tem uma história de militância que o condiciona a assumir responsabilidades maiores. O militante é o companheiro que tem toda a determinação de continuar a se instruir na prática e na teoria de modo a se capacitar e ter condições de assumir maiores responsabilidades, maior carga nessa luta, que tem como fim não só a moradia, mas a organização do Brasil em relações socialistas de produção ou, se você quiser, o que aspira a uma revolução socialista. Essa diferenciação é a de companheiros que são quadros, que assumem maiores responsabilidades. Outros companheiros militantes são os que estão conscientemente se capacitando para poder carregar mais peso, por assim dizer, e, finalmente, temos o povo, esse que se organiza nas famílias de uma forma espontânea, mas que a cada dia, eleva mais a sua consciência, uma vez que o pontapé inicial já foi dado para descontar a consciência. Esta é a forma, mais ou menos, como está organizado o acampamento, como você viu [...] (Apud Benoit, 2002)

Essa hierarquia dentro da organização do movimento manteve-se nas ocupações seguintes.

Apesar das favoráveis condições para a consolidação da ocupação, com o tempo o movimento foi perdendo a liderança da ocupação, tal como aconteceu no Parque Oziel em Campinas. A demora na implantação do projeto habitacional na área e a disputa com outras forças sociais, como políticos locais, e o crime organizado dificultaram o movimento.

Os políticos locais junto ao crime organizado promoveram a venda de lotes, colocando outras famílias no lugar daquelas que estavam desde o início da luta, consequentemente enfraquecendo o controle do movimento. De acordo com Miagusko (2008):

O problema não foi o tráfico. Isso existe em qualquer lugar da periferia e seremos obrigados a conviver em todos os lugares. A violência começou a vencer no mundo da política. O comércio de barracos começou a se estabelecer e aqueles que deixavam seu barraco fechado durante o dia, à noite eram obrigados a sair da ocupação. Os barracos eram vendidos a trezentos, quatrocentos reais para quem podia pagar. Uma aliança entre o tráfico e os políticos locais impunha esse comércio e passou a ditar as regras de justiça no local. Gente que não havia participado da história anterior do Anita Garibaldi

comprava o seu lote. Muitos que participaram foram obrigados a sair. O movimento não vendia, nem comercializava e não conseguia impor a sua ordem. Chegaram os políticos, associaram os interesses. O movimento perdeu o controle. Foram obrigados a sair. (Apud Giaquinto, p. 71, 2016)

Silva (2014) afirma que, apesar do tráfico de drogas existir em boa parte das periferias das cidades brasileiras, a relação entre movimento e tráfico assume uma forma diferente quando a presença deste busca se aproveitar da organização do território desenvolvida por um movimento social, como o MTST. Cria-se, assim, uma relação de tensão entre o crime organizado e o movimento, pois esse último busca desenvolver formas de produção de consciência e de militantes, o que torna a disputa pelo território mais complexa. A autora afirma ainda que os traficantes se apropriam da própria forma de organização do MTST, como ocorreu na ocupação Anita Garibaldi. Como o movimento se organiza por coordenações de rua, o tráfico cooptou tais lideranças de rua e substituiu moradores por pessoas de sua confiança. Mesmo que o movimento tentasse negociar não foi possível evitar sua expulsão em 2004.

Segundo o documento Dificuldades e Desafios do MTST, esta experiência levou a reflexões e debates internos sobre a própria estratégia de organização do movimento

Precisamos compreender com maior exatidão a função do tráfico de drogas na economia capitalista, seu modo de relação com o Estado e seus graus e formas de organização, isto é, em que medida é articulado e centralizado; um tal entendimento é determinante na construção de uma linha de atuação eficiente diante deste poder social. [...] Isto implica uma recusa do modo militar de solução do problema, pois, embora cada conjuntura exija saídas particulares, esse modo de ação parece hoje gerar mais problemas do que ser uma efetiva solução. (Apud Silva, p. 98, 2014)

A ocupação de terrenos envolve, neste sentido, outros aspectos, além da reivindicação de cumprimento de sua função social. Além do trabalho de base com a população local, a proximidade com grandes rodovias e o apoio político externo, é necessário considerar a relação com essas outras forças sociais que disputam o território das periferias, como é o caso do tráfico de drogas. Desconsiderar tais questões pode implicar em resultados negativos para o movimento, como no caso da ocupação Anita Garibaldi que, embora tivesse inúmeras conquistas, acabou resultando na expulsão do MTST.

Apenas em 2008 o MTST volta a se organizar no local. Desde então, o movimento coordena uma parte da área ocupada anteriormente, que se transformou num verdadeiro bairro consolidado¹⁰.

II.3.2 A ocupação Carlos Lamarca

Após a experiência da ocupação Anita Garibaldi, o movimento iniciou um processo de regionalização, organizando-se primeiro na cidade de Osasco em 2002. Desse processo surgiu a ocupação Carlos Lamarca. Se nos casos do Parque Oziel e do Anita Garibaldi o movimento perdeu espaço para outras forças sociais como o crime organizado, a partir da ocupação Carlos Lamarca o movimento enfrentaria outra dificuldade com os despejos violentos por parte da polícia.

Os despejos violentos e constantes acabaram desgastando o movimento e reduzindo sua base social. No caso da ocupação Carlos Lamarca foram cinco despejos e consequentemente o deslocamento para cinco áreas diferentes, até se consolidarem numa área definitiva (SILVA, 2014, p. 99).

Em Osasco a área escolhida para a ocupação - propriedade reivindicada pela família Matarazzo - era denominada Parque dos Príncipes. A ocupação chegou a contar com 3.000 famílias, porém posteriormente esse número se reduziu para 1.000 famílias. A reintegração de posse foi concedida aos proprietários, fato que levou o movimento a se manifestar na sede do governo do Estado de São Paulo e exigir abertura de negociação (GOULART, 2011, p. 34).

A proposta do governo do estado de São Paulo foi a transferência das 1.000 famílias do movimento para uma área da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) em Guarulhos. Posteriormente as famílias seriam realocadas para 450 unidades habitacionais construídas pelo governo do estado de São Paulo. Na iminência de despejo violento, o movimento aceitou a proposta, muito embora não houvesse nenhuma garantia legal em relação a transferência para as unidades habitacionais. Na cidade de Guarulhos o movimento enfrentou dificuldades para se estabelecer, pois a Prefeitura Municipal não havia sido informada, colocando a Guarda Civil para impedir a entrada dos militantes na cidade. Foi necessário a

¹⁰ Goulart (2011) não explica como se deu essa "retomada do Anita", deixando uma lacuna sobre como esse processo teria acontecido. Em 2009, durante o encontro estadual do MTST, justamente em uma creche no Anita Garibaldi, ocorre a aprovação da nacionalização do movimento.

intervenção da Polícia Militar para o estabelecimento no terreno cedido pelo governo do estado. Um mês após esse deslocamento para Guarulhos, o Ministério Público afirmou que a área em que as famílias se localizavam estava contaminada e o movimento sofreu mais um despejo. As famílias foram acolhidas provisoriamente durante três meses no acampamento Anita Garibaldi (GOULART, 2011, p. 35).

Depois desse período o MTST realizou uma nova ocupação na cidade de Osasco, esta feita em área cuja propriedade foi reivindicada pelo empresário Sérgio Naya. Após seis meses, as famílias mais uma vez foram despejadas, dessa vez com uma ação extremamente violenta por parte da Polícia Militar. Os pertences deixados pelas famílias em seus barracos foram todos queimados pela Polícia Militar. Várias ações de agressão aconteceram também por parte da PM. Segundo Guilherme Boulos, esse foi um dos "piores" despejos da história do MTST

prenderam uma criança de 12 anos, porque três policiais estavam espancando a mãe desse menino, no meio do despejo. Mesmo porque ela estava gritando, porque tinham quebrado as coisas dela no barraco... três policiais estavam espancando ela. Aí, o menino foi desesperado tentar fazer alguma coisa. Bateram no menino de 12 anos e algemaram e prenderam o menino. Esse foi um dos episódios desse despejo. (Apud Goulart, 2011, p. 35)

Posterior ao despejo, o movimento utilizou da seguinte estratégia: anunciar que iria para a prefeitura de Osasco, com isso deslocando a polícia para lá, porém o movimento iria para outro local, despistando assim a polícia. No caminho para São Paulo as famílias desceram e acamparam na beira da rodovia. Novamente a polícia os localizou e os reprimiu duramente, colocando-os em caminhões e deixando todos as beiras da Marginal Tietê. (Goulart, p. 36, 2011)

De acordo com Goulart (2011), as famílias, após o despejo e longa peregrinação por diversos lugares, ocuparam uma creche abandonada no bairro Novo Osasco, onde se estabeleceram permanentemente. Se antes da série de despejos o número de famílias chegava a 1.000, depois dos despejos, restaram somente 200 famílias ainda na luta - o que revela o desgaste gerado ao movimento diante da repressão estatal.

Silva (2014) afirma que no ano de 2006 o movimento sofreu mais um processo de forte violência policial

Segundo o documento intitulado *"Relatório da violência sofrida por integrantes do MTST, moradores da comunidade Carlos Lamarca, agredidos por policiais militares da polícia militar do estado de São Paulo"* elaborado em 2006, quando aconteceu a operação policial, cerca de 30 integrantes do movimento comemoravam em um bar da

comunidade Carlos Lamarca o apoio obtido dos políticos locais, após um ato realizado na Câmara dos Vereadores, quando três viaturas se aproximaram do bar informando que haviam recebido denuncia de que ali havia pessoas portanto armas de fogo.

Durante a revista os policiais agrediram física e verbalmente a população da área. De acordo com o documento, nesta operação policial as pessoas foram violentamente agredidas, incluindo uma criança de 11 anos que levou uma coronhada de um policial abaixo do olho. A operação contou com uma estimativa de 20 policiais em “diversas viaturas da Polícia Militar, duas da Polícia Rodoviária e quatro motos” (Silva, p. 100, 2014)

Nesse episódio coordenadores e militantes do movimento foram duramente agredidos e também sofreram ameaças de morte por parte da Polícia Militar. Em julho de 2008 as famílias conseguiram que a prefeitura de Osasco, através do prefeito Emídio de Souza (PT), assinasse um termo de compromisso, comprometendo-se a construir 120 unidades habitacionais para as famílias do Carlos Lamarca. Foram entregues 120 apartamentos construídos pelo Programa, localizados no bairro Jardim Belmonte, em Osasco. (SIMÕES ET AL., 2017, p. 27)

A ocupação Carlos Lamarca foi a última realizada no período dos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC). O movimento que nascera no ápice da consolidação das políticas neoliberais no país, vê uma consequência direta de tais políticas nas vidas dos trabalhadores integrantes de sua base social. As políticas neoliberais geraram um enorme contingente de trabalhadores precarizados a serem organizados devido ao grande desemprego gerado, pois tal desemprego gera ausência de renda para arcar com os preços dos aluguéis. Ademais, as políticas de moradia dos governos FHC atenderam muito mais as classes médias e ricas em detrimento das classes mais pobres.

Se o número de trabalhadores organizados nos sindicatos e nos espaços de trabalho diminuiu em função das políticas neoliberais, como a terceirização e o desemprego, ainda existia uma característica em comum entre todos eles, o território. Pela condição precarizada e como a moradia se torna cada vez mais cara para a reprodução da força de trabalho nas regiões centrais urbanas, estes trabalhadores são impelidos a morar nas regiões periféricas das cidades.

Todas essas características foram analisadas pelas lideranças do MTST em seu processo de reestruturação, que decidiram então organizar os trabalhadores mais precarizados nas regiões periféricas das grandes cidades brasileiras. Exemplo disso foi a escolha da Região Metropolitana de São Paulo. A principal forma para atrair essa base

de trabalhadores foi as ocupações de grandes vazios urbanos nessas regiões periféricas, massificando rapidamente tais ocupações devido as condições sociais aqui apresentadas.

Porém se o movimento conseguia organizar grandes contingentes de trabalhadores, teve que enfrentar o crime organizado também nos territórios periféricos bem como a intensificação da violência policial. O movimento acabou perdendo o controle de suas duas primeiras ocupações para o crime organizado - Parque Oziel e Anita Garibaldi - e não conseguiu consolidar a ocupação Carlos Lamarca devido aos despejos violentos realizados pela Polícia Militar. Este cenário começa a se modificar com a vitória de Luis Inácio Lula da Silva para presidente e a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder. É o que analisaremos a seguir.

CAPÍTULO III

A ATUAÇÃO DO MTST SOB A CONJUNTURA DOS GOVERNOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Este capítulo busca analisar os três governos federais liderados pelo PT, nas figuras dos presidentes Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. O objetivo central é entender em que medida as políticas desses governos afetaram as bases sociais do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Mais precisamente, como tais governos alteraram o cenário da luta de classes no Brasil e de que maneira o MTST atuou em tal cenário.

A bibliografia sobre a natureza política dos governos petistas é polêmica. Algumas análises seguem distintas. Entendemos que os governos do PT não deram apenas continuidade às políticas neoliberais desenvolvidas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), como também não os classificamos como pós-neoliberais, apesar de terem avançado na construção de políticas progressistas e de fortalecimento da classe trabalhadora.

Pensamos que tanto uma análise como a outra possui limitações. As políticas encabeçadas por tais governos se encontram numa trama complexa e por isso a importância de uma análise dialética, que capte as contradições sobre as quais esses governos foram se desenvolvendo.

Já antes mesmo da vitória, encontramos na *Carta ao Povo* de 2002, indícios das contradições que teriam esse governo. Lula da Silva revela que não pretendia fazer rupturas drásticas e escrevia ali propostas que visavam acalmar os diversos setores do capital que temiam que um governo do PT poderia gerar um processo de instabilidade econômica ainda maior do que já se encontrava o país. O que o então candidato Lula prometia era a adoção de políticas que garantiriam essa estabilidade, como a manutenção da política de superávit primário¹¹. “*Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a*

¹¹ “Superávit primário nada mais é do que o dinheiro que o governo consegue economizar. É aquilo que ele gasta (em despesas que não são financeiras) a menos do que arrecada, e esse saldo é usado para pagar juros da dívida pública. Trata-se um dado importante, pois dá uma medida sobre o risco de o governo dar calote na dívida ou não.” (O QUE O SUPERÁVIT PRIMÁRIO SIGNIFICA, 2012)

confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.” (LULA DA SILVA, 2002, p. 3-4). Ao mesmo tempo, Lula precisava dar uma resposta diante do cenário de crise do final do segundo mandato de FHC. O baixo crescimento econômico prejudicava tanto a classe trabalhadora, como também a burguesia interna. Se Lula retomasse o crescimento econômico, sem romper com as políticas neoliberais, poderia lograr o apoio desses dois setores. E para que o governo de Lula conseguisse atingir seus objetivos econômicos e sociais, era necessário que ampliasse de maneira significativa sua base de apoio, seja de partidos políticos como de diversos setores da sociedade brasileira:

Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. (LULA DA SILVA, 2002, p. 1).

Essa nova postura de alianças ficou evidente no caso da escolha do nome para vice-presidente, o industrial e evangélico José de Alencar, bem como ao receber o apoio de nomes como o do ex-presidente José Sarney¹².

O êxito das políticas petistas dependeria do aquecimento do mercado interno. Isso seria possível com a mudança da conjuntura econômica internacional. Aconteceria um crescimento do comércio internacional de matérias primas e recursos naturais e um aumento da cotação desses produtos onde o país se beneficiaria com a significativa quantidade de *commodities* exportadas.

Quero trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. (LULA DA SILVA, 2002, p. 1).

Neste sentido é possível identificar na *Carta*, como demonstraremos adiante, que os governos de Lula já planejavam, desde o inicio, trilhar caminhos diferentes do que foram os governos federais anteriores. Essa postura adotada ainda na campanha e as políticas desenvolvidas no início do primeiro mandato surpreenderam e frustraram parte de setores do campo progressista. Tal mudança teria sido de fato repentina?

¹² No segundo turno, nomes como o de Paulo Maluf e Antônio Carlos Magalhães também apoiaram Lula.

III.1 - O cenário anterior a vitória de 2002

Boito Jr. (2003) critica a tese de que a mudança de postura política teria sido algo repentino por parte do PT ou que haveria acontecido somente com a vitória nas eleições. Para entender as mudanças que ocorreram na "superestrutura" partidária é necessário considerar as alternações na "infraestrutura" econômica e social e nas relações políticas e ideológicas de classe. Ou seja, não se tratou apenas de uma mudança na cúpula partidária mas também nas próprias bases sociais que a sustentam.

Exemplo disso seria a postura adotada pela corrente hegemônica da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que também atuava no PT e detinha a hegemonia do partido. Com o advento das políticas neoliberais e consequentemente o crescimento do desemprego, esses trabalhadores adotaram uma postura que defendia a elevação do consumo individual no mercado e, no âmbito sindical, uma postura mais pragmática. Trata-se de uma postura fruto da conjuntura econômica mas também que significou uma decisão política por parte desse segmento de trabalhadores, seja dentro da CUT ou do PT. Ou seja, decisões com rumos diferentes poderiam ser tomadas, mas não foram. O que se viu foi uma postura corporativista que visava obter o máximo de ganhos possíveis diante do cenário neoliberal.

Esse tipo de postura acabou aproximando esse segmento da classe trabalhadora da burguesia interna brasileira. Essa aproximação foi se iniciando em experiências como as câmaras setoriais:

Desde a experiência da Câmara Setorial da Indústria Automobilística, o sindicalismo do operariado das montadoras aproximou-se da burguesia industrial e, particularmente, da Fiesp. Essa aproximação precedeu a aproximação entre a candidatura Lula em 2002 e esse mesmo setor da burguesia brasileira. Nesse processo, a direção política seguiu as bases sindicais - a "conversão" se iniciou na base e se irradiou para a cúpula. Foi a experiência da câmara setorial que serviu de ensaio para uma iniciativa política mais ambiciosa. (BOITO JR, 2003, p. 12)

O programa defendido por Lula seria reflexo, por sua vez, das mudanças ocorridas na sua própria base social. Uma vez eleito, o governo de Lula teria exercido uma espécie de "populismo regressivo" como Boito Jr. denominou. Os dirigentes sindicais ocuparam vários cargos no aparato do Estado, muito embora quem ditava os rumos da política do governo era a burguesia interna e a fração financeira do capital.

O fato de os sindicalistas serem hoje parte muito importante do pessoal dirigente do Executivo federal, cria uma situação próxima aquela designada por Nicos Poulantzas com o conceito de "classe

detentora” do aparelho de Estado - aquela classe que praticamente monopoliza os altos cargos da burocracia pública sem que tenha, por causa disso, capacidade de influenciar a política econômica e social. (BOITO JR., 2003, p.16)

A tese segundo a qual o PT mudou sua orientação política e ideológica antes mesmo de chegar ao governo federal também é defendida por Altman. Para Altman (2016), até 1987 o PT teria seguido os princípios contidos no seu Manifesto de Fundação (21 de outubro de 1980), em que o partido se recusaria a disputar a hegemonia por dentro do Estado.¹³ Tratava-se de investir no crescimento da mobilização dos movimentos sociais até se tornar tão forte que se chocaria com o Estado, fazendo com o que o mesmo ruísse.

A partir de 1987 o PT adotaria uma nova estratégia política que seria do Programa Democrático Popular, cujas premissas principais são as seguintes:

1) “*numa sociedade como a brasileira - o poder não se toma, o poder se constrói*”. O partido buscaria construir a hegemonia seja nas instituições, seja na sociedade civil. Conquistada a hegemonia a burguesia ficaria isolada, sendo incapaz de fazer qualquer tipo de enfrentamento, ou caso fizesse, perderia a disputa devido à falta de apoio popular;

2) A via fundamental para disputa de hegemonia seria a eleição para presidente da República, tendo como base um Programa com alguns princípios básicos: reformas de base, política antimonopolista, antiimperialista e antilatifundiaria. O capitalismo brasileiro se desenvolvia a partir da superexploração e das instituições arcaicas, por isso as reformas provocariam a ruptura. Não haveria contradição entre reforma e revolução, principalmente devido à reação da burguesia brasileira.

No final dos anos 80 e inicio da década de 90 inicia-se um processo de mudança. A derrota nas eleições presidenciais de 1989 foi um marco importante. O movimento socialista internacional começava a entrar em refluxo e sofrer diversas derrotas. A burguesia brasileira se reorganizaria e conquistaria a hegemonia novamente por meio do neoliberalismo. A burguesia interna, por seu turno, recusa o nacional desenvolvimentismo em busca de atrair capitais internacionais. Todo esse cenário fez o PT dar mais uma guinada.

¹³ Informações coletadas em palestra proferida por Breno Altman no curso de formação do MTST em dezembro de 2016.

A consolidação do neoliberalismo no país pode ter levado a um recuo tático tanto do PT como da própria burguesia interna. Da parte do PT, principalmente a partir de 1995, esse recuo tático significaria rebaixar a estratégia do Programa Democrático Popular. Seria doravante, para Altman (2016), essencialmente um programa antineoliberal. Com isso visa-se ampliar o arco de alianças contra a burguesia financeira, atraindo setores da burguesia interna, particularmente 1) as empreiteiras, na medida em que estas defendiam investimento do Estado e eram contra a ALCA, porque previa a contratação de empresas norte-americanas; e 2) setores da indústria que dependiam do mercado interno, principalmente a indústria têxtil. O programa atraiu também setores médios porque visava retomar o crescimento mais sem representar uma ruptura.

Foi, então, em uma situação defensiva ideologicamente que o PT chegou ao poder, postulando que enfrentamentos não deveriam ser mais a tônica do partido. O “PT que diz sim” seria o lema dominante. Neste sentido, todos os pontos que citamos da *Carta ao Povo*, que na nossa hipótese já seriam um prenúncio dos governos petistas, já haviam sido gestados durante a década de 90.

André Singer (2010) analisa também essa mudança de postura por parte do PT, identificando dois períodos diferentes na trajetória ideológica do partido, cada período sendo identificado como uma “alma” distinta. Singer entende por “alma” a ideologia dominante dentro do partido. A primeira “alma” seria a do Colégio Sion, uma “alma” mais combativa e radical; a segunda alma, a do Anhembi, seria mais pragmática do que ideológica.

O PT teria surgido em um contexto marcado por uma espécie de revolução democrática ocorrida na década de 1980 e embalado por um “espírito” ainda surgido na ditadura militar de que era possível começar tudo de novo combinando radicalidade e democracia.

A proposta de fundação, aprovada em um Congresso dos Metalúrgicos, em janeiro de 1979, falava em criar um partido “sem patrões”, que não fosse “eleitoreiro” e que organizasse e mobilizasse “os trabalhadores na luta por suas reivindicações e pela construção de uma sociedade justa, sem explorados e exploradores” (SINGER, 2010, p.13)

Além disso, a origem do partido é devedora de certa radicalidade no meio católico principalmente através da Teologia da Libertação, que com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) conseguiram um forte enraizamento popular, bem como do

sindicalismo surgido do "milagre econômico" da ditadura militar, crítico do sindicalismo populista atrelado ao Estado, que defendia a liberdade sindical e a revogação da legislação vigente naquela época. Esse sindicalismo conseguiu obter êxito principalmente entre os trabalhadores industriais, entre as categorias em expansão do setor de serviços como bancários e professores e também no funcionalismo público. O PT era marcado nessa época por uma forte "espírito" de participação e democracia dentro do próprio partido. Isso refletia também na postura dentro da política nacional

Recusou-se a votar em Tancredo Neves em 1985, arcando com o ônus de fragmentar a frente antititatorial; decidiu não assinar a Constituição de 1988, apesar de seus aspectos altamente progressistas, em nome de um projeto ainda mais avançado; e por fim recusou o apoio do PMDB no segundo turno de 1989, o qual poderia ter significado a vitória de Lula. (SINGER, 2010, p. 14-15)

Para Singer (2010) a derrota da Frente Brasil Popular em 1989 representaria o começo de um processo de "restauração" no país. Os governos seguintes de Collor e FHC buscaram desmontar todos os avanços contidos na Constituição de 1988, através das políticas neoliberais. O autor destaca, ademais, duas questões que ajudaram a colocar o movimento social na defensiva: a derrota da greve dos petroleiros em 1995 e as privatizações. No plano ideológico houve também a queda do muro de Berlim. Já no seu primeiro congresso em 1991 o PT apontava a necessidade de se inserir mais na luta institucional.

Toda essa dificuldade da conjuntura poderia ser notada nas análises das campanhas eleitorais de 1994 e 1998. Ambas acabaram marcadas seja pela questão do Plano Real, seja pela insegurança e incerteza de apresentar algo diante do programa de FHC. Nessa época, o PT começaria a se firmar mais como uma sigla institucional, consequentemente ampliando o seu arco de alianças, que antes recusara no passado. Contradicitoriamente o seu Programa continuava a afirmar princípios mais radicais.

O interessante é que o caráter crescentemente eleitoral do partido, que aparece em 1998 sob a forma de uma associação com o PDT, o que custou a quase extinção do PT no Rio de Janeiro, não é acompanhado por revisão programática fundamental. O encontro nacional de 1998, por exemplo, propunha a "implementação de um programa radical de reformas" que contribuirá "para a refundação de uma perspectiva socialista no país". É possível dizer que os anos de 1990 representaram a passagem de um partido de tipo "ideológico", cujo anseio por votos se subordina ao caráter doutrinário da campanha, para um partido, "responsável", que busca maximizar votos, mas não altera o seu programa para isso. (SINGER, 2010, p. 16).

A tese segundo a qual o PT se tornou um "partido responsável" durante a década de 90 é questionável. Não seria um discurso com conteúdo em parte ilusório e distinto da prática? Mesmo assim entendemos que é importante não ignorar esse aspecto do Programa elaborado pelo partido. Se por um lado ele continha uma dimensão ilusória, em certa medida revelava, por outro, traços da realidade concreta. Ainda no Programa de 2001, existiam os traços radicais do partido. No Congresso de Porto Alegre em 2001 o partido afirmava buscar a ruptura com o modelo econômico neoliberal e combater a hegemonia do capital financeiro internacional. Singer (2010) comprehende que havia ainda no espírito de Porto Alegre uma continuidade com o espírito do Sion da década de 80.

Para Singer a segunda alma do PT, a do Anhembi, teria irrompido na divulgação da *Carta ao Povo Brasileiro*. Naquele momento o velho radicalismo do PT estava sendo arquivado em nome de concessões para acalmar o capital. O que a princípio era uma decisão de campanha acabou sendo incorporado no Congresso do Diretório Nacional realizado no Anhembi, pouco tempo depois da divulgação da *Carta*. O que era para ser considerado somente uma tática, que serviria para pensar o processo de transição, acabou se transformando numa espécie de "plano de ação" que se enraizou dentro do partido.

Um fator que chama atenção sobre a mudança interna do partido é a do financiamento. Se até então boa parte do financiamento era feito pela contribuição voluntária dos militantes, o que revela um forte aspecto de identificação ideológica, com o passar do tempo isso foi mudando radicalmente.

"A grande guinada na estrutura de financiamento do PT ocorre em 1996: de um ano a outro, a participação do fundo partidário no total de receitas petistas passa de 12,3% para mais de 72%", escreve Pedro Floriano Ribeiro. A partir de 2000, teria aumentado também a contribuição das empresas: "Em termos reais (corrigido pela inflação), as doações de empresas ao DN [diretório nacional] quadruplicaram entre 2000 e 2004", chegando a 27% do total arrecadado, contra apenas 1% em 1999, segundo o mesmo autor. Em contraste, a participação dos filiados no financiamento do partido, que fora de 30% em 1989, caiu para menos de 1% em 2004. (SINGER, p. 19, 2010)

O autor afirma que a "nova alma" do PT tem enraizamento social¹⁴, no sentido de uma maior inserção do partido nas classes populares. Além disso, a postura ideológica

¹⁴ Enraizamento social, para o autor, refere-se ao número de eleitores e simpatizantes, além do número de filiados.

dos votantes no PT se altera, não sendo majoritariamente de esquerda, mas de mais amplo espectro ideológico. “Segundo o Instituto Datafolha, em 2010, a proporção de apoiadores do PT situados à esquerda teria se reduzido para 32%, ao passo que à direita ela teria subido para 35%” (SINGER, p. 19, 2010).

Mais do que isso Singer destaca que, apesar desse fortalecimento da “nova alma”, existiria uma convivência entre ela e a “antiga alma” do partido. Mesmo com a saída de parlamentares no início do governo Lula, parte significativa da esquerda ainda continuou no PT, afinal os programas tirados em seus congressos continuavam reafirmando os princípios da velha alma.

Ao contrário, o Terceiro Congresso do PT, em 2007, reafirmou que “as riquezas da humanidade são uma criação coletiva, histórica e social” e que “o socialismo que almejamos só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção” (SINGER, p. 20, 2010)

Indagamos, mais uma vez, se não se trataria somente de um discurso ilusório que já não se efetivava mais na prática. Singer chega a afirmar que os governos de Lula seriam a síntese da convivência entre essas “duas almas”, por um lado teriam beneficiado o capital e por outro desenvolvido políticas de inclusão dos mais pobres. É o que buscaremos analisar a seguir.

III.2 - Os governos de Lula da Silva

Boito Jr. (2013) aponta três posturas distintas desenvolvidas pelos governos do PT: No primeiro mandato de Lula o governo teria priorizado as políticas neoliberais, já no segundo mandato o governo adotara uma postura neodesenvolvimentista. No primeiro mandato, Dilma teria intensificado ainda mais essa postura.

Alguns aspectos ajudam a entender a face neoliberal do inicio do governo. Ele manteve a política de juros elevados, chegando a taxa Selic aos 26,50% em maio de 2003 (CONFIRA A EVOLUÇÃO DA SELIC..., 2008). Aumentou também a meta de superávit primário, chegando aos 4,25% do PIB (Meta de superávit..., 2003), dinheiro economizado que seria utilizado para pagar os juros da dívida pública. Vale lembrar que a meta de superávit primário foi uma das políticas acordadas entre o Brasil e o FMI em 1998 e que o governo Lula não mexeu, na verdade intensificou.

Sobre as câmaras setoriais e a aliança entre uma parte da classe trabalhadora e a burguesia interna, um possível desdobramento foram os fóruns tripartites, compostos pelo Estado, empresariado e sindicatos. O principal exemplo foi o Fórum Nacional do

Trabalho (FNT) que englobava boa parte das centrais sindicais. “*Considerando aqui as devidas diferenças entre as centrais (e suas nuances), todas elas, integraram o aparato governamental, sobretudo através do Fórum Nacional do Trabalho (FNT), instituído pelo Decreto n.o 4.7796, de 30 de julho de 2003.*” (SOARES, 2013, p. 6). Segundo o autor, desse fórum sairiam algumas propostas de reformas.

A primeira medida foi a reforma da previdência¹⁵, que impactou principalmente entre os servidores públicos federais, por meio da PEC 40. Os servidores públicos federais fizeram uma grande greve encontrando, todavia, a resistência da CUT, o que gerou um forte desgaste com esse setor de trabalhadores (ARAUJO e VERAS DE OLIVEIRA, 2014, p. 12).

Segundo Soares (2013), com a nova reforma da previdência,

Os novos servidores perderam o direito à aposentadoria com vencimento integral e seus benefícios deixaram de ser reajustados na mesma proporção que os salários dos servidores ativos. Os critérios para a aposentadoria dos servidores já em exercício tornaram-se mais rígidos, de modo a dificultar-se a obtenção da aposentadoria integral. A perda sofrida no valor da aposentadoria seria supostamente compensada pela expansão dos fundos de pensão, destinados a assegurar uma aposentadoria complementar. (SOARES, 2013, p. 17)

Outro aspecto importante é sobre os fundos de pensão. Eles cumpririam papel importante na consolidação da cúpula sindical:

A financeirização da burocracia sindical é um processo que divide fundamentalmente a classe trabalhadora e enfraquece a defesa de seus interesses históricos. Na condição de gestores dos fundos de pensão, o compromisso principal deste grupo é com a liquidez e a rentabilidade de seus ativos. (SOARES, 2013, p. 12).

Além da reforma da previdência o governo tentou implementar as propostas de reforma sindical e trabalhista. Todas essas políticas geraram desgastes na base do governo, principalmente na base da CUT, levando em 2005 à desfiliação do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN) e em 2006 à criação de uma nova central sindical, a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas). Em seu Manifesto de desfiliação, o ANDES criticava a cúpula da CUT de estar atuando em conjunto com

¹⁵ “*A reforma da previdência de 2003 alterou o tempo de trabalho necessário para a obtenção da aposentadoria, através de uma combinação de tempo de contribuição e idade mínima, estabeleceu a taxação dos inativos, o fim da aposentadoria integral para os funcionários públicos e da paridade entre ativos e inativos, além de ter estabelecido a criação de fundos de pensão para esse seguimento.*” (ARAUJO e VÉRAS DE OLIVEIRA, p. 12, 2014)

o setor financeiro, através dos fundos de pensão e também de não respeitar as decisões de suas bases e priorizar os fóruns tripartites.

A CUT defendeu os fundos de pensão e a associação dos sindicatos com os bancos para o agenciamento de empréstimos com pagamento garantido em folha, medida que foi estendida também aos segurados do INSS segmento de crédito que mais tem crescido no país. Parte da burocracia sindical, sob a orientação da direção majoritária da CUT, passa a ser agenciadora da agiotagem. (ANDES, 2005)

Na reforma sindical, cujo projeto final foi enviado pelo governo ao Congresso Nacional em 2 de março, a direção majoritária da CUT joga todas as suas fichas e impõe, como resolução da Central, que serão encaminhados os consensos do Fórum Nacional do Trabalho. Em outras palavras, as orientações da CUT são definidas, não mais em suas instâncias, mas nos acordos tripartites do Fórum Nacional do Trabalho. (ANDES, 2005)

Todos esses elementos seriam suficientes para caracterizar o governo de Lula como um governo neoliberal. Porém entendemos que a postura adotada por Lula e seu governo resultou, de fato, de escolhas políticas, mas também advinham da conjuntura econômica tanto nacional como internacional do início de seu mandato. Por sua vez, no final do primeiro mandato algumas políticas do governo mudariam.

Singer em seu livro *Os Sentidos do Lulismo* demonstra que, ainda no final do primeiro mandato, o governo Lula desenvolveria algumas políticas que estariam voltadas para o aquecimento do mercado interno. A primeira política que Singer destaca é a criação, em 2003, do Programa Bolsa Família. Nas palavras do autor o programa se tornou uma “espécie de pré-renda mínima para as famílias que comprovassem situação de extrema necessidade” (SINGER, A. 2012, p. 64).

Em 2004, o programa recebeu verba 64% maior, e, em 2005, quando explode o mensalão, teve o aumento de outros 26%, mais que duplicando em dois anos o número de famílias atendidas, de 3,6 milhões para 8,7 milhões. Entre 2003 e 2006, o Bolsa Família, viu o seu orçamento multiplicado por treze, pulando de 570 milhões de reais para 7,5 bilhões de reais, e atendia a cerca de 11,4 milhões de famílias, perto da eleição de 2006. (SINGER, A. 2012, p. 64).

A segunda política importante adotada pelo governo foi a valorização do salário mínimo. Essa política começa a ser efetivada principalmente a partir de 2005. Nesse ano o salário mínimo foi valorizado em 8,2%, mantendo o patamar de crescimento nos anos seguintes.

Por último podemos destacar a abertura do crédito consignado. Criado em 2004, permitia aos bancos que descontassem as parcelas do empréstimo diretamente da folha

de pagamento do assalariado ou do aposentado. Essa foi, na avaliação de Singer, mais uma medida que aqueceu o mercado interno através do consumo e que, juntamente com a valorização do salário mínimo e o Bolsa Família, teria proporcionado um crescimento da economia brasileira.

Os gastos sociais no Brasil cresceram de R\$ 1,3 bilhão em 1995 (primeiro ano do governo FHC) para R\$ 18,8 bilhões em 2005 (terceiro ano do governo Lula), um crescimento superior a 1.400%, em termos nominais. A diminuição oficial da pobreza absoluta foi acentuada: ela passou de 35,6%, em 2003, para 26,9%, em 2006. (COGGIOLA, 2013, p. 6)

Para Singer essas políticas implementadas ainda no primeiro mandato significaram um corte brusco no cenário eleitoral brasileiro. A parcela mais pobre da população, localizada principalmente na região Nordeste do país, antes votava em partidos fisiológicos como o PFL. Com as políticas do governo Lula, essa parcela da população passou a votar em peso no PT e em seu candidato, dividindo assim o cenário eleitoral em uma disputa entre pobres e ricos, sendo os ricos representados no partido opositor, no caso o PSDB. Esse último partido contaria agora também com o apoio da classe média que se distanciou do PT não só devido às políticas sociais como também ao escândalo do “mensalão”.

Para Singer essa parcela mais pobre comporia justamente a fração de classe que ele identifica como subproletariado, apresentado no primeiro capítulo desta dissertação. De acordo com o autor, essa parcela seria tão significativa que comporia boa parte do eleitorado brasileiro, afirmando que, em 2002, corresponderia a 50% da força de trabalho brasileira (SINGER, 2013). Mesmo sendo questionado sobre a legitimidade dessa afirmação, posto que na eleição de 1989 41% da população mais pobre votava em Lula, o autor afirma que:

Quando um candidato chega na condição de disputar o segundo turno de uma eleição presidencial, obviamente ele divide os votos do eleitorado do país. A questão é que proporcionalmente o subproletariado foi o setor que menos estava propenso a votar em Lula o que decidiu as eleições naquele ano. Mas de fato os 41% são expressivos. O que significa que a candidatura de Lula foi também se inserindo nesse setor, o que ajudou na vitória de 2002. Porém a virada não foi em 2002, mas sim em 2006, quando o subproletariado passa a votar em peso em Lula e a classe média se afasta dele. (SINGER, 2013)

No que diz respeito às eleições de 2006, Chico de Oliveira faz outra leitura. Ao invés de significar uma virada no jogo político brasileiro, as eleições demonstrariam

uma enorme apatia do eleitorado, revelando que o governo de Lula esvaziou a esfera da disputa política, pois muitos eleitores não votaram em tais eleições.¹⁶

Os votos nulos alcançaram a marca dos 4%, mesma porcentagem para os votos em branco, e 23% dos cadastrados não compareceram às seções eleitorais, apesar da obrigatoriedade do voto. De fato, as eleições presidenciais não interessaram a 31% dos votantes. Ou então as candidaturas não motivaram esses 31% de eleitores. É a porcentagem mais alta de "indiferença" eleitoral da história moderna brasileira, aproximando-se dos números da abstenção dos norte-americanos nas eleições presidenciais. De novo, essa indiferença quer dizer que a política não passa pelo conflito de classes, evita e trapaceia com ele. (OLIVEIRA, 2010, p. 23)

Oliveira chama atenção também para a separação da própria figura de Lula em relação ao seu partido. Nas eleições de 2006 o resultado do PT não teria sido tão bom como de seu candidato à presidência da república.

O PT manteve-se com a segunda maior bancada da Câmara Federal, mas pela primeira vez em sua história teve uma diminuição em seu número de deputados. Fez apenas quatro governadores, sendo a Bahia o único estado politicamente importante - até porque derrotou um coronel pefelista tido como imbatível, Antônio Carlos Magalhães. Lula distanciou-se ostensivamente do PT. Somente recorreu ao partido, e a setores da esquerda fora dele, no segundo turno, quando viu a reeleição ameaçada. (OLIVEIRA, p. 22, 2010).

Em seu artigo *A segunda Alma do PT, publicado em 2010*, Singer demonstrará através de um vasto levantamento de dados, como tal "alma" tem enraizamento popular, e teria dado ao PT essa cara de "partido dos pobres", mesmo que o mesmo tenha assumido então uma postura muito mais pragmática no cenário político brasileiro.

Desde sua criação até as eleições de 2002 o PT cresceu exponencialmente na preferência dos eleitores brasileiros, colocando-se no rol dos grandes partidos do país. No auge da campanha de Lula e às vésperas de sua eleição, os dados demonstravam como o partido também se tornava popular ao lado de seu candidato.

À medida que a candidatura petista se fazia majoritária, o partido distanciava-se do PMDB, do PSDB e do ex-PFL (hoje Democratas), seus competidores diretos. Às vésperas da alternância no poder, 21% dos consultados em survey nacional afirmavam ter simpatia pelo PT, enquanto o PMDB era indicado por 8%, e o PSDB, por apenas 4%. (SINGER, 2010, p. 3)

¹⁶ Veremos adiante que em certa medida esse argumento coincide em alguns aspectos com as teses de Singer.

De acordo com o autor, por detrás desse crescimento estaria uma inserção nos estratos sociais de renda mais baixa e nas famílias com escolaridade mais baixa e em outras regiões que não somente a Sudeste. Singer cita então os trabalhos de Hunter e Power (2007, p. 338), que apontam que a popularidade do PT seguia um caminho diferente de seu candidato à presidência da República. Enquanto Lula obteve boa parte dos seus votos em 2006 nos estados mais pobres, o partido continuou obtendo a maioria de votos nos estados mais ricos e urbanizados. Como poderia então o partido ter se popularizado diante desses dados e do afastamento da preferência de seu próprio candidato? Singer traça alguns caminhos para responder essa questão.

Um primeiro passo estaria no entendimento sobre o crescimento histórico do partido.

Se em 2001, quando se deu o primeiro Processo de Eleição Direta (PED) para escolha do presidente da sigla, o partido já reunia 500 mil filiados, em função de quase vinte anos de empenho organizativo, por ocasião do quarto PED, oito anos depois, esse número havia mais do que duplicado, com quase 1,2 milhão de aderentes, tendo subido, entre 2002 e 2009, de quarto para segundo colocado entre os partidos brasileiros quanto ao número de filiados, superando tucanos e Democratas. (SINGER, p. 4, 2010)

Aumentou muito também o número de municípios governados pelo partido. Crescera expressivamente suas bancadas no Senado e na Câmara dos deputados, sendo que somente em 2006 houve um recuo na Câmara. Isso tudo revela que o partido atingiu uma ressonância popular inédita. Se antes de 2002 e 2006 o partido era preferido por eleitores das rendas mais altas e médias e também com mais altos níveis de escolaridade, a partir de 2002 isso começou a mudar. Todavia, em 2005 com o escândalo do mensalão, um novo recorte acontece.

Até 2005 o partido cresceu significativamente em todos os setores, mas principalmente nas classes populares. Mesmo que não tenha acompanhado a inserção de Lula nas classes mais pobres, com o escândalo do mensalão, houve uma popularização do partido devido também ao afastamento das classes médias.

De um lado, o partido já havia se popularizado ao receber um apoio inédito de eleitores de menor renda em 2002 e sofreu uma nova onda de popularização, por subtração, ao perder a simpatia entre o eleitorado de classe média, retendo a sustentação popular conquistada em 2002. De fato, não aconteceu, como em relação a Lula, uma aproximação abrupta de eleitores de baixíssima renda como a que atingiu a candidatura presidencial em 2006. Porém, na comparação com o momento anterior a 2002, há uma nítida popularização do

partido pelas duas razões citadas em combinação. (SINGER, 2010, p. 7)

Após o episódio do mensalão a preferência pelo partido caiu significativamente. Porém ela caiu principalmente entre os setores mais ricos e médios.

Todo esse realinhamento seria fruto das decisões tomadas por Lula e pelo PT e pelas políticas sociais implementadas em seus governos, as quais teriam penetrado no “coração do mais pobres”. Para Singer a partir de 2006, com esse realinhamento, surgiria o fenômeno social do “lulismo”, momento em que as políticas sociais implementadas no final do primeiro mandato teriam condições políticas de serem intensificadas. E de fato foi o que aconteceu.

Com a reeleição de Lula em 2006, com grande aprovação popular, o governo passa a ter maior autonomia para investir nas áreas sociais. Mesmo que os aspectos conservadores não tenham sido eliminados da política econômica, o neodesenvolvimentismo ganhou mais força no segundo mandato. O salário mínimo teve uma maior valorização e a taxa de juros foi reduzida e o crédito continuou a ser expandido¹⁷. Outra importante política do governo, inaugurada em 2007, foi o PAC. Esse Programa aumentou o investimento do governo em projetos de infraestrutura, principalmente no setor da construção civil. Todas essas políticas acarretaram uma drástica redução no desemprego. A taxa de desemprego caiu para 7,4% em dezembro de 2007 e para 6,8% em dezembro de 2008. Em 2010 a taxa de desemprego estava em 5,3% (SINGER, 2012).

Mesmo diante da crise financeira internacional de 2008, as políticas adotadas pelo governo conseguiram manter a economia nacional relativamente aquecida. Embora em 2009 tenha ocorrido certa estagnação, em 2010 o crescimento já havia sido retomado. Isso porque o governo incentivou ainda mais o consumo de bens através da política de crédito, permitindo inclusive que a população adquirisse bens duráveis como casas, através de políticas estatais como o Minha Casa Minha Vida, que investiu dinheiro público no setor da construção. Com isso gerou empregos e ainda destinou à faixa dos mais pobres um subsídio que permitia que eles adquirissem sua casa através do pagamento de parcelas com valores mais baixos.

Diante deste quadro aqui apresentado, Singer afirma que teria havido uma redução da pobreza no país. De acordo com IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica

¹⁷ O salário mínimo aumentou 13% em 2006.

Aplicada), a taxa de pobreza absoluta teve uma redução de 36% entre 2003 e 2008. Porém nota-se que a desigualdade social no país não seguiu esse mesmo padrão de redução. O Índice de Gini caiu apenas de 0,58 para 0,55 no mesmo período (SINGER, 2012). Neste sentido, ao mesmo tempo em que a pobreza foi reduzida, os mais ricos continuaram ganhando muito no país.

Na leitura do autor, esse conjunto de políticas poderia ser caracterizado como um "reformismo fraco", sendo a expressão do programa da fração de classe que seria a sustentação do "lulismo", o subproletariado. Singer defende que o subproletariado estabeleceria com os governos do PT uma relação bonapartista. Os governos do PT fariam uma espécie de arbitragem na luta de classes no Brasil, neutralizando-a na medida em que articulava o programa do subproletariado como privilegiado, o que seria um reformismo fraco, sem ruptura com a ordem burguesa. O conflito burguesia e classe trabalhadora ficaria em segundo plano no cenário, sendo o principal conflito entre os interesses do subproletariado e da classe média representada pelo PSDB (BOITO JR, 2013). Em entrevista dada para o jornal Brasil de Fato em 2013, Singer afirma:

Enquanto o PT tinha uma postura nitidamente de esquerda, isso colocou a luta de classes em evidência no Brasil como nunca tinha acontecido antes, pois no período populista era justamente o que esta voltando a acontecer agora, a luta entre ricos e pobres. É algo complicado e que também precisa ser lido sobre o signo da contradição. Pois não quer dizer que a luta de classes desapareceu, ela continua lá, mas está em segundo plano. Como no 18 Brumário de Marx, quando o proletariado perdeu nas jornadas de junho e ficou em segundo plano (SINGER, 2013).

Boito Jr. apresenta divergências em relação às teses construídas por Singer. Se o subproletariado é uma fração de classe desorganizada, como ele pode ter um programa que é representado pelo "lulismo"? Se é uma fração de classe desorganizada não é possível que ela tenha um programa. Essa fração na verdade tem aspirações difusas que são organizadas pelos governos petistas como o programa de transferência de renda.

O Estado capitalista não é um mero instrumento nas mãos de uma classe ou fração de classe. Segundo Boito Jr., ele busca um equilíbrio no atendimento dessas demandas, que é sempre um equilíbrio instável.

O bonapartismo é uma situação na qual a política econômica e social do Estado, considerada em seus aspectos fundamentais, não expressa os interesses objetivos nem as demandas de nenhuma classe ou fração de classe em presença. Ocorre que a política econômica dos governos Lula e Dilma contempla, nos seus aspectos fundamentais e como iremos indicar, prioritariamente os interesses de uma fração da burguesia que é a grande burguesia interna. (BOITO JR, 2013, p. 4)

Para Singer, os governos do PT neutralizariam os interesses da burguesia para garantir os interesses do subproletariado, sem radicalização política e garantindo inflação baixa e poder de consumo para essa fração de classe. Em confronto com as teses de Singer, Boito Jr. entende que o governo Lula priorizaria a burguesia interna.

Segundo Boito Jr., o governo pode priorizar os interesses de determinada fração da burguesia sem ser necessariamente sustentado por ela, como foi o caso do velho desenvolvimentismo populista, quando a burguesia interna era a principal beneficiária desses governos ainda que, nos momentos de crise, se posicionasse contra esses governos. Foi diferente nos governos do PT em que a burguesia interna os apoiava, como no caso do mensalão em que o PT foi apoiada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). O subproletariado é até beneficiado pelo neodesenvolvimentismo, porém está fora do bloco no poder. (BOITO JR., 2013)

Para Boito Jr. o subproletariado tem uma aspiração progressista, pois quer redistribuição de renda. Singer, por sua vez, desenvolve uma análise diferente. Na entrevista aqui mencionada, Singer (2013) admite que o subproletariado não é necessariamente conservador. Ele almeja distribuição de renda e que isso seja feito pelo Estado. Essa não seria, entretanto, uma característica conservadora, ainda que esperem que essa mudança seja feita dentro da ordem. É isso que confere um caráter conservador. A hipótese de Singer tem como fundamento o fato de o suboproletariado ser o setor social mais vulnerável na sociedade. Isso faz com que ele seja hostil aos movimentos que buscam a ruptura com a ordem pois ele não tem a possibilidade de organização.

Concordamos com as críticas feitas por Boito Jr. de que o lulismo não é uma espécie de bonapartismo e nem representa o programa do subproletariado. Segundo nos parece, o subproletariado (termo utilizado por Singer), ou massa marginal (termo utilizado por Boito Jr.), para além de ter aspirações progressistas, tem capacidade de se organizar politicamente, como no caso da organização do MTST.

Um dos seguidores de Oliveira, também filiado à matriz gramsciana, Ruy Braga (2010) argumenta que o lulismo seria uma espécie de revolução passiva brasileira. Lembremos que, em um texto que escreveu juntamente com Alvaro Bianchi, Braga (2005) cita que o governo Lula não seria uma mera continuação neoliberal dos governos FHC e de Fernando Collor, mas que acabou incorporando demandas represadas dos movimentos sociais. Neste sentido constituiu um tipo de "social-liberalismo" que, em

certa medida ao obter o consentimento popular, construiu políticas de distribuição de renda, ao mesmo tempo que atendia aos interesses da ortodoxia rentista.

Para Braga a burocracia sindical advinda do novo sindicalismo teria passado por um processo de "transformismo".

Entendemos por transformismo, no sentido gramsciano, o movimento de cooptação política e ideológica desencadeado pelas classes dominantes sobre suas forças aliadas e/ou sobre as classes subalternas. Tal movimento de aproximação com o governo consiste em atrair para o campo político dominante os intelectuais orgânicos dos outros grupos sociais, seus dirigentes políticos e ideológicos, esvaziando sua postura crítica e decapitando as forças sociais oponentes de sua direção política. Desse modo, permite-se a conservação da ordem numa qualidade superior, pois as contradições sociais e a luta entre as classes não desdobram no plano da luta política e ideológica, ficando como que "congeladas" no plano político (Apud. SOARES, 2013, p. 8;).

Isso faria com que esse setor estivesse agora na direção do regime de acumulação financeira globalizado no país através dos poderosos fundos de pensão. Braga destaca esse aspecto de "transformismo" das classes trabalhadoras, colocando os seguintes elementos

Da miríade de cargos no aparato de Estado até a reforma sindical que robusteceu os cofres das centrais sindicais, passando pelos muitos assentos nos conselhos gestores dos fundos de pensão, pelas altas posições em empresas estatais, pelo repasse de verbas federais para financiamento de projetos cooperativos, pela recomposição da máquina estatal etc., o *locus* da hegemonia resultante de uma revolução passiva é exatamente o Estado. (BRAGA, p.13, 2010)

Neste sentido, a hegemonia lulista atenderia em parte as premissas do conceito de revolução passiva cunhado por Gramsci: o da conservação, reação dos de cima ao subserviência inorgânico das massas, e o da inovação, a incorporação de parte da exigência dos de baixo.

Em seu livro de 2012, *A política do precariado* Braga aprofunda seus argumentos. Nesse trabalho ele ainda sustenta a tese do transformismo, apontado para a quantidade de cargos no Estado ocupados por sindicalistas.

Em termos gerais, nunca é demais rememorar que o governo Lula da Silva preencheu aproximadamente metade dos cargos superiores de direção e assessoramento - cerca de 1305 vagas, no total - com sindicalistas que passaram a controlar um orçamento anual superior a 200 bilhões de reais. (BRAGA, p. 204, 2012)

A direção dos fundos de pensão das empresas estatais por dirigentes sindicais e também a oficialização das centrais sindicais teria significado uma transferência anual de 100 milhões de reais para essas organizações.

O Sindicato dos bancários de São Paulo teve um papel significativo nesse cenário, pois fez a ponte entre a administração do governo Lula e o capital financeiro, oferecendo boa parte dos quadros qualificados para administrar os fundos de pensão. Enquanto os sindicalistas metalúrgicos advindos do ABCD paulista ocupavam-se da política trabalhista, os dirigentes advindos do Sindicato dos bancários se lançavam rumo ao mercado financeiro. Vários deles, na opinião do autor, teriam se beneficiado pessoalmente nesse processo, como Gilmar Carneiro, Luiz Gushiken e Ricardo Berzoini.

Ricardo Berzoini foi o promotor da reforma da previdência no inicio do primeiro governo de Lula. A reforma, além de ter retirado direitos dos servidores públicos, abriu caminho para a criação da previdência complementar no setor público. Os grandes beneficiários foram os fundos de pensão e consequentemente seus administradores.

Braga discorda que os fundos geram emprego e renda para os trabalhadores e estão relacionados com investimentos ecologicamente sustentáveis. Os fundos tem papel estratégico na fusão de grandes empresas, o que consequentemente aumenta o poder das mesmas e enfraquece os trabalhadores, além de precarizar suas condições de trabalho.

Ao contrário, os fundos de pensão brasileiros têm atuado como uma linha estratégica do processo de fusões e aquisições de empresas no país¹⁸ e, em consequência, estão financiando a oligopolização econômica com efeitos sobre a intensificação dos ritmos do trabalho, o enfraquecimento do poder de negociação dos trabalhadores e o enxugamento dos setores administrativos das empresas. Isso sem mencionar sua crescente participação em duvidosos projetos de infraestrutura, como a usina de Belo Monte, uma das principais fontes de preocupação dos ambientalistas brasileiros. (BRAGA, p. 206, 2012)

Os fundos de pensão acabam desempenhando esse papel devido à própria formação histórica do capitalismo brasileiro. A taxa de poupança privada é baixa, então o Estado busca outras formas de recurso seja no capital estrangeiro ou no endividamento para obter investimentos capitalistas no país. Segundo o autor, os fundos

¹⁸ Um dos setores que foi beneficiado pelos fundos de pensão foram as grandes construtoras nacionais, consequentemente aumentando a especulação imobiliária e afetando diretamente a base do MTST.

já seriam uma peça chave no atual modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro, apoiado em quatro motores: bancos, mineração, petróleo e agronegócio.

Essa relação do sindicalismo com o governo Lula teria também alterado o papel dos sindicatos da indústria de call center. Braga parte de um estudo de caso desse setor para descrever a fração de classe que também serviria de chave para interpretar os governos petistas.

De acordo com Braga haveria uma novidade no setor de call center. O número de greves a partir de 2005 começou a aumentar consideravelmente. Ademais, o caráter das greves também se alterou, passando de greves defensivas para ofensivas, obtendo vitórias importantes em suas pautas de revindicações. Ele descreve as principais características dos trabalhadores desse setor, que, se a princípio parece ser um setor que enfrenta fortes dificuldades de organização sindical e de mobilização de luta devido às suas condições, na verdade, pode se tornar um importante setor na atual conjuntura brasileira.

Com isso não queremos transmitir a impressão simplista de que os teleoperadores formam um grupo mobilizado sindicalmente. O mais correto seria dizer que estamos diante de trabalhadores que, a despeito das dificuldades interpostas à mobilização coletiva pela indústria de call center, *começam a formar um embrião de consciência coletiva, forte o suficiente para garantir alguns passos importantes no caminho da auto-organização sindical*. Acrescentaríamos que as mesmas características relativas a composição e à rotatividade da força de trabalho - baixa remuneração, discriminação de gênero e orientação sexual, forma subalterna de inserção ocupacional nas empresas, qualidade do processo de trabalho e falta de tradição de organização política - não representam obstáculos absolutos para a ação coletiva. Em alguns casos, essas condições podem, ao contrário, favorecer a deflagração da mobilização sindical. (BRAGA, 2012, p. 212)

Segundo Braga, através das políticas sociais dos governos de Lula, haveria uma aproximação do precariado com seu governo. Porém essa aproximação não significaria uma relação tranquila de sustentação para a hegemonia lulista. E, mesmo as políticas desenvolvidas no governo Lula, como a política de aumento do salário mínimo, teria seus limites. Em um modelo de desenvolvimento de capitalismo periférico, a margem de concessões para a classe trabalhadora é sempre muito estreita, e isso não poderia ser diferente nos governos liderados pelo PT, apesar da elevação do salário mínimo. Basta lembrar, neste sentido, os estudos desenvolvidos pelo Dieese que calcula qual deveria ser o valor do salário mínimo para que o trabalhador pudesse arcar com suas despesas básicas. Em 2011 esse valor estava na casa dos R\$ 2349,26 enquanto o salário mínimo

real naquela época para 2012 era de R\$ 622,00 mesmo com toda política de aumento salarial.

Isso revelaria alguns aspectos do que o autor classificou com a “precariedade” da hegemonia lulista. Essa “precariedade” começou a se revelar nas explosões de greves que o precariado começou a realizar principalmente no setor da construção civil.

Bastaria lembrarmos a onda de paralisações, greves e rebeliões operárias que se espalhou em março de 2011 pela indústria da construção civil, atingindo algumas das principais obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal: 22 mil trabalhadores parados na Hidrelétrica de Jirau em Rondônia; 16 mil na Hidrelétrica de Santo Antônio; alguns milhares na Hidrelétrica de São Domingos no Mato Grosso do Sul; 80 mil trabalhadores grevistas em diferentes frentes de trabalho na Bahia e Ceará; dezenas de milhares no Complexo Petroquímico de Suape em Pernambuco, e por aí vai... (BRAGA, p. 216, 2012)

Ou seja, irromperam paralisações em usinas hidrelétricas, complexos petroquímicos e também em obras da Copa do Mundo, setores essenciais na política econômica dos governos do PT. As reivindicações dessas paralisações em grande parte revelam o caráter despótico ao qual os trabalhadores estavam submetidos, remetendo ao velho regime fabril do período fordista, porém agora atualizado por terceirizações e subcontratações.

Segundo Braga (2012), os trabalhadores do setor de call center são um bom exemplo do precariado nos governos Lula, porque, em função de suas condições de trabalho precárias e a baixa remuneração, esses trabalhadores acabam buscando qualificação profissional através principalmente de cursos noturnos em universidades (onde houve uma grande expansão de vagas através de programas como o ProUni e Reuni) ainda que essa qualificação não gere muito efeito. "Afinal, 94% dos empregos criados no mercado formal de trabalho brasileiro entre 2003 e 2010 pagam até um salário mínimo e meio." (BRAGA, 2012, p. 217). Consequentemente não exigem grande qualificação educacional.

Diante desse cenário esses trabalhadores buscam se mobilizar e pressionam seus sindicatos para lutarem por melhores condições. Os sindicatos por sua vez tentam aproximar os trabalhadores com as políticas do governo federal, ainda que esses frustrem suas expectativas diante dos limites das próprias políticas do governo. Outro exemplo desses limites seria o grande endividamento dos trabalhadores através das políticas de crédito visando o consumo popular. Tais frustrações podem desembocar em revoltas populares do precariado. O autor conclui que o precariado, expresso nos

trabalhadores do call center, aderiu “à hegemonia lulista, mas não devemos nos enganar: o signo da passividade simplesmente não os traduz. Ao contrário, mais correto seria reconhecer aí uma espécie de pressão popular inorgânica, muito familiar aos sindicalistas que atuam no setor.” (BRAGA, p. 218, 2012)

Podemos levantar alguns questionamentos sobre as teses desenvolvidas por Braga. Seria de fato o elemento da precariedade o motor para o crescimento das mobilizações desse setor ou a própria melhoria de condições não fez com que eles tivessem mais condições de se mobilizar? Afinal no mesmo período analisado pelo autor, o número de greves realizadas aumentou também em outros categorias, sendo essas pertencentes ao sindicalismo que estaria na cúpula da burocracia estatal como ele classificou. Analisar o precariado através somente dos trabalhadores da indústria de call center, é suficiente para revelar a postura política dessa fração de classe? Uma vez que boa parte das greves e mobilizações foram feitas por trabalhadores da construção civil por exemplo, esta hipótese se sustenta? E dado essas paralisações, essa fração realmente estaria aderindo a hegemonia lulista? Por último: a base social do MTST seria parte do precariado e teria essa inquietude mencionada por Braga?

Parece-nos pertinente os questionamentos de Braga acerca dos limites das políticas sociais dos governos petistas. Porém, analisar o precariado, ou subproletariado, ou massa marginal, exige muitos outros estudos de caso e não apenas um que se relacione aos trabalhadores da indústria de call center.

Por fim, identificamos que uma das descrições mais acertadas da composição dos governos petistas foi desenvolvida por Boito Jr. Para Boito Jr. (2012) a hegemonia desses governos seria construída por uma frente ampla, que atenderia aos interesses de diferentes frações de classe da sociedade brasileira. Ele denominou essa frente de neodesenvolvimentista.

Foi durante os governos do PT que o capitalismo voltado para o mercado interno voltou a crescer. Ou seja, mais uma vez com a ajuda das classes populares o capitalismo brasileiro voltou a se desenvolver e a burguesia interna supostamente a recuperar sua hegemonia.

Assim como no passado a frente neodesenvolvimentista contaria também com elementos tanto de nacionalismo como de populismo, porém num caráter muito mais fraco do que no passado, devido às atuais características do capitalismo brasileiro, como a experiência que a classe trabalhadora adquiriu e o caráter de internacionalização das empresas.

a) essa frente é dirigida pela grande burguesia interna brasileira (BOITO, 2012); b) tal frente envolve classes trabalhadoras que se encontram excluídas do bloco no poder – baixa classe média, operariado, campesinato e trabalhadores da massa marginal (KOWARICK, 1975; NUN, 1978 e 2001); c) a frente entretém uma relação de tipo populista com essa massa marginal; d) a frente se constituiu no principal recurso político do qual se valeu a grande burguesia interna para ascender politicamente no interior do bloco no poder e e) ela enfrenta, no processo político nacional, aquilo que poderíamos denominar o campo neoliberal ortodoxo, campo esse que representa – essa é a nossa hipótese de trabalho – o grande capital financeiro internacional, a fração burguesa brasileira perfeitamente integrada e subordinada a esse capital, setores dos grandes proprietários de terra e a alta classe média, principalmente aquela alocada no setor privado mas, também, no setor público. (BOITO JR., 2012, p. 4)

Para o autor essa frente teria se formado ainda na década de 90, pelos elementos que já demonstramos de aproximação entre o novo sindicalismo e a burguesia interna. Ele utiliza o termo desenvolvimentismo por entender que os governos do PT estariam desenvolvendo o capitalismo brasileiro, apesar de não romper com a hegemonia neoliberal. Esse desenvolvimento também estaria nas políticas sociais aqui citadas e que Boito Jr. destaca os seguintes aspectos:

a) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo; b) forte elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento das grandes empresas nacionais a uma taxa de juro favorecida ou subsidiada; c) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais (DALLA COSTA, 2012); d) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica e e) incremento do investimento estatal em infraestrutura. (BOITO JR., 2012, p. 5)

O autor reconhece que o termo desenvolvimentismo poderia ser questionado pelo caráter tímido das políticas desses governos, por isso seria um novo tipo de desenvolvimentismo possível na época do capitalismo neoliberal. Suas principais características seriam:

a) apresenta um crescimento econômico que, embora seja muito maior do que aquele verificado na década de 1990, é bem mais modesto que aquele propiciado pelo velho desenvolvimentismo, b) confere importância menor ao mercado interno, posto que mantém a abertura comercial herdada de Collor e de FHC c) atribui importância menor à política de desenvolvimento do parque industrial local (BRESSER-PEREIRA, 2012) d) aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas

novas, uma reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro, e) tem menor capacidade distributiva da renda e f) o novo desenvolvimentismo é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda veleidade de agir como força social nacionalista e antiimperialista. (BOITO JR., 2012, p. 6)

Quais seriam as classes sociais e frações de classe que comporiam a frente neodesenvolvimentista?

Primeiro é necessário indicar aquelas que agem como forças sociais ativas e organizadas nesse processo. Quais seriam? 1) A grande burguesia interna. É a dirigente da frente. Reivindica a proteção do Estado frente ao capital estrangeiro. Os governos do PT favoreceram essa fração primeiro através da política de exportação. Segundo através dos financiamentos oferecidos pelo BNDS. A política de compras do Estado e das estatais passou a priorizar as grandes empresas nacionais. A política externa também favoreceu essas empresas. Se distanciando da ALCA e fortalecendo o Mercosul. 2) no que diz respeito às classes trabalhadoras, o operariado urbano e a baixa classe média também têm um papel organizado e ativo na frente. Organizam-se principalmente através do sindicalismo e do PT. Durante a década de 90 o PT foi atraído pela burguesia interna devido as críticas moderadas ao neoliberalismo. Neste sentido, o operariado urbano e a baixa classe média passaram a ser base social do PT e não mais dirigentes nessa frente. Essas camadas ganham com as políticas do PT, devido ao aumento do salário mínimo e do emprego, o que favorece a luta sindical também. Boito Jr. destaca a ação conjunta das centrais e de instituições do empresariado para baixar a taxa de juros, o que gerou as políticas do governo Dilma. 3) o campesinato também estaria presente na frente e de forma organizada. São representados principalmente por trabalhadores ligados ao MST e à Contag. Reivindicam assistência técnica, financiamento para a produção e mercado para seus produtos, sendo parcialmente atendidos nessas reivindicações pelos governos do PT. Já o campesinato pobre que não tem terra, não é atendido pela frente, pois esses governos recuaram na política de desapropriação de terras, devido a posição que o agronegócio ocupa na frente.

Os trabalhadores desempregados, subempregados, vivendo do trabalho precário ou “por conta própria” representam o ponto extremo da frente neodesenvolvimentista e entretêm com ela uma relação bem particular. Essa “massa marginal” reside principalmente na periferia dos grandes centros urbanos do país e no interior da Região Nordeste. (BOITO JR., p. 9, 2012)

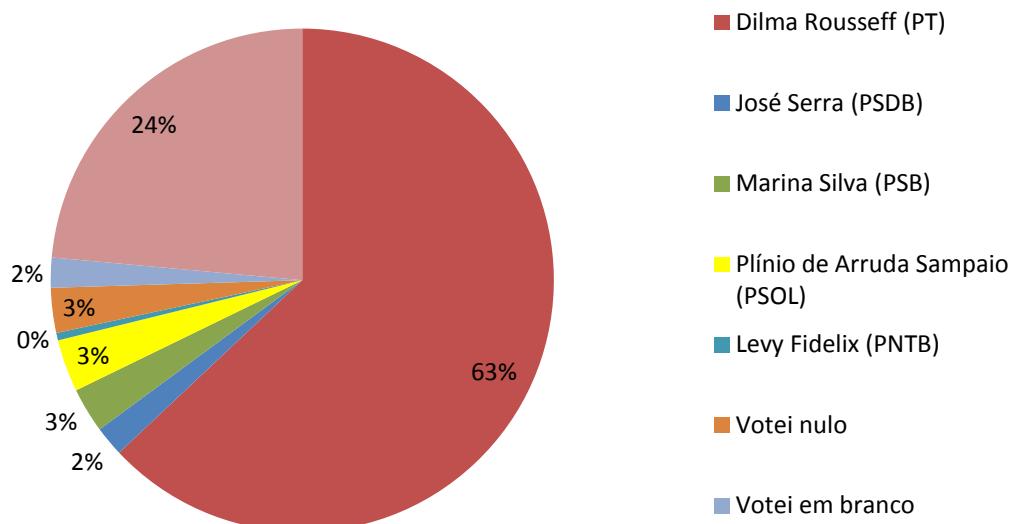
Essa massa marginal seria composta, por um lado, por uma parcela organizada que também se beneficia das políticas do governo, principalmente através dos movimentos de moradia e outra desorganizada que teria uma relação populista com o governo através de programas como Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Cabe aqui, colocar um questionamento, sobre a abordagem que o autor faz em relação a massa marginal. Afinal, qual fração ou classe social não tem parte de sua composição organizada e outra parte desorganizada? Sendo assim os estudos sobre a relação populista dessa fração de classe com o Estado precisam ser mais aprofundados. Ademais, nos parece questionável a tese segundo a qual a parte organizada da massa marginal compõe a frente neodesenvolvimentista.

É preciso analisar as diferentes formas políticas que organizam essa fração de classe e qual é o posicionamento de cada uma perante a frente neodesenvolvimentista. Estamos trabalhando com a hipótese que os trabalhadores da base social do MTST compõe parte da base de sustentação da frente neodesenvolvimentista, porém a direção do movimento faz oposição a essa frente. Isso pode ser explicado porque a base social do movimento tem parte de suas demandas atendidas pelas políticas sociais encabeçadas pela frente neodesenvolvimentista, como elevação do salário mínimo, geração de emprego, políticas de moradia. Isso não significa que esses trabalhadores estão no bloco do poder da frente, e de fato, não estão.

Alguns dados levantados em nossa pesquisa de campo podem corroborar com essa hipótese. Primeiro, mesmo que 81% dos militantes que estavam no encontro nacional nunca tenham sido filiados a partidos políticos, outros 9% se encontravam na situação de filiados e outros 10% não estavam filiados, mas já haviam sido filiados no passado. Dessas duas situações destacaram-se dois partidos aos quais os militantes são filiados ou já foram filiados: o PT e o PSOL. Já foi apontado aqui a aproximação do movimento com o PSOL, porém apenas 4,6% estavam ou já foram filiados a esse partido, enquanto 10,8% estavam ou já foram filiados ao PT. Mesmo que a direção nacional do movimento fosse crítica ao PT, existe ainda uma certa preferência pelo partido em sua militância.

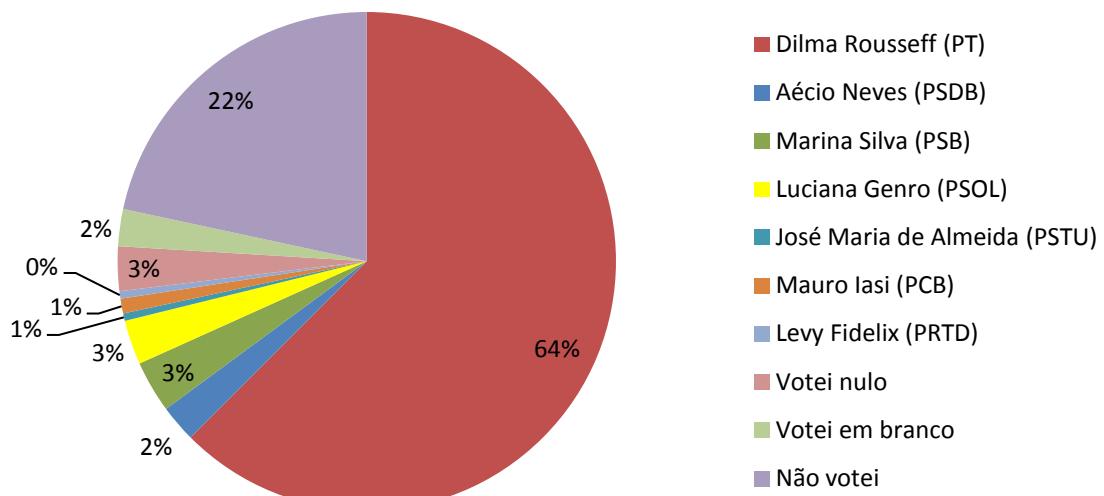
Outro dado que chama a atenção em nossa pesquisa de campo é em relação as eleições presidenciais. No pleito de 2010 a maioria esmagadora dos militantes participantes do III Encontro Nacional votaram na candidata do PT, Dilma Rousseff.

GRÁFICO 6 - Em que votou no primeiro turno das eleições de 2010



No segundo turno das eleições de 2010, 68,8% dos participantes do encontro votaram em Dilma Rousseff. Um cenário parecido se vê nas eleições de 2014, com grande maioria dos militantes votando também em Dilma Rousseff no primeiro e segundo turno.

GRÁFICO 7 - Em quem votou no primeiro turno das eleições de 2014



Isso ajuda a pensar que de fato as políticas da frente neodesenvolvimentista conseguiram apoio também da base social do MTST.

Ao mesmo tempo, os dirigentes políticos do movimento afirmam que se por um lado as políticas desenvolvidas pelos governos petistas beneficiaram em certos aspectos os trabalhadores de sua base, e em outros aspectos os prejudicaram (como veremos mais adiante, na questão das políticas de moradia). E por isso no plano geral, afirmam serem críticos aos governos petistas, adotando uma postura de fazer oposição ao governo devido as limitações que enxergam nele. Porém não enxergam que os governos petistas sejam mera continuação dos governos federais de FHC. Se essa oposição é efetiva e sistemática é algo a se avaliar melhor, mas alguns aspectos podem ajudar a demonstrar isso, como: falas de militantes que desde o primeiro governo de Lula se posicionavam contrários a estratégia adotada pelo governo e pelo PT, a própria organização do movimento na Conlutas, posteriormente na CSP-Conlutas e uma série de manifestações políticas que criticavam as estratégias adotadas pelo governo.

O trabalho de Oliveira (2016) nos ajuda a pensar o argumento que estamos construindo aqui. Para autora a integração dos movimentos sem-teto a frente neodesenvolvimentista se dá de maneira diferenciada, de acordo com a orientação político-ideológica de cada movimento (OLIVEIRA, p. 39, 2016). Ela explica que o PT teve no centro de sua origem, a presença dos movimentos sociais, inclusive os movimentos de moradia, e muitos militantes desses movimentos ainda são filiados ao PT ou nutrem uma proximidade com o partido. Ao mesmo tempo outros movimentos foram se afastando do PT.

Vale lembrar aqui que o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) e as quatro entidades nacionais que dele fazem parte (a Central de Movimentos Populares (CMP), a Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM), o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM) e a União Nacional por Moradia Popular (UNMP)) mantiveram, desde o início do governo Lula, uma relação de proximidade em virtude do compartilhamento de projetos políticos que tinham com o Partido dos Trabalhadores (PT) (OLIVEIRA, p. 40, 2016).

Isso não significa que esses movimentos não fizeram críticas ao governo, porém tais críticas foram pontuais. Muitos dos dirigentes desses movimentos também ocuparam cargos no governo, por exemplo no Ministério das Cidades. Essa relação teria se alterado em parte com a crise do mensalão e a troca do ministro Olívio Dutra (PT) do

Ministério das Cidades por Márcio Fortes do Partido Progressista (PP). Com essa troca os dirigentes dos movimentos de moradia perderam espaço no ministério das cidades e poder de decisão. Mesmo assim esses movimentos citados continuaram apoiando o governo, para com isso tentar reivindicar melhorias na política de moradia.

Já em relação ao MTST, Oliveira (2016) destaca que o movimento tece duras críticas aos governos petistas. Para ela um bom exemplo disso seria as críticas que o movimento faz ao Programa Minha Casa Minha Vida. Os principais pontos das críticas seriam:

1. o conteúdo de mercado desse projeto, no sentido de que o seu objetivo principal é aquecer o mercado da construção civil e combater o desemprego, sendo a diminuição do déficit habitacional brasileiro um objetivo subordinado;
 2. se o número de um milhão de moradias pode parecer uma grande cifra, diante da demanda por moradia no Brasil ele é pequeno, lançando umas contra as outras as famílias que reivindicam o direito constitucional à moradia. De acordo com o movimento, o programa conta com 18 milhões de pessoas cadastradas;
 3. o comprometimento maior dos governos Lula e Dilma com frações das classes capitalistas do que com as classes trabalhadoras.
- (OLIVEIRA, p. 56, 2016)

Sendo assim, para a autora o MTST não adere ao projeto da frente neodesenvolvimentista. Porém em momentos de crise, como de ofensiva da frente neoliberal ortodoxa, o movimento pode vir a aderir ou apoiar a frente neodesenvolvimentista. Expressão disso foi as eleições de 2014, onde no segundo turno o movimento chamou para que seus militantes votassem em Dilma Rousseff. Pensamos que essa tese de Oliveira condiz mais com o posicionamento da direção política e intelectual do movimento, do que com a totalidade de sua base de militantes¹⁹. Para nós é interesse utilizar também o argumento desenvolvido por Braga (2012), onde mesmo que o precariado apoie os governos petistas, existe nele uma inquietude propensa a romper em processos de mobilização o que revelaria a precariedade da hegemonia desses governos.

Essa precariedade pode ser vista também sob a ótica da frente neodesenvolvimentista. Boito Jr. admite que essa frente tem contradições internas, inclusive no interior da própria burguesia brasileira. A burguesia interna é heterogênea e existem diversas disputas entre seus setores. Ademais ela é dependente também do

¹⁹ Esse é um debate que ainda precisa ser mais aprofundado e necessita de mais pesquisas. Esperamos aprofundar ele, em pesquisas futuras.

capital estrangeiro, o que a impediu de criar um instrumento organizativo próprio para defender seus interesses. E o PT acabou servindo a este propósito.

Para nós existe também uma limitação no caráter de enfrentamento da frente neodesenvolvimentista ao neoliberalismo ortodoxo no cenário nacional. Boito Jr. admite que ela não rompeu com os pilares do neoliberalismo, como o pagamento de juros da dívida pública.

O pagamento de juro, amortização e refinanciamento da dívida pública colocam, anualmente, mais de 40% do orçamento da União nas mãos de apenas 22 mil famílias que detêm os títulos da dívida pública. Em 2012, o valor destinado à dívida pública correspondeu a 47,19% de todo o orçamento, o que equivalia a R\$ 1.014.737.844.451,00, ou seja, mais de R\$ 1 trilhão (Fatorelli; Ávila, 2013); em contrapartida, a cobertura do programa Bolsa Família, que contempla o impressionante número de 13 milhões de famílias, custa ao Estado apenas R\$ 13 bilhões (MDS, 2013, apud, BOITO JR. p. 6, 2013)

Mesmo o aquecimento do mercado interno foi bem mais fraco que em outros períodos desenvolvimentistas no Brasil. Ademais a burguesia interna não tem capacidade de criar e sustentar um projeto nacionalista e antiimperialista. Neste sentido, a frente neodesenvolvimentista teria capacidade de enfrentar o campo neoliberal ortodoxo? Não queremos ignorar a existência desse campo, que seria composto da seguinte maneira:

Essa frente era dirigida pela fração da burguesia brasileira integrada ao capital internacional, cuja propostas de política econômica e externa preteriam interesses de grupos econômicos brasileiros integrantes da burguesia interna: abertura comercial ampla, compras do Estado e das estatais abertas indiscriminadamente para as empresas estrangeiras, venda das estatais e redução de seus investimentos e alinhamento passivo com os Estados Unidos, entre outras. O capital internacional e a fração da burguesia brasileira a ele associada contavam com o apoio eleitoral da alta classe media. Essa fração de classe sempre deixou entrever sua oposição às políticas sociais dos governos do PT, percebidas como medidas indesejáveis por custarem caro ao Estado e por ameaçarem a posição econômica e social da classe média abastada. (BOITO JR. 2016, p. 27)

Embora nos pareça pertinente tanto a caracterização quanto a composição da luta de classes durante os governos do PT realizada por Boito Jr., sua análise apresenta alguns limites no que diz respeito aos papéis atribuídos aos atores. Se o governo Dilma intensificou as políticas neodesenvolvimentistas, como explicar que a burguesia interna só foi se afastando dele, até chegar ao ponto de apoiar um golpe contra esse governo?

III.3 - O primeiro governo de Dilma (2011-2014)

Em 2010, a candidata do PT, Dilma Rousseff ganhava as eleições presidenciais no segundo turno, com 56,05% dos votos válidos, somando mais de 55 milhões de votos (ELEIÇÃO PRESIDENCIAL, 2010). Argumentava-se que um dos principais motivos da vitória de Dilma teria sido a popularidade do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Em março de 2010 último ano de seu mandato, Lula tinha aprovação de 73% dos brasileiros (APROVAÇÃO DE LULA ATINGE 73%, 2010). Durante toda a campanha eleitoral, Lula teve forte presença. Todavia, não se tratava de mera transferência de prestígio do, até então, presidente Lula, mas de um resultado das políticas que construiu a hegemonia dos governos do PT que aqui buscamos caracterizar.

Se os dois governos de Lula puderam construir sua hegemonia conciliando diversas frações de classe da sociedade brasileira em um cenário econômico internacional favorável, principalmente através da grande exportação de *commodities*, esse não foi o mesmo cenário para Dilma. Se a crise de 2008 foi considerada por Lula como uma "marolinha", quando o governo respondeu com a intensificação do aquecimento do mercado interno, ela se tornou- aguda no governo Dilma.

Em 2011 a crise financeira caiu fortemente sobre o governo Dilma. "Fuga em massa para títulos norte-americanos e alemães, rebaixamento da dívida pública dos Estados Unidos pela Standard & Poor's, turbulência nas principais bolsas e pânico nas mesas de operação financeira do planeta." (SINGER, 2015, p. 4)

Porém o epicentro da crise se encontrava na Europa. A Alemanha maior credora do bloco europeu, impôs uma política de austeridade para países como Portugal, Espanha, Itália, Grécia e Irlanda.

Resultado: em 2014 a região ainda tinha produto menor que o de 2008. A vaga contracionista acaba por contaminar o resto do mundo e, em 2012, a China decide voltar-se para o mercado interno, diminuindo, igualmente, as suas taxas de expansão. De dois dígitos, entre 2001 e 2007, esta cai para cerca de 7,5% ao ano. O crescimento mundial diminui de 4,1%, em média ao ano, entre 2000-2008, para 2,9% de 2009 a 2014. (SINGER, 2015, p. 5)

A resposta do governo brasileiro, tal como na crise de 2008, foi intensificar as políticas neodesenvolvimentistas, sendo a grande oportunidade para aquilo que o ministro Guido Mantega chamou de “a nova matriz econômica”. Era necessária a

implementação de tal matriz para dar continuidade e crescimento às políticas de redução da desigualdade social iniciadas nos governos Lula²⁰.

As políticas adotadas pela nova matriz do governo Dilma envolviam a redução da taxa de juros, o uso intensivo do BNDES, incentivo à reindustrialização, desoneração da folha de pagamentos, investimento em infraestrutura, reforma do setor elétrico, controle de capitais e proteção do produto nacional.

Essas políticas significaram um aprofundamento do desenvolvimentismo da época de Lula.

O Estado despertara da letargia e buscava meios para alavancar o crescimento em 2007, com o lançamento do PAC. Na crise de 2008, os bancos públicos adquiriram rol crucial na reorganização produtiva, representando poderosas alavancas de indução da iniciativa privada. Em 2009 e 2010, com a incorporação de incentivos fiscais seletivos ao arsenal de instrumentos disponíveis, o Estado começara a manejar alavancas antes bloqueadas. A ascensão de Tombini no lugar de Meirelles, em 2011, parecia incorporar o BC à perspectiva do desenvolvimento e concluir os preparativos para um salto de qualidade. (SINGER, 2015, p. 9)

Para Singer, Dilma decidira fazer uma política de enfrentamento com o capital financeiro. Neste sentido é possível indagar se o enfrentamento aludido por Boito Jr. entre frente neodesenvolvimentista e frente neoliberal ortodoxa teria acontecido somente na primeira metade do governo de Dilma.

A presidente decidira politizar a questão, ao debatê-la em seus boletins governamentais e em seus pronunciamentos públicos. Os próprios bancos públicos reduziram seus *spreads* na tentativa de pressionar os outros bancos para que fizessem o mesmo. Em resposta, os bancos se organizaram através da FEBRABAN e fizeram uma série de reivindicações ao governo para que, em contrapartida, pudessem abaixar o *spread*. O governo responde, então, que os bancos tinham uma grande margem de lucro e que poderiam abaixar o *spread* e a taxa de juros facilmente.

Depois disso a FEBRABAN voltou atrás, dando ao governo um clima de vitória. Logo em seguida o governo diminuiu o rendimento da caderneta de poupança e posteriormente atacou os juros do cartão de crédito. Neste sentido, no final de 2011,

²⁰ Exemplo disso foi a substituição em 2010 da administração do Banco Central de Henrique Meirelles por Alexandre Tombini. "Cálculos realizados à época da eleição presidencial mostravam que, para continuar as reformas graduais do lulismo, era preciso que o PIB crescesse cerca de 5% ao ano. A perda de velocidade eliminaria a margem necessária para combater a pobreza." (SINGER, p. 5, 2015)

Com o BNDES capitalizado e disponível para financiar a produção a juros mais baixos, certo controle sobre o fluxo de capitais, o real menos valorizado, a desoneração da folha de pagamentos em curso, a obrigatoriedade de conteúdo local em setores estratégicos e encomendas da Petrobras, compras governamentais e tarifas alfandegárias voltadas para a produção nacional, programa de investimento em infraestrutura lançado, aumento do limite de endividamento dos Estados e juros mais acessíveis nos bancos comerciais, o ensaio desenvolvimentista chegava ao auge. (SINGER, 2015, p. 11)

Em 2013 a conjuntura começa a mudar. Tombini anuncia a possibilidade do aumento dos juros, defendendo que era necessário aumentar a taxa de juros para controlar a inflação, posição diferente da defendida pelo Ministro da Fazenda Guido Mantega. Embora a própria presidente tivesse concordância com Mantega teve que recuar.

Em abril de 2013, o BC começa um novo ciclo de aumento da taxa de juros freando assim o avanço das políticas neodesenvolvimentistas. Recomeça o embate entre o Ministério da Fazenda e os rentistas, mas o governo fez uma defesa silenciosa das suas políticas e foi recuando cada vez mais.

"Nos meses seguintes, além do aumento contínuo dos juros, o corte no investimento público, o aumento da taxa de retorno nas concessões, a diminuição das restrições ao capital especulativo e as privatizações na área de transportes iriam pontilhando a volta atrás." (SINGER, 2015, p. 12)

O PIB cresceu apenas 0,9% em 2012. Mantega chegou a fazer uma autocrítica posteriormente dizendo que fizerem um forte ajuste no primeiro semestre de 2011 e retomaram as políticas de crescimento no segundo semestre, supondo que a crise internacional iria acabar. Todavia ela se alastrou pela Europa impactando no país. Esperavam que as políticas de crescimento dessem certo até 2013. Em certa medida tiveram efeito positivo, tendo o PIB crescido 2,3% (ECONOMIA BRASILEIRA CRESCE 2.3%..., 2014). Isso serviu para manter o nível de emprego e o ganho dos salários dos trabalhadores no país. Mas, com a elevação da taxa de juros, o crescimento para 2014 estava ameaçado. Ademais houve uma grande pressão de organismos internacionais como FMI, Banco Mundial, do capital financeiro internacional e da mídia brasileira para acabar com a intervenção estatal na economia e devolve-la às mãos do mercado.

III.3.1. - As manifestações de Junho de 2013

As manifestações de junho de 2013 complementam este cenário de conflito entre frações de classe no âmbito do Estado. Elas fizeram o governo Dilma recuar ainda mais. Singer (2015) levanta a hipótese de que durante as manifestações a ideologia neoliberal, que identifica o Estado como um grande gastador de recursos, ganha contornos de ideologia dominante. Essa ideologia ganhou força principalmente depois que a esquerda perdeu controle do processo.

O que foram as manifestações de 2013? Não temos a intenção de tecer uma análise definitiva, mas consideramos importante construir alguns apontamentos que convergem com o debate desenvolvido até agora.

Singer (2013) divide as manifestações em três fases: 1) mobilizações menores, organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) que tinham como foco principal a redução da tarifa do transporte público; 2) a segunda fase, quando ocorreram as maiores manifestações, que se iniciaram principalmente em resposta à forte repressão da polícia de São Paulo e posteriormente se espalharam por todo o país; 3) as manifestações foram se reduzindo numericamente e se diferenciando entre movimentos com diversas pautas.

O autor traça uma cronologia para cada uma dessas fases das manifestações. Na primeira fase, o MPL puxou atos através das redes sociais como fazia historicamente por diversos anos seguidos, se baseando em outros momentos históricos no país, quando aconteceram grandes manifestações contra o aumento de tarifa no transporte público, como em Porto Alegre e em Salvador.

A ebulição foi iniciada por fração pequena, embora valorosa, da classe média, com mobilizações praticamente circunscritas à cidade de São Paulo nos dias 6, 10, 11 e 13 de junho. Nessa primeira etapa havia um objetivo específico: a redução do preço das passagens do transporte público. As iniciativas seguiram o modelo adotado pelo Movimento Passe Livre (MPL) em anos anteriores. (SINGER, p. 3, 2013)

Porém, diante da pressão dos setores mais conservadores da sociedade que reclamavam do transtorno causado pelas manifestações e pelo próprio comportamento histórico da polícia militar e do governo do PSDB no Estado de São Paulo, teria havido uma repressão ao movimento chegando a atingir até mesmo repórteres da grande mídia e pessoas que não tinham nenhuma relação com os protestos. A violência policial fez repercutir a pauta das manifestações e o movimento, atingindo boa parte da opinião pública no país.

Na terceira convocação do MPL, para a terça, 11, outra vez reuniram-se 5 mil pessoas, mas houve verdadeira batalha campal com as legiões

da ordem. Muitas cenas de violência policial e destruição do patrimônio por grupos de jovens foram reportadas pelos jornais. A repetição e intensificação dos embates levaram o governador paulista, Geraldo Alckmin, a anunciar um endurecimento para a quarta demonstração (na quinta, 13), quando um número indefinido de pessoas — a Polícia Militar (PM) calculou 5 mil, segundo os organizadores havia 20 mil — marchou pacificamente do centro da cidade até a rua da Consolação, sendo impedidas de prosseguir em direção à avenida Paulista. A partir daí inicia-se repressão violentíssima, que se espalha por ampla região da pauliceia, tendo a PM atuado sem controle por horas, atingindo transeuntes e jornalistas de maneira indiscriminada. Depoimentos de partícipes e observadores deram conta de policiais “enlouquecidos” e “cenas de guerra” a céu aberto. (SINGER, 2013, p. 3 e 4)

Inicia-se então a segunda fase das manifestações, nos dias 17, 18, 19 e 20 de junho quando atingiram seu auge. Nesse momento outros atores entram em cena nas manifestações, ampliando o número dos protestos, chegando a 75 mil em São Paulo no dia 17, ainda que tenham deixado as pautas dos protestos mais difusas. A luta não era mais a revogação do aumento da tarifa mas passava a conter diversas críticas e reivindicações como a Copa do Mundo, a precarização da saúde e educação, a corrupção e os governos do PT. O sentimento de repúdio à política em geral e ao conjunto de todos os políticos era muito significativo nessa fase dos protestos. Outro fator importante foi o início da Copa das Confederações no país. Diversos protestos começaram a acontecer nas cidades que sediavam os jogos, tirando assim um pouco a centralidade da cidade de São Paulo.

Esse amplo espectro de mobilizações produziu resultados vitoriosos para o movimento.

Nessa mesma quarta (19), assustados, a prefeitura do município e o governo do estado de São Paulo atendem à reivindicação e revogam o aumento da tarifa. Na quinta, 20, em suposta comemoração, a onda atinge o ponto máximo, com demonstrações em mais de 100 cidades, algumas delas gigantescas, alcançando, no conjunto, cerca 1,5 milhão de participantes. Quatro dias depois, em resposta, a presidente Dilma Rousseff propunha a Constituinte exclusiva para a reforma política, a qual seria, de acordo com o projeto, depois submetida a plebiscito popular. (SINGER, 2013, p. 5)

Como dissemos, na terceira fase, o movimento vai diminuindo e se dividindo em manifestações com pautas específicas.

Mas qual seria a composição social e as ideologias existentes nessas manifestações?

Aqui mais uma vez chamamos ao debate Singer, Boito Jr. e Braga. Singer citando os outros dois autores, afirma que, para Boito Jr., a composição social das manifestações seria principalmente de classe média, enquanto para Braga a composição seria do precariado. Para Singer seria a combinação entre os dois perfis, de uma classe média tradicional com o que ele denominou de "novo proletariado", um equivalente ao precariado de Braga.

Um primeiro aspecto que os dados revelam é que a maioria dos manifestantes era de jovens. Na segunda fase das manifestações houve uma adesão de outras faixas etárias, mas ainda prevalecendo em sua grande maioria jovens e jovens adultos (de 26 a 39 anos), o que representava 80% dos manifestantes. Outro fator que chama a atenção é o grau de escolaridade desses jovens.

A fração dos que tinham apenas passagem (completa ou incompleta) pelo ensino fundamental foi residual em São Paulo, tanto no dia 17 (1%) quanto no dia 20 (2%), e em Belo Horizonte na tarde de 22 (4%). (...)

Nas oito capitais pesquisadas, nada menos que 43% dos manifestantes tinham diploma universitário, quando, em 2010, apenas 8% da população brasileira possuía o canudo. (...)

Somando os diplomados aos que estavam cursando universidade, abrange-se um vasto contingente (quase 80%) das manifestações de São Paulo em 17 e 20, assim como de Belo Horizonte a 22 (quase 70%). Se lembrarmos que, segundo o Ministério da Educação, em 2011 apenas 15% dos jovens brasileiros estavam matriculados no ensino superior, mesmo tendo duplicado o número de ingressantes em uma década, pode-se dimensionar o significado da proporção alcançada pelos que tinham acesso às instituições universitárias nos acontecimentos de junho. (SINGER, 2013, p. 78)

O nível de escolaridade pode levar a pensar que a composição social dos manifestantes é de classe média na medida em que, como mostram os dados, mesmo que nos governos do PT o acesso ao ensino superior tenha crescido, boa parte dos jovens no Brasil ainda não consegue ingressar nas universidades, sendo a questão educacional um recorte distintivo de classe e um aspecto bastante valorizado pela classe média tradicional. Todavia, não se pode deduzir a composição social dos manifestantes apenas pela idade e nível de escolaridade. Quando se analisa o recorte de renda, importantes aspectos são revelados.

Houve 15% com renda familiar mensal de até dois salários mínimos nas oito capitais e 20% em Belo Horizonte. Somados aos que tinham entre dois e cinco salários mínimos familiares mensais, que estão dentro do que se pode considerar baixo rendimento no Brasil, no conjunto respondiam por cerca de 50% dos manifestantes. (SINGER, 2013, p. 9)

Quem seriam então esses jovens, com alto nível de escolaridade porém com baixos salários? A fração da classe trabalhadora que Singer denominou *novo proletariado* (parte do subproletariado que ingressou no mercado formal de trabalho)? Ou o que Braga denominou de precariado? E ao contrário do que Singer afirma, Boito Jr. não os classifica como pertencentes à classe média tradicional, mas sim à fração da baixa classe média.

Os três autores convergem, todavia, num aspecto: essa fração de classe ingressou na universidade através dos programas educacionais criados pelos governos do PT, como ProUni, Fies e Reuni, não obstante tenha se frustrado ao se graduar e não encontrar postos de trabalho condizentes com sua formação. Parte dos postos de trabalho criados nos governos do PT pagam baixos salários, são precarizados e têm alta rotatividade, gerando assim instabilidade.

Para Boito Jr. (2013) essa fração de classe não se viu contemplada com o modelo neoliberal ortodoxo nem com as políticas neodesenvolvimentistas do PT. Em dez anos, o governo do PT criou 20 milhões de empregos, a maioria dos quais exigiam baixa escolaridade e ofereciam pouca remuneração. O PT, então, teria se afastado dessa fração da classe média. Na década de 1990 não é implementado um programa de bem estar social, no qual a formação acadêmica é valorizada no mercado de trabalho. Por sua vez, nos anos 2000, decide-se abandonar o programa de industrialização interna devido ao *boom* das *commodities*. A baixa remuneração dos postos de trabalho criados seria, então, fruto dessa decisão.

A reação desta fração da classe média ganhou grandes proporções e atraiu outros setores sociais. As reivindicações progressistas que o movimento possuía atraíram setores populares, porém o caráter espontaneísta permitiu que a grande mídia, junto com a alta classe média, desse um caráter conservador também para o movimento. O movimento reivindicava principalmente maior intervenção do Estado nas áreas sociais – o que, com todo rigor, não poderia ser respondido pelo PSDB.

O PT viu-se diante de um impasse. Como aglutinar esse setor progressista da classe media? Retomar o programa de bem estar social? Isso poderia afastar a burguesia interna, principal força na frente neodesenvolvimentista. Retomar o programa de industrialização interna? Esta alternativa poderia também gerar um forte conflito internacional. O governo Dilma decide, então, ceder à pressão da frente neoliberal

ortodoxa, o que resultou no isolamento e perda de apoio da maioria dos segmentos sociais.

Braga e Antunes (2014) também teceram análises nesta direção. Para eles as Manifestações de Junho aconteceram num contexto de sublevações em escala global que se intensificaram principalmente a partir da crise internacional de 2008. Um exemplo foi o Movimento “Occupy” que aconteceu nos EUA, no coração financeiro do país, Wall Street. Outro exemplo foi o movimento Indignados da Espanha. Todas essas formas de manifestação teriam particularidades mas também alguns aspectos em comum, como a ocupação dos espaços públicos como ruas e praças, formas mais horizontalizadas de organização e a crítica à degradação da política institucional e suas formas de representatividade. Para os autores, se houve um processo de alastramento da crise mundial, também ocorreu uma "mundialização das lutas sociais".

No que diz respeito aos governos do PT, se o modelo de desenvolvimento adotado avançou na formalização do mercado de trabalho e na valorização do salário mínimo por outro lado

também se apoiou sobre o aumento do número de acidentes de trabalho, o incremento do ritmo da rotatividade do trabalho, a elevação das taxas de terceirização e flexibilização da força de trabalho, além do declínio do atendimento do transporte público, da saúde e educação que estão na linha de frente das atuais manifestações. (ANTUNES e BRAGA, p. 3, 2014)

O aumento da precarização gerou uma enorme insatisfação entre os trabalhadores mais jovens, com baixa qualificação, recém ingressos no mercado de trabalho. Este cenário teria instado uma inquietação social e a tendência à mobilização por parte desse segmento de trabalhadores, como defendeu Braga.

Não devemos esquecer que nos últimos dez anos, 94% dos empregos criados no mercado formal de trabalho brasileiro remuneravam até 1,5 salários mínimos (sendo que o salário mínimo é, pela cotação de junho de 2013, de aproximadamente US\$ 320,00 por mês).

Se levarmos em consideração que do total desses empregos, pouco mais de 60% foi preenchido por jovens entre 18 e 28 anos de idade, perceberemos que a inquietação social promovida pela percepção dos limites do atual modelo tendeu a se concentrar entre os setores formados por jovens trabalhadores precarizados recebendo pouco mais do que 1,5 salários mínimos. (ANTUNES e BRAGA, 2014, p. 4)

A insatisfação desses jovens se deu não apenas pela precarização dos seus postos de trabalho mas também pela piora nas condições de vida no centros urbanos. Se o governo federal aumentou largamente os gastos com políticas sociais como o Bolsa

Família, o mesmo não pode ser dito para saúde e educação. Para Braga e Antunes (2014) os gastos nessas áreas cresceram em números absolutos devido ao bom desempenho da economia mas caíram em termos relativos. Ademais, outros aspectos da vida urbana também foram se precarizando em função da crescente mercantilização como o caso do transporte público, direito essencial para o acesso a uma melhor qualidade de vida. Além disso, a crescente violência urbana tende a atingir os jovens.

Assim como Boito Jr. afirma que nem a frente neodesenvolvimentista nem a frente neoliberal ortodoxa têm respostas para esses jovens, Braga e Antunes também alegam que esses jovens participantes das manifestações de junho de 2013 não se reconheciam nas propostas do PT assim como do PSDB. Ambos os partidos estariam atrelados a um sistema político falido, atrelado a um modelo de financiamentos de campanha que negocia favores com grandes empresas. Neste sentido, esses jovens não se sentiriam representados por nenhum dos partidos políticos dominantes, o que explicaria em parte as manifestações apartidárias durante as manifestações.

Para os autores a fagulha inicial das manifestações foi a pauta do transporte público na medida em que, diferente de outros itens que fazem parte da reprodução da força de trabalho que aumentam gradualmente durante todo ano, o aumento na tarifa do transporte acontece um única só vez por ano e geralmente na mesma época, o que faz com que os trabalhadores sintam muito mais o impacto deste aumento.

Braga e Antunes também reconhecem que o governo federal e a presidente Dilma buscaram dar uma resposta para as reivindicações das manifestações.

O governo federal anunciou um plano que prevê investir 51 bilhões de reais em projetos de mobilidade urbana e a contratação imediata de 35 mil médicos para atender as periferias das grandes cidades e o interior do país. Além disso, a Câmara dos Deputados aprovou na madrugada do dia 26 de junho o outrora controvertido projeto de lei do Executivo que destinava 75% dos recursos dos royalties do petróleo para a educação pública, com prioridade para a educação básica, e 25% para a saúde. (ANTUNES e BRAGA, p. 6, 2014)

Todavia, tais medidas parecerem ter sido tomadas tardivamente.

As manifestações de junho de 2013 podem não ser o principal motivo para o rompimento da frente hegemônica mas segundo nossa hipótese ajudam a compreender a crise política que doravante se instituiu.

A análise da composição de classe das manifestações de junho é central para nossa pesquisa. Os dados levantados por Singer demonstram que se tratava de jovens trabalhadores com baixa remuneração, porém alta escolaridade. Nesse mesmo sentido

Braga (2017) identifica que tais trabalhadores eram uma expressão do atual precariado e mais do que isso expressão da precariedade da hegemonia lulista. Para ele, junho de 2013 seria um grande recorte na política brasileira, tendo disparado os processos de luta que se intensificaram posteriormente, como o *boom* de ocupações urbanas que ocorreram pelo país e também as manifestações contra a Copa do Mundo.

Concordamos que as políticas ensejadas pelos governos petistas, se por uma lado, tiveram grande adesão da classe trabalhadora, por outro, podem ter produzido contradições que germinaram essa inquietude identificada por Braga.

Mas, na nossa hipótese, junho de 2013 não tem tamanha magnitude para explicar as lutas sociais recentes no país. Exemplo disso é a história do MTST, cuja inquietude já estava sendo gestada. Mais do que isso, é possível questionar: os trabalhadores participantes de junho de 2013 realmente fazem parte do precariado ou são expressão dele? Este questionamento é válido na medida em que os traços de alta escolaridade e juventude não condizem com o perfil da base social do MTST.

Em nossa pesquisa de campo, levantamos que 48% dos participantes do III Encontro Nacional do MTST se encontravam na faixa etária dos 25 aos 40 anos e 37% dos 41 aos 79 anos.

Em relação ao nível de escolaridade dos militantes, 78% tinham até o ensino médio completo (sendo 28,1% somente com fundamental incompleto e 7,5% somente com fundamental completo) e 5% nunca frequentaram a escola.

Neste sentido, parte dos trabalhadores pertencentes ao precariado não estava presente nas manifestações de junho de 2013. O cenário iniciado em junho de 2013 intensificou o processo de mobilizações sociais pelo país, mas não foi o único fator para isso, nem o mais importante. Outras aspectos foram importantes, como as políticas habitacionais dos governos petistas e suas consequências. Identificamos que o perfil desses trabalhadores se enquadraria melhor no conceito de baixa classe média utilizado por Boito Jr., do que o de precariado utilizado por Braga.

III.3.2. - A crise do governo Dilma

A partir de 2013, Dilma Rousseff manteve a política de ajuste intensificando os cortes no orçamento, cujo resultado em 2014 foi a queda drástica no PIB. Mesmo com a queda do PIB, o nível de emprego no país e o salário mínimo se mantiveram altos. De acordo com os idealizadores do ensaio desenvolvimentista, no entanto, ao manter as políticas de estímulo ao investimento como a desoneração da folha de pessoal, o IPI reduzido para os bens duráveis, o Programa de Sustentação dos Investimentos (PSI) e o aporte para o Minha Casa

Minha Vida, foi possível manter duas conquistas fundamentais: a estabilidade do pleno emprego e a elevação da massa salarial. (SINGER, 2015, p. 15)

Ainda no inicio de 2011, a Fiesp, junto com a CUT e outras centrais sindicais, apresentaram ao governo um documento criticando a política de produção voltada para a exportação e a prioridade de produtos importados no lugar da produção nacional. Muitas das propostas contidas no documento feito por essa aliança foram atendidas pelo governo Dilma. Não obstante, contraditoriamente os industriais foram cada vez mais se afastando do governo Dilma e se aproximando da coalizão rentista, reclamando que o grande intervencionismo estatal afastava os investidores. No final de 2012 no encontro da CNI, os industriais reivindicavam a flexibilização da CLT. Em 2013 a Fiesp chegou a afirmar que era melhor instalar indústrias no Paraguai.

O próprio governo federal reconheceu a desconfiança generalizada e tentou fazer concessões para acabar com o movimento, mas os industriais continuavam na linha de afastamento do governo reclamando da falta de investimentos. Estava formada então uma frente única burguesa que defendia corte de gastos públicos, queda no valor do trabalho e diminuição da proteção aos trabalhadores.

Na medida em que o ensaio neodesenvolvimentista se apoiava na burguesia interna, com a retirada da burguesia interna da base de apoio o governo ficou isolado, pois não buscou apoio nas classes trabalhadoras. Por isso recuou e cedeu à pressão da frente neoliberal ortodoxa, na tentativa de recompor com a burguesia.

Boito Jr. (2016) assinala que apesar da disputa entre as diferentes frações da burguesia, elas podem se unir em torno de interesses comuns como "o anseio de desindexação de salários, de desregulamentação das relações de trabalho e de redução dos direitos sociais."

As próprias contradições entre a grande burguesia interna e o capital financeiro internacional estariam em transformação. Os EUA e a União Europeia estariam articulando a formação de um grande mercado internacional de consumidores, gerando políticas de benefício para diversos países e ao mesmo tempo colocando as legislações desses países subordinadas aos interesses das empresas norte-americanas e europeias. Isso seria uma resposta à força da articulação de China-Índia no mercado internacional. A *Transatlantic Trade and Investment Partnership* (TTIP) atacaria as legislações trabalhistas mundo afora. Parte dos industriais brasileiros defenderam a participação do

país nesses tratados para sair do isolamento, propondo assim o afastamento do Mercosul e a aproximação com os EUA.

Pode haver também uma imbricação entre empresas produtivas com investimentos rentistas e a associação de capitais nacionais com o grande capital internacional. Ou seja, ao mesmo tempo que estão imbricadas possuem interesses contraditórios.

Para Singer (2015) existiriam cinco explicações para explicar a crise do governo Dilma. A primeira explicação para o deslocamento da burguesia industrial seria suas próprias características estruturais. A financeirização do capitalismo teria levado a uma financeirização do capital industrial. Com a persistência de uma política de juros altos por vários anos, o próprio capital industrial se restringiu a atividades rentistas na certeza do lucro. Exemplo disso é a dificuldade que as empresas brasileiras industriais passaram a ter devido à crise financeira de 2008. Neste sentido, a burguesia industrial possui uma dupla condição. Por ser produtivista precisa de taxas de juros baixas. Porém por investir no rentismo também precisa de taxas de juros altas. A primeira opção leva-a a fazer alianças com os trabalhadores, a segunda opção faz com que o estímulo às políticas produtivistas tenha que ser de baixa intensidade.

A segunda explicação estaria na luta de classes. As políticas petistas deram força ao movimento sindical. O número de greves e as conquistas em suas reivindicações atendidas cresceram muito nos governos do PT, o que teria afastado a burguesia do governo.²¹

A terceira explicação seria ideológica. O rentismo mobilizou forte aparato de formulação e divulgação de críticas ao produtivismo, o que pode ter ajudado a convencer a burguesia industrial interna. Ademais, as condições objetivas reforçaram tais argumentos devido ao baixo crescimento econômico. Este cenário, então, ajudou a atrair a classe media tradicional e a burguesia industrial.

A quarta explicação estaria na correlação de forças internacionais. O governo teria subestimado o poder da pressão externa. O governo não rompeu com a política da ordem global, que controlaria os capitais obrigando o direcionamento dos investimentos para interesses nacionais. Isso deu brecha para que o capital internacional aumentasse a pressão por políticas rentistas.

²¹ Boito Jr. (2016) defende essa hipótese também.

A quinta explicação é que o governo Dilma abriu diversas frentes de luta ao mesmo tempo, o que teria irritado diferentes setores empresariais e acabou os unificando numa frente única.

As políticas do governo Dilma acabaram deixando os empresários desconfiados de que haveria uma forte intervenção estatal no setor privado e por isso se afastaram. Adiciona-se a tudo isso a operação Lava-Jato iniciada em março de 2014 que enfraqueceu ainda mais o governo. Boito Jr. (2016) lembra que o recuo passivo do governo Dilma diante da ofensiva neoliberal também foi um fator que o enfraqueceu muito. Neste sentido, de acordo com Singer (2015) a burguesia industrial brasileira faria uma espécie de movimento pendular.

Primeiro eles reivindicam um Estado forte que desenvolve políticas que vão beneficiar tanto a burguesia industrial como a classe trabalhadora. Nesse sentido ela se alia aos interesses da classe trabalhadora. Num segundo momento, ela percebe que as políticas estatais fortalecem a classe trabalhadora. E num terceiro momento ela rompe com o Estado desenvolvimentista contrariando os seus próprios interesses devido ao receio de um Estado forte e aliado aos trabalhadores. Neste sentido, ela acaba se aliando ao capital financeiro. Se o governo não mobiliza as classes trabalhadoras e as forças populares acaba ficando isolado e tendo que ceder a pressões. Foi o que aconteceu com o governo Dilma na medida em que não é suficiente intensificar as políticas desenvolvimentistas supondo que com isso obterá apoio da burguesia industrial. É preciso considerar que tal fração tem um caráter pendular e que é necessário medir quais as forças se terá para quando o contra-ataque vier por parte do setor financeiro.

Buscaremos analisar na próxima sessão as políticas desenvolvidas pelos governos petistas na questão habitacional, pois tais políticas contribuíram para a insatisfação de parte da classe trabalhadora que se mobilizou em movimentos sociais como o MTST.

III.4 As políticas habitacionais nos governos petistas

Uma das primeiras medidas tomadas pelo primeiro governo de Lula foi a criação do Ministério das Cidades, órgão encarregado de formular toda política urbana nacional e prestar apoio técnico e financeiro aos governos locais. O Ministério das Cidades seria responsável por promover também uma integração entre as políticas federais de habitação, saneamento e transporte. (ROLNIK, 2015, p. 294)

O novo Ministério foi resultado da luta pela Reforma Urbana promovida desde a década de 1980, inclusive contava em seus cargos com quadros que vieram de tal luta. Esses quadros trouxeram experiências interessantes para dentro do Ministério, como os processos participativos através das Conferências e projetos de autogestão na produção de habitação. Muitas destas experiências foram gestadas durante as próprias gestões petistas da década de 1990, como o caso da administração da prefeitura de São Paulo na gestão de Luiz Erundina. (ROLNIK, 2015)

Uma das propostas advindas da experiência petista era o Projeto Moradia, promovido pelo Instituto Cidadania, que era coordenado por Lula. Esse projeto visava resolver a questão social da moradia, combinado com o crescimento econômico e geração de empregos.

Para a elaboração do projeto foram realizadas várias reuniões com diversos setores da sociedade civil. O projeto foi lançado em 2000, propondo a criação do Sistema Nacional de Habitação. Esse atuaria nos níveis federal, estadual e municipal tendo sua coordenação centralizada pelo Ministério das Cidades. Existiria também um mecanismo de controle social que seria o Conselho Nacional das Cidades bem como conselhos semelhantes nos estados e municípios. A ideia era criar fundos de habitação em cada nível federativo, para assim suprir a produção de moradias para famílias de baixa renda.

Para que isso se efetivasse era necessária a aprovação da lei que instituiria o Fundo Nacional de Habitação, proposta pelo movimento em defesa da Reforma Urbana e que tramitava no Congresso Nacional desde 1991. (ROLNIK, 2015)

Inspirado no modelo do Sistema Único de Saúde, esse projeto de lei propunha um sistema federativo de articulação de orçamentos sob controle social. A política de subsídios previa um mix de recursos não onerosos do Orçamento Geral da União (OGU) e do FGTS para viabilizar o crédito e o acesso à moradia digna para a população de baixa renda. Para concentrar a destinação de recursos do FGTS a famílias de baixa renda, seria indispensável retomar a produção habitacional pelo mercado para atender a classe média, reativando o crédito imobiliário, particularmente o SBPE (recursos da poupança), que não vinha cumprindo os dispositivos legais que exigem a aplicação de seus fundos em habitação. A criação de um fundo de avaliação era considerada estratégica para reduzir os riscos de crédito e os juros. (ROLNIK, 2015, p. 295-296)

Neste sentido, quando o governo Lula iniciou sua gestão, suas primeiras medidas em relação à política habitacional eram efetivação de alguns pontos do Projeto Moradia. A primeira medida foi a própria criação do Ministério das Cidades, posteriormente o

governo realizou a primeira Conferência Nacional das Cidades e instituiu o Conselho Nacional de Habitação que tinha em sua composição ampla participação dos movimentos sociais – exceto do MTST que não acreditava na efetividade desse espaço. Na Conferência já foram tiradas as primeiras diretrizes da política habitacional do governo. (ROLNIK, 2015)

Porém o Ministério das Cidades começaria a enfrentar suas primeiras dificuldades devido a política macroeconômica do governo Lula. Já apresentamos aqui como o governo Lula manteve o pilar das políticas neoliberais no que diz respeito a política financeira em seu primeiro mandato.

A principal fonte de financiamento das políticas habitacionais continuava sendo o Sistema Financeiro de Habitação através dos recursos do FGTS e estes estavam sob comando da Caixa Econômica Federal que, por sua vez, era subordinada ao Ministério da Fazenda, responsável justamente pela política de austeridade do governo.

Ampliou-se o processo e a gestão participativa em relação às políticas urbanas mas não se tinha controle sobre as fontes financeiras. Apenas em 2005 mais recursos passam a ser aportados com a aprovação da resolução n. 460 do Conselho Curador do FGTS, que ampliaria os subsídios para o financiamento para a construção de moradias para a população de baixa renda.

E também apenas em 2005 foi criado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). Ele trazia em si as propostas sugeridas pelo Projeto Moradia, como a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e um conselho para gerir esse sistema. Os recursos do FNHIS são oriundos do Orçamento Geral da União e de outras fontes não onerosas.

O atendimento prioriza as famílias de menor renda, através da concessão de subsídios, com caracterização diferenciada por regiões. Os recursos são utilizados para diversos tipos de intervenção, como produção habitacional, reforma e conversão de imóveis para habitação. Seu repasse ocorreria diretamente para os fundos estaduais e municipais, que se responsabilizariam pela execução dos programas. De acordo com o modelo do SNHIS, o Ministério das Cidades é o gestor do FNHIS e a Caixa, banco público de fomento, é o agente operador. (ROLNIK, 2015, p. 297)

O Fundo seria administrado por um Conselho Gestor Nacional, de composição paritária entre membros do governo e da sociedade civil. O Fundo Nacional de Habitação foi criado apenas em 2006, e com um caráter de fundo orçamentário, ou seja, seus recursos estariam sujeitos a contingenciamentos e regras de licitação. Com isso, o

SNHIS recebeu poucos recursos e até 2008 as ações realizadas foram apenas de apoio a estados e municípios na elaboração de seus planos de habitação e a urbanização de algumas favelas (ROLNIK, 2015).

A Política Nacional de Habitação feita em 2004 previa o estabelecimento de dois subsistemas de habitação: o Subsistema de Habitação de Interesse Social e o Subsistema de Habitação de Mercado. Com a primazia da política econômica sobre a política habitacional, o escolhido pelo governo federal foi o subsistema de mercado.

Desde 2003, o governo operou para ampliar os valores de financiamento habitacional contratados pelo sistema FGTS-SBPE(recursos da poupança), ou seja, o Subsistema de Mercado. Naquele ano, o valor total contratado era de aproximadamente 5 bilhões de reais. Em 2008, na metade do segundo governo Lula, esse valor excedeu 40 bilhões de reais. (ROLNIK, 2015, p. 298)

Uma das grandes dificuldades da política habitacional no primeiro governo Lula, foi a questão do financiamento. A partir de 2005, todavia, com o "escândalo do mensalão" a situação iria se agravar. Após o "mensalão" o governo necessitou de mais apoio por parte de aliados conservadores e, nesse processo de negociação em troca de apoio político, uma das pastas negociada foi justamente a do Ministério das Cidades, que saiu do comando do PT, para ser assumido pelo PP.

Junto com a saída do ministro Olívio Dutra, diversos quadros do movimento de Reforma Urbana também deixaram o ministério. Apesar dessa derrota dos setores populares no Ministério das Cidades, Dilma Rousseff, a futura presidenta do país, assumia a Casa Civil no lugar de José Dirceu que teve sua imagem desgastada pelo episódio do mensalão, enquanto Guido Mantega assumia o Ministério da Fazenda.

Ganhava força nesse cenário aquilo que Singer (2012) chamou de realinhamento da política brasileira, com o afastamento das classes médias do projeto petista e maior adesão das classes populares, e um fortalecimento da política neodesenvolvimentista assim como esboçado por Boito Jr. (2012). Houve um aquecimento do mercado interno através do incentivo ao consumo, principalmente das camadas populares, possível, como já demonstrado, graças à política de valorização do salário mínimo, geração de empregos, programas de transferência de renda como o Bolsa Família e na questão da habitação uma nova política seria chave para essa linha neodesenvolvimentista: o Programa *Minha Casa Minha Vida*.

E como explicar a postura do MTST em relação as políticas habitacionais do primeiro governo de Lula?

Como dissemos foi uma política mais voltada para a ampliação da participação democrática do que necessariamente para a efetiva construção de moradias populares. Isso se deu pelo estrangulamento financeiro pelo qual essa política habitacional foi submetida. Com a troca de comando do Ministério das Cidades e devido a esse arrocho financeiro no orçamento para a política habitacional, muitos militantes envolvidos com a Reforma Urbana se decepcionaram e romperam com o governo Lula. Ou seja, se antes esses setores compunham a frente neodesenvolvimentista (Boito Jr, 2012), parte deles romperam com tal frente e mesmo aqueles que continuaram, devido a forte ligação que possuíam com o PT, viram que não detinham maior força dentro da composição dessa frente e que seus interesses não seriam priorizados.

Pensamos que o MTST não passou por tal processo e nunca se situou nesse campo. O MTST nunca apostou na participação da política institucional de moradia, pelo menos até então, essa era a linha do movimento. Consequentemente não se inseriu no processo de construção das políticas habitacionais do primeiro governo Lula. Consequentemente o movimento apostou muito mais nas formas de ação direta, seja através das próprias ocupações de terra nas periferias urbanas, ou de travamentos de rodovia e manifestações em sedes do governo.

Na nossa hipótese isso se deve à própria origem do MTST, cuja influência do MST é inegável. Diferentemente de outras movimentos de moradia, o MTST não surgiu fruto do processo de Reforma Urbana iniciado no fim do período do regime militar, e que ganhou força na década de 1980. O movimento surgiu na década de 1990, no auge do neoliberalismo, descrente com a participação na via institucional e tendo como foco central da sua estratégia o trabalho de base nas periferias urbanas para acumular forças para a luta anticapitalista. Por mais que a questão da moradia seja uma pauta central do movimento, essa sempre esteve subordinada a uma questão estratégica maior que seria o acúmulo de forças para uma ruptura sistêmica.

Por isso a priorização das ações diretas e a opção pela pressão sobre os governos locais mais do que em relação ao governo federal. Veremos adiante como esse diálogo com o governo federal na verdade demorou a se estabelecer.

III. 5 O Programa *Minha Casa Minha Vida* e a financeirização da questão habitacional

O cenário anterior ao lançamento do *Minha Casa Minha Vida* era de crescimento do crédito habitacional, consequentemente do processo de financeirização da questão habitacional. Muitas unidades eram financiadas com recursos do FGTS e do SBPE e as incorporadoras aproveitavam o capital injetado para adquirir grandes estoques de terra e construir mais unidades habitacionais. (ROLNIK, 2015, p. 300)

A crise hipotecária e financeira dos Estados Unidos impactou fortemente todo o setor imobiliário mundial, inclusive o brasileiro. A possibilidade de quebra desse setor poderia comprometer a estratégia neodesenvolvimentista dos governos petistas. O governo federal chegou a propor a compra de ações de empresas do setor, porém o setor da construção civil se opôs a essa medida, acusando o governo de estatização. Era necessário ter apoio financeiro do governo, mas ao mesmo tempo, liberdade nas formas de gestão e construção.

Com isso as empresas desse setor fizeram um forte lobby sobre o governo para a criação de um pacote habitacional. O pacote daria subsídios diretos para os compradores adquirirem justamente as unidades habitacionais que as construtoras estavam prestes a lançar, mas que estavam ameaçadas devido à crise internacional. É importante destacar que as negociações iniciais entre empresários e governo não passaram pelo Ministério das Cidades e por todo aparato gerido por ele como os conselhos nacionais e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (ROLNIK, 2015). Porém ao chegar a Presidência da república as medidas propostas pelo pacote habitacional dos empresários sofreram um processo de "politização":

em vez das 200 mil casas, propõe construir 1 milhão e aumenta a parcela do programa que deveria ser dirigida aos setores de mais baixa renda - inicialmente eram 20% das unidades, já que o principal foco era o "segmento econômico" (faixas de quatro a dez salários mínimos, a clientela potencial desses produtos). A ideia de acrescentar uma faixa, totalmente subsidiada e por fora do crédito hipotecário, para a baixíssima renda, a chamada "faixa 1", para qual prefeitos e governadores indicariam os beneficiários, já constava de propostas para o "pacote" trazidas pela Caixa. Há alguns anos, a Caixa já operava o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) com modelo operacional semelhante, porém ainda sem esses grandes subsídios. Para a Caixa, utilizar o modelo do PAR seria muito mais simples e rápido do que criar um novo modelo operacional. (ROLNIK, 2015, p. 301)

Essas foram as linhas estabelecidas para a criação do pacote em 2009. Ele passou por uma rodada de reuniões para ser discutido com uma série de segmentos. E nesse processo transformou-se em um programa de governo. O setor de marketing do governo o batizou de *Minha Casa Minha Vida*, programa central na estratégia do governo, porque visava atender uma demanda histórica da sociedade, tinha um forte apelo eleitoral e estimularia o crescimento econômico e geração de empregos. (ROLNIK, 2015, p. 301)

Os movimentos sociais ligados à reforma urbana preocupados com o enfraquecimento do Ministério das Cidades e a articulação dos empresários junto ao governo federal realizaram diversas manifestações para pressionar o governo a incluir demandas no Programa. Entre estas demandas estavam a destinação de construção de moradias por autogestão, melhorias nas formas de financiamento. Um dos resultados dessa pressão foi a criação da modalidade Entidades do Programa *Minha Casa Minha Vida*, que destinaria recursos para a produção de moradias gerida por associações, cooperativas e movimentos sociais.

Essa modalidade Entidades tornar-se-ia uma das principais formas de construção de moradia do MTST e de reivindicação junto ao governo federal. Os movimentos sem terra também conquistaram o Programa Nacional de Habitação Rural para a construção de suas moradias. Porém somando o PNH Rural à modalidade Entidades tinha-se apenas 1% do total dos recursos do *Minha Casa Minha Vida*.

Durante sua aprovação no Congresso o PMCMV recebeu uma quantidade enormes de emendas. Boa parte dessa emendas visava fortalecer o poder de barganha eleitoral dos deputados em pequenos municípios, que a princípio não estavam inclusos na lei que instituiu o Programa. Isso implicou a criação de mais uma modalidade, destinada a cidades com menos de 50 mil habitantes, o *Minha Casa Minha Vida-Sub 50*. Depois dessas várias articulações e modificações o Programa foi lançado em março de 2009. (ROLNIK, 2015)

Boa parte dos recursos do programa acabou ficando nas mãos das empresas construtoras:

O MCMV - Empresas apresenta condições específicas para diferentes faixas de renda, com valores distintos no que diz respeito aos subsídios, aos mecanismos financeiros e comerciais, bem como ao limite de valor das unidades. A primeira faixa (até 1,6 mil reais de renda familiar) oferece um produto quase totalmente subsidiado, construído por empresas privadas, mas distribuído pelos governos locais. Os beneficiários são definidos pelos governos locais com base

em seus próprios cadastros de demanda. Os moradores são obrigados a pagar uma taxa mensal - que corresponde a 5% da renda familiar - para a Caixa, responsável por comprar unidades da empresa encarregada da construção. A diferença entre o custo da unidade e a quantia total paga pelos moradores é coberta por recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), um fundo público alimentado pelo orçamento federal. Os subsídios representam, portanto, a quase totalidade do custo da unidade. A segunda faixa (famílias com renda mensal entre 1,6 mil reais e 3,1 mil reais) também é beneficiada por subsídios, mas em menor grau. Os compradores nessa condição dispõem de um subsídio direto que vai até 23 mil reais, cerca de 20% do limite de preço da unidade no momento da assinatura do contrato. Eles também são beneficiados por linhas de crédito com taxas de juros abaixo das condições de mercado e pela concessão de garantia por um fundo público (Fundo Garantidor da Habitação - FG Hab). Os beneficiários da terceira faixa (renda familiar mensal até 5 mil reais) são apenas crédito mais barato e a garantia do FG Hab. (Rolnik, p. 303 e 304, 2015)

Logo após seu lançamento, as ações das construtoras na Bolsa de Valores tiveram alta. Com isso "o crédito habitacional passou de 1,55% do PIB do país, em 2006, para 3,48% em 2010 e 6,73% em 2013". O Programa beneficiou também fortemente o setor da construção civil. O setor cresceu 47,1% no período entre 2003-2013 e foram criados 2,23 milhões postos de trabalhos formais. A partir de 2010, 1 milhão de moradias foram lançadas por ano no país. Neste sentido, o programa atingiu seus objetivos ao menos do ponto de vista do crescimento econômico e da geração de empregos, o que gerou um enorme capital político para o governo federal e fortaleceu a candidatura de Dilma Rousseff para a sucessão na Presidência da República. (ROLNIK, 2015).

Para ter mais controle e influência na implementação do Programa nos municípios e assim não enfrentar tantas barreiras, a delegação dos empreendimentos para as empresas foi um importante aspecto, pois não era mais uma questão partidária e sim de gestão empresarial. Outro importante aspecto foi o fortalecimento do papel da Caixa Econômica Federal. Ela se tornou o agente financiador, regulador e fiscalizador, responsável por fazer a articulação entre os diferentes entes envolvidos: governo federal, empresas, governos locais e beneficiários. Isso reforçou a centralidade de um agente financeiro na gestão da principal política habitacional do país.

Esse aspecto adotado pelo programa nos municípios, fez com eles deixassem de lado suas próprias políticas habitacionais para focar na realização do *Minha Casa Minha Vida*, deixando de destinar mais recursos municipais para ações em políticas habitacionais. O único papel dos municípios passou a ser gerenciar o cadastro e a

demandas da população em relação ao Programa. Essa gestão dos municípios sobre a demanda gerou para os políticos e gestores locais a não necessidade de investimento financeiro e a possibilidade de angariar um grande capital político tanto para os políticos locais como para o governo federal.

Para Rolnik (2015) os movimentos sociais de moradia, apesar de terem uma pequena participação nos processos decisivos e também na conquista das moradias produzidas, tiveram alguns de seus interesses atendidos satisfazendo parte da demanda da sua base. Para a autora através da participação nos conselhos os movimentos "passaram a integrar o jogo do controle da distribuição dos ativos políticos do governo, juntamente com lideranças e grupos partidários que compõem sua base" (ROLNIK, 2015, p. 309).

Segundo nossa análise, não se trata do caso do MTST, pois como afirmamos o movimento em sua linha estratégica optou por não participar dos conselhos, o que o coloca num aspecto diferente desse jogo político. Se de fato, o programa *Minha Casa Minha Vida* - Entidades significou uma possibilidade do movimento satisfazer a demanda de sua base e consequentemente permitiu um crescimento político expressivo do movimento, a forma de negociação não foi através da política institucional, mas sim através das ações diretas, sendo organizadas diversas jornadas de luta para pressionar o governo federal como veremos mais adiante.

O *Minha Casa Minha Vida* tornou-se um trunfo político para o governo federal, sendo um dos responsáveis pela eleição e reeleição de Dilma Rousseff.

As outras fases do programa são lançadas em períodos logo após os processos eleitorais, o MCMV-2 em 2011 e o MCMV-3 em 2014. Ao todo foram contratadas 3,5 milhões de unidades e entregues 1,7 milhão de casas.

Para Rolnik (2015) a política habitacional do primeiro governo de Lula, que tinha uma maior ligação com os interesses dos movimentos sociais, foi descartada em troca de uma política para salvar as incorporadoras financeiras e gerar capital político. Ademais, a autora ressalta a submissão das políticas habitacionais à lógica financeira. O caráter do programa reflete a forma histórica de acumulação do capitalismo brasileiro, em que o setor privado depende dos recursos do Estado para alavancar sua produção.

O forte poder que as construtoras têm no Projeto gerou alguns efeitos perversos. Exceto a modalidade Entidades que possui suas especificidades, o desenho do projeto, sua execução e localização do terreno estão todos nas mãos das empresas, que tomam as decisões em relação a esses processos visando a rentabilidade. Uma vez que o preço da

unidade habitacional que o governo irá pagar para as empresas já está previamente estabelecido, as empresas buscam ao máximo enxugar custos no processo da construção e na aquisição do terreno. Por esse motivo boa parte das unidades habitacionais produzidas pelo MCMV eram extremamente padronizadas, seguindo as mesmas tipologias de construção. "O resultado dessa equação financeira é a construção de megaempreendimentos padronizados inseridos nas piores localizações das cidades, isto é, onde o solo urbano é mais barato." (ROLNIK, 2015, p. 310).

Para maximizar seus lucros as construtoras priorizaram a construção de grandes conjuntos habitacionais, gerando assim enormes bolsões de moradia popular, construídos muitas vezes em uma mesma região. Além disso, a disponibilidade de crédito injetado pelo governo no setor fez com que as construtoras adquirissem terras e montassem grandes estoques, elevando os preços imobiliários, principalmente em regiões com mais equipamentos públicos e em áreas centrais ou pretendidas para a expansão de grande projetos comerciais²².

Neste sentido, se por um lado o MCMV concedeu subsídios significativos para os trabalhadores mais pobres através do Faixa 1, por outro lado reforçou a lógica da segregação urbana seja pelo aumento que gerou no preço da terra urbana e dos aluguéis, seja pelos locais escolhidos para a construção dos empreendimentos. Mais uma vez os trabalhadores eram jogados nas periferias das periferias, tendo acesso a infraestrutura urbana precária.

Esse aspectos reforçam algumas hipóteses levantadas. Primeiro de que a fração da burguesia interna, ao menos em sua parte ligada ao setor imobiliário e da construção civil, estava fortemente imbricada com o setor financeiro e com o capital internacional. A complexidade da composição desses setores, nos leva a questionar a composição do bloco no poder da frente neodesenvolvimentista.

Em segundo lugar, os resultados produzidos pelas políticas habitacionais encabeçadas pelos governos petistas contribuem para gerar inquietude em parte da classe trabalhadora, tal como apontara Braga (2012). O MTST então teria sido expressão dessa inquietude. Trataremos disso a seguir.

²² Isso levou as construtoras a escolherem terrenos em regiões periféricas e com pouca infraestrutura, devido ao baixo valor que esses terrenos possuíam.

III. 6 A atuação do MTST durante os governos petistas

Em 2003, o MTST realizou sua primeira ocupação no ABC paulista, na cidade de São Bernardo do Campo. Era também o primeiro ano de mandato de Lula como presidente do Brasil. A ocupação ocorreu em um terreno da Volkswagen e foi batizada como “Santo Dias” em homenagem a um operário morto em um piquete de greve em 1979. Com 4.000 famílias próximas a mais duas grandes rodovias (Imigrantes e Anchieta), a ocupação obteve grande repercussão. (Simões et al., p. 27 e 28, 2017)

Em relação ao aspecto organizativo o movimento continuava aprimorando seu método e buscando melhorar a organização do seu acampamento diante da grande quantidade de famílias.

Dentro do acampamento, cada vez maior, os militantes dividiam os acampados em grupos que levavam o nome de “brigadas”. No Santo Dias eram cinco: Terra e Pátria Livre, Paulo Freire, Che Guevara, Rosa Luxemburgo e Liberdade (MIAGUSKO, 2008, p. 30). Essas brigadas tinham a tarefa de montar coletivos para a organização do dia a dia, montar as cozinhas comunitárias, os banheiros, abrir as ruas, cuidar da disciplina, da recepção da imprensa, de apoiadores, da formação política, dos espaços coletivos para as assembleias e reuniões, etc. (GOULART, 2011, p. 39)

O início do primeiro governo de Lula foi marcado pelo crescimento do desemprego, chegando a uma taxa de 13% em junho de 2003 (GOULART, 2011, p. 37), o que fez com que a ocupação se massificasse espontaneamente, pois muitos trabalhadores estavam sufocados devido ao desemprego e não podiam mais pagar aluguel.

Naquele momento ainda não existia no país uma política pública de moradia de grande porte. Os governos do PT em seus primeiros anos no governo federal, trabalharam a pauta da moradia mais no que diz respeito a participação e democratização como já apontamos aqui. Apesar dos avanços na política habitacional, a falta de construção de moradias a nível federal, fez com que o movimento voltasse suas reivindicações principalmente para o governo do Estado através da CDHU.

No recente cenário de vitória de Lula, o temor por parte da sociedade do estabelecimento de um caos social ainda existia. Como o governo dava indicações de apoio aos movimentos sociais, como no caso do MST, a imprensa noticiava que o perigo estava posto e que os movimentos sociais deveriam ser tratados como criminosos e receber a devida repressão. Em relação ao MTST a imprensa fazia uma associação

direta com o MST, alegando que ambos não estavam abertos ao dialogo e a busca de alternativas pacíficas (GOULART, 2011, p. 37).

Diante dessa pressão da imprensa e de setores da sociedade preocupados com a possível ascensão dos movimentos sociais, a resposta do governo do estado de São Paulo foi a repressão e criminalização. Era necessário garantir a ordem vigente dispersando a qualquer custo os supostos criminosos. Um episódio contribuiu para aumentar ainda mais o discurso de criminalização em relação ao movimento. O fotografo Luiz Antonio da Costa foi assassinado na porta da ocupação, após o assalto a um posto de gasolina próximo da ocupação, onde os assaltantes fugiram para o local da ocupação e efetuaram um disparo. Até se esclarecer o caso, a imprensa aproveitou para levantar suspeitas de que o disparo poderia ter vindo de dentro da própria ocupação e de que esta era habitada por criminosos.

Rapidamente a liminar de despejo foi concedida e o movimento não conseguiu nenhum tipo de negociação junto aos governos municipal e estadual, que permaneciam na postura da repressão e criminalização. O movimento buscou também uma intermediação junto ao governo Lula por meio do Ministério da Cidades mas não obteve nenhuma resposta. Mais um episódio que indica que o MTST não estava incluso no arco de composições do governo. Em agosto o despejo aconteceu, contando com um enorme contingente de policiais e expulsando todas as famílias em apenas 5 horas. (Goulart, p. 41, 2011) Diante desse despejo mais uma vez o movimento e suas famílias entravam em um processo de peregrinação e tentativas de arranjar um novo lugar para as famílias. Passou em todo esse período um forte processo de repressão pelas autoridades públicas da cidade e pela força policial. As famílias foram acolhidas em uma quadra da Gaviões da Fiel, mas não foram contempladas por nenhuma política pública.

Em 2004 ocorreu também em São Paulo uma ocupação denominada Rosa Luxemburgo. Havia dúvidas se a área pertencia ao município de São Paulo ou ao município de Osasco, o que dificultava as negociações. Outra questão que trouxe dificuldades para o movimento foi a propriedade da área. O movimento acreditou que uma editora ligada à igreja católica seria proprietária da área, o que poderia facilitar o apoio e a consolidação da ocupação. Mas os proprietários eram na verdade um grupo de investidores norte-americanos. Embora a ocupação tivesse cerca de 4.000 famílias, o despejo não tardou a acontecer. O MTST ainda tentou negociar com a prefeitura de São Paulo sob comando de Marta Suplicy (PT), mas também não obteve sucesso em evitar o despejo. Esse despejo, somado àqueles do Santos Dias e do Carlos Lamarca, colocou o

movimento numa situação de muito desgaste. Afinal, ocupava-se uma área, atraí-se um grande número de famílias, e com o despejo as famílias se dispersavam, e a organização do movimento voltava para o estágio inicial de mobilização.

Em primeiro lugar os sucessivos despejos; formou-se uma espécie de ciclo que se consolidou sem que o MTST tenha sido capaz de quebrá-lo: ocupação – projeção política – despejo. Durante o período em que o acampamento permanece no terreno ocupado, o Movimento consegue realizar o trabalho de organização interna e mobilizações massivas, por vezes com potencial importante de intervenção numa conjuntura (como no caso do acampamento Santo Dias em 2003). Mas com o despejo há uma dispersão da base social e a minoria que permanece organizada desgasta-se na dura convivência em alojamentos provisórios sendo um período igualmente desgastante para a militância. Depois da ocupação Anita Garibaldi (2001) todas as outras experiências do MTST na Grande São Paulo exemplificaram este ciclo, com períodos cada vez menores entre a ocupação e o despejo: acampamento Carlos Lamarca (quatro despejos entre 2002 e 2003), acampamento Santo Dias (despejado em menos de um mês) e o acampamento Rosa Luxemburgo (despejado após onze dias, em 2004). (Apud SILVA, 2014, p. 82)

Diante destas derrotas e da repressão, o MTST viveu, então, um momento de crise, sendo cogitado inclusive o encerramento de suas atividades. Com poucos militantes que restaram na luta, o movimento se reorganizou e neste momento, muito provavelmente, tenha se separado totalmente do MST. Não investigamos de forma sistemática qual foi o motivo deste total desligamento e autonomia em relação ao movimento sem terra, mas é plausível supor que a constituição do MST como força de apoio dos governos petistas estaria na raiz. Enquanto o MST se aproxima do PT o MTST tinha até então pouco diálogo com esses governos.

Doravante o MTST passa por mais um processo de reorganização interna e busca sistematizar toda a experiência acumulada até então. A ocupação Santo Dias, apesar de ter sofrido despejo, ganhou grande repercussão e atraiu novos militantes para o movimento. Juntando esses militantes com os poucos que restaram após esse ciclo de despejos, o movimento buscou realizar um processo de formação política interno e sistematizar esta experiência em sua Cartilha de Princípios:

O MTST luta por moradia, é um movimento de sem-teto. O direito à moradia digna é uma bandeira central do nosso movimento. Mas não é única: o trabalhador que não tem acesso ao direito de morar dignamente - o sem teto - também não tem o direito à educação, ao atendimento de saúde, ao transporte coletivo, à infra-estrutura básica em seu bairro e a muitas outras necessidades. Por isso, afirmamos que o MTST não é um movimento de moradia. Lutamos por moradia, mas entendemos que esta luta é parte de uma luta maior por condições de

vida dignas. É aqui que entra nossa proposta de uma Reforma Urbana. Defendemos uma transformação profunda no modo como as cidades estão organizadas. Hoje as cidades servem para dar lucro e são gerenciadas como uma empresa pelos governantes. Há gente que ganha bilhões com a expulsão dos trabalhadores para as periferias e com a precariedade dos serviços públicos. Expulsando os mais pobres do centro, os especuladores de terra e empreiteiros veem seus condomínios de luxo, prédios de escritório e outras obras se valorizarem cada vez mais. Mantendo a saúde pública precária, ganham as empresas de planos de saúde; mantendo a educação pública precária, ganham os donos de escolas particulares; mantendo transporte público precário, ganham as grandes empresas de produção de automóveis; e assim por diante. Assim, a bandeira de uma Reforma Urbana profunda e popular torna-se uma luta fundamental contra os interesses do capital. (CARTILHA DE PRINCÍPIOS, 2005, p.4)

De acordo com Silva (2014) nesse processo de reorganização um novo aspecto começou a ser considerado pelo movimento: a possibilidade e o tempo de permanência no terreno. O movimento identificava que permanecer mais tempo na ocupação possibilitava maiores chances de se consolidar ou gerar um acúmulo político duradouro (isso mudaria posteriormente, não importando mais o tempo de permanência no terreno, mas sim o aspecto de continuidade na mobilização das famílias). Para isso era necessário analisar o nível de influência de agentes externos, como os proprietários, tentando escolher áreas onde isso fosse menor, consequentemente diminuindo as chances do despejo.

A partir desse processo de reorganização o MTST realiza uma nova ocupação, que pode ser considerada como um “corte” histórico na trajetória do movimento: a ocupação Chico Mendes, em Taboão da Serra.

Taboão é a típica cidade de região metropolitana: parte significativa de sua população trabalha em São Paulo e volta ao fim do dia para um território “mais barato”, mas também mais distante e com precária infraestrutura. A ocupação, localizada quase na fronteira com o bairro paulistano do Campo Limpo, cresceu e tornou-se referência na região. A ocupação Chico Mendes ocorreu em outubro de 2005, num terreno da Cooperativa habitacional Paulicoop. No terreno havia dois prédios abandonados que não foram entregues pela cooperativa aos seus compradores. Por esse motivo existiam diversas ações judiciais contra a Cooperativa e a mesma possuía uma dívida elevada com a prefeitura. Essa situação colocava o movimento em posição favorável para a negociação do terreno (GOULART, 2011).

Rapidamente o acampamento atingiu 1.300 famílias e revelava o processo de acúmulo que o movimento obteve em relação à organização. Foi criada uma Brigada de Guerrilha Cultural, que realizou diversas atividades no acampamento, como a realização e exibição de filmes.

Nos primeiros dias, ergueram-se os barracos, as cozinhas coletivas, a ciranda (espaço para atividades educacionais e com as crianças e jovens), o barracão coletivo (espaço para reuniões).

Elegeram-se as coordenações dos setores de infraestrutura (organização da estrutura física e acesso à água e luz), cultura, educação e formação política (implantação da ciranda, cursos, reuniões e assembleias), disciplina (portarias, acesso ao acampamento, construção e obediência às regras coletivas) e negociação (contatos externos e negociação com os governos). (GOULART, 2011, p. 45)

A Brigada Cultural realizava também diversos saraços e eventos hip-hop, promovendo assim a ocupação para além do próprio e espaço, atraindo moradores das comunidades em volta, conseguindo apoios diversos, como por exemplo estudantes universitários. Foi dessa época também a construção com a Associação Periferia Ativa (APA), o que fortaleceu o vínculo do movimento com comunidades periféricas de São Paulo (GOULART, 2011)

Data desse mesmo período a criação da Associação Periferia Ativa, uma rede de referências e lideranças territoriais que, junto com as coordenações do MTST, discutiam e mobilizavam suas comunidades para lutas além de moradia: contra despejos, por creches, por asfalto, contra a violência policial, pela tarifa social de energia elétrica, contra os incêndios criminosos em favelas e outros problemas. Foram dezenas de mobilizações a partir dos territórios, que ajudaram a caracterizar o MTST como uma referência de luta nas periferias da Grande São Paulo. (SIMÕES ET AL., 2017, p. 31)

Durante o período da ocupação Chico Mendes o movimento realizou diversas manifestações para pressionar o governo, inclusive inovando nas formas de ação como um ato que ocorreu em frente a uma loja da Daslu, cuja proprietária foi presa na época. Desse período se destacam também os atos de acorrentamento de militantes em frente ao Palácio do Governo do Estado, ação que durou quinze dias, e a greve de fome realizada em dezembro de 2005, em frente ao apartamento do presidente Lula em São Bernardo do Campo (GOULART, 2011).

Durante três dias, o Movimento recorreu a uma tática extremada para chamar a atenção do poder público para um despejo iminente. Tratou-se de uma vitória parcial ao conquistar em negociação junto à prefeitura uma alternativa para as famílias que seriam desabrigadas: o auxílio aluguel. O governo federal ficou responsável pela construção de

800 apartamentos, via Caixa Econômica Federal, que futuramente viriam a ser o condomínio João Cândido, construído pela modalidade Entidades do Minha Casa Minha Vida. Esse episódio também revelou uma postura combativa do movimento em relação ao governo federal, diferente de outros movimentos de moradia que preferiam a participação institucional ao invés da ação direta como adotava o MTST (SIMÕES ET AL., 2017).

Com esse acordo firmado com os governos, o movimento se retira do terreno, uma vez que o proprietário não teve interesse em negociar a área. A escolha e a procura do terreno onde seriam construídos os apartamentos ficaria a cargo do próprio movimento (GOULART, 2011).

Nessa fase o movimento também aperfeiçoou o seu método de organização. Foram criados os núcleos territoriais. Diante do grande poder dos proprietários e da força repressiva do Estado, o movimento ficava num ciclo que tendia a sempre recomeçar sua mobilização a partir do estágio inicial: reuniões de base, ocupação, despejo sem conquista, reuniões de base... Com os núcleos, a ideia era manter a organização de base, mesmo fora dos terrenos ocupados, em reuniões periódicas em locais públicos.

A partir dessas reuniões, várias mobilizações poderiam ocorrer, levando as famílias a lutar pela conquista de suas moradias mesmo não morando em ocupações (SIMÕES ET AL., 2017). Esse método organizativo foi aplicado com as famílias do Chico Mendes que estavam deixando o terreno para esperar a construção dos apartamentos. Todavia, o processo de escolha do terreno e início da construção das moradias enfrentava diversos entraves burocráticos por parte do governo municipal e o movimento começa a entrar mais uma vez num processo de morosidade para efetivar sua vitória, o que gerava um desgaste perante sua base social.

Nesse mesmo período ocorre a ampliação do MTST com um processo de estadualização. Entre 2006 e 2007, o MTST iniciou um processo de reconstrução de sua atuação em duas regiões: Campinas e ABC, além da região Sudoeste da Grande São Paulo que a essa altura estava basicamente consolidada. Em 2007, o MTST realizou uma das suas mais importantes ocupações naquela região: a ocupação João Cândido que, apesar de permanecer apenas dois meses no terreno, foi uma das mais intensas experiências produzidas até então. Foram diversas mobilizações, com destaque para a “Marcha dos 5 mil” (SIMÕES ET AL., 2017).

A ocupação João Cândido ocorreu em Itapecerica da Serra na região do Vale Velho, no distrito de Capão Redondo e iniciou-se com 500 famílias. A área ocupada totalizava 1,2 milhão de m². Mais uma vez, rapidamente o acampamento cresceu alcançando em poucos meses cerca de 3.000 famílias. Nessa ocupação o movimento mantinha a estratégia da realização das atividades culturais e também ações conjuntas com as comunidades do entorno através da Associação Periferia Ativa. Nessa época houve a realização do I Seminário da Associação Periferia Ativa. Alguns parceiros do movimento participaram desse Seminário, tais como a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e o Sindicato dos professores da rede oficial de ensino do estado de São Paulo, indicando o campo político em que o MTST estava inserido na época: aliado a setores mais à esquerda e que faziam oposição aos governos petistas, inclusive participando de manifestações nacionalmente. Nessa mesma época o movimento também intensificou a radicalização de suas ações, realizando diversos travamentos de rodovias federais.

Apesar do fortalecimento, o MTST continuava tendo dificuldades de negociação com os governos locais e com o governo do estado. Foi nesse contexto que foi realizada a "Marcha dos 5 mil", saindo da ocupação e indo até o palácio do governo do estado. A marcha foi impedida pela Polícia Militar, mas depois de muita pressão o movimento conseguiu abrir as negociações com o governo do estado. Mesmo assim, mais uma vez o movimento entrava num ciclo de demora das negociações e nenhuma obtenção de conquistas. Diante desse cenário realizou diversas manifestações, utilizando de outras estratégias: travamentos, acorrentamentos, ocupações de praças públicas, entre outras. As famílias foram despejadas da área e transferidas para outra na Vila Calu. Também não permaneceram nessa área, mas, segundo Goulart (2011), através da organização dos núcleos territoriais continuaram o processo de manifestações e pressionaram os governos até obterem a vitória para a construção do condomínio João Cândido, incorporando militantes de diversas outras ocupações.

Esse cenário de dificuldades pelas quais o movimento passou de forma recorrente, mesmo com força significativa, constituiu na nossa hipótese reflexo da ausência de políticas habitacionais por partes dos governos, inclusive do governo federal sob as gestões petistas.

Este percurso do MTST fez com que se consolidasse um processo de referência comunitária em diversas regiões e cidades do estado de São Paulo, possibilitando assim a estadualização do movimento.

Até então o movimento só realizava uma ocupação por vez, uma ocupação por ano ou uma a cada dois anos. Em 2008 essa tática mudou, de tal modo que o movimento realizou três ocupações concomitantemente. Foram realizadas ocupações nas cidades de Campinas, Embu das Artes e Mauá, com os acampamentos respectivamente: Frei Tito, Silvério de Jesus e Terra e Liberdade.

Nos três processos ocorreram derrotas. Porém, foram derrotas momentâneas, que tornaram o MTST um movimento mais coeso e focado no que diz respeito à atuação de sua militância. Nas três regiões, novas ocupações ocorreram, proporcionando grande saldo organizativo. Coincidemente, trata-se das regiões com as maiores conquistas do MTST no estado: na região do Embu (que compreende Taboão, Itapecerica, Zona Sul de São Paulo) conquistou-se alguns terrenos e o compromisso do governo estadual para a construção de unidades, que viriam a colaborar para a efetivação da construção do condomínio João Cândido. No ABC, após um processo de ocupações principalmente em Santo André e atuação em comunidades de São Bernardo do Campo, Mauá e Diadema, o MTST tornou-se referência de luta e também de vitória com a construção (em andamento) dos condomínios Santo Dias e Novo Pinheirinho para 910 famílias. Na região de Campinas, na cidade de Sumaré, a ocupação Zumbi dos Palmares promoveu um processo de lutas que resultou na construção de quase 2.000 casas populares no bairro do Matão. (SIMÕES ET AL., 2017)

Para Goulart (2011) em paralelo à estadualização ocorreu também um processo de nacionalização. O MTST começou a se aproximar de outros movimentos no âmbito nacional os quais tinham características similares, a saber, "[...] a proximidade nas formas de ação (utilização da ocupação como instrumento de luta), a proposta organizativa (estrutura horizontal de decisão) e as relações com o Estado (autonomia em relação ao aparelho estatal) " (GOULART, 2011, p. 55).

Dessa iniciativa surge o *Manifesto Popular 28 de Março* (2008) que fazia fortes críticas as políticas neoliberais, ao governo federal, principalmente ao Programa de Aceleramento do Crescimento (PAC) e ao Ministério das Cidades.

Hoje, o povo pobre de vários cantos do Brasil se levanta num único gesto de resistência contra as condições de vida miseráveis que nos afetam. São ações desenvolvidas por movimentos populares em nove estados do país com o objetivo de fazer valer nossos direitos e fazer ouvir nossa voz. São milhares de favelas, de cortiços, de áreas de risco em que vivemos indignamente. (...) É essa dignidade que transformamos hoje em ocupações de todos os tipos, exigindo e reivindicando todos os direitos que ficaram esquecidos, mortos nas leis e que faremos reviver nas lutas do povo pobre. (...) Ao povo

sobram migalhas, apresentadas num jogo de ilusões como grandes políticas públicas. Os vultuosos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tem alegrado muito mais os empresários da construção civil e do ramo imobiliário do que o povo que necessita de moradia. Uma Política de Reforma Urbana que tenha como prioridade os interesses populares nunca foi agenda de nenhum governo e Lula apenas aprofundou este caminho, que mata pela violência, pela fome, pelo cansaço, pela enchente, pela falta de habitação, etc. O Ministério das Cidades e seus "espaços de participação", apresentados como avanços na efetivação de uma política urbana democrática, não representaram nenhum grande passo na solução de nossos problemas. Ao contrário, reproduzem uma forma burocrática e elitista de se tratar as questões urbanas. Neste sentido, nossas ações de ocupação em todo país são a única forma de sermos ouvidos e atendidos. (Apud GIAQUINTO, 2016, p. 78)

O movimento expressa suas críticas ao governos petistas, alertando para a ineficácia de suas políticas habitacionais, bem como aos espaços participativos do Ministério das Cidades, como os conselhos geridos por ele, revelando que de fato a via da participação nesses conselhos não era o caminho adotado pelo MTST.

As reivindicações, portanto, estão centradas na criação de uma política habitacional baseada em subsídios estatais e em desapropriação de imóveis, segundo constatação de sua função social, bem como de uma política de transporte e creches públicas e a aplicação das tarifas sociais nos serviços públicos como água, esgoto e luz. (GOULART, 2011, p. 55)

O manifesto ocorreu em sete estados e teve como formas de ações principalmente a ocupações de prédios públicos, travamento de rodovias e a realização de marchas e atos.

Este manifesto era um indicativo daquilo que viria a ser a Frente de Resistência Urbana formada em 2009 por diversos movimentos sociais de luta por moradia. É também um processo inicial de nacionalização do MTST que posteriormente foi incorporando em sua organização alguns desses movimentos que compunham a Frente. Enfim, é em maio de 2009 que o movimento decide efetivar sua nacionalização, agrupando assim forças sociais que já tinham uma dialogo com o movimento desde o inicio dos anos 2000, mas agora buscando unificar os princípios políticos e as formas de atuação.

Naquele mesmo ano, mais uma vez o MTST realiza protestos em frente ao prédio onde morava o então presidente Lula. O acorrentamento de dez militantes tinha como objetivo evitar o despejo em Sumaré e surtiu algum efeito, na medida em que o governo federal começou um processo de diálogo com o movimento. Goulart (2011)

aponta que nessa manifestação o MTST reivindicava tornar-se beneficiado pelo programa MCMV bem como a intervenção do governo federal junto aos processos das ocupações existentes em todo país. O movimento não só conseguiu a participação no MCMV como também a liberação de recursos do governo federal para efetiva a construção de moradias atendendo a demanda de algumas de suas ocupações.

Ainda no segundo semestre de 2009, participa da Jornada Nacional de Lutas organizada pela Resistência Urbana - Frente Nacional de Movimentos que congregava movimentos populares em oito estados do país. De acordo com Goulart (2011) a frente era também crítica às políticas habitacionais dos governos petistas e também reivindicava os seguintes pontos:

Não à criminalização das ocupações urbanas. Moradia não é caso de polícia. Contra as milícias privadas de empresários e policiais. Por uma Política Urbana de regularização fundiária das ocupações e assentamentos, desapropriação de imóveis que não cumpram a função social, e subsídios para moradias populares de forma a atingir o povo organizado coletivamente. Por investimento público nos direitos do povo pobre: fim imediato da Desvinculação das Receitas da União (DRU) para todas as áreas sociais, que já retirou R\$ 45,8 bilhões da Educação, e fim do Superávit Primário. Por investimentos em políticas de geração de emprego e renda, não repasse de recursos às indústrias e empresas que demitam trabalhadores. (NA LUTA..., 2009 apud Goulart, 2011)

Após o lançamento do Programa *Minha Casa Minha Vida*, em março de 2010, a Resistência Urbana, organizou uma nova jornada de luta denominada: Minha Casa, Minha Luta, denunciando os diversos aspectos negativos do programa. Com a financeirização da construção de moradias, o fortalecimento das construtoras, além do subsídio para as faixas mais pobres ser insuficiente para acabar com o déficit habitacional ou combatê-lo de uma maneira significativa, em setembro do mesmo ano o MTST realizou o seu I Encontro Nacional, reunindo militantes dos estados Pará, Roraima, Amazonas, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal.

No que diz respeito à relação do movimento com o Programa *Minha Casa Minha Vida*, algumas considerações são necessárias. As críticas ao programa não se resumiram à realização da jornada de lutas promovida pela Resistência Urbana. Internamente, o movimento elabora documentos expressando que o programa tinha como objetivo atender somente aos interesses do capital imobiliário não resolvendo o problema da moradia no país. A descrença na capacidade do Programa era também um

dos motivos que levou o MTST a continuar apostando na ação direta para pressionar os governos (LORENA, 2012).

Embora tenha expressados críticas e se mobilizado, o MTST não se negou a participar e ser beneficiado pelo Programa. De certo modo era uma possibilidade de atender à demanda de sua base social e consolidar o movimento.

Se o movimento demonstra ceder ao programa ao se incorporar, [...], ele não abre mão de seus objetivos estratégicos e quanto às demandas de curto prazo, busca uma superação dos limites qualitativos dos projetos implementados para a faixa de renda de sua base social. Podemos perceber, que o MTST comprehende a importância simbólica que o programa tem para sua base social e como o governo tem articulado isso para angariar votos entre a classe trabalhadora. A tentativa de abranger o significado do programa para os sem-teto e trabalhar suas “brechas”, buscando implementar espaços onde o poder popular possa ser exercitado, nos parece uma articulação que pode trazer saldos positivos, tanto em conquistas, quanto em organização. (GOULART, 2011, p. 204)

As lideranças do MTST tinham clareza que, por meio de estratégias de marketing, o programa ganhara ampla adesão nas classes trabalhadoras. Consequentemente ao se negar participar do Programa, o movimento poderia gerar um desconforto com sua base social. Por sua vez, se o programa teve uma boa adesão entre os trabalhadores, isso também gerava uma série de expectativas, que poderiam ser trabalhadas para ampliar sua capacidade de mobilização social.

Como assinalamos acima, uma das novidades do programa MCMV foi a modalidade entidades. Segundo Blinkstad et al. (2013)

Cinco meses depois do lançamento do Programa, e como resultado da pressão dos movimentos sociais de luta por moradia, o governo lançou o Minha Casa, Minha Vida - Entidades. O Minha Casa Minha Vida – Entidades (MCMV-E) é uma modalidade pequena, na qual só podem ser contempladas famílias com renda mensal de até R\$1600,00. O MCMV-E representa 3% do financiamento total do MCMV e consiste na destinação de recursos públicos para moradia popular que são geridos por entidades da sociedade civil. Sua principal diferença em relação ao Programa como um todo é o papel central assumido por movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil – intituladas “Entidades Organizadoras” (EOs) – na execução da política. No MCMV-E, o protagonismo é dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil. São eles que elaboram a proposta de intervenção habitacional, desde a compra do terreno à seleção das famílias a serem beneficiadas. (Apud GIAQUINTO, 2016, p.)

A modalidade Entidades também não resolveria o problema habitacional, mas se tratava de uma vitória política dos movimentos sociais. Para o MTST significou mais um salto qualitativo na sua capacidade de organização. Todo o processo de gestão do

Entidades estava nas mãos da entidade gestora, desde a elaboração do projeto, escolha do terreno e principalmente a seleção das famílias. Com essa capacidade de seleção das famílias foi possível indicar aquelas que participavam da luta há anos mas nunca conseguiam conquistar sua casa devido à burocracia e morosidade enfrentada nos municípios como já descrevemos aqui. Consequentemente algumas conquistas do movimento através do Entidades ajudaram a atrair um maior número de famílias para suas ocupações.

Para indicar quais seriam as famílias que teriam prioridade na conquista das moradias, o movimento desenvolveu um sistema de pontuação para controle interno. Diferente de outros movimentos sociais, o MTST não cobrava taxas financeiras, mas controlava presença tanto nas atividades organizativas internas das ocupações como também nas manifestações que realizava. Com isso foram priorizadas no processo da conquista as famílias que mais estivessem ativas nas lutas promovidas pelo movimento.

Esse sistema de pontuação pode ser questionado do ponto de vista de não ser um recorte meritocrático para a conquista da moradia popular. De fato esse sistema pode levar para esse caminho, mas tudo isso depende da capacidade organizativa do movimento, de formação política de seus militantes e da postura ideológica que ele adota. Boa parte da bibliografia produzida sobre o MTST aponta que, apesar de ter aderido ao MCMV-Entidades, ele não perdeu seu caráter combativo perante ao Estado e crítico as políticas dos governos petistas. Na verdade utilizou seu maior acumulo de forças para pressionar ainda mais esses governos, inclusive exigindo mudanças em relação ao MCMV.

Varias foram as ações que apontam neste sentido. Em 2012 o movimento ocupou o Ministério das Cidades e essas ocupações se repetiram por diversas vezes nos anos seguintes.

Entre 2013 e 2014 junto com outros movimentos da Resistência Urbana, o MTST realizou diversas manifestações criticando os impactos causados pelos megaeventos no país. Como afirma Rolnik (2015) esses eventos promoveram uma enorme valorização do solo urbano, causando diversas remoções forçadas para a construção de empreendimentos onde antes moravam comunidades tradicionais, injetando recursos oriundos do Estado no setores ligados ao capital imobiliário. Toda essa lógica fortaleceu ainda mais a segregação no espaço urbano.

Em 2011, o MTST ocupa o Ministério dos Esportes e em 2012 as obras do Itaquerão. Em junho de 2013 a Resistência Urbana realizou um ato conjunto com o

Comitê Popular da Copa. E, em maio de 2014, a Resistência Urbana realizou uma nova jornada de lutas nacional, com o nome: "Copa Sem Povo, tô na Rua de Novo".

Naquele mesmo ano, o MTST realiza uma ocupação distante 3 km da Arena Corinthians, onde seria a estreia da Copa do Mundo. A ocupação foi batizada de Copa do Povo e obteve grande repercussão nacional, jogando o movimento num novo patamar de visibilidade e poder político, gerando desgastes para o governo Dilma. O governo teve que ceder e o movimento conquistou algumas importantes vitórias, como mudanças nas regras do MCMV que seriam incorporadas a partir do MCMV-3 e também a criação da Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos.

Em função das contradições geradas pelas políticas habitacionais dos governos petistas e influenciados pelo impacto das manifestações de junho de 2013, grande quantidade de trabalhadores das periferias começaram a ocupar vazios urbanos ociosos.

Aí vem junho de 2013 e mobilizações pelo país todo. Qual foi o recado deixado? Na nossa avaliação, foi que quando o povo se mobiliza e vai pra rua, tem resultado. Afinal, a passagem abaixou. A partir de julho e agosto começam a pipocar ocupações nas cidades brasileiras de forma espontânea. Não foram os movimentos que previram isso. Os movimentos foram levados, inclusive... Acontece que teve uma convulsão social e abriram-se as comportas das ocupações. Só na cidade de São Paulo são mais de 100 ocupações de julho de 2013 para cá. (BOULOS, 2014).

Muitas dessas ocupações foram espontâneas e posteriormente procuraram o MTST para ajudar e assumir a organização dos acampamentos. Uma das maiores ocupações do movimento foi realizada nesse contexto, a Vila Nova Palestina, chegando ao número de 8.000 famílias acampadas. (SIMÕES ET AL., 2017, p.47)

Concluímos então que, se nos governos de Lula, já havia um processo de fortalecimento do MTST por apostar no trabalho de base e manter uma postura autônoma e crítica a esses governos, no primeiro governo Dilma quando a crise financeira se intensifica, isso gerou um cenário de colapso urbano. Este cenário aumenta significativamente a capacidade de mobilização e poder político do MTST que vinha acumulando experiências em seu método organizativo por quase vinte anos nas periferias brasileiras.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fração de classe que compõe a base social do MTST é resultado de um processo de acumulação capitalista, a medida que a produção se desenvolve mais essa parcela cresce e tende a piorar suas condições, formando o que Marx (2013) denominou de exército de reserva.

O exército industrial de reserva possui diferentes camadas: flutuante (convocada nos momentos de expansão da indústria), latente (trabalhadores rurais a espera de condições para migrarem para o espaço urbano), e estagnada (as camadas mais precarizadas do exército de reserva, que vivem em condições abaixo do nível norma de subsistência e que estão nas profissões menos qualificadas). Justamente por ter dificuldades em reproduzir sua força de trabalho, a moradia se torna um item oneroso nessa reprodução.

Quanto mais as cidades capitalistas se desenvolvem, mais a habitação dos trabalhadores se torna miserável e os mesmos são jogados nos espaços mais afastados e com piores condições de vida nas cidades.

Buscamos discutir o que definiria a condição de um trabalhador sem-teto. Para tanto, utilizamos o conceito de déficit habitacional, que comporta tanto aquelas pessoas que têm boa parte da sua renda consumida pelo aluguel, moram em moradias cedidas de favor ou em cômodos super lotados ou em lugares que não foram construídos com destinação para ser uma moradia.

Com o desenvolvimento da acumulação capitalista, ocorre a valorização da terra urbana, devido à infraestrutura construída para tal desenvolvimento, tais como grandes avenidas, centros financeiros, entre outros. Essa lógica permanece a mesma nos dias atuais e com as políticas neoliberais ganhou características do processo de financeirização.

Se, por um lado, as condições para ser um trabalhador sem-teto são fruto do processo de acumulação capitalista, estrutural, e estão definidas em questões como as do déficit habitacional, para se constituir realmente enquanto uma classe, que represente essa condição de trabalhador sem-teto é necessária a organização coletiva e a luta política. É nesse cenário que emergem movimentos sociais como o MTST, que identificam a similitude das demandas de milhares de trabalhadores e os organizam em torno de um programa de reivindicações, que parte da questão da moradia, mas no caso do MTST, visa à ruptura sistêmica com o capitalismo.

A situação desses trabalhadores em países como os da América Latina é ainda mais precária. Nesses países a situação do exército de reserva não é apenas fruto do processo de acumulação, mas se trata de uma característica que define boa parte da classe trabalhadora nesses lugares. Neste sentido o desenvolvimento capitalista em países como o Brasil não consegue absorver parte da força de trabalho, o que permite que o nível de exploração desses trabalhadores esteja sempre acima do nível normal, fazendo com que a extrema pobreza seja uma regra para a maioria dos trabalhadores do país.

Esse processo chamou a atenção de alguns autores nas décadas de 1970 e 1980 que buscaram sistematizar as características dessa parte da classe trabalhadora. Surgiram as teorias de Paul Singer (1981) sobre o subproletariado, alertando que essa fração de classe seria maior do que o proletariado brasileiro, consequentemente decisiva para pensar a luta de classes no país. Também as teorias da marginalidade de Kowarick (1975) e Nun (1978) debatendo sobre o caráter funcional ou não dessa fração de classe para a reprodução do capital.

Na nossa avaliação, Paul Singer equivoca-se ao discutir o subproletariado realizando apenas um recorte ocupacional e de renda. É sempre necessário situar essa fração de classe no processo produtivo do capital de acordo com a conjuntura socioeconômica vivida naquele momento. Por isso também, ao afirmar que essa fração não teria capacidade de se organizar e incidir sobre a luta de classes, a análise daquele apresenta limites. Na nossa hipótese isso depende da conjuntura, podendo em determinados momentos tal fração se organizar e ganhar importância na luta de classes brasileira.

O estudo sobre o MTST visa contribuir nesse sentido. Paul Singer acerta ao dar a devida importância a essa fração de classe para se pensar a constituição da classe trabalhadora brasileira.

A análise conjuntural é, por sua vez, fundamental para pensar a funcionalidade ou não dessa fração de classe para a reprodução do capitalismo, na medida em que o processo de acumulação pode assumir características diferentes de acordo com a conjuntura econômico-política.

As teorias sobre o subproletariado e a massa marginal seriam resgatadas por pesquisadores recentes ao analisar o atual cenário da luta de classes brasileira. André Singer (2012) em sua leitura sobre os governos petistas traz mais uma vez o subproletariado para a centralidade, sendo o fenômeno do lulismo a representação do

programa dessa classe, a saber um programa de reformas graduais e lentas, sem rupturas radicais.

Mais uma vez os trabalhadores são colocados numa posição de incapacidade de organização política, nutrindo com o lulismo uma espécie de relação bonapartista: já que não conseguem se organizar, necessitam de um líder advindo de outra fração de classe para representar seu programa. Embora o autor esteja correto ao trazer para o centro do debate essa fração de classe, sua análise tem limites ao caracterizar politicamente o subproletariado.

Neste sentido, corroboramos a análise de Boito Jr. (2012) que critica as teses de Singer, afirmando que não existe nenhum tipo de bonapartismo nos governos petistas. O que existe é uma ampla frente de coalizão de classes com um programa neodesenvolvimentista, tendo como principal agente no bloco do poder a burguesia interna. Concordamos por sua vez com a tese segundo a qual o neodesenvolvimentismo foi o desenvolvimentismo fraco diante da hegemonia neoliberal.

Segundo nossa leitura faltou à análise de Boito Jr. explorar a relação do capital imobiliário com essa frente.

As políticas petistas beneficiaram fortemente esse setor, porém grandes incorporadoras nacionais começaram a se fundir com empresas estrangeiras, colocando assim o caráter de domínio de uma burguesia interna dentro da frente em cheque. Dado que o capital imobiliário se fortalece, os benefícios que foram produzidos pelas políticas neodesenvolvimentistas para a classe trabalhadora, como valorização do salário mínimo, criação de empregos e acesso a bens de consumo, foram ao mesmo tempo prejudicados pelas dificuldades de reprodução da força de trabalho.

Com a grande valorização do solo urbano durante os governos petistas, a moradia se tornou um item particularmente oneroso na reprodução da força de trabalho. Isso inflou as camadas da massa marginal e tais trabalhadores encontraram em movimentos sociais como o MTST uma possibilidade de se organizarem por melhores condições de vida.

Neste sentido, é possível questionar quando Boito Jr. classifica a massa marginal durante os governos petistas como uma parte que se organiza em movimentos sociais como o MST e os movimentos sem-teto e outra que não se organiza e que nutre uma relação populista com esses governos. Ademais nem todos os movimentos sem-teto organizados compõem a frente neodesenvolvimentista como afirma Boito Jr, através do benefício de programas como o *Minha Casa Minha Vida*.

Oliveira (2016) aponta que o MTST tem um caráter crítico a essa frente mas, dependendo da conjuntura, pode se aproximar mais dela para enfrentar os setores neoliberais mais ortodoxos. Acrescentamos a tese que existe uma diferença de posicionamento entre as lideranças do MTST e sua base social. Enquanto os primeiros se fazem críticos a frente neodesenvolvimentista e orientam as ações do movimento nesse sentido, sua base social ainda nutre uma força preferência pelo PT e seus candidatos e servem de base de apoio para essa frente.

Para nós essas contradições da frente neodesenvolvimentista reforçam aquilo que Braga (2012) chamou de precariedade da hegemonia lulista.

Os postos de trabalho criados nesses governos foram postos de condições precárias, com baixa remuneração, alta rotatividade e exigindo pouca qualificação. Ao mesmo tempo o governo ampliou o acesso ao ensino superior. Muitos trabalhadores que se formaram nas universidades particulares, através dos programas desenvolvidos nos governos petistas, não encontraram postos condizentes com sua qualificação. Ademais o encarecimento da vida nas grandes cidades e o caos urbano geraram o descontentamento desses trabalhadores.

As manifestações de junho de 2013 aconteceram nesse contexto, de forte crise econômica internacional, quando o governo Dilma, que ensaiou intensificar as políticas neodesenvolvimentistas, começou a perder o apoio de várias frações. Perdeu apoio dos trabalhadores pelos motivos aqui apontados e pela postura de ajuste fiscal que prejudicou ainda mais os trabalhadores. E perdeu também dos setores da burguesia interna que, mesmo com o ajuste fiscal do governo, temiam o assenso das mobilizações dos trabalhadores como a onda crescente de greves, optando por uma aliança com os neoliberais ortodoxos para frear esse movimento.

Braga identifica as manifestações de junho de 2013 o grande recorte na política brasileira. Reconhecemos a importância desse histórico episódio, mas na nossa hipótese o autor o superestima. Braga afirma que naquele momento o precariado entra em cena, quando, segundo nossa pesquisa, o MTST, que é parte dessa fração, já vinha se mobilizando e se organizando.

Por fim, nossa pesquisa de campo mostrou que o perfil da base social do MTST não condiz com o perfil dos manifestantes de junho de 2013, sendo o precariado, subproletariado ou massa marginal uma fração de classe mais ampla e que precisa ser melhor estudada. Esperamos que nosso estudo sobre o MTST tenha contribuído em parte com esse debate.

V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, R. e BRAGA, Ruy. Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013. R. Pol. Públ., São Luís, Número Especial, p. 41-47, julho de 2014.

ARANTES, Paulo E. “Beijando a cruz”. In Arantes, Paulo E. Zero a Esquerda. São Paulo: Conrad. 2004

ARAUJO, Ângela M. Carneiro e VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. O sindicalismo na Era Lula – Entre paradoxos e perspectivas. In: Sindicalismo na Era Lula: Paradoxos, Perspectivas e Olhares. Org.: Roberto Véras de Oliveira, Maria Aparecida Bridi; Marcos Ferraz. Fino Traço Editora. 2014

BENOIT, H. A. O assentamento Anita Garibaldi. **Entrevista com lideranças do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST).**, v. 1, n. Boitempo, p. 134–149, 2002.

BIANCHI, Álvaro e BRAGA, Ruy. Brazil: the Lula government and financial globalization. Social Forces, Chapel Hill, v. 83, n. 4, 2005, p. 1745-62.
<https://doi.org/10.1353/sof.2005.0054>

BOITO JR, Armando. A burguesia no Governo Lula. En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9

BOITO JR. A hegemonia neoliberal no governo Lula. Crítica Marxista no. 17. Río de Janeiro : Editora Revan, 2003.

BOITO JR. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Fórum Econômico da FGV. São Paulo. 2012.

BOITO JR. O impacto das manifestações de junho na política nacional. Entrevista concedida ao jornal Brasil de Fato em 02 de agosto de 2013. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/15386/>. Acessado em: 04/09/2017.

BOITO JR. O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer. Crítica Marxista nº 37, p. 171-181, 2013.

BOITO JR. Os atores e o enredo da crise política. In: Porque gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise. Organização Ivana Jinkings, Kim Doria, Murilo Cleto; [ilustração Laerte Coutinho]. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016.

BOITO Jr., Armando. “A nova burguesia nacional no poder”. In: BOITO Jr., Armando e GALVÃO, Andréia (orgs.). Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000. São Paulo: Alameda Editorial, 2012, pp. 69-106.

BONDUKI, N. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, v. 1, n. 1, p. 70–104, 2008.

BOULOS, G. **Por que Ocupamos? Uma Introdução à luta dos sem-teto.** 3º ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

BOULOS, G. O boom das ocupações. Entrevistas concedida a Morris Kachani. Disponível em: <http://blogdomorris.blogfolha.uol.com.br/2014/05/08/filosofia-lacan-e-mtst-no-campo-limpo/>. Acessado em 20/08/2015.

BRAGA, R. **A política do precariado : do populismo à hegemonia lulista.** São Paulo: Boitempo : USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.

BRAGA, Ruy. Apresentação. In: Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira/ Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibele Rizek, (orgs.). - São Paulo: Boitempo, 2010.

BRAGA, Ruy. A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global. 1ª ed. - São Paulo: Boitempo, 2017

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Bolsa Família, 24 maio 2013. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 31/08/2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Um novo pacto social para o desenvolvimento?”. Curitiba: palestra proferida no VIII Encontro Empresas, empresário e sociedade, Maio de 2012.

CAROLINA FILHO, F.; OLIVEIRA, N. C. Contribuições das teses marxistas da marginalidade para a análise das classes trabalhadoras e dos movimentos sociais. **Anais do VII Colóquio Marx e Engels**, 2012.

Carta do MTST de saída da CSP-Conlutas. .., 2012. Disponível em: <<http://psol50sp.org.br/blog/2012/07/15/carta-do-mtst-de-saida-da-csp-conlutas/>>. Acesso em: 25/1/2018.

CARTILHA do militante: movimento dos trabalhadores sem-teto. .., 2005. Disponível em: <<http://www.mtst.info/files/mtst/CartilhadomilitanteMTST.pdf>>. Acesso em: 20/1/2008.

CASSAB, C. **Mudanças e permanências: novos desafios aos movimentos urbanos: uma aproximação ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)**, 2004. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CASTEL, R. **La inseguridad social: qué es estar protegido?** Buenos Aires: Manantial, 2004.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

COGGIOLA, Osvaldo. 10 anos de governo do PT: Frente Popular. 2013. Disponível em: <http://marxismo21.org/10-anos-de-governos-do-pt-natureza-de-classes-e-neoliberalismo/>. Acessado em: 30 de janeiro de 2015.

Confira a evolução da Selic desde o início do governo Lula. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/infograficos/confira-a-evolucao-da-selicdesde-%20o-inicio-do-governo-lula,economia,321172>. 2008. Acessado em: 04/09/2017.

COLETTI, C. **A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal**, 2005. Tese de doutorado (Ciências Sociais), IFCH/Unicamp.

DALLA COSTA, Armando et al. Desenvolvimento e crise na América Latina. Estado, empresas e sociedade. Curitiba: Editora CRV, 2012.

Datafolha. “Aprovação a Lula atinge 73%”. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/03/1222225-aprovacao-a-lula-atinge-73.shtml>. Acessado em 20/08/2015.

DIEESE; MTST; CUT SÃO PAULO; FRIEDRICH EBERT SITFTUNG. Teto e Trabalho : Perfil e Características de Trabalho e Moradia das Famílias da Ocupação Povo Sem Medo em SBC. 2017.

Economia brasileira cresce 2,3% em 2013, segundo IBGE. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/02/27/economia-brasileira-cresce-23-em-2013-segundo-ibge.htm>. Acessado: 04/09/2017.

ENGELS, F. Sobre a questão da moradia. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

FATTORELLI, M. L.; ÁVILA, R. Os números da dívida. Blog Auditoria Cidadã da Dívida. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/04/Numerosdivida.pdf>>. Acesso em: 31/08/2013.

FELTRAN, G. Transformações sociais e políticas nas periferias de São Paulo., , 2009. Disponível em: <<http://www.namargem.ufscar.br/gabriel-feltran-transformacoes-sociais-e-politicas-nasperiferias-de-sao-paulo/>>.

FOLHA DE S. PAULO. PREFEITURA pede ‘trégua’ a sem-teto. , 15. jul. 1997. Campinas.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit habitacional no Brasil 2015: resultados preliminares. , 2017. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/723-estatisticas-informacoes-3-deficit-habitacional-16-08-2017versao-site/file>>.

FURTADO, C. **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GHILARDI, F. H. **O lugar dos pobres na cidade de Campinas-SP: questões a partir da urbanização da ocupação Parque Oziel, Jardim Monte Cristo e Gleba B,** 2012. São Carlos: Universidade de São Paulo.

GIAQUINTO, M. F. **Tornando-se um “acampado” a experiência das famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST),** 2016. São Carlos: UFSCar.

GOULART, D. Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e subproletarização: elementos para um debate sobre a classe trabalhadora no Brasil. **Lutas Sociais**, , n. 29, p. 160–171, 2012.

GOULART, D. C. O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto-MTST. , 2011.

HUNTER, Wendy e POWER, Thimoty. “Recompensando Lula: poder Executivo, política social e as eleições brasileiras em 2006”. In: Melo, C. R. e Sáez, M. A. (orgs.). **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2007, p. 338.

KOWARICK, L. **Lucio. Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

Leia a nota pública do ANDES-SN sobre a desfiliação da CUT. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/leia-a-nota-publica-do-andes-sn-sobre-a-desfiliacao-da-cut/>. 2005. Acessado em: 04/09/2017.

LIMA, S. L. R. DE. **Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)**., 2004. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LORENA, E. R. **Luta de classes na cidade neoliberal: uma análise sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)**, 2012. PhD Thesis, Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Marília.

LULA DA SILVA, Luís Inácio. Carta ao Povo Brasileiro. Disponível em: http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf

MACEDO FILHO, R.; REGINO, F. A. **Onde mora a cidadania? visibilizando a participação das mulheres no movimento sem teto**. Salvador/BA: In: Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Florianópolis: UFSC, 2007.

MACHADO, E. Lutas sociais e movimentos populares na América Latina: notas para um debate. In: Anais do VI Colóquio Internacional Marx Engels. Unicamp: São Paulo, 2009.

Manifesto Contra a Direita, por mais direitos! Todos às ruas em 15 de abril! Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/04/10/goleada-da-direita-une-mst-e-psol-a-cut-e-mst-em-paralisacao-nacional-em-15-de-abril.html>. Acessado em 05/09/2017.

Manifesto. Disponível em: <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/04/manifestodefundacaopt.pdf>. Acessado em: 04/09/2017.

MARX, K. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. O capital: crítica da economia política : Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

Meta de superávit primário fica em 4,25% do PIB, a maior da história. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u63125.shtml>. 2003. Acessado em: 04/09/2017.

MIAGUSKO, E. Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche, 2008. PhD Thesis, Universidade de São Paulo.

MOURIAZ, R. "A esquerda e a reanimação das lutas sociais na Europa." . In: Crítica Marxista, nº14. São Paulo: Boitempo, 2002.

NUN, J. Marginalidad y otras cuestiones. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, 1972.

NUN, J. Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. In: Pereira, L. (org). Populações Marginais. São Paulo: Duas cidades, 1978.

O dia em que o Leblon virou Palmares: Sem-tetos tomam uma das praias mais elitizadas do país. .., 2017. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/o-dia-em-que-o-leblon-virou-palmares-sem-tetos-tomam-uma-das-praias-mais-elitizadas-do-pais/>>. Acesso em: 25/2/2018.

OLIVEIRA, F. DE. Crítica a razão dualista/O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira/ Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibele Rizek, (orgs.). - São Paulo: Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, N. As mulheres e os movimentos dos sem-teto no Brasil: análise das relações sociais de classes e sexos. **Lutas Sociais**, , n. 29, p. 144–159, 2012.

OLIVEIRA, N. C. Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009). , 2010.

OLIVEIRA, N. C. Somos sem-teto e é essa privação que nos une. Análise da base social dos movimentos dos sem-teto de São Paulo”. **Desigualdade & diversidade (PUCRJ)**, v. 9, 2011.

OLIVEIRA, N. C. Os movimentos dos sem-teto no Brasil e na França. , 2016.

O que o superávit primário significa. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,o-que-superavit-primario-significa-imp-823106>. Acessado em: 04/09/2017.

PRADO JR., C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

POCHMANN, Márcio. Mapa recente da dinâmica do emprego formal no Brasil. In. MACAMBIRA, J. (Org.) *O mercado de trabalho formal no Brasil*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006.

QUIJANO, A. “Notas sobre o conceito de marginalidade social” In: PEREIRA, Luiz (Org.). **Populações “marginais”**. São Paulo: Duas cidades, 1978.

REMY, M.; QUEIROZ, S. DE; SILVA FILHO, L. A. DA. Evolução recente do emprego formal no Brasil: 2000-2008. **XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais–ABEP, Anais...** Caxambú–MG, 2010.

RIBEIRO, C. M. L. **Ou é casa ou é nada: um estudo sobre a lógica de ocupação dos espaços construídos à margem da legislação do município de Campinas**, 2006. Dissertação de mestrado em urbanismo, PUC CAMPINAS: FAU.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, C. H. M. **Políticas federais de habitação no Brasil: 1964/1998**. Brasília: IPEA, 1999.

SILVA, L. G. DA. A luta popular pela moradia. **Entrevista concedida a Hector Benoit**, Crítica Marxista., v. 1, n. Boitempo, p. 157–172, 2000.

SILVA, S. DA C. A atualidade da criminalização produzida sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto–MTST: o caso do acampamento Chico Mendes. , 2014.

SIMÕES, G.; CAMPOS, M.; RAFAEL, R. **MTST 20 anos de história: luta, organização e esperança nas periferias do Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

SINGER, André. A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. *Novos Estudos*. 2010.

SINGER, André. Brasil, Junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos*, Novembro de 2013.

SINGER, André. Cutucando Onças Com Varas Curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos*, Julho de 2015.

SINGER, André. Os impasses do "lulismo". Entrevista concedida ao jornal Brasil de Fato em 03 de janeiro de 2013. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/11399/>. Acessado: 04/09/2017.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, P. **A crise do “milagre”. Interpretação crítica da economia brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SINGER, P. **Dominação e desigualdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

SOARES, José de Lima. As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula. Soc. estado. [online]. 2013, vol.28, n.3, pp. 541-564. ISSN 0102-6992. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922013000300005>

SOARES, M. A. T. **Trabalho Informal: da funcionalidade à subsunção ao capital**. Vitória da Conquista: Uesb, 2008.

STANDING, G. **The Precariat: The New Dangerous Class**. Londres: Bloomsbury, 2011.

ANEXO I - QUESTIONÁRIO PESQUISA DE CAMPO

QUEST N° _____

Prezados (as) participantes do III Encontro Nacional do MTST

Convido-o (a) a colaborar com a pesquisa sobre o perfil socioeconômico dos participantes do III Encontro Nacional do MTST. Para participar basta responder o questionário abaixo que é parte da pesquisa de mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia - UFU.

A sua participação é VOLUNTÁRIA e ANÔNIMA. Você não precisa se identificar e tem todo o direito de não responder as perguntas. Qualquer dúvida, você poderá entrar em contato com o responsável pela pesquisa ligando para **Marcos (34) 99129-8475.**

Muito obrigado!

1. Qual o seu sexo?

- 1 [] Feminino
2 [] Masculino

2. Qual a sua identidade de gênero?

- 1 [] Mulher
2 [] Homem
3 [] Mulher transgênero
4 [] Homem transgênero
5 [] Não sei
6 [] Outro. Qual? _____
7 [] Prefiro não responder

3. Qual a sua orientação sexual. Assinale mais de uma alternativa se for o caso.

- 1 [] Hétero afetivo
2 [] Homoafetivo
3 [] Outro. Qual? _____
3 [] Não sei
4 [] Prefiro não responder

4. Qual a sua idade?

_____ anos.

5. Qual o seu estado civil?

- 1 [] Casado (a) ou vive uma relação estável
2 [] Divorciado (a)
3 [] Solteiro (a)
4 [] Viúvo (a)
5 [] Outra situação

6. Você tem filhos/as?

- 1 [] Não
2 [] Um/a filho/a
3 [] Dois/duas filhos/as
4 [] Três filhos/as
5 [] Mais de três filhos/a

7. Como você define sua cor?

- 1 [] Branca
- 2 [] Amarela/Asiática
- 3 [] Preta
- 4 [] Indígena
- 5 [] Parda
- 6 [] Prefiro não me classificar

8. Qual a sua escolaridade?

- 1 [] Ensino Fundamental Incompleto
- 2 [] Ensino Fundamental Completo
- 3 [] Ensino Médio incompleto
- 4 [] Ensino Médio Completo
- 5 [] Ensino Superior Incompleto
- 6 [] Ensino Superior Completo
- 7 [] Pós-Graduação (Especialização)
- 8 [] Pós-Graduação (Mestrado)
- 9 [] Pós-Graduação (Doutorado)
- 10 [] Pós-Doutorado
- 11 [] Nunca frequentei escolas

9. Você está estudando atualmente?

- 1 [] Sim, em escola pública
- 2 [] Sim, em escola particular
- 3 [] Sim, em escola pública e particular
- 4 [] Não estou estudando

10. Em que estado do Brasil você nasceu?

- 1 [] Acre
- 2 [] Alagoas
- 3 [] Amapá
- 4 [] Amazonas
- 5 [] Bahia
- 6 [] Ceará
- 7 [] Distrito Federal
- 8 [] Espírito Santo
- 9 [] Goiás
- 10 [] Maranhão
- 11 [] Mato Grosso
- 12 [] Mato Grosso do Sul
- 13 [] Minas Gerais
- 14 [] Pará
- 15 [] Paraíba
- 16 [] Paraná
- 17 [] Pernambuco
- 18 [] Piauí
- 19 [] Rio de Janeiro
- 20 [] Rio Grande do Sul
- 21 [] Rio Grande do Norte
- 22 [] Rondônia
- 23 [] Roraima
- 24 [] Santa Catarina
- 25 [] São Paulo
- 26 [] Sergipe
- 27 [] Tocantins
- 28 [] Não nasci no Brasil

11. Em que estado do Brasil você mora?

- 1 [] Acre

- 2 [] Alagoas
- 3 [] Amapá
- 4 [] Amazonas
- 5 [] Bahia
- 6 [] Ceará
- 7 [] Distrito Federal
- 8 [] Espírito Santo
- 9 [] Goiás
- 10 [] Maranhão
- 11 [] Mato Grosso
- 12 [] Mato Grosso do Sul
- 13 [] Minas Gerais
- 14 [] Pará
- 15 [] Paraíba
- 16 [] Paraná
- 17 [] Pernambuco
- 18 [] Piauí
- 19 [] Rio de Janeiro
- 20 [] Rio Grande do Sul
- 21 [] Rio Grande do Norte
- 22 [] Rondônia
- 23 [] Roraima
- 24 [] Santa Catarina
- 25 [] São Paulo
- 26 [] Sergipe
- 27 [] Tocantins

12. Em que cidade você atua pelo MTST?

Nome da cidade: _____

13. Antes de ingressar no MTST, como você morava? (considere o último local)

- 1 [] Aluguel
- 2 [] Com familiares
- 3 [] Moradia cedida “de favor”
- 4 [] Não habitava moradia fixa
- 5 [] Outro acampamento urbano
- 6 [] Acampamento rural/ assentamento rural
- 7 [] Em comunidade indígena
- 8 [] Em comunidade quilombola
- 9 [] Não habitava moradia fixa
- 10 [] Outro _____

14. Qual é a sua participação neste Encontro do MTST?

- 1 [] Participo como militante
- 2 [] Participo como simpatizante
- 3 [] Participo como convidado(a)/estudioso(a)/pesquisador(a)/imprensa

15. Há quanto tempo é militante do MTST. (Escreva há quantos anos você é militante do MTST logo abaixo)

Há _____ anos.

16. Em qual coletivo de organização do MTST você participa?

- 1 [] Coordenação de Grupo (ocupações)
- 2 [] Coordenação de Núcleo
- 3 [] Referência Comunitária
- 4 [] Coordenação Regional
- 5 [] Setores (Autodefesa, auto sustentação, comunicação, etc.)
- 6 [] Coordenação Estadual

7 [] Coordenação Nacional
 8 [] Outro. Qual? _____

17. Qual é atualmente a sua situação no movimento de luta por moradia no MTST?

- 1 [] Participo através de uma Ocupação
 2 [] Participo de um Núcleo de Bairro
 3 [] Participo e já conquistei moradia através da luta
 4 [] Outra forma de participação. Qual? _____

18. Caso você participe de alguma ocupação, você:

- 1 [] Mora nesta ocupação
 2 [] Não mora nesta ocupação
 3 [] Não participo de uma ocupação.

19. Se você não mora em uma ocupação do MTST, onde você mora atualmente?

- 1 [] Aluguel
 2 [] Com familiares
 3 [] Moradia cedida “de favor”
 4 [] Não habitava moradia fixa
 5 [] Outro acampamento urbano
 6 [] Acampamento rural/ assentamento rural
 7 [] Em comunidade indígena
 8 [] Em comunidade quilombola
 9 [] Não habitava moradia fixa
 10 [] Outro _____

20. Quantas pessoas moram em sua casa, incluindo você?

- 1 [] Uma
 2 [] Duas
 3 [] Três
 4 [] Quatro
 5 [] Cinco
 6 [] Seis
 7 [] Sete
 8 [] Oito ou mais

21. Assinale OS ITENS que você possui em sua atual moradia: (marque TODOS que você possui)

- 1 [] Água tratada
 2 [] Energia Elétrica
 3 [] Esgoto encanado
 4 [] Fossa
 5 [] Chuveiro elétrico (água quente)
 6 [] Televisão
 7 [] Aparelho de som
 8 [] Computador
 9 [] Acesso à internet
 10 [] Geladeira
 11 [] Fogão a gás
 12 [] Máquina de lavar ou tanquinho
 13 [] Telefone celular

22. Qual é aproximadamente a sua renda bruta familiar mensal?

- 1 [] Até R\$ 937,00 (Até 1 Salário Mínimo)
 2 [] Mais de R\$ 937,00 a R\$ 1.405,50
 3 [] Mais de R\$ 1.405,50 a R\$ 1.874,00
 4 [] mais de R\$ 1.874,00 a R\$ 2.811,00
 5 [] mais de R\$ 2.811,00 a R\$ 4.685,00
 6 [] mais de R\$ 4.685,00 a R\$ 9.370,00
 7 [] Mais de R\$ 9.370,00
 8 [] Não tenho renda

23. Qual a sua profissão? Mesmo que você esteja desempregado(a) ou aposentado(a), responda considerando sua última profissão: (escreva na linha abaixo)

24. Está empregado (a) atualmente?

1. Sim, estou empregado (a)
2. Não, estou desempregado (a)
3. Estou desempregado (a), mas faço bicos
4. Sou aposentado (a) e vivo da minha aposentadoria
5. Sou aposentado (a) mas estou trabalhando
6. Sou estudante

25. Em que setor econômico você trabalha?

MESMO QUE VOCÊ ESTEJA DESEMPREGADO(A), RESPONDA CONSIDERANDO SEU ÚLTIMO TRABALHO:

1. Agricultura, pecuária e mineração
2. Indústria
3. Comércio
4. Serviços

26. Se você assinalou SERVICOS na pergunta anterior, em qual serviço você trabalhou/trabalha?

1. Sistema financeiro
2. Transporte
3. Educação e cultura
4. Saúde, assistência e previdência social
5. Segurança
6. Judiciário
7. Comunicação/Jornalismo
8. Água e esgoto
9. Correio
- Outros serviços. Qual? _____

27. Caso esteja trabalhando, que tipo de contrato de trabalho você possui?

1. CLT (Carteira de Trabalho assinada)
2. Estatutário/Concursado (a) (Funcionário (a) público (a))
3. Contrato por prazo indeterminado
4. Contrato por prazo determinado
5. Contrato por pessoa jurídica (PJ)
6. Contrato por tempo parcial
7. Não tenho contrato
8. Estagiário (a)
9. Dono (a) do próprio negócio
10. Sou autônomo (a)
11. Outro. Qual? _____

28. Você é terceirizado (a)?

1. Sim. Qual? _____
2. Não
3. Não, mas já trabalhou como terceirizado alguma vez.

29. Caso esteja empregado (a), há quanto tempo você está trabalhando no seu atual emprego?

1. Há menos de 6 meses
2. Entre 6 meses e 1 ano
3. Mais de 1 até 1 ano e meio
4. Mais de 1 ano e meio a 2 anos
5. Mais de 2 anos

30. Caso esteja desempregado (a), há quanto tempo você está procurando emprego?

1. [] Há menos de 6 meses
2. [] Entre 6 meses e 1 ano
3. [] Mais de 1 até 1 ano e meio
4. [] Mais de 1 ano e meio a 2 anos
5. [] Mais de 2 anos

31. Por quantos empregos você passou, nos últimos 5 anos?

1. [] 1 emprego
2. [] 2 a 5 empregos
3. [] 5 a 10 empregos
4. [] 10 a 20 empregos
5. [] mais de 20 empregos

32. Quantas horas você trabalha (na sua atividade remunerada) por dia?

1. [] Até 6 horas
2. [] Mais de 6 a 8 horas
3. [] Mais de 8 a 10 horas
4. [] Mais de 10 a 12 horas
5. [] Mais de 12 horas

33. Quantas horas você gasta no trabalho doméstico?

1. [] Não realizo trabalho doméstico
2. [] Até 2 horas por dia
2. [] Mais de 2 a 4 horas por dia
3. [] Mais de 4 a 6 horas por dia
4. [] Mais de 6 a 8 horas por dia
5. [] Mais de 8 horas por dia

34. Possui cadastro em Programa Habitacional?

1. [] Sim. Qual? _____
2. [] Não

35. Possui cadastro no CadÚnico?

1. [] Sim
2. [] Não

36. É beneficiário do Programa Bolsa Família?

1. [] Sim
2. [] Não

37. É beneficiário de algum outro Programa de Governo?

1. [] Sim. Qual? _____
2. [] Não

38. Tem participação política anterior ao MTST?

1. [] Sim
2. [] Não

39. Se afirmativo, qual?

1. [] Movimento Estudantil
2. [] Partido Político (dirigente)
3. [] Partido Político (filiado)
4. [] Movimento Religioso
5. [] Movimento Sem Terra
6. [] Sindical
7. [] Bairro
8. [] Outro. Qual? _____

40. Você é filiado(a) a algum partido político?

1. () Sim
2. () No momento não, mas já fui filiado(a) a um partido
3. () Não, nunca fui filiado(a)

41. Assinale o partido ao qual você É OU FOI filiado(a):

1. [] PSOL
2. [] PT
3. [] PSTU
4. [] PCB
5. [] PC do B
6. [] PV
7. [] PDT
8. [] PMDB
9. [] PPS
10. [] PSB
11. [] PSDB
12. [] PTB
13. [] PCO
14. [] Outro (a). Qual? _____
15. [] Não sou e nunca fui filiado (a).

42. Em quem você votou no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010?

1. () Dilma Rousseff/PT
2. () José Serra/PSDB
3. () Marina Silva/PV
4. () Plínio de Arruda Sampaio/PSOL
5. () José Maria de Almeida/PSTU
6. () Ivan Pinheiro/PCB
7. () Rui da Costa Pimenta/PCO
8. () José Maria Eymael/PSDC
9. () Levy Fidelix/PNTB
10. () Votei nulo
11. () Votei em branco
12. () Não votei

43. Em quem você votou no segundo turno das eleições presidenciais de 2010?

1. () Dilma Rousseff/PT
2. () José Serra/PSDB
3. () Votei nulo
4. () Votei em branco
5. () Não votei

44. Em quem você votou no primeiro turno das eleições presidenciais de 2014?

1. () Dilma Rousseff/PT
2. () Aécio Neves/PSDB
3. () Marina Silva/PSB
4. () Luciana Genro/PSOL
5. () José Maria de Almeida/PSTU
6. () Mauro Iasi/PCB
7. () Rui da Costa Pimenta/PCO
8. () José Maria Eymael/PSDC
9. () Levy Fidelix/PNTB
10. () Eduardo Jorge/PV
11. () Pastor Everaldo/PSC
12. () Votei nulo
13. () Votei em branco
14. () Não votei

45. Em quem você votou no segundo turno das eleições presidenciais de 2014?

1. () Dilma Rousseff/PT

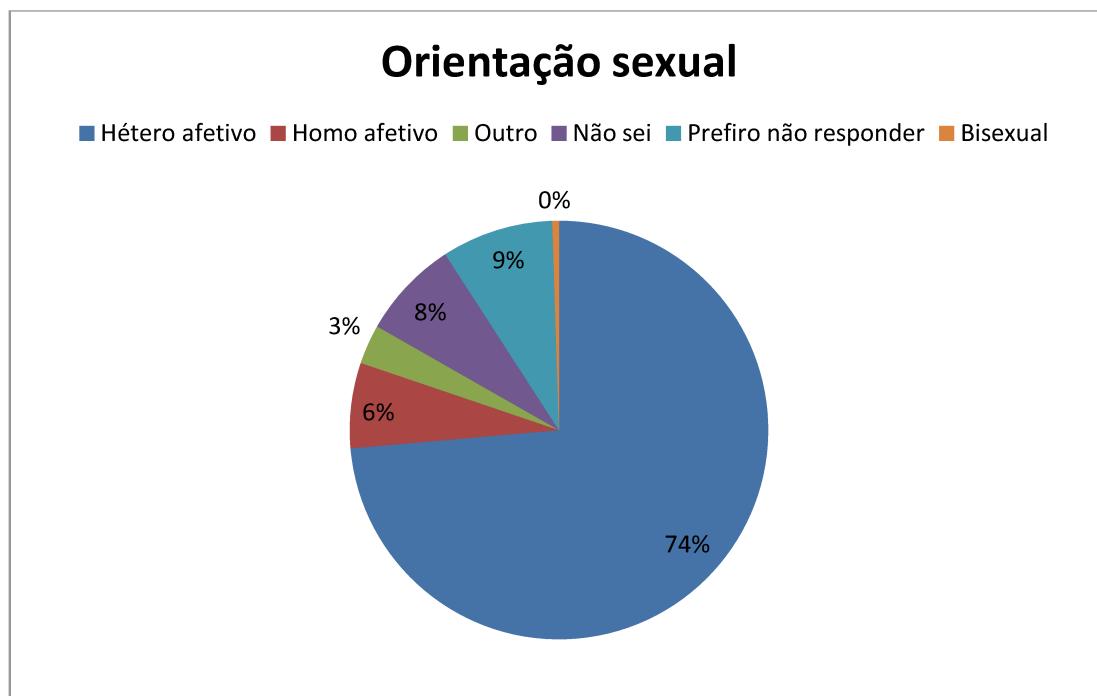
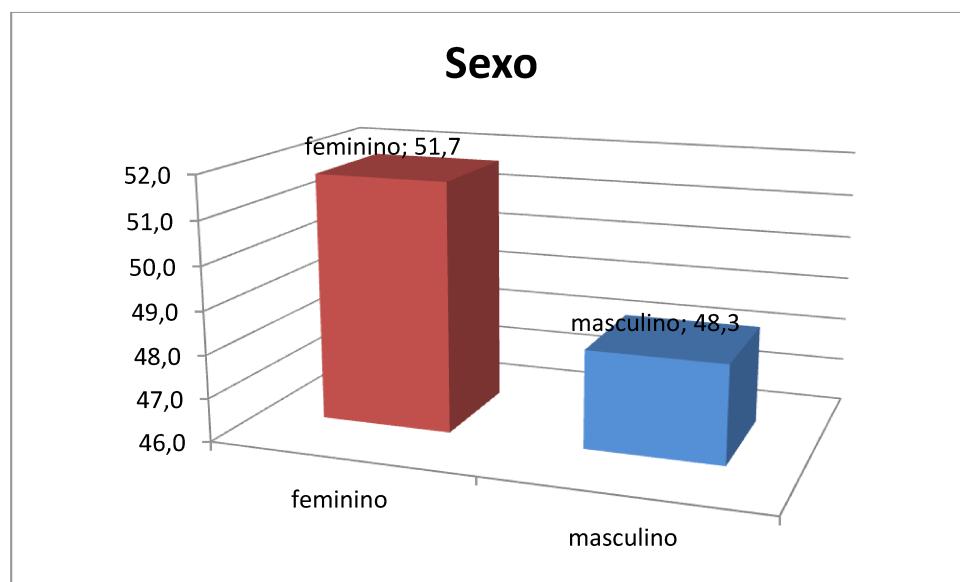
2. () Aécio Neves/PSDB
3. () Votei nulo
4. () Votei em branco
5. () Não votei

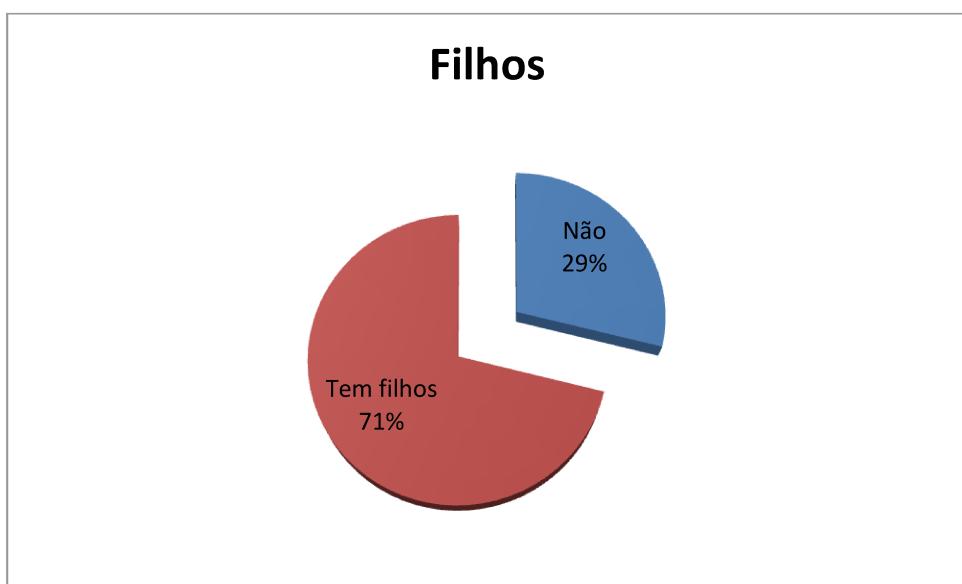
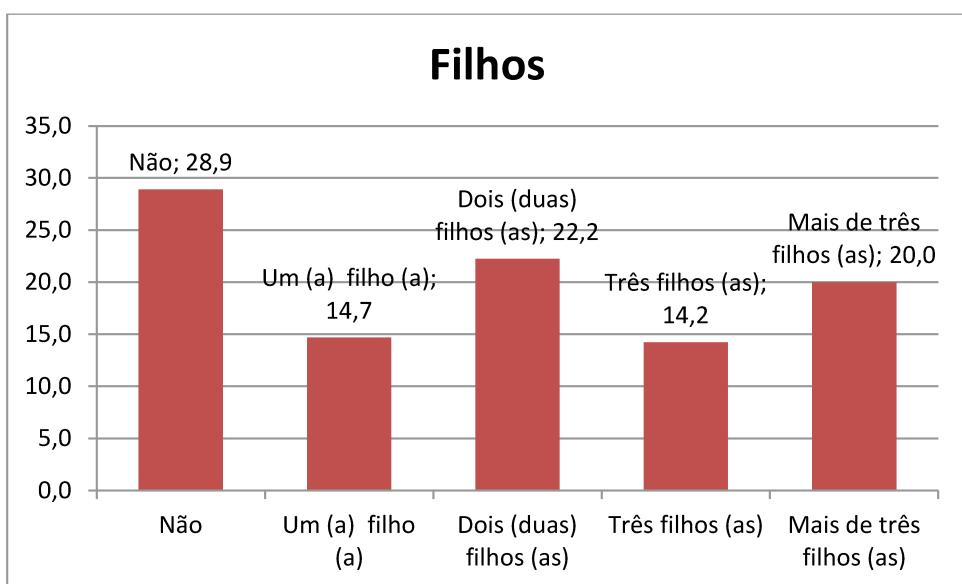
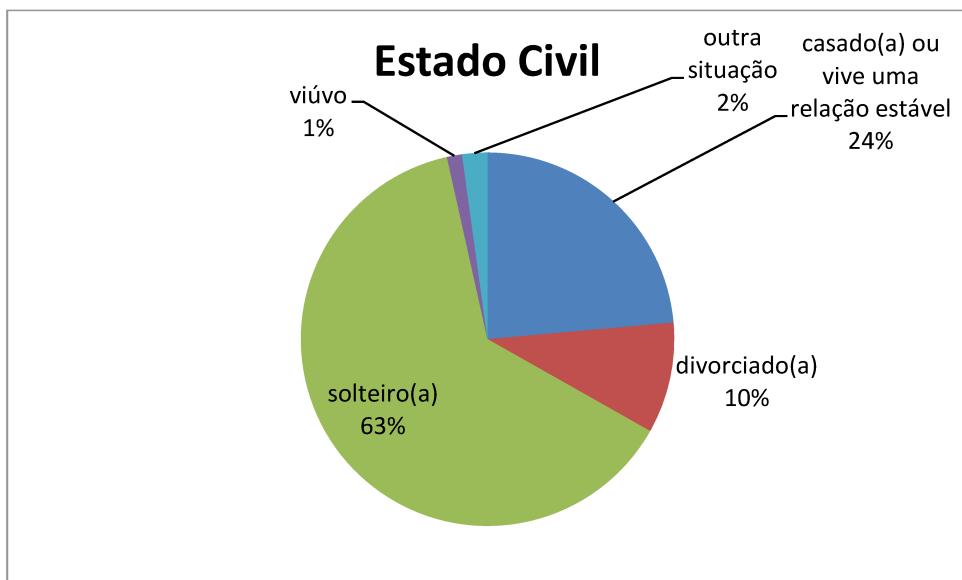
46. Qual sua filiação religiosa?

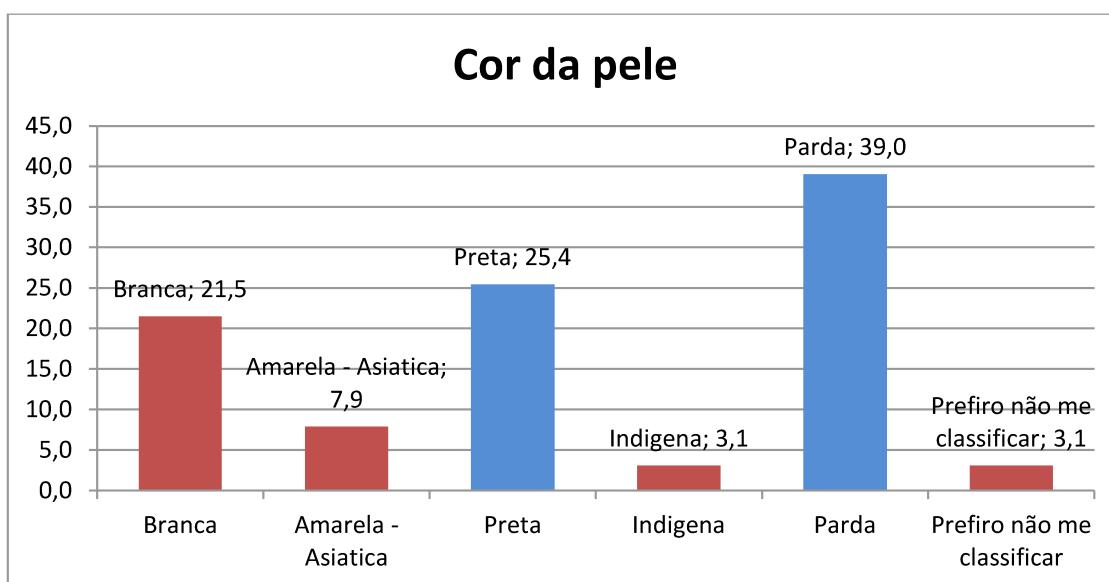
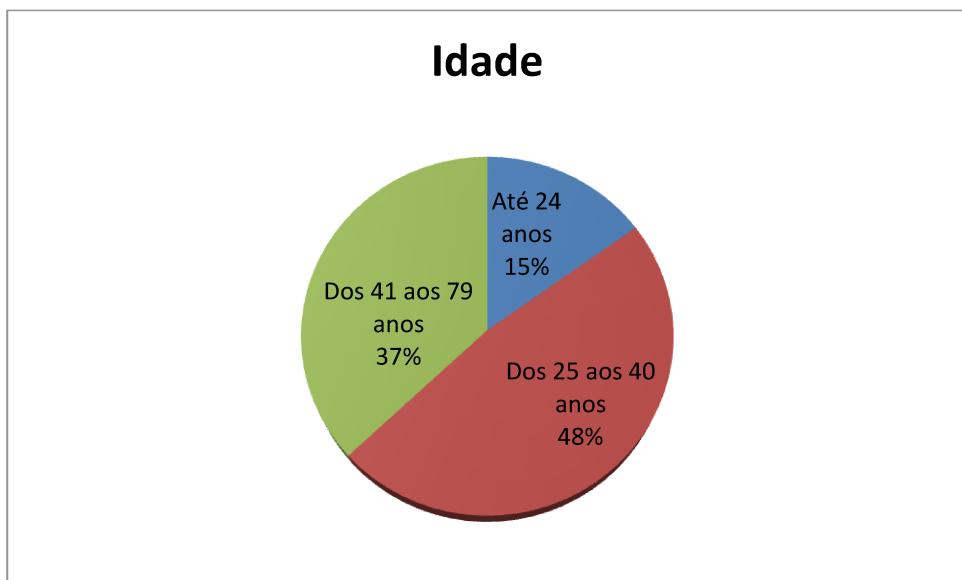
1. () Evangélica
2. () Católica
3. () Espírita Kardecista
4. () Umbanda
5. () Candomblé
6. () Outra. Qual? _____
7. () Não tenho religião

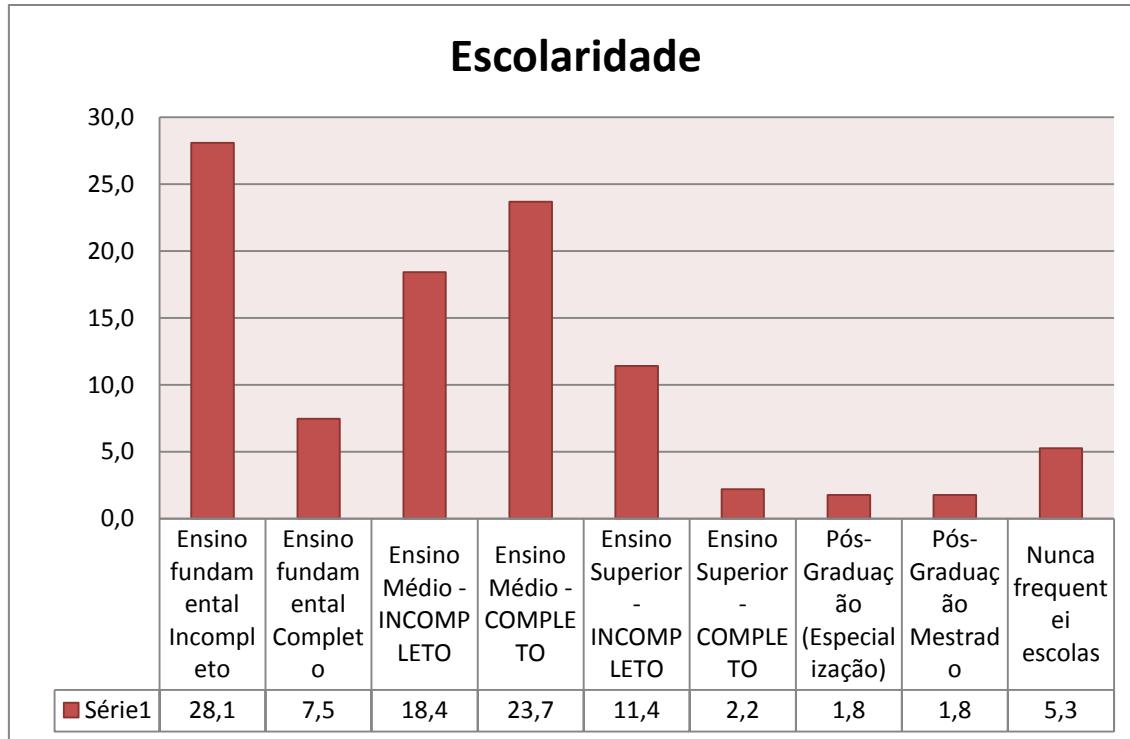
ANEXO II - RESULTADOS DA PESQUISA " PERFIL DOS MORADORES DAS OCUPAÇÕES DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO" - 2017.

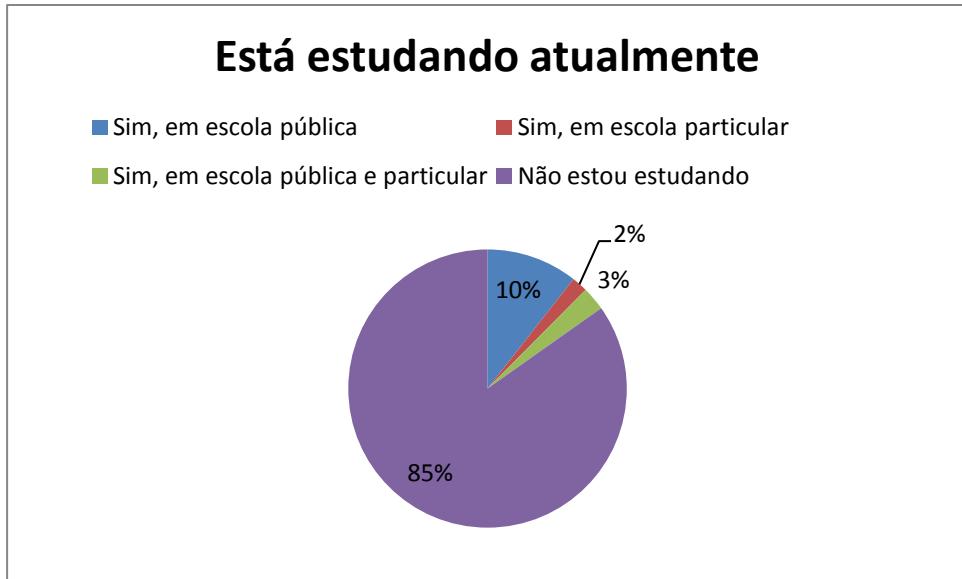
Marcos Willian Campos de Oliveira

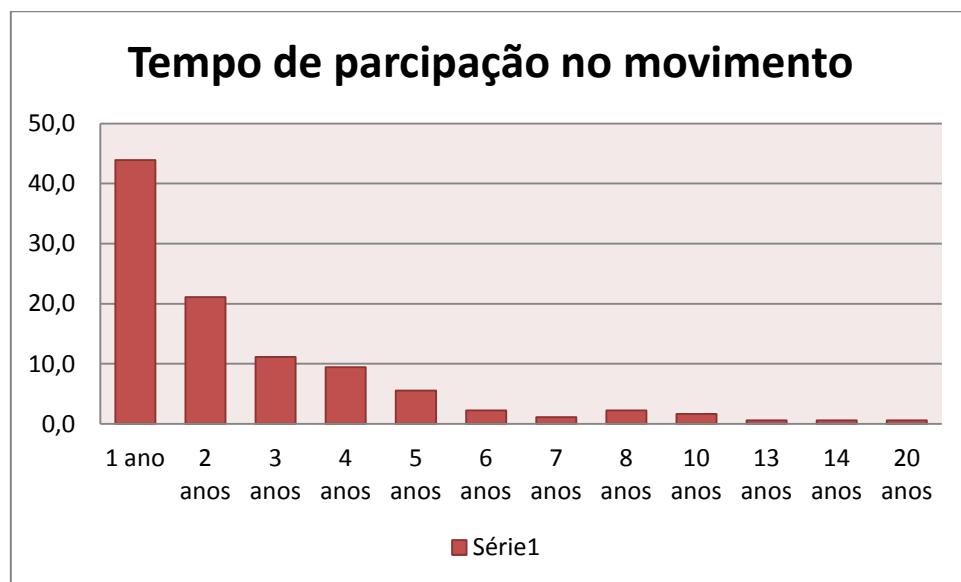
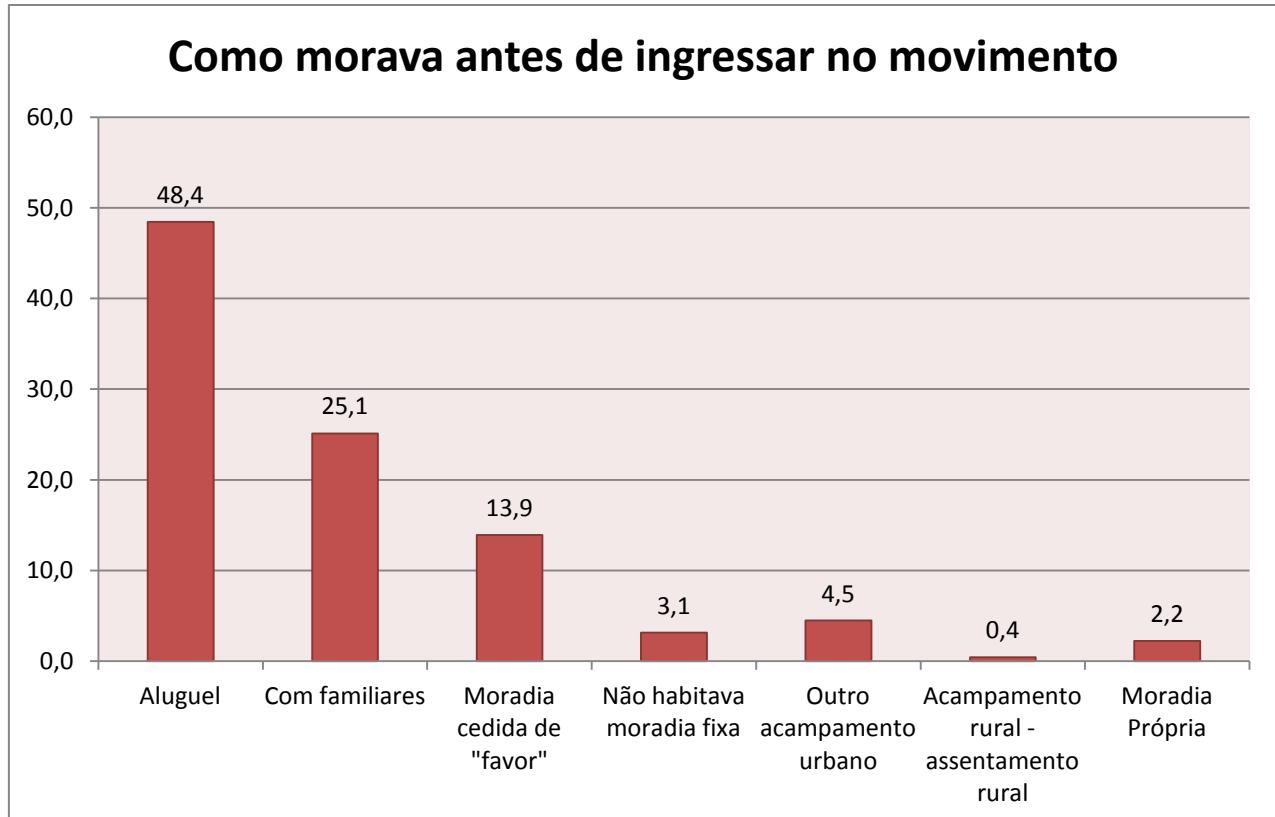




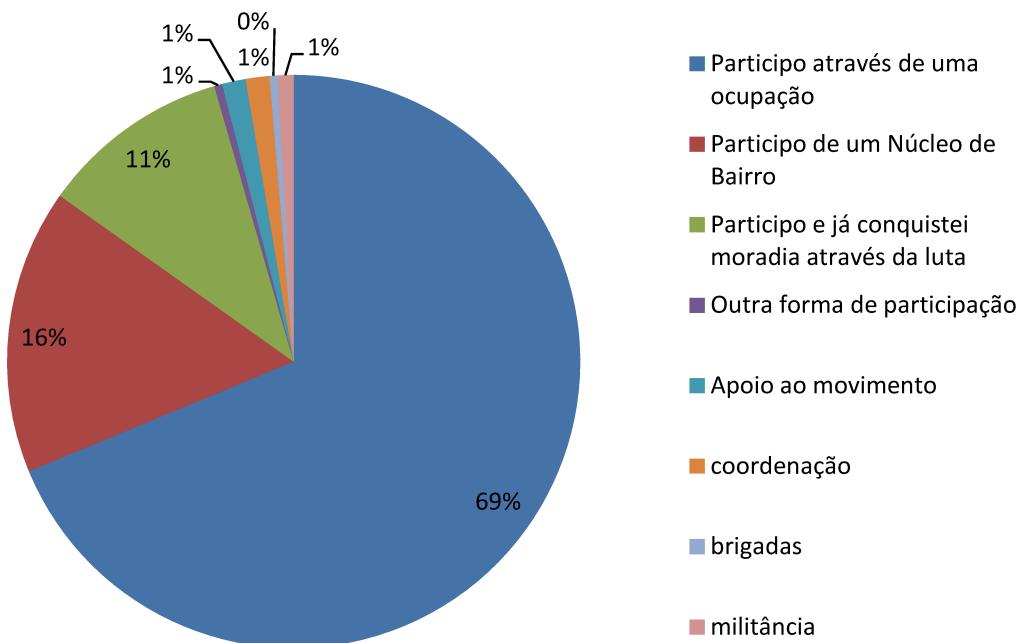




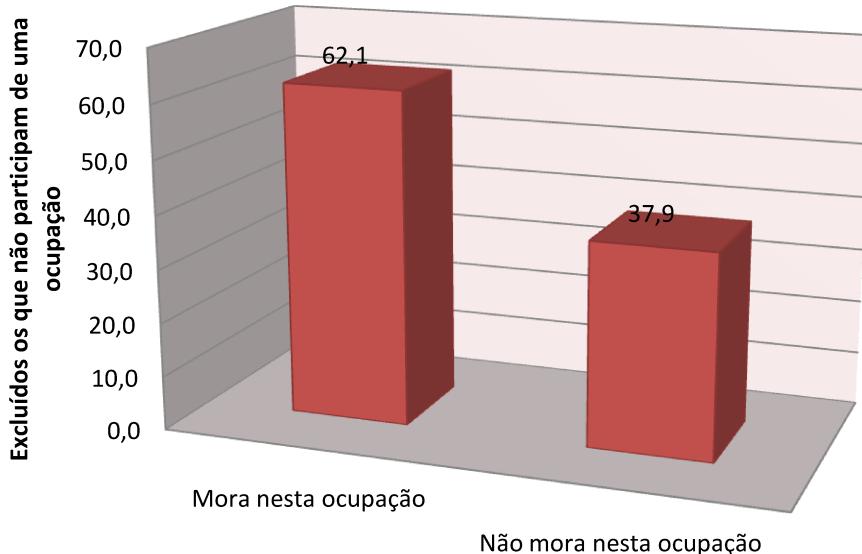




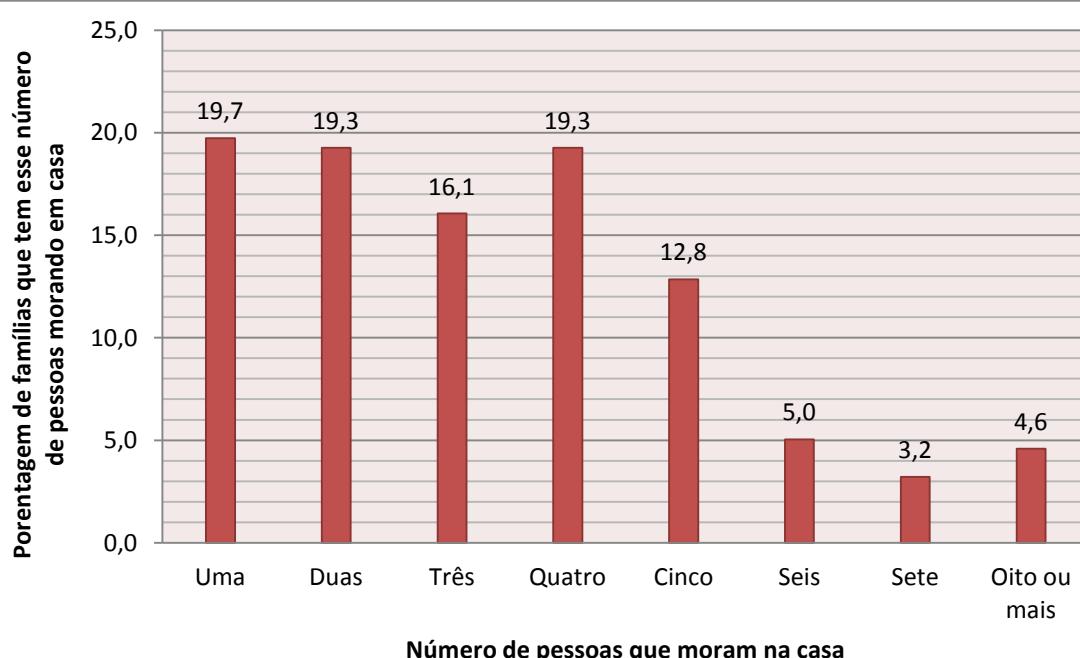
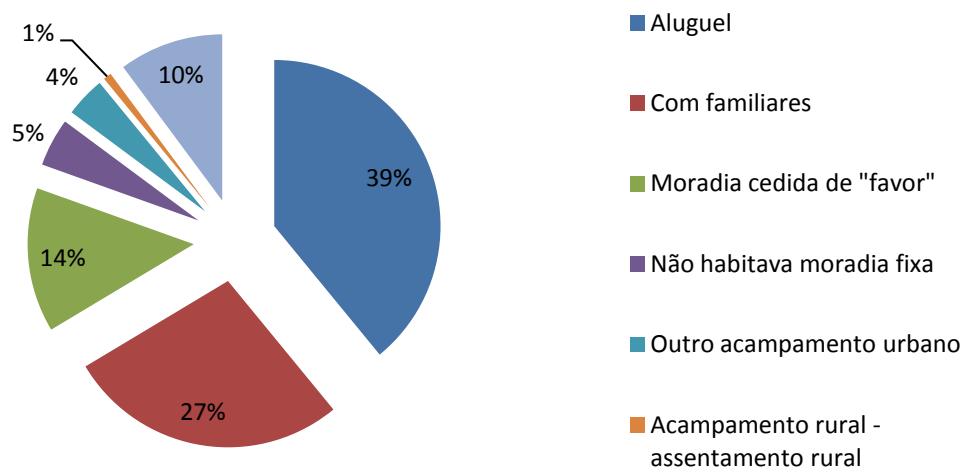
Forma de participação no movimento

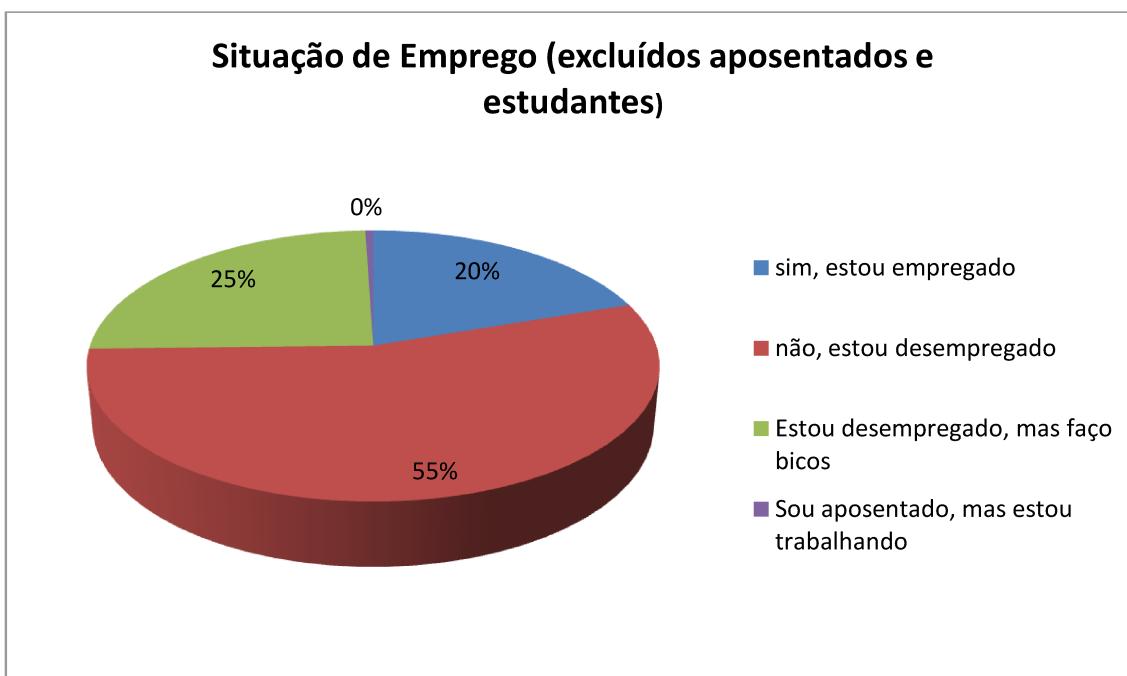
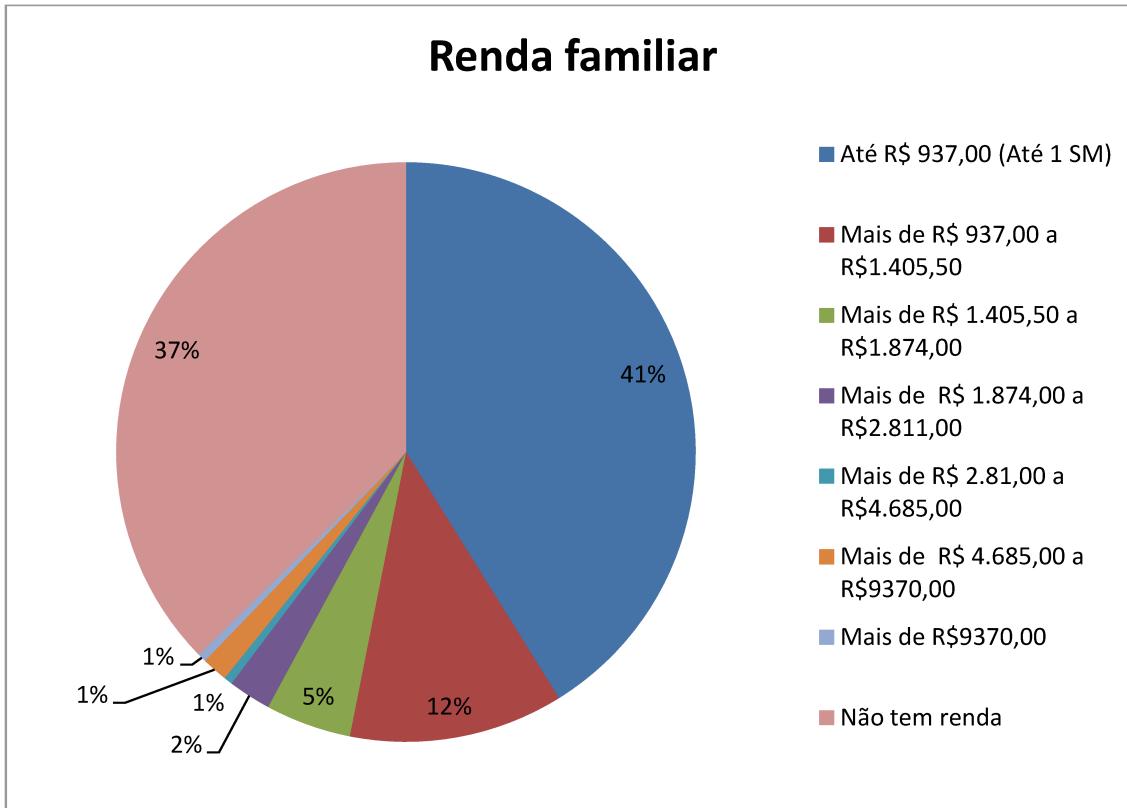


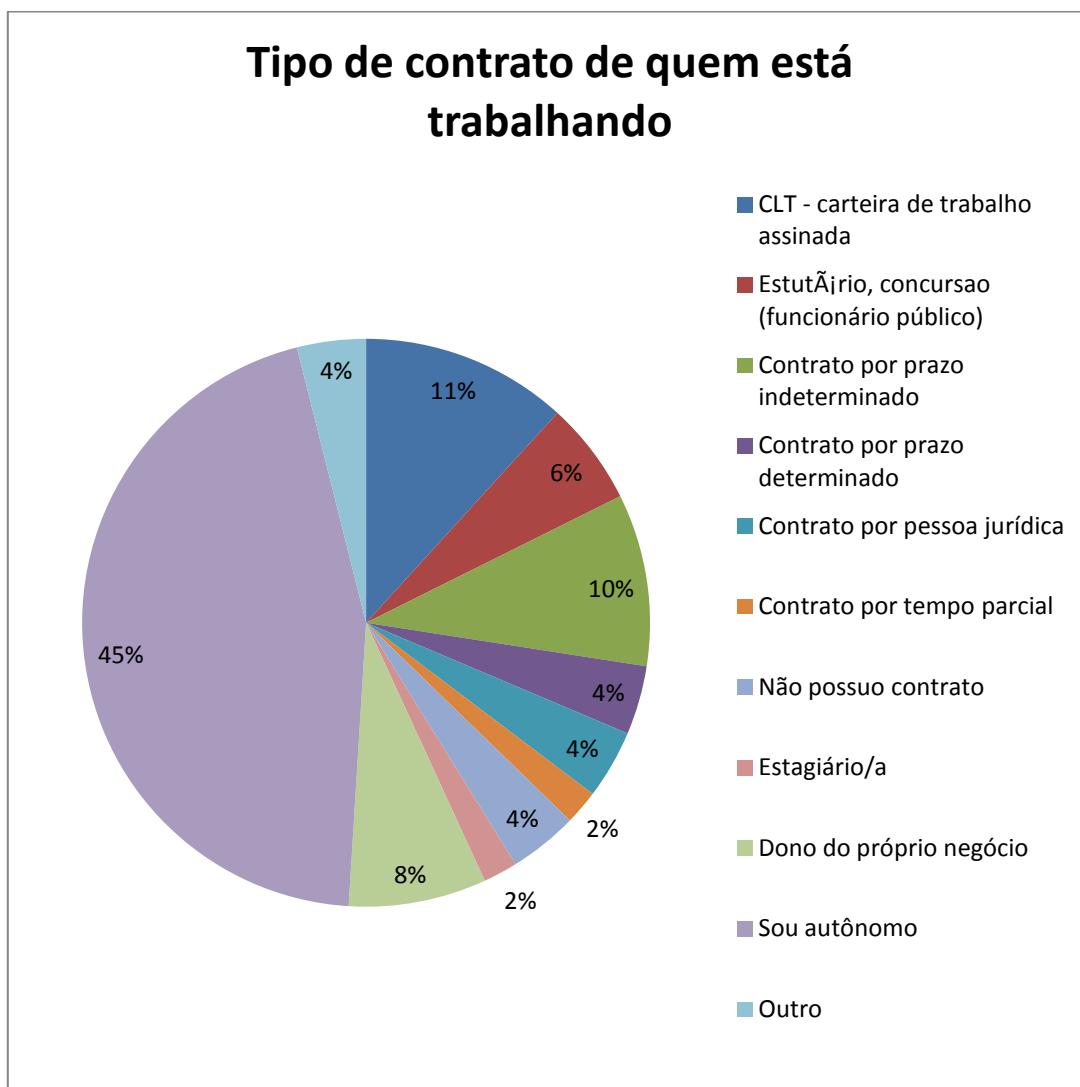
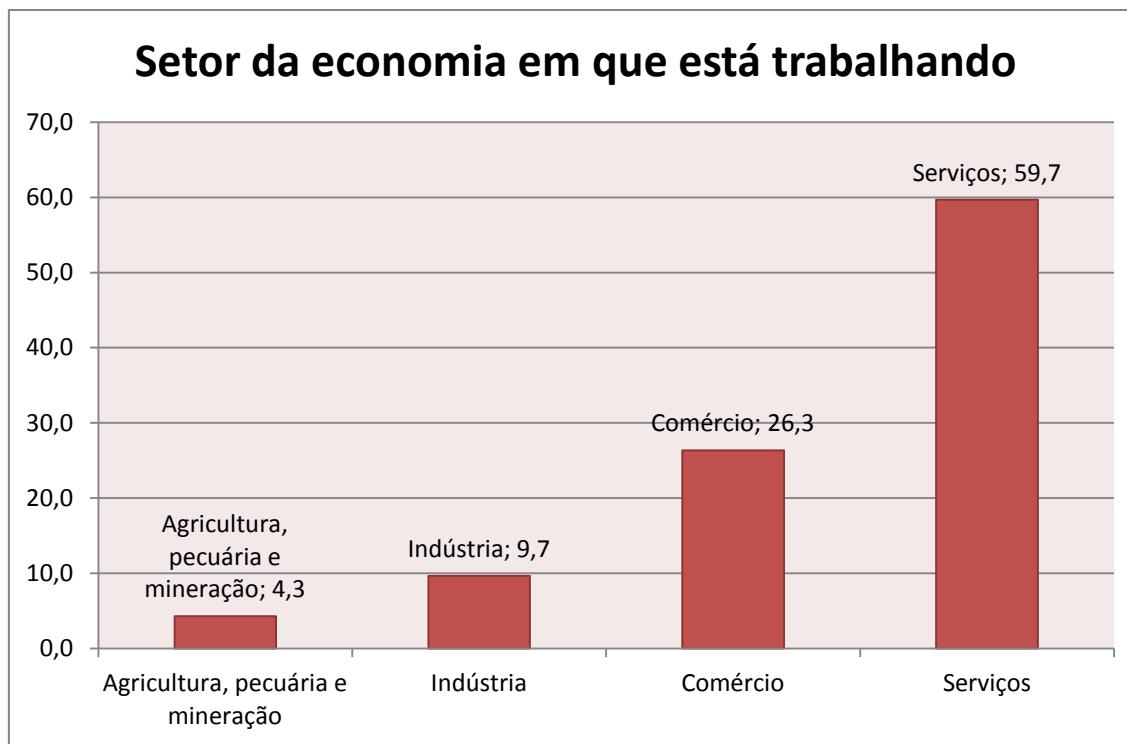
Pessoas que participam de uma ocupação



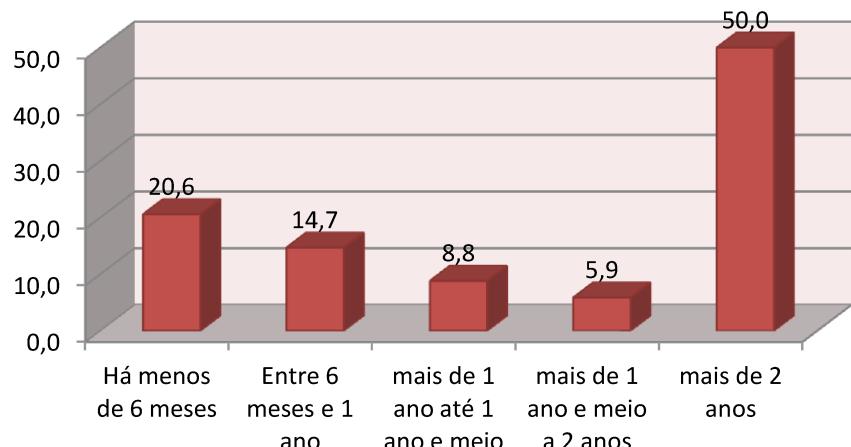
Os que não moram na ocupação, moram como



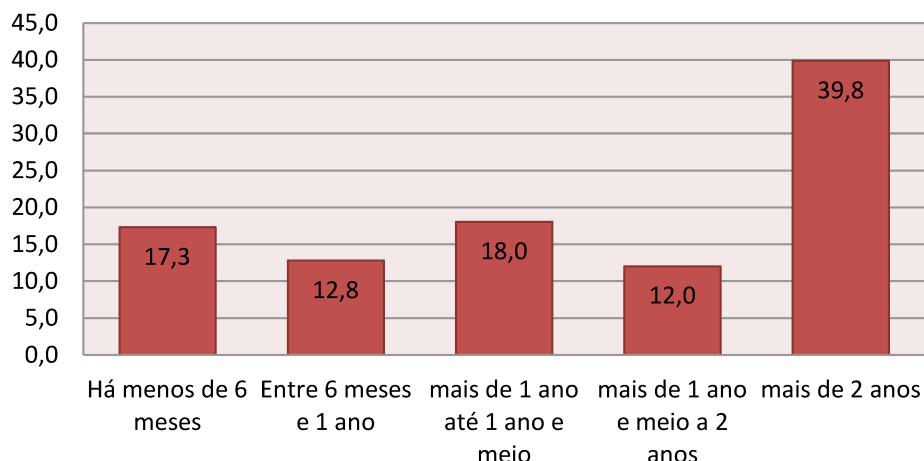




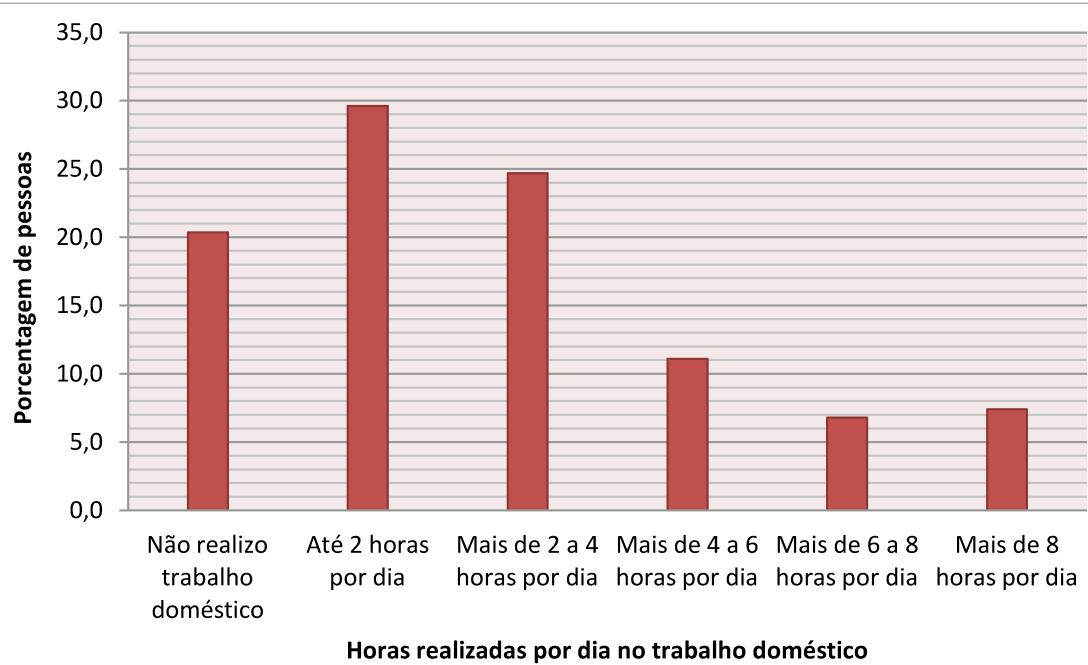
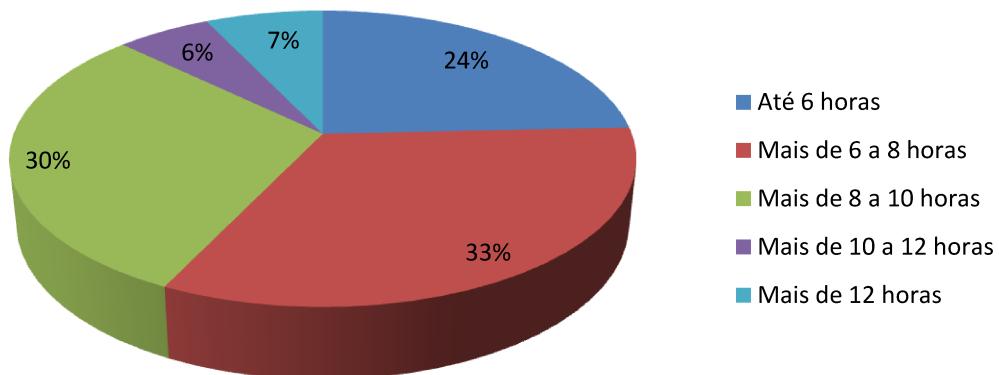
Tempo que está no atual emprego



Tempo que está procurando emprego



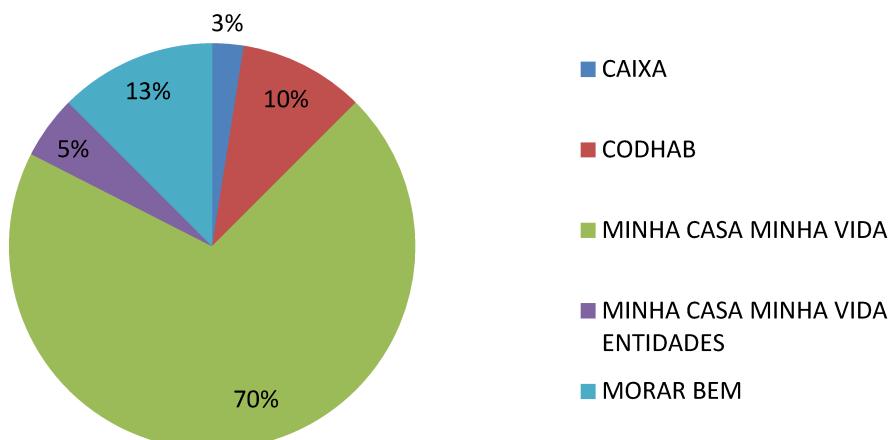
Quantas horas trabalha na atividade remunerada por dia



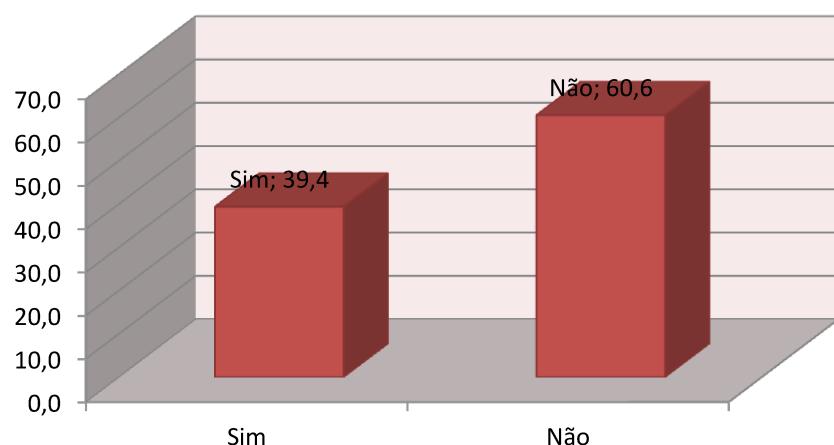
Tem cadastro em programa habitacional



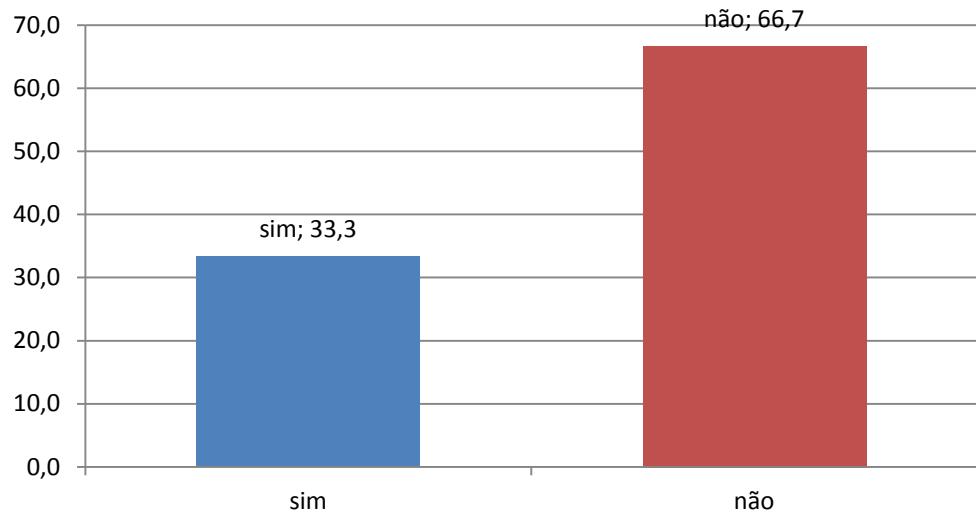
Programas habitacionais em que as pessoas estão cadastradas



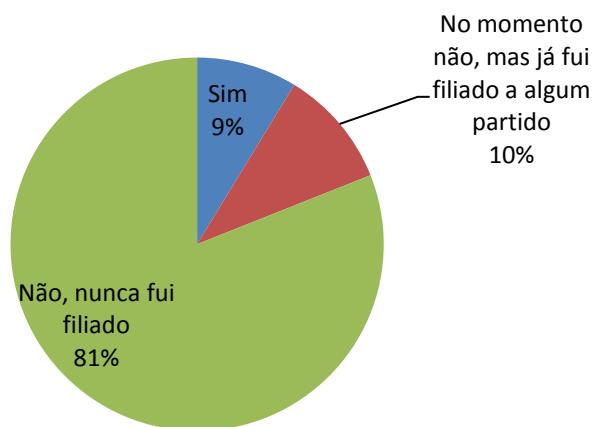
É beneficiário do Bolsa Família

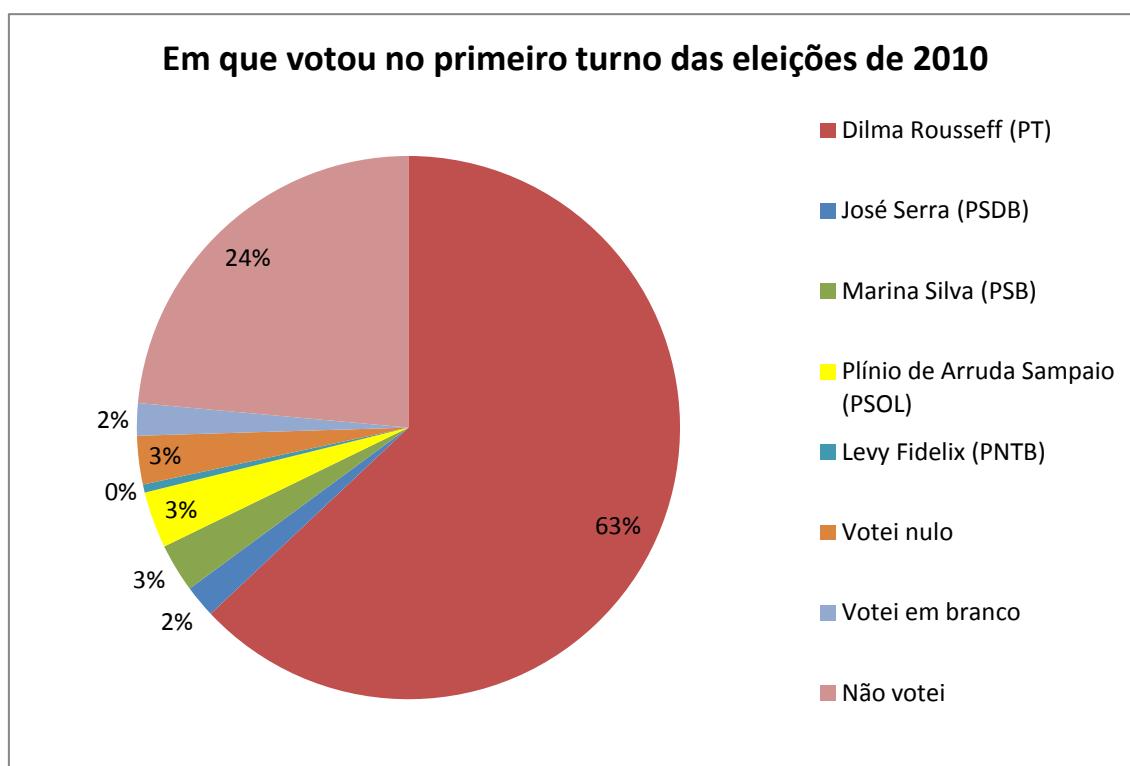
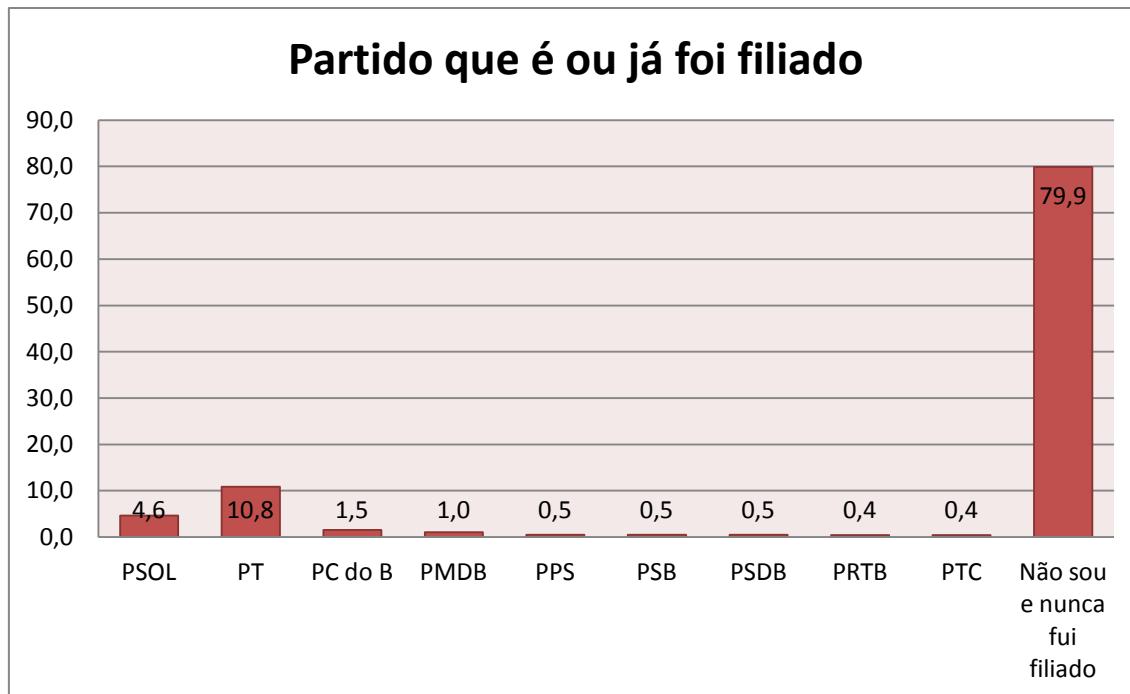


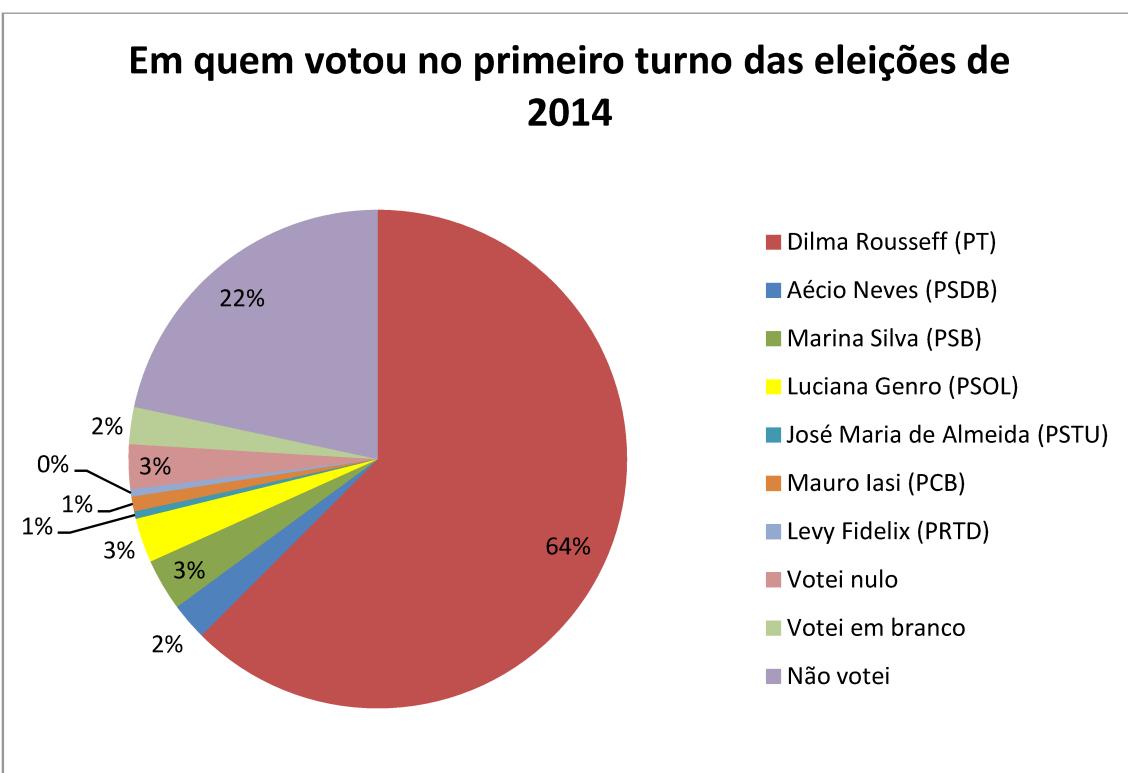
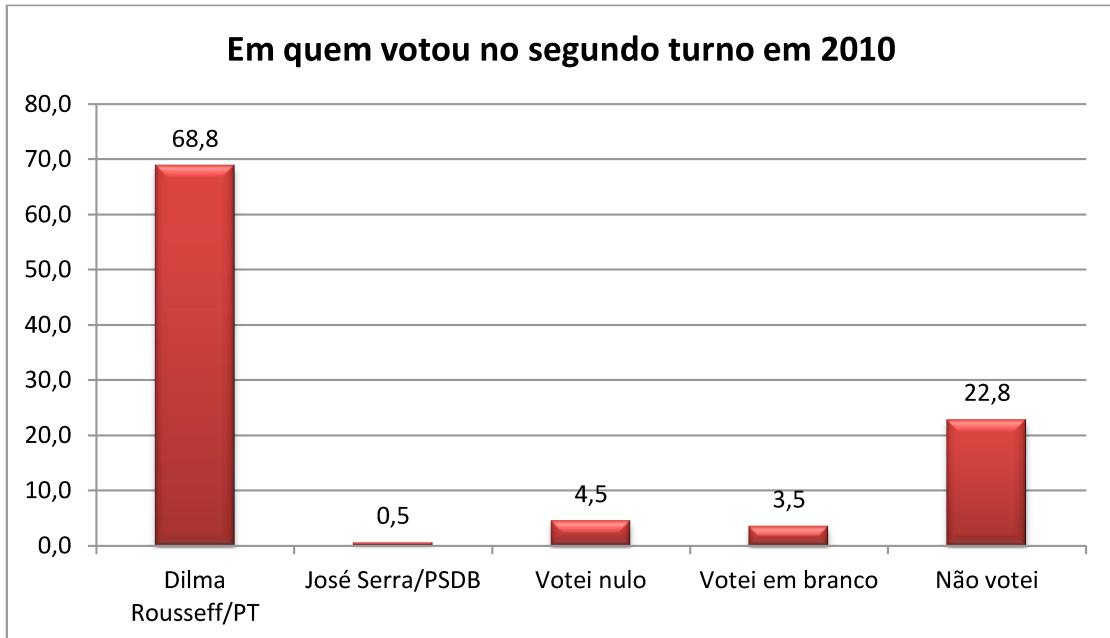
Tem experiência política anterior ao MTST?

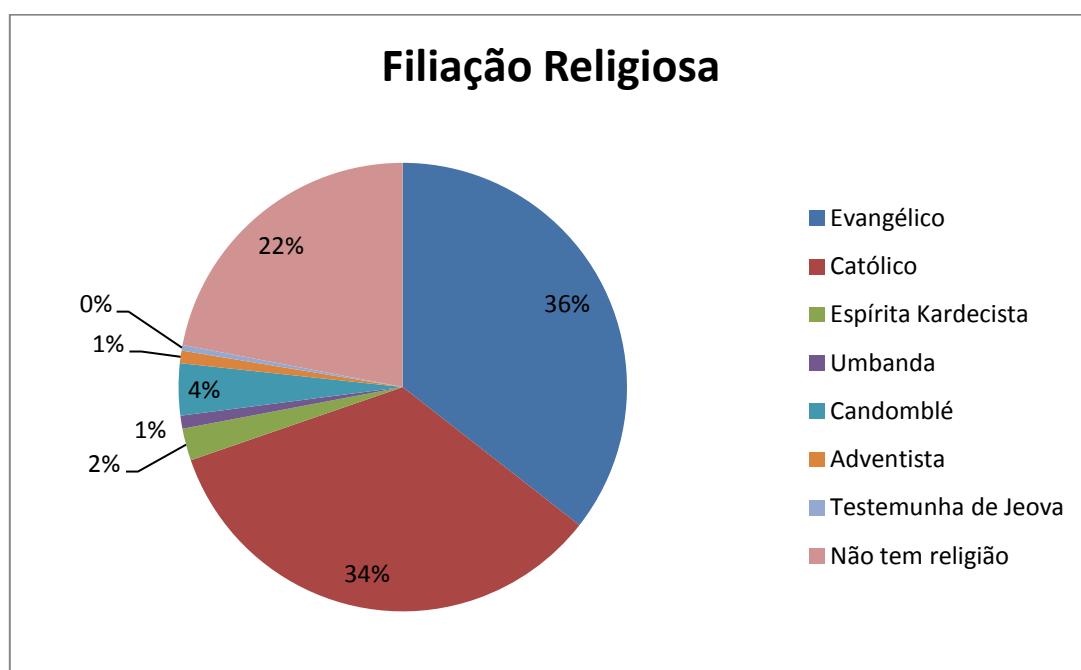
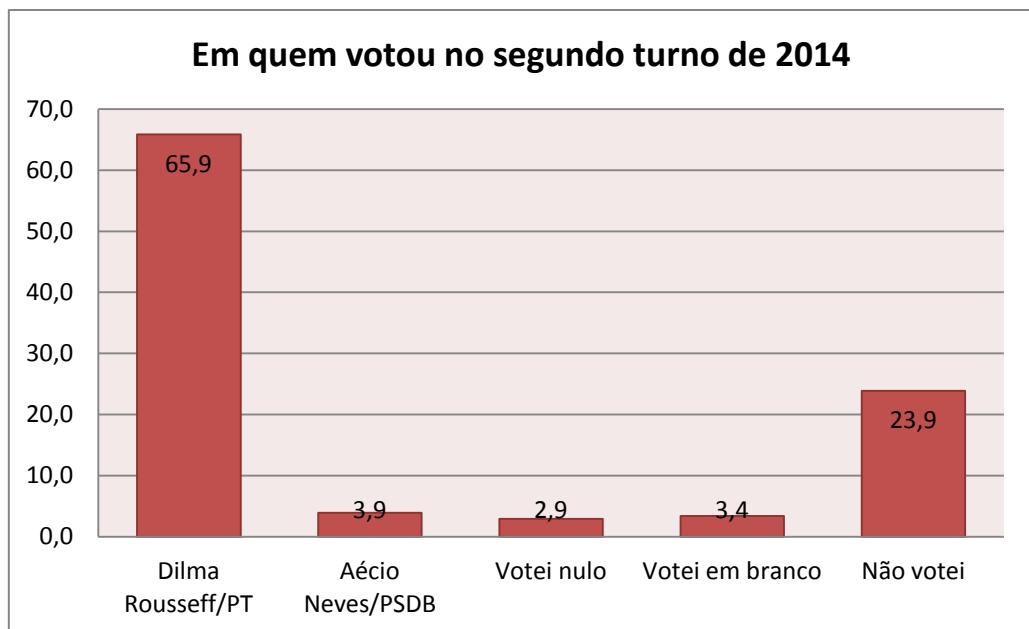


É filiado a algum partido político









Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

O48m Oliveira, Marcos Willian Campos de, 1991-
2018 Minha casa, minha luta: o MTST frente a ofensiva neoliberal /
Marcos Willian Campos de Oliveira. - 2018.
193 f. : il.

Orientadora: Patrícia Vieira Trópia.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.1320>
Inclui bibliografia.

1. Ciências sociais - Teses. 2. Movimento dos Trabalhadores Sem
Teto (Brasil) - Teses. 3. Neoliberalismo - Teses. 4. Capitalismo - Teses.
5. Partidos de esquerda - Brasil - Teses. I. Trópia, Patrícia Vieira, 1963-.
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais. III. Título.

CDU: 316
